

BRK AMBIENTAL – MACAÉ S.A.

CNPJ/MF Nº 17.002.138/0001-22

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Macaé, 28 de março de 2024.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	126.072	100.255
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	16.538	14.169
Adiantamentos a fornecedores		8
Tributos a recuperar (Nota 7)	5.329	3.762
Despesas antecipadas	211	211
Outros ativos	3.536	2.224
	<u>151.686</u>	<u>120.629</u>
Não circulante		
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	904	1.078
Fundos restritos (Nota 2.3)	7.043	6.335
Tributos a recuperar (Nota 7)	7.867	8.514
Partes relacionadas (Nota 14)	2.287	2.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15 (a))	12.112	11.596
Depósitos judiciais	343	864
Despesas antecipadas	4	46
	<u>30.560</u>	<u>30.720</u>
Imobilizado	2.771	2.766
Ativos de contrato (Nota 8)	29.910	71.582
Ativo de direito de uso (Nota 9)	1.051	354
Intangível (Nota 10)	356.981	288.177
	<u>421.273</u>	<u>393.599</u>
Total do ativo	572.959	514.228

Passivo e patrimônio líquido		
	2023	2022
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	4.244	3.649
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	9.892	8.154
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	843	310
Debêntures (Nota 12.3)	1.851	2.133
Salários e encargos sociais (Nota 13)	2.297	2.433
Tributos a pagar	1.215	1.144
Outros passivos	700	
	<u>20.342</u>	<u>18.523</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	194.978	178.763
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	286	81
Debêntures (Nota 12.3)	73.850	73.768
Partes relacionadas (Nota 14)	181.783	146.741
Provisões para contingências (Nota 16)	1.639	958
Benefícios a empregados (Nota 17)	217	350
	<u>452.753</u>	<u>400.661</u>
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	124.448	118.448
Prejuízos acumulados	(24.567)	(23.413)
Ajuste de avaliação patrimonial	(17)	9
	<u>99.864</u>	<u>95.044</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	572.959	514.228

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Macaé S.A. ("Companhia") foi constituída em 5 de outubro de 2012, com o objetivo de prestar serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, incluindo sua gestão comercial, no Município de Macaé – RJ. A sede da Companhia está localizada na Av. Rui Barbosa, 1011, Cobertura – Apto. 601, Macaé – RJ. Em 5 de novembro de 2012, foi assinado o Contrato de Parceria Pública Privada ("PPP") entre a Prefeitura de Macaé e a Companhia, na modalidade de Concessão Patrocinada ("contrato de concessão") e iniciado pelo período de 35 anos com prazo findo em 2047 e reajuste anual através do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGPM") definida em contrato, compreendendo redes, estações elevatórias, estações de tratamento e demais atividades correlatas. A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período de estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. ("BRK Projetos Ambientais") e controlada indireta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. (a) **Programa SOX:** No exercício de 2023 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, no qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial incomformidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. (b) **Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento das legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, também são certificadas na ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotadas. (c) **ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** No primeiro trimestre de 2023, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade através do ESG Risk Rating da Sustainalytics, que classificou seu risco como baixo, obtendo (12.7) como resultado. O rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 15 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental obteve a melhor nota das Américas e a terceira melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras para fins de referência nesse relatório foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.3 Fundos restritos:** Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") no montante de R\$ 7.043 em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R\$ 6.335). **2.4 Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, Nota 3 (f). Os direitos a faturar de clientes é assim classificado: **Contratos de concessão (Intangível):** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **2.5 Ativos financeiros e não financeiros.** **2.5.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, avaliados sob as categorias de mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio do resultado, Nota 4.4. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.5.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros. (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) são incorridas somente se há evidência objetiva de recuperação como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa de juros efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir

e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. (b) **Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.6 Ativos de contrato:** O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. **2.7 Intangíveis. (a) Sistema de esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.13 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (e)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. (b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. (c) **Capitalização de juros e encargos financeiros:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado: Equipamentos de informática – 5 anos; Máquinas e equipamentos – 5 a 10 anos; Móveis e utensílios – 10 anos; Edificações – 10 a 50 anos. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado. **2.10 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures como atividade de financiamento. **2.11 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) **Arrendatário –** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) **Ativos de direito de uso –** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 3 anos. (iii) **Passivos de arrendamento –** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.12 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Com base em experiências de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. (a) **Receita de serviços de esgoto:** A receita de prestação de serviço de esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. (b) **Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (OCPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)), já

Demonstrações dos resultados		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
	2023	2022
Receita líquida de serviços (Nota 19 (a))	118.547	111.839
Custos dos serviços prestados (Nota 19 (b))	(66.250)	(59.526)
Lucro bruto	52.297	52.313
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19 (b))	(18.053)	(17.305)
Perdas de créditos esperadas (Nota 19 (b))	(214)	(2.378)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 19 (b))	7	(109)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	34.037	32.521
Resultado financeiro (Nota 19 (c))		
Receitas financeiras	2.422	2.181
Despesas financeiras	(38.117)	(32.801)
Resultado financeiro líquido	(35.695)	(30.620)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.658)	1.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15 (b))	503	(694)
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.155)	1.207
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 18 (b))	(0,01)	0,01

Demonstrações dos resultados abrangentes		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.155)	1.207
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (Nota 18 (c))		
Obrigações com benefícios pós-emprego	(38)	30
Efeitos fiscais	13	(10)
	<u>(25)</u>	<u>20</u>
Total do resultado abrangente do exercício	(1.180)	1.227

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				
	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2022	116.448	(24.619)	(12)	91.817
Resultado do exercício:				
Lucro do exercício		1.207		1.207
Outros resultados abrangentes:				
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))			20	20
Total do resultado abrangente do exercício		1.207	20	1.227
Transação de capital com sócios:				
Aumento de capital (Nota 18 (a))	2.000			2.000
Em 31 de dezembro de 2022	118.448	(23.412)	8	95.044
Resultado do exercício:				
Prejuízo do exercício		(1.155)		(1.155)
Outros resultados abrangentes:				
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))			(25)	(25)
Total do resultado abrangente do exercício	(1.155)	(25)	(1,180)	(1,180)
Transação de capital com sócios:				
Aumento de capital (Nota 18 (a))	6.000			6.000
Em 31 de dezembro de 2023	124.448	(24.567)	(17)	99.864

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.658)	1.901
Ajustes		
Depreciação e amortização	13.499	10.079
Amortização ativo de direito de uso	996	633
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(7)	(52)
Perdas de créditos esperadas	214	2.378
Provisão para contingências	1.381	569
Rendimentos de fundos restritos	(822)	(725)
Margem de lucro de construção	(729)	(660)
Benefícios a empregados	(186)	249
Ajuste a valor presente	162	108
Juros e variações monetárias, líquidos	33.570	28.715
	<u>46.420</u>	<u>43.195</u>

Variações nos ativos e passivos		
	2023	2022
Contas a receber	(2.409)	(991)
Adiantamentos a fornecedores	8	1.574
Tributos a recuperar	(920)	(615)
Depósitos judiciais	521	(5)
Despesas antecipadas	42	126
Outros ativos	(1.312)	21
Fornecedores	(689)	664
Salários e encargos sociais	(136)	(22)
Tributos a pagar	51	438
Provisões para contingências	(700)	(38)
Partes relacionadas	12.511	9.379
Outros passivos	(700)	(77)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.687	53.649
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8)	(747)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.679	52.902
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	114	4
Adições ao imobilizado	(311)	(690)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(34.049)	(30.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.246)	(31.526)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	22.387	4.815
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(8.223)	(7.078)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(16.491)	(15.743)
Amortizações de passivo de arrendamento	(1.110)	(727)
Juros pagos de debêntures	(11.509)	(9.752)
Partes relacionadas	16.330	26.854
Aumento de capital social	6.000	2.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	7.384	369
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.817	21.745

BRK AMBIENTAL – MACAÉ S.A.

CNPJ/MF Nº 17.002.138/0001-22

tidas, mas que ainda não estejam vigentes. CPC 50 – Contratos de Seguro – O CPC 50 – Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 – Contratos de seguro emitido em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. Essa norma não se aplica a companhia. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis): As alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia. CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da companhia, enquanto na mensuração, reconhecimento ou apresentação não tivemos impactos de itens nas demonstrações financeiras da companhia. Alterações ao CPC 32: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: As alterações ao CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia. Alterações ao CPC 32: Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois: As alterações ao CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE (Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico) sobre BEPS (Base erosion and profit share) e incluem:
 - Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois;
 - Requisitos de divulgação para entidades afetadas, para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória, cujo uso deve ser divulgado, entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia. 2.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 06 (R2) – Arrendamentos: Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e arrendamento de volta): Em novembro de 2023, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, através da revisão 23, para determinar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar na mensuração da responsabilidade de locação numa transação de venda e arrendamento de volta, com o intuito de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer montante do ganho ou perda que esteja relacionado com o direito de uso que ele mantém. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente as transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em novembro de 2023, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu alterações nos parágrafos 60 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
 - O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Adicionalmente, uma exigência de divulgação é requerida quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de postergar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A companhia está avaliando os impactos decorrentes da alteração e se acordos de empréstimo em vigor podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em janeiro de 2024, o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) emitiu alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação a fim de esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais decorrentes desses acordos. Os requisitos de divulgação têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia. 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:
 - (a) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. (b) **Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, civis, tributários e ambientais. A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:
 - Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.
 - Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
 - Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. (c) **Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.13 (b). (d) **Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (a). (e) **Vida útil dos ativos intangíveis** – Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. (f) **Perdas de créditos**

esperadas – A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber. 4 **Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro. Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, partes relacionadas e outros passivos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. A Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos. Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos. (a) **Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 5, 2.3 e 6). (b) **Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. 4.2 **Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos, passivo de arrendamento e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser assim sumarizados:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	204.870	186.917
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	1.129	391
Debêntures (Nota 12.3)	75.701	75.901
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(126.072)	(100.255)
(-) Fundos restritos (Nota 2.3)	(7.043)	(6.335)
Dívida líquida	148.585	156.619
Total do patrimônio líquido	99.864	95.044
Total do capital	248.449	251.663
Índice de alavancagem financeira – %	60%	62%

4.3 **Estimativa do valor justo:** Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por fundos de investimentos e operações compromissadas, remunerados com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e Ajuste a Valor Presente ("AVP"), estejam próximos de seus valores justos. O financiamento de longo prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") possui características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados no quadro a seguir, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo. 4.4 **Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	126.072	126.072	100.255	100.255
Fundos restritos (Nota 2.3)	7.043	7.043	6.335	6.335
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	17.442	17.442	15.247	15.247
Partes relacionadas (Nota 14)	2.287	2.287	2.287	2.287
	152.844	152.844	124.124	124.124

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Fornecedores (Nota 11)	(4.244)	(4.244)	(3.649)	(3.649)
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	(204.870)	(204.870)	(186.917)	(186.917)
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	(1.129)	(1.129)	(391)	(391)
Debêntures (Nota 12.3)	(75.701)	(75.457)	(75.901)	(70.264)
Partes relacionadas (Nota 14)	(181.783)	(181.783)	(146.741)	(146.741)
Outros passivos	(700)	(700)	(700)	(700)
	(467.727)	(467.483)	(414.299)	(408.662)

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Bancos conta movimento	275	62		
Aplicações financeiras (i)	125.797	100.193		
	126.072	100.255		

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	126.072	126.072	100.255	100.255
Fundos restritos (Nota 2.3)	7.043	7.043	6.335	6.335
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	17.442	17.442	15.247	15.247
Partes relacionadas (Nota 14)	2.287	2.287	2.287	2.287
Outros passivos	(467.727)	(467.483)	(414.299)	(408.662)

(j) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração média de 94,7% do CDI (2022 – 100,1% do CDI).

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Contas a receber de clientes				
Concessões públicas	27.522	26.341		
Perdas de créditos esperadas	(10.080)	(11.094)		
	17.442	15.247		
Circulante	16.538	14.169		
Não circulante	904	1.078		

Todas as contas a receber da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui direitos creditórios cedidos em contas a receber, como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$ 17.442 (2022 – R\$ 15.247). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	10.324	10.143
Vencidos		
Até 30 dias	872	1.157
De 31 a 60 dias	527	631
De 61 a 90 dias	435	562
De 91 a 180 dias	1.208	1.145
Mais de 180 dias	1.978	82
Valores a faturar	2.098	1.527
Contas a receber de clientes	17.442	15.247

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	2023		2022	
	Saldo início do exercício	Reversão de perdas de créditos esperadas por renegociação ou provisões	Perdas com créditos incorríveis	Saldo final do exercício
Em 31 de dezembro de 2023	(11.094)	(2.450)	2.236	(10.080)
Em 31 de dezembro de 2022	(10.892)	(3.559)	1.181	(11.094)

	2023		2022	
	Saldo início do exercício	Reversão de perdas de créditos esperadas por renegociação ou provisões	Perdas com créditos incorríveis	Saldo final do exercício
7. Tributos a recuperar				
INSS retido sobre serviços	423	346		
Imposto de renda	2.511	1.856		
Contribuição social	9	204		
PIS e COFINS (i)	10.050	9.777		
Outros	203	93		
	13.196	12.276		
Circulante	5.329	3.762		
Não circulante	7.867	8.514		

(i) O saldo refere-se, substancialmente, aos créditos da contribuição para PIS e da COFINS gerados na aquisição de intangível em formação e serão apropriados à medida em que a infraestrutura estiver disponível para a prestação de serviço de esgotamento sanitário.

	2023		2022	
	Saldo no início do exercício	Adições	Perdas com créditos incorríveis	Saldo no final do exercício
8 Ativos de contrato				
Saldo no início do exercício	71.582	92.346		
(+) Adições	38.859	34.127		
(-) Transferências – ativo intangível	(80.531)	(54.891)		
Saldo no final do exercício	29.910	71.582		

Refere-se aos investimentos em infraestrutura para prestação de serviços de esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2024. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos de concessão no valor de R\$ 4.263 (2022 – R\$ 5.523), durante o período no qual os ativos estavam em construção. A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 10,41% a.a. no exercício findo em 2023 (2022 – 10,27% a.a.).

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
9 Ativo de direito de uso				
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	139	671	601	1.411
Adições	115		372	487
Baixas	(25)	(21)	(29)	(75)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	229	650	944	1.823
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(114)	(398)	(356)	(868)
Amortização	(110)	(234)	(289)	(633)
Baixas	11		21	32
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(213)	(632)	(624)	(1.469)
Valor contábil líquido	16	18	320	354
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	229	650	944	1.823
Adições	368	431	679	247
Baixas	(294)			
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	368	366	1.329	554
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(213)	(632)	(624)	(1.469)
Amortização	(123)	(122)	(400)	(351)
Baixas	292		607	899
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(123)	(43)	(1.032)	(368)
Valor contábil líquido	245	323	297	1.861
Vida útil (anos)	1 a 2	2	3	1 a 3

	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
10 Intangível				
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	280.042	14	280.056	
Adições	357		357	
Transferências – ativos de contrato	54.891		54.891	
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	335.290	14	335.304	
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(37.514)	(14)	(37.528)	
Amortização	(9.599)		(9.599)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(47.113)	(14)	(47.127)	
Valor contábil líquido	288.177		288.177	
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	335.290	14	335.304	
Adições	362	1.104	1.466	
Transferências – ativos de contrato	80.531		80.531	
Outras transferências		(215)	(215)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	416.183	903	417.086	
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(47.113)	(14)	(47.127)	
Amortização	(12.943)	(35)	(12	

BRK AMBIENTAL – MACAÉ S.A.

CNPJ/MF Nº 17.002.138/0001-22

14 Partes relacionadas

	Taxa efetiva de juros anual	Venci-mentos
Mútuo (i)		
BRK Ambiental	CDI + 3,50% a 4,77%	dez/2038
BRK NE/IN/CO S.A.	CDI + 3,77% a 4,77%	dez/2038
BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A.		

Demais partes relacionadas

BRK Ambiental (ii)	
BRK Ambiental – Goiás S.A.	

Os saldos mantidos com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. (i) Os contratos de mútuos mantidos entre a Companhia e suas mutantes representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados na tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no CPC 26 (R1). (ii) O saldo do passivo, refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado. (a) **Passivo de arrendamento partes relacionadas:** O saldo de passivo de arrendamento apresentado, acima contém transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), anteriormente denominada como Ouro Verde Locações e Serviços S.A. ("Ouro Verde"), totalizando R\$ 234 (2022 – R\$ 252). Estas transações estão vinculadas a um contrato global celebrado em 6 de agosto de 2019, com vigência de cinco anos, de acordo com os termos estabelecidos. **15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. (a) Composição, expectativa e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2023	2022
Ativo diferido	12.112	11.596

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico elaborado pela Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido	2023	2022
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	128	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	31.242	
	31.370	

Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:

2024	128
2025	1.384
2026	2.169
2027	3.057
2028	4.424
2029	5.254
2030	9.532
2031	4.279
2033	1.143
	31.370

Passivo de imposto diferido

Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses (19.258)

Expectativa por ano de realização do passivo diferido é como segue:

2028	(118)
2029	(426)
2030	(164)
2031	(456)
Demais anos	(18.094)
	(19.258)
	12.112

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2022	Reconheci-mento no demonstração do resultado	Reconheci-mento direto no patrimônio líquido	Ou-tros	2023
Ativo fiscal diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	28.952	1.275			30.227
Provisões	864	154			1.018
Lei 9656 – obrigações com benefícios pós-emprego	45	16	13		74
Arrendamento CPC 06	30	21			51
Total ativo fiscal diferido	29.891	1.466	13		31.370
Compensação CPC 32	(18.295)			(963)	(19.258)
	11.596	1.466	13	(963)	12.112

Passivo fiscal diferido

Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(2.275)	(170)			(2.445)
Capitalização de juros e custo de transação	(16.020)	(793)			(16.813)
Total passivo fiscal diferido	(18.295)	(963)			(19.258)
Compensação CPC 32	18.295		963	963	
		(963)			
Total	11.596	503	13		12.112

(b) **Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:** O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, diferem do valor que seria obtido com o uso da alíquota nominal, como segue:

	2023	2022
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(1.658)	1.901
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	564	(646)
Efeito das exclusões permanentes		
Outros	(61)	(48)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	503	(694)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	503	(694)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	503	(694)
Alíquota efetiva	30,34%	36,51%

16 Provisões para contingências. (a) Contingências prováveis: As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Contin-gências	Con-tin-gências	Total
	Recla-ma-ções cíveis	traba-lhistas e tribu-tárias	
Em 1º de janeiro de 2023	947	10	1 958
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	3.757	5	3.762
(-) Reduções decorrentes de renem-suração e valores não usados, estornados	(2.379)	(1)	(1) (2.381)
(-) Pagamentos	(696)	(4)	(700)
Em 31 de dezembro de 2023	1.629	10	1.639

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

(b) **Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. **Processos de natureza civil** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e previdenciárias no montante de R\$ 3.593 (2022 – R\$ 3.256), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 2.834 (2022 – R\$ 2.995), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 10, representado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexo na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. **Processos de natureza ambiental** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 44 (2022 – R\$ 44),

Ativo não circulante	Passivo não circulante	Partes relacionadas		Custos/despesas operacionais		Resultado financeiro	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
		109.460	35.149	(6.040)	(4.973)		
		38.220	90.000	(189)			
		147.680	125.149			(7)	(4.980)
		34.103	21.592	(8.503)	(5.959)	(2.891)	(2.822)
		2.287	2.287	(8.503)	(5.959)	(2.891)	(2.822)
		2.287	2.287	(8.503)	(5.959)	(9.120)	(7.802)

representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2023	2022
Reclamações cíveis	3.593	
Trabalhista	2.834	
Tributária	10	
Ambiental	44	
Total	6.481	

17 Benefícios a empregados

	2023	2022
Passivo atuarial (Nota 17.1)	217	133
Incentivos de longo prazo (Nota 17.2)	217	217
	217	350

17.1 Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego:

	2023	2022
(i) Premissas atuariais		
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	5,55% a.a.	6,40% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)

Tábua de mortalidade..... AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez..... Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos..... RRB-1994
Idade para aposentadoria..... 100% aos 60 anos

(ii) Movimentação	2023	2022
Saldo no início do exercício	133	120
(+) Adição de principal	31	32
(+) Adição de juros	15	11
(+/-) Remensuração de perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	38	(30)
Saldo no final do exercício	217	133

17.2 Incentivos de longo prazo: O programa de incentivo de longo prazo (Programa de Matching) refere-se à bonificação de diretores elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia da Companhia, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos com início em 2021 e com possibilidade de adesões anuais seguindo o ciclo do programa. O Programa de Matching é facultativo e tem como base a aquisição de "ações virtuais" a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Participação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo valuation da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferências. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia e o respectivo efeito no resultado é de R\$ 217.

18 Patrimônio líquido. (a) Capital social

	% de participação	Capital social	Quantidade de ações
	2023	2022	2023
BRK Projetos Ambientais	100,00	100,00	124.448
			118.448
			126.473.537
			118.945.773

Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 2.000, via moeda corrente nacional com a emissão de 2.497.840 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 27 de dezembro de 2023, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 6.000, via capitalização de AFAC, mediante a emissão de 7.527.764 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. (b) **Lucro básico (prejuízo) por ação:** O lucro básico (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2023	2022
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(1.155)	1.207
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	118.948	116.448
Lucro básico (prejuízo)/diluído por ação (em R\$)	(0,01)	0,01

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. (c) **Ajuste de avaliação patrimonial. Obrigações com benefícios pós-emprego:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a remensuração no montante de R\$ (25) (2022 – R\$ 20), através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços. (Nota 17.1 (ii) e 15 (a)). **19 Resultado do exercício. (a) Receita:** A reconciliação da receita bruta é a seguinte:

	2023	2022
Receita de esgoto	93.032	89.822
Receita de construção	36.434	33.040
Outros serviços	151	126
	129.617	122.988

	2023	2022
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(8.370)	(8.032)
Abatimentos e cancelamentos	(2.700)	(3.117)
	(11.070)	(11.149)
	118.547	111.839

(b) Despesa por natureza

Classificadas por natureza:	2023	2022
Custo de construção (i)	(35.705)	(32.380)
Pessoal		
Remunerações	(6.526)	(8.306)
Encargos sociais e trabalhistas	(2.174)	(2.369)
Benefícios	(3.273)	(2.800)
	(11.973)	(13.475)

2023	2022
2.394	2.394
577	(2.237)
(2.971)	(2.942)
(561)	(487)
(959)	(409)
(4.856)	(3.556)
(399)	(632)
(10.323)	(10.263)
(144)	(1.391)
(8.503)	(5.959)
(302)	(327)
(14.495)	(10.712)
(301)	(364)
(214)	(2.378)
(635)	325
(84.510)	(79.318)

2023	2022
(577)	(2.237)
(2.971)	(2.942)
(561)	(487)
(959)	(409)
(4.856)	(3.556)
(399)	(632)
(10.323)	(10.263)
(144)	(1.391)
(8.503)	(5.959)
(302)	(327)
(14.495)	(10.712)
(301)	(364)
(214)	(2.378)
(635)	325
(84.510)	(79.318)

Classificadas por função:	2023	2022
Custo dos serviços prestados e vendas	(66.250)	(59.526)
Gerais e administrativos	(18.267)	(19.683)
Outras receitas (despesas)	(997)	(109)
	(84.510)	(79.318)

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato. (c) **Resultado financeiro**

	2023	2022
Receitas financeiras	2.010	1.723
Remendimentos de aplicações financeiras	207	131
Variáveis monetárias	248	327
Multa sobre atraso de pagamento	75	71
Juros sobre atraso de pagamento		36
Descontos condicionais obtidos		76
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(118)	(107)
	2.422	2.181

	2023	2022
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(247)	(273)
Juros e variações monetárias	(27.244)	(23.620)
Amortização do custo de transação	(82)	(82)
Partes relacionadas (Nota 14)	(9.120)	(7.802)
Tributos sobre operações financeiras	(929)	(135)
AVP	(162)	(108)
Multa e juros por atraso de pagamento	(50)	(213)
Juros obrigações com benefícios pós-emprego	(15)	(11)
Outras	(268)	(557)
	(38.117)	(32.801)
	(35.695)	(30.620)

20 Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2023	2022
Garantia de contrato		22.659
Garantia judicial		58
Responsabilidade civil (i)	50.000	50.000
Risco de engenharia	55.718	55.718
Riscos operacionais (ii)		

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS S.A.

CNPJ: 08.774.784/0001-17

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio das Ostras, 28 de março de 2024.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	9.395	9.847
Contas a receber (Nota 6)	38.927	35.154
Tributos a recuperar	1.374	345
Estoques	2.371	1.893
Despesas antecipadas	309	231
Outros ativos	16	7
	<u>52.392</u>	<u>47.477</u>
Não circulante		
Contas a receber (Nota 6)	854.861	830.862
Tributos a recuperar	292	154
Despesas antecipadas		65
Depósitos judiciais	25	
	<u>855.178</u>	<u>831.081</u>
Imobilizado	236	275
Ativo de direito de uso (Nota 7)	408	141
Intangível	1	2
	<u>855.823</u>	<u>831.499</u>
Total do ativo	908.215	878.976

Passivo e patrimônio líquido		
	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	1.096	1.562
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)	372	161
Debêntures (Nota 8.2)	192.717	166.820
Tributos a pagar (Nota 9)	27	1.952
Salários e encargos sociais	1.007	887
PIS e COFINS diferidos (Nota 10)	2.318	3.252
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 11)	8.049	22.954
Outros passivos		431
	<u>205.586</u>	<u>198.019</u>
Não circulante		
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)	77	10
Partes relacionadas (Nota 12)	1.080	19.397
PIS e COFINS diferidos (Nota 10)	80.321	76.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (a))	153.460	146.683
Provisão para contingências (Nota 14)	773	162
Benefícios a empregados (Nota 15)	390	20
	<u>236.101</u>	<u>243.900</u>
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	185.141	185.141
Reserva de capital	37.125	37.125
Reserva de lucros	231.756	185.141
Dividendos adicionais propostos	12.481	30.441
Ajuste de avaliação patrimonial	25	19
	<u>466.528</u>	<u>437.867</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	908.215	878.976

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
	2023	2022
Receita líquida de serviços (Nota 17 (a))	89.160	121.699
Custos dos serviços prestados (Nota 17 (b))	(15.093)	(15.267)
Lucro bruto	74.067	106.432
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 17 (b))	(16.321)	(12.168)
Outras receitas, líquidas (Nota 17 (b))	2	26.464
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	57.748	120.728
Resultado financeiro (Nota 17 (c))		
Receitas financeiras	1.340	1.523
Despesas financeiras	(30.566)	(25.315)
Resultado financeiro, líquido	(29.226)	(23.792)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.522	96.936
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 13 (b))	(2.406)	(2.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (b))	(6.774)	(30.670)
Lucro do exercício	19.342	64.029
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia (em R\$ por ação) (Nota 16 (c))	0.15	0.49

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
	2023	2022
Lucro do exercício	19.342	64.029
Itens que não serão reclassificados para o resultado (Nota 16 (g))		
Obrigações com benefícios pós-emprego	9	18
Efeitos fiscais	(3)	(6)
	<u>6</u>	<u>12</u>
Total do resultado abrangente do exercício	19.348	64.041

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)								
Em 1º de janeiro de 2022	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendos propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros				
Resultado do exercício:	185.141	37.125	2.346	158.628			7	383.247
Lucro do exercício						64.029		64.029
Outros resultados abrangentes:							12	12
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))							12	12
Total do resultado abrangente do exercício						64.029	12	64.041
Transação de capital com sócios:								
Reversão de dividendos (Nota 11 (b))					5.786			5.786
Dividendos adicionais propostos (Nota 16 (f))					(30.441)			(30.441)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (b))					(15.207)			(15.207)
Constituição de reservas (Nota 16 (e) e (f))			3.201	20.966				(24.167)
Em 31 de dezembro de 2022	185.141	37.125	5.547	179.594	30.441		19	437.867
Resultado do exercício:						19.342		19.342
Outros resultados abrangentes:							6	6
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))							6	6
Total do resultado abrangente do exercício						19.342	6	19.348
Transação de capital com sócios:								
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 11 (b))				15.207				15.207
Juros sobre capital próprio (Nota 16 (b))					(1.300)			(1.300)
Reversão de dividendos adicionais propostos (Nota 16 (b))				30.441	(30.441)			
Dividendos adicionais propostos (Nota 16 (f))					12.481			(12.481)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (b))					(4.594)			(4.594)
Constituição de reservas (Nota 16 (e))			967					(967)
Em 31 de dezembro de 2023	185.141	37.125	6.514	225.242	12.481		25	466.528

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. ("Companhia"), foi constituída em 27 de março de 2007, como uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), e assinou o contrato de Parceria Público Privada ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa, em 15 de agosto de 2007, com o Município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro. Tem como atividade preponderante, a operação da totalidade do sistema de esgotamento pelo prazo de 15 anos, após a ampliação do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo a construção de rede coletora, drenagem de águas pluviais, pavimentação, coletores tronco, estações elevatórias e ampliação da estação de tratamento de esgoto. A sede da Companhia está localizada na Rua Duque de Caxias, nº 443, Rio das Ostras, Rio de Janeiro. As obras de construção do ativo concessivo foram iniciadas em agosto de 2007 e concluídas em abril de 2009. A partir desta data, a Companhia iniciou as operações relativas ao contrato PPP de sistema de tratamento de esgoto, com reajuste anual através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período do estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. A Companhia assinou em 20 de dezembro de 2017 o Memorando de Entendimentos ("Acordo") com o Município de Rio das Ostras (Poder Concedente), cujo objetivo era estabelecer um mecanismo para que as Partes pudessem dar continuidade de a operação, garantindo a prestação do serviço público essencial desempenhado pela Companhia e de acordo com a capacidade de pagamento do Município. Considerando que o Poder Concedente não efetuou nenhum dos pagamentos nele previstos, a Companhia solicitou seu cancelamento em 23 de agosto de 2018. No caso de inadimplemento da obrigação de pagamento pelo Poder Concedente o Fundo Garantidor da PPP, gerido e administrado pelo Banco do Brasil, possui a obrigação de realizar os pagamentos do saldo devedor além de eventuais multas e encargos. Conforme art. 11 da Lei Municipal n. 1.029/2006 a referida obrigação do Fundo Garantidor permanecerá mesmo após o término do contrato da PPP contratualmente previsto para maio de 2024, até a quitação total dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 153.194 (2022 - R\$ 150.542), principalmente em função do saldo das debêntures no curto prazo, cujo vencimento é em maio de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. ("RDOP") e controlada indireta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. **(a) Programa SOX:** No exercício de 2023 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial informalidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. **(b) Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o cumprimento das legislações e regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e de integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, também são certificadas na ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados. **(c) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** No primeiro trimestre de 2023, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade através do ESG Risk Rating da Sustainalytics, que classificou seu risco como baixo, obtendo (12.7) como resultado. O rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 16 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental obteve a melhor nota nas Américas e a terceira melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.3. Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo e correspondem aos valores a receber da Prefeitura do Município de Rio das Ostras pela prestação de serviços decorrentes da concessão administrativa

descrita em contrato PPP, no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, quando aplicável. O direito a faturar de clientes é classificado como: **Contratos de concessão (Ativo financeiro):** São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção. **2.4. Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.5. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado. **2.6. Ativos financeiros e não financeiros. 2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial avaliados sob as categorias de mensuração ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio de resultado, nota 4.4. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.6.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros. (a) Ativos financeiros mensurados ao custo de amortizado:** A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment, são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). **2.7. Intangíveis. (a) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado: Equipamentos de informática – 5 a 10 anos; Máquinas e equipamentos – 5 a 20 anos; Móveis e utensílios – 5 a 10 anos; Edificações – 25 anos. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado. **2.9. Debêntures:** São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre debêntures como atividade de financiamento. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) Arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 5 anos. (iii) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)). O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **2.12. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como atividade de financiamento. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços de esgoto:** As receitas do serviço de esgoto são reconhecidas por ocasião dos serviços de esgotamento sanitário prestados e medidos, conforme contrato PPP. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública (CPC 01 (R1) e OCPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de 2%. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados. **(c) Receita de ativo financeiro:** A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato PPP e, contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. **(d) Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.14. PIS, COFINS diferidos:** O saldo refere-se à tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro. **2.15. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17. Benefícios a empregados. (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.522	96.936
Ajustes		
Depreciação	83	93
Amortização do ativo de direito de uso	535	366
Valor residual do ativo imobilizado baixados		(1)
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(1)	2
Provisão para contingências	687	9
Margem de construção	(146)	(137)
Benefícios a empregados	373	6
Ajuste a valor presente	97	60
Reversão de provisão	</	

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS S.A.

CNPJ: 08.774.784/0001-17

sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **(b) Outros benefícios pós emprego:** A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuariais que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remunerações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. **(c) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados em 2023:** A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50 – Contratos de Seguro:** O CPC 50 – Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 – Contratos de seguro emitido em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do CPC):** As alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, enquanto na mensuração, reconhecimento ou apresentação não tivemos impactos de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 32: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** As alterações ao CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 32: Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois:** As alterações ao CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE (Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico) sobre BEPS (*Base erosion and profit share*) e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória, cujo uso deve ser divulgado, entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** Passivo de locação em *Sale and Leaseback* (Transação de venda e arrendamento de volta): Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, através da revisão 23, para determinar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar na mensuração da responsabilidade de locação numa transação de venda e arrendamento de volta, com o intuito de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer montante do ganho ou perda que esteja relacionado com o direito de uso que ele mantém. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente às transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 60 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Adicionalmente, uma exigência de divulgação é requerida quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de postergar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da alteração e se acordos de empréstimo em vigor podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** Em janeiro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação a fim de esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais decorrentes desses acordos. Os requisitos de divulgação têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação

da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo A Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na (Nota 2.13 (b)). **(d) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.3. **4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro. Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, debêntures e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos. **(a) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2. Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes) e debêntures, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim resumidos:

	2023	2022
Total de passivo de arrendamento (Notas 8.1)	449	171
Total de debêntures (Notas 8.2)	192.717	166.820
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(9.395)	(9.847)
Dívida líquida	183.771	157.144
Total do patrimônio líquido	466.528	437.867
Total do capital	650.299	595.011
Índice de alavancagem financeira – %	28%	26%

4.3. Estimativa do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por fundos de investimento, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos Ajuste a Valor Presente ("AVP"), estejam próximos de seus valores justos. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da Brasil, Bolsa, Balcão – "B3". A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados no quadro a seguir, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo. **4.4. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2023	2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	9.395	9.847
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	893.788	893.788
Contas a receber (Nota 6)	903.183	875.863
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(1.096)	(1.562)
Passivo de arrendamento (Nota 8.1)	(449)	(171)
Debêntures (Nota 8.2)	(192.717)	(166.820)
Partes relacionadas (Nota 12)	(1.080)	(1.397)
	(195.342)	(187.957)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	25	77
Aplicações financeiras (i)	9.370	9.770
	9.395	9.847

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por fundos de investimentos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração de 99,5% do CDI (31 de dezembro de 2022 – 101,8% do CDI). **6. Contas a receber:** As contas a receber são representadas, substancialmente, por direitos a faturar do contrato de PPP qualificado como operações de ativo financeiro com o Município de Rio das Ostras, e podem ser assim apresentados:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	868.729	775.247
Direitos a faturar	25.059	90.769
	893.788	866.016
Circulante	38.927	35.154
Não circulante	854.861	830.862

O aumento do contas a receber refere-se à redução no recebimento da contraprestação realizada pelo Município de Rio das Ostras (Nota 1). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2023	2022
A vencer	13.869	13.252
Até 30 dias	13.869	13.252
De 31 a 60 dias	13.869	13.252
De 61 a 90 dias	13.869	13.252
De 91 a 180 dias	41.606	39.757
Mais de 180 dias	757.778	669.230
Valores a faturar	13.869	13.252
Contas a receber de clientes	868.729	775.247
Direitos a faturar	25.059	90.769
Total	893.788	866.016

7. Ativo de direito de uso

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	89	391	227	707
Adições	6	6	350	362
Baixas			(192)	(192)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	95	397	385	877
Amortização				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	(41)	(247)	(136)	(424)
Amortização	(44)	(150)	(172)	(366)
Baixas			54	54
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(85)	(397)	(254)	(736)
Valor contábil líquido	10	131	141	282
Custo				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	95	397	385	877
Adições	185	546	78	809
Baixas	(131)	(209)	(340)	(680)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	149	943	254	1.346
Amortização				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	(85)	(397)	(254)	(736)
Amortização	(66)	(299)	(170)	(535)
Baixas	130	203	333	666
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(21)	(696)	(221)	(938)
Valor contábil líquido	128	247	33	408
Vida útil (anos)	5	1 a 5	2	

8. Passivo de arrendamento e debêntures. 8.1. Passivo de arrendamento. (a) Composição

Modalidade	Vencimentos	2023	2022
Passivo de arrendamento	fev/24	449	171
Circulante		372	161
Não circulante		77	10
		449	171

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, a taxa utilizada varia de 18,30% a 19,56%.

(b) Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	171	296
(+) Adição de principal	809	362
(-) Baixas	(8)	(136)
(-) Amortização principal	(620)	(411)
(+) Amortização AVP	97	60
Saldo no final do exercício	449	171

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2023	2022
2025	65	65
2026	12	12
	77	77

8.2. Debêntures. (a) Composição

Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
Capital de giro	16,09%	mai/2024	880	(372)	193.089	167.082
(-) Custo de transação					(372)	(262)
Total			880	(372)	192.717	166.820

Em 22 de maio de 2023 a Companhia efetuou o primeiro aditamento da 3ª emissão de debêntures simples, alterando a data de vencimento para 01 de maio de 2024 e a remuneração, passando a incidir a taxa de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 2,50% a.a. a partir de 29 de junho de 2023 até a data de vencimento das debêntures.

(b) Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	166.820	144.996
(+) Encargos financeiros	26.007	21.301
(-) Adição do custo de transação	(880)	
(-) Amortização de custo de transação	770	523
Saldo no final do exercício	192.717	166.820

(c) Garantias: A 3ª emissão de debêntures possui garantia fidejussória da BRK Ambiental Participações S.A.

9. Tributos a pagar

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social	532	
PIS e COFINS (i)	1.391	
ISS	27	11
Impostos retidos de terceiros	27	18
	27	1.952

(i) A baixa na linha de PIS e COFINS refere-se à transferência do saldo para contas de natureza de diferido.

10. PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social	82.639	80.070
Circulante	2.318	3.252
Não circulante	80.321	76.818

11. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar. (a) Composição

	2023	2022
Dividendos a pagar	27	303
BRK Ambiental	4.567	20.301
RDP	4.594	20.604

JCP a pagar

	2023	2022
BRK Ambiental	21	14
RDP	3.434	2.336
	3.455	2.350
	8.049	22.954

(b) Movimentação

Dividendos a pagar	Saldo inicial	Provisão	Imposto de renda retido na fonte	Pagamento	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios (i)	Saldo final
BRK Ambiental	303	26	(214)	(88)	(27)	27
RDP	20.301	4.567	(5.182)	(15.119)	(4.567)	4.567
	20.604	4.593	(5.396)	(15.207)	(4.594)	4.594

Juros sobre capital próprio

	2023	2022
BRK Ambiental	14	8
RDP	2.336	1.292
	2.350	1.300
Em 31/12/2023	22.954	5.893
Em 31/12/2022	13.734	15.206

Em 26 de abril de 2022, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios referentes a destinação do lucro líquido de 2021, no montante de R\$ 5.736. Em 27 de abril de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios referentes a destinação do lucro líquido de 2022, no montante de R\$ 15.207. **12. Partes relacionadas. (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:**

	2023	2022
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	1.080	1.397
Custos/despesas operacionais	(9.151)	(6.392)
Resultado financeiro	(3.577)	(3.094)

Demais partes relacionadas (i)

	2023	2022
BRK Ambiental	1.080	1.397

O saldo mantido com partes relacionadas do passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. (i) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado. **(b) Passivo de arrendamento partes relacionadas:** O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas com a Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), anteriormente denominada como Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde") totalizando R\$ 124 (2022 – R\$ 126), com vencimento de fevereiro de 2024. Essas transações estão vinculadas a um contrato global celebrado em 6 de agosto de 2019, com vigência de cinco anos, de acordo com os termos estabelecidos. **13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.**

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2023	2022
Passivo diferido	(153.460)	(146.683)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido

	2023
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.376
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	73.956
	82.332

Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:

	2023	2022
2024	6.411	6.411
2025	6.641	6.641
2026	6.641	6.641
2027	6.641	6.641
2028	6.6	

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS S.A.

CNPJ: 08.774.784/0001-17

14. Provisões para contingências

	Reclamações cíveis	Contingências e previdenciárias	Tri-butárias	Total
Em 1º de janeiro de 2023		162		162
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.276		11	1.287
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estomados	(600)			(600)
(-) Pagamentos	(76)			(76)
Em 31 de dezembro de 2023	600	162	11	773

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. (a) **Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. **Processos de natureza cível** – Referem-se a processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza tributária e previdenciárias no montante de R\$ 6.705 (2022 – R\$ 37), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** – Referem-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 16 (2022 – R\$ 27), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 2.142 (2022 – R\$ 2.001), representado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexo para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. **Processos de natureza ambiental** – Referem-se a processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa por descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 34.829 (2022 – R\$ 20.931), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

	2023
Reclamações cíveis	6.705
Trabalhista	16
Tributária	2.142
Ambiental	34.829
Total	43.692

15. Benefícios a empregados

	2023	2022
Passivo atuarial (Nota 15.1)	16	20
Incentivos de longo prazo (Nota 15.2)	374	390
	390	20

15.1. Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego

	2023	2022
(i) Premissas atuariais		
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	5,55% a.a.	6,40% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944	IAPB-57
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos
(ii) Movimentação		
Saldo no início do exercício	20	29
(+) Adição de principal	3	6
(+) Adição de juros	2	3
(-) Remensuração de perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes	(9)	(18)
Saldo no final do exercício	16	20

15.2. Incentivos de longo prazo: O programa de incentivo de longo prazo

(Programa de Matching) refere-se à bonificação de diretores elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia da Companhia, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos e com início em 16 de agosto de 2021. O Programa de Matching é facultativo e tem como base a aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Participação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo valuation da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferências. Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia está no montante de R\$ 374.

16. Patrimônio líquido. (a) Capital social

	% participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
BRK Ambiental Participações S.A.	0,58	0,58	1.068	1.068	754.132	754.132
BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A.	99,42	99,42	184.073	184.073	129.962.895	129.962.895
	100,00	100,00	185.141	185.141	130.717.027	130.717.027

(b) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido calculados nos termos da legislação brasileira. Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações. Em 31 de maio de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária o pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 1.300. Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro após a constituição da reserva legal, no valor de R\$ 4.594 (2022 – R\$ 15.207). No exercício de 2023 foi efetuada a reversão da provisão de dividendos adicionais e dividendos mínimos de 2022 no valor de R\$ 30.441 e R\$ 15.207, respectivamente.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	19.342	19.342
Constituição de reserva de lucros		
Legal – 5%	(967)	(967)
Lucro ajustado	18.375	18.375
Juros sobre capital próprio	(1.300)	(1.300)
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(4.594)	(4.594)
Dividendos adicionais propostos	12.481	12.481

(c) **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas no período. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	19.342	64.029
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	130.717	130.717
Lucro básico por ação	0,15	0,49

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. (d) **Reserva de capital:** A Companhia mantém registrada reserva oriunda do aporte em seu capital social realizado em 25 de setembro de 2008. (e) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (f) **Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76. Objetivando o cumprimento da determinação legal prevista no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei 11.638/07, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou um excesso das reservas de lucros em relação ao montante do capital social no montante de R\$ 12.481. A proposta da Administração a ser deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária é que o saldo excedente relativo ao exercício encerrado em 2023 seja proposto como dividendos complementares, no montante de R\$ 12.481 (2022 – R\$ 30.441), destacado como dividendo adicional proposto em conformidade com o ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos. (g) **Ajuste de avaliação patrimonial. Obrigações com benefícios pós emprego:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi realizada a remensuração no montante de R\$ 6 (2022 – R\$ 12), através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços (Nota 15.1 (ii) e 13 (aj)).

17. **Resultado do exercício. (a) Receitas:** A reconciliação das receitas brutas auferidas no exercício é como segue:

	2023	2022
Operações		
Receita de esgoto	82.402	115.981
Receita de construção	7.308	6.820
Receita do ativo financeiro	8.538	12.321
	98.248	135.122
Impostos e contribuições sobre serviços	(9.088)	(13.423)
	89.160	121.699

específica de cada contrato. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de classificação dos gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. **Como nossa auditoria tratou o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo e riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à classificação dos gastos com infraestrutura entre custos de construção e despesas de manutenção e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à classificação dos gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e classificados como custos de construção durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custos de construção ou despesas de manutenção; • Recálculo da margem de construção e da atualização dos ativos financeiros da concessão, reconhecidas no exercício de 2023, e comparação do resultado desses cálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos classificados como custo da infraestrutura da concessão e para a definição das premissas utilizadas na determinação e avaliação dos ativos financeiros da concessão, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

(b) Despesa por natureza

Classificadas por natureza:	2023	2022
Custo de construção (ii)	(6.486)	(5.960)
Pessoal		
Remunerações	(4.511)	(3.038)
Encargos sociais e trabalhistas	(1.299)	(937)
Benefícios	(1.944)	(1.700)
	(7.754)	(5.675)
Materiais	(1.033)	(1.383)
Serviços		
Aluguéis e condomínios	(1.732)	(1.998)
Manutenções	(664)	(783)
Auditorias, consultorias e assessorias	(2.432)	(3.030)
Serviços pessoa física e jurídica	(1.239)	(1.333)
Outros	(208)	(273)
	(6.275)	(7.417)
Tributos, taxas e contribuições	(82)	(198)
Partes relacionadas (Nota 12)	(9.151)	(6.392)
Seguros	(375)	(353)
Depreciação e amortização	(618)	(459)
Reversão de ISS (i)		26.480
Outras	362	386
	(31.412)	(971)

Classificadas por função:

	2023	2022
Custo dos serviços prestados	(15.093)	(15.267)
Gerais e administrativas	(16.321)	(12.168)
Outras receitas, líquidas	2	26.464
	(31.412)	(971)

(i) Refere-se ao estorno do saldo em face à decisão transitada e julgada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em que ratificou as liminares de 2019 e 2020 que eram favoráveis à inexistência à cobrança do ISS sobre a prestação de serviços de esgotamento sanitário. (ii) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

(c) Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.371	1.586
Variações monetárias	34	11
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(65)	(74)
	1.340	1.523

Despesas financeiras

	2023	2022
Juros e variações monetárias	(26.007)	(21.295)
Amortização do custo de transação	(770)	(523)
Partes relacionadas (Nota 12)	(3.577)	(3.094)
AVP	(97)	(60)
Juros obrigações com benefícios pós emprego	(2)	(3)
Outras	(113)	(340)
	(30.566)	(25.315)
	(29.226)	(23.792)

Resultado financeiro, líquido

18. **Seguros:** A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2023	2022
Garantia de contrato	5.905	5.581
Responsabilidade civil (i)	50.000	50.000
Risco de engenharia	6.573	6.573
Riscos operacionais (ii)	400.000	400.000
Veículos	250	250
Risco ambiental (i)	130.000	130.000

(i) A contratação do seguro é realizada em apólice única, considerando os riscos de toda a operação da BRK Ambiental e de suas controladas no território nacional, o valor limite de cobertura é compartilhado por toda a operação podendo ser utilizado por uma ou mais empresas ao longo da vigência do contrato. (ii) A contratação do seguro é realizada em apólice única, considerando os valores de ativos da BRK Ambiental e de suas controladas, os quais são declarados individualmente na apólice e o valor máximo indenizável é o montante declarado em ativos da respectiva Companhia. **19. Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa):** No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Informações suplementares aos fluxos de caixa

Contas a receber	2023	2022
Total de movimentação do contas a receber (Nota 6)	(27.772)	(27.772)
Principais itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	1.248	1.248
Total da movimentação no contas a receber conforme demonstração do fluxo de caixa	(26.524)	(26.524)
Principais itens que afetaram o contas a receber, mas não envolvem caixa:		
Fornecedores	426	426
Tributos diferidos	676	676
Margem de construção do exercício	146	146
Total	1.248	1.248

DIRETORIA:

Antonio e Alexandre Maia Santiago

Contador:

Adelmo da Silva de Oliveira

CRC/BA 028385/O-6

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Bruno Marchetti Moretti
Contador
CRC SP-321238/O

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 09.356.040/0001-45

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio das Ostras, 28 de março de 2024.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	16	94	9.411	9.941
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)			38.927	35.154
Contas a receber (Nota 6)			2.355	1.182
Tributos a recuperar	982	837	2.371	1.893
Estoques				
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 7 (c))	8.001	22.637		
Despesas antecipadas			309	231
Outros ativos			16	7
	<u>8.999</u>	<u>23.568</u>	<u>53.389</u>	<u>48.408</u>
Não circulante				
Contas a receber (Nota 6)			854.861	830.862
Tributos a recuperar			292	154
Despesas antecipadas				65
Depósitos judiciais			25	
			<u>855.178</u>	<u>831.081</u>
Investimentos em controlada (Nota 7 (b))	463.836	435.340		
Imobilizado			236	275
Ativo de direito de uso			408	141
Intangível			1	2
	<u>463.836</u>	<u>435.340</u>	<u>855.823</u>	<u>831.499</u>
Total do ativo	472.835	458.908	909.212	879.907

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)					
Em 1º de janeiro de 2022	Atribuíveis aos acionistas da controladora				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros legal	Reserva de lucros retidos	Ajuste patrimonial
Resultado do exercício:					
Lucro do exercício					60.615
Outros resultados abrangentes:					
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))				11	11
Total do resultado abrangente do exercício				11	60.626
Transação de capital com sócio:					
Aumento de capital (Nota 16 (a))	900				900
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (e))				(14.396)	(14.396)
Reversão de dividendos (Nota 11 (b))			5.342		5.342
Constituição de reservas (Nota 16 (d) e (f))			3.030	43.189	(46.219)
Em 31 de dezembro de 2022	190.782	18.250	5.179	140.589	357.325
Resultado do exercício:					
Lucro do exercício					17.365
Outros resultados abrangentes:					
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 16 (g))				6	6
Total do resultado abrangente do exercício				6	17.371
Transação de capital com sócio:					
Aumento de capital (Nota 16 (a))	14.800				14.800
Juros sobre capital próprio (Nota 11 (b))					(7)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16 (e))				(4.124)	(4.124)
Reversão de dividendos (Nota 11 (b))			14.396		14.396
Constituição de reservas (Nota 16 (d) e (f))			869	12.372	(13.241)
Em 31 de dezembro de 2023	205.582	18.250	6.048	167.357	397.242

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em 7 de fevereiro de 2008, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, na área de saneamento público. A sede da Companhia está localizada na Rua Duque de Caxias, nº 443, Rio das Ostras, Rio de Janeiro. A Companhia é controladora da BRK Ambiental – Rio das Ostras S.A. ("Rio das Ostras"), que possui contrato de Parceria Pública Privada ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa com o Município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro e tem como atividade preponderante, a operação da totalidade do sistema de esgotamento pelo prazo de 15 anos, após a ampliação do sistema de esgotamento sanitário que foi concluída em abril de 2009, reajuste anual através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e compreendeu a construção de rede coletora, drenagem de água pluviais, pavimentação, coletores tronco, estações elevatórias e ampliação da estação de tratamento de esgoto. A Rio das Ostras tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. A controladora Rio das Ostras assinou em 20 de dezembro de 2017 o Memorando de Entendimentos (Acordo) com o Município de Rio das Ostras (Poder Concedente), cujo objetivo era estabelecer um mecanismo para que as Partes pudessem dar continuidade a operação, garantindo a prestação do serviço público essencial desempenhado pela controladora Rio das Ostras e de acordo com a capacidade de pagamento do Município. Considerando que o Poder Concedente não efetuou nenhum dos pagamentos nele previstos, a controladora Rio das Ostras solicitou seu cancelamento em 23 de agosto de 2018. No caso de inadimplemento da obrigação de pagamento pelo Poder Concedente o Fundo Garantidor da PPP, gerido e administrado pelo Banco do Brasil, possui a obrigação de realizar os pagamentos do saldo devedor além de eventuais multas e encargos. Conforme art. 11 da Lei Municipal nº 1.029/2006 a referida obrigação do Fundo Garantidor permanecerá mesmo após o término do contrato da PPP, contratualmente previsto para maio de 2024, até a quitação total dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo") e controlada pela BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"). Em 31 de dezembro de 2023, o consolidado apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 148.319 (2022 – R\$ 145.450), principalmente em função do saldo das debêntures no curto prazo da controladora Rio das Ostras, cujo vencimento é em maio de 2024. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. (a) **Programa SOX:** No exercício de 2023 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia e sua controlada foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial incomformidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia e sua controlada fazem parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. (b) **Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia e sua controlada, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o cumprimento das legislações e regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e de integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia e sua controlada, também são certificadas na ISO 37001, que trata sobre o sistema de gestão anti-suborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas anti-suborno e anticorrupção adotados. (c) **ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** No primeiro trimestre de 2023, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade através do ESG Risk Rating da Sustainalytics, que classificou seu risco como baixo, obtendo (12.7) como resultado. O rating avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 16 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental obteve a melhor nota das Américas e a terceira melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia e sua controlada no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, às quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **2.2 Consolidação.** (a) **Companhia consolidada:** As demonstrações financeiras consoli-

dadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada em 31 de dezembro de 2023, na qual é mantida a seguinte participação acionária:

Local de constituição e operação	Negócio	Quantidade de ações		Participação no capital social (%)	
		2023	2022	2023	2022
Rio das Ostras	Brasil (RJ) Esgoto	129.962.895	129.962.895	99,42	99,42

(b) **Controlada:** Controlada é toda a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o resultado da controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial. (c) **Transações com participações de não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores que não resultem em perda de controle são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo e correspondem aos valores a receber da Prefeitura do Município de Rio das Ostras pela prestação de serviços decorrentes da concessão administrativa descrita em contrato PPP, no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, quando aplicável. O direito a faturar de clientes é classificado como: **Contratos de concessão (Ativo financeiro):** São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção. **2.5 Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.6 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia e sua controlada não possuem risco sacado. **2.7 Ativos financeiros e não financeiros. 2.7.1 Classificação:** A Companhia e sua controlada, classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia e sua controlada apresentam todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio de resultado, nota 4.4. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.7.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. A Companhia e sua controlada possuem esse direito, razão pela qual, à medida que executa as construções e melhorias, reconhece um ativo financeiro. **2.7.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros. (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia e sua controlada avaliam na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. (b) **Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de serviços (Nota 17 (a))			89.160	121.699
Custos dos serviços prestados (Nota 17 (b))			(15.093)	(15.267)
Lucro bruto			74.067	106.432
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 17 (b))	(196)	(269)	(16.517)	(12.437)
Outras receitas, líquidas (Nota 17 (b))			2	26.464
Equivalência patrimonial em empresa controlada (Nota 7 (b))				
	<u>19.230</u>	<u>63.659</u>		
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	19.034	63.390	57.552	120.459
Resultado financeiro (Nota 17 (c))				
Receitas financeiras	70	75	1.410	1.598
Despesas financeiras	(1.749)	(2.870)	(32.315)	(28.185)
Resultado financeiro, líquido	(1.679)	(2.795)	(30.905)	(26.587)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.355	60.595	26.647	93.872
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 13 (b))			(2.406)	(2.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (b))			10	20
Lucro do exercício	17.365	60.615	17.477	60.984
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia			17.365	60.615
Participação dos não controladores			112	369
			<u>17.477</u>	<u>60.984</u>
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia (em R\$ por ação) (Nota 16 (b))	0,13	0,45	0,13	0,45

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	17.365	60.615	17.477	60.984

Itens que não serão reclassificados para o resultado (Nota 16 (g))

Obrigações com benefícios pós-emprego – controlada	9	17	9	17
Efeitos fiscais	(3)	(6)	(3)	(6)
	<u>6</u>	<u>11</u>	<u>6</u>	<u>11</u>

Total do resultado abrangente do exercício **17.371** **60.626** **17.483** **60.995**

Atribuível a	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Acionistas da Companhia			17.365	60.615
Participação dos não controladores			112	369
			<u>17.477</u>	<u>60.984</u>

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.355	60.595	26.647	93.872
Ajustes				
Depreciação			83	92
Amortização do ativo de direito de uso			535	366
Valor residual do ativo de direito de uso baixados			(1)	3
Equivalência patrimonial	(19.230)	(63.659)		
Provisão para contingências			687	9
Margem de construção			(146)	(137)
Benefícios a empregados			373	6
Ajuste a valor presente			97	60
Juros e variações monetárias, líquidos	1.403	2.479	28.182	24.306
Reversão de provisão			(472)	(585)
			<u>56.457</u>	<u>145.057</u>

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber			(26.554)	(86.556)
Tributos a recuperar	49	(74)	(1.118)	(12)
Estoques			(478)	(715)
Dividendos a receber	5.182	200		
Depósitos judiciais			(25)	
Despesas antecipadas			(13)	142
Outros ativos			(9)	6
Fornecedores	(5)	(14)	(865)	423
Salários e encargos sociais			120	88
Tributos a pagar			(1)	(618)
Partes relacionadas	236	429	(18.081)	(15.538)
PIS e COFINS diferidos			1.893	39.415
Provisões para contingências			(76)	(9)
Outros passivos			(429)	(2)
Caixa aplicado nas operações	4.990	(45)	10.204	(631)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(3.908)	(1.655)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	4.990	(45)	6.296	(2.286)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado			(42)	(86)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(42)	(86)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos			(215)	
Amortização de passivo de arrendamento			(621)	(411)
Custo de transação sobre ingressos de debêntures				(880)
Amortizações das debêntures	(15.312)		(15.312)	
Juros pagos de debêntures	(4.561)		(4.561)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.805	100	14.805	100
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(5.068)	100	(6.784)	(311)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(78)	55	(530)	(2.683)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94	39	9.941	12.624
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16	94	9.411	9.941

pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.8 Intangíveis. (a) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrangente: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado: Equipamentos de informática – 5 a 10 anos; Máquinas e equipamentos – 5 a 20 anos; Móveis e utensílios – 5 a 10 anos; Edificações – 10 a 25 anos. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado. **2.10 Debêntures:** São reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como des

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 09.356.040/0001-45

os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) Ativos de direito de uso: A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 5 anos. (iii) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)). As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferido são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para a acionista da Companhia e sua controlada é reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como atividade operacionais. **2.14 Adiantamento para futuro aumento de capital:** Os adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") têm por finalidade exclusiva o aumento de capital social pelo acionista da Companhia. A quantidade de ações a serem emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs será determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelo acionista, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão. **2.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços de esgoto – controlada:** As receitas do serviço de esgoto são conhecidas por ocasião dos serviços de esgotamento sanitário prestados e medidos, conforme contrato PPP. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia e sua controlada na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia e sua controlada na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)), já que a Companhia e sua controlada adotam como prática a terceirização dos serviços de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2023 e 2022 é de 2%. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados. **(c) Receita de ativo financeiro:** A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente ao contrato PPP e, contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações da Companhia e sua controlada. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. **(d) Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.16 PIS e COFINS diferidos:** O saldo refere-se a tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro. **2.17 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.18 Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.19 Benefícios a empregados. (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia e sua controlada, disponibilizam um plano de Previdência Complementar através da entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade, sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **Outros benefícios pós-emprego:** A Companhia e sua controlada concedem determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia e sua controlada reconhecem as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuariais que projetam os benefícios futuros. A Companhia e sua controlada acompanham as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. **(b) Participação nos lucros:** A Companhia e sua controlada, reconhecem um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e sua controlada e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **2.20 Pronunciamentos novos ou revisados em 2023:** A Companhia e sua controlada revisaram certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50 – Contratos de Seguro:** O CPC 50 – Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 – Contratos de seguro emitido em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é de um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do CPC):** As alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionan-

do guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, enquanto na mensuração, reconhecimento ou apresentação não tivemos impactos de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 32: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** As alterações ao CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 32: Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois:** As alterações ao CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE (Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico) sobre BEPS (Base erosion and profit share) e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória, cujo uso deve ser divulgado, entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 06 (R2) – Arrendamentos: Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e arrendamento de volta):** Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, através da revisão 23, para determinar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar na mensuração da responsabilidade de locação numa transação de venda e arrendamento de volta, com o intuito de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer montante do ganho ou perda que esteja relacionado com o direito de uso que ele mantém. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente às transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 60 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Adicionalmente, uma exigência de divulgação é requerida quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de postergar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da alteração e se acordos de empréstimo em vigor podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** Em janeiro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação de um fe de esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais decorrentes desses acordos. Os requisitos de divulgação têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e sua controlada reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia e sua controlada mantêm o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e sua controlada. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia e sua controlada. Anualmente, a Companhia e sua controlada revisam as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos,

são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia e em sua controlada estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A Administração da Companhia e sua controlada, apoiadas na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classificam esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia e sua controlada mantêm provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos previdenciários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com a possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia e sua controlada não fazem provisão e destacam em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é pequeno. Para esses processos, a Companhia e sua controlada não fazem provisão e nem divulgam em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia e de sua controlada acreditam que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia e sua controlada, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** A controlada usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer o uso de certas estimativas, conforme descrito na (Nota 2.15 (b)). **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro. Considerações gerais:** A Companhia e sua controlada participam em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, debêntures e partes relacionadas. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia e sua controlada têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e sua controlada, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia e sua controlada. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada não participaram de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos. **(a) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de passivo de arrendamento, debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2023	2022
Total de passivo de arrendamento (Nota 8.1).....	449	172
Total de debêntures (Nota 8.2).....	192.717	185.290
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	(9.411)	(9.941)
Dívida líquida.....	183.755	175.521
Total do patrimônio líquido.....	399.934	357.325
Total do capital.....	583.689	532.846
Índice de alavancagem financeira – %.....	31%	33%

4.3 Estimativa do valor justo: Caixa e equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por fundos de investimento, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil e Ajuste a Valor Presente ("AVP"), estejam próximos de seus valores justos. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da Brasil, Bolsa Balção – "B3". A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia e sua controlada, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados no quadro a seguir, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo. **4.4 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são classificados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	16	16	94	94
Contas a receber (Nota 6).....			893.788	893.788
	16	16	903.199	903.199
Passivos financeiros pelo custo amortizado				
Fornecedores.....		(5)	(5)	(1.096)
Passivo de arrendamento (Nota 8.1).....			(449)	(449)
Debêntures (Nota 8.2).....		(18.470)	(18.437)	(192.717)
Partes relacionadas (Nota 12).....	(2.685)	(2.685)	(2.449)	(3.765)
	(2.685)	(2.685)	(20.924)	(20.891)

O aumento do contas a receber refere-se à redução no recebimento da contraprestação realizada pelo Município de Rio das Ostras (Nota 1). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer.....	13.869	13.252
Até 30 dias.....	13.869	13.252
De 31 a 60 dias.....	13.869	13.252
De 61 a 90 dias.....	13.869	13.252
De 91 a 180 dias.....	41.606	39.757
Mais de 180 dias.....	757.778	669.230
Valores a faturar.....	13.869	13.252
Contas a receber de clientes.....	868.729	775.247
Direitos a faturar.....	25.059	90.769
Total.....	893.788	866.016

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento.....	16	94	41	171
Aplicações financeiras (i).....			9.370	9.770
	16	94	9.411	9.941

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Fundos de Investimentos, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração de 9,5% do CDI (31 de dezembro de 2022 – 101,8% do CDI). **6 Contas a receber:** As contas a receber são representadas, substancialmente, por direitos a faturar do contrato de PPP qualificado como operações de ativo financeiro com o Município de Rio das Ostras, e podem ser assim apresentados:

	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber de clientes.....	868.729	775.247
Direitos a faturar.....	25.059	90.769
	893.788	866.016
Circulante.....	38.927	35.154
Não circulante.....	854.861	830.862

7 Investimentos. (a) Resumo das informações financeiras da controlada:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante	Lucro do exercício	Lucro do exercício
Rio das Ostras.....	99.42	52.392	205.586	(153.194)	855.823	236.101

(b) Movimentação do investimento

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Passivo não circulante	Lucro do exercício	Lucro do exercício
Rio das Ostras.....	99.42	47.477	198.019	(150.542)	831.499	243.090

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber. (i) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rio das Ostras.....	4.567	20.301		

(ii) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Saldo início do exercício	Saldo final do exercício	Saldo início do exercício	Saldo final do exercício
Rio das Ostras.....	20.301	4.567		

8 Passivo de arrendamento e debêntures. 8.1 Passivo de arrendamento. (a) Composição

	Consolidado	
	2023	2022
Modalidade.....		
Vencimentos.....	fev/24	
Passivo de arrendamento.....	449	172
Circulante.....	372	162
Não circulante.....	77	10

(b) Movimentação

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício.....	172	296
(+) Adição de principal.....	809	361
(-) Baixa.....	(8)	(134)
(-) Amortização principal.....	(621)	(411)
(+) Amortização AVP.....	97	60
Saldo no final do exercício.....	449	172

(c) Vencimentos

	Consolidado	
	2023	2022
2025.....	65	
2026.....	12	
	77	

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 09.356.040/0001-45

8.2 Debêntures	Encargos médios anuais	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		
(a) Composição					2023	2022
Modalidade						
Controladora						
Capital de giro						18.499
(-) Custos de transação						(29)
						18.470
Controlada						
Capital de giro	16,09%	mai/2024	880	(372)	193.089	167.082
(-) Custos de transação						(372)
						(262)
						192.717
						166.820
Total						
Total de debêntures curto prazo						
						193.089
(-) Custo de transação						(372)
						(291)
Circulante						192.717
						185.290
Total						
						192.717
						185.290

Em 22 de maio de 2023 a controlada da Companhia efetuou o primeiro aditamento da 3ª emissão de debêntures simples, alterando a data de vencimento para 01 de maio de 2024 e a remuneração, passando a incidir a taxa de 100% do CDI, acrescida de spread de 2,50% a.a. a partir de 29 de junho de 2023 até a data de vencimento das debêntures.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	18.470	15.991	185.290	160.987
(+) Encargos financeiros	1.374	2.420	27.381	23.721
(-) Amortização principal	(15.312)	(15.312)	(15.312)	(15.312)
(-) Amortização juros	(4.561)	(4.561)	(4.561)	(4.561)
(-) Adição de custo de transação			(880)	
(+) Amortização do custo de transação	29	59	799	582
Saldo no final do exercício	18.470	192.717	185.290	167.082

(c) **Garantias:** A 3ª emissão de debêntures possui garantia fidejussória da BRK Ambiental Participações S.A.

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
9 Tributos a pagar		
Imposto de renda e contribuição social	568	1.372
PIS e COFINS (i)	27	13
Impostos retidos de terceiros	27	1.953

(i) A baixa na linha de PIS e COFINS refere-se à transferência para contas de natureza de diferido.

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
10 PIS e COFINS diferidos		
PIS e COFINS sobre as receitas	82.639	80.070
Circulante	2.318	3.252
Não circulante	80.321	76.818

11 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio a pagar				
BRK Ambiental	21	14		
Dividendos a pagar				
BRK Ambiental	72.803	83.075	72.829	83.377
	72.803	83.075	72.850	83.391
Circulante	4.124	4.171	316	
Não circulante	68.679	83.075	68.679	83.075

	Saldo início do exercício	Adição	Reversão de dividendos (i)	Saldo no final do exercício
Dividendos a pagar				
BRK Ambiental Participações S.A.	83.075	4.124	(14.396)	72.803
Saldo em 31 de dezembro de 2023 ..	83.075	4.124	(14.396)	72.803
Saldo em 31 de dezembro de 2022 ..	74.021	14.396	(5.342)	83.075

	Saldo início do exercício	Adição	Reversão de dividendos (i)	Saldo no final do exercício
Juros sobre capital próprio				
BRK Ambiental Participações S.A.	14	8	(1)	21
Dividendos a pagar				
BRK Ambiental Participações S.A.	83.377	4.150	(14.483)	72.829
Saldo em 31 de dezembro de 2023 ..	83.391	4.158	(14.483)	72.850
Saldo em 31 de dezembro de 2022 ..	74.284	14.483	(5.375)	83.391

(i) Em 26 de abril de 2022, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios referentes a destinação do lucro líquido de 2021, no montante de R\$ 5.342 na Companhia e R\$ 33 na controlada. Em 27 de abril de 2023, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios referentes a destinação do lucro líquido de 2022, no montante de R\$ 14.396 na Companhia e R\$ 87 na controlada. **12 Partes relacionadas. (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:**

	Passivo não circulante	Resultado partes relacionadas	Resultado financeiro	
	2023	2022	2023	2022
BRK Ambiental				
	2.685	2.449	(45)	(104)
			(191)	(342)

	Passivo não circulante	Resultado partes relacionadas	Resultado financeiro	
	2023	2022	2023	2022
BRK Ambiental				
	3.765	21.846	(9.196)	(6.498)
			(3.768)	(3.436)

O saldo mantido com partes relacionadas do passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. O saldo do passivo não circulante, refere-se, substancialmente, ao ratio de despesas mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado. **(b) Passivo de arrendamento partes relacionadas:** O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas com a Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), anteriormente denominada como Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde"), totalizando R\$ 124 (2022 – R\$ 126), com vencimento em fevereiro de 2024. Essas transações estão vinculadas a um contrato global celebrado em 6 de agosto de 2019, com vigência de cinco anos, de acordo com os termos estabelecidos. **13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Passivo diferido	(153.460)	(146.693)
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia e sua controlada, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:		

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.376	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	73.956	
	82.332	
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		
2024	8.376	
2025	6.641	
2026	6.641	
2027	6.641	
2028	6.641	
2029	6.641	
2030	6.641	
2031	6.641	
2032	6.641	
2033	6.641	
Demais anos	14.187	
	82.332	

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(235.792)	
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:		
2025	(22.138)	
2026	(22.138)	
2027	(22.138)	
2028	(22.138)	
2029	(22.138)	
2030	(22.138)	
2031	(22.138)	
2032	(22.138)	
2033	(22.138)	
Demais anos	(36.550)	
	(235.792)	

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (153.460) Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia e sua controlada, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	Consolidado
	2022	2022	2023	2023
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	82.892	(1.066)		81.826
Provisões	157	292		449
Lei 9656 – Obrigações com benefícios pós-emprego	7	2	(3)	6
Arrendamentos CPC 06	33	18		51
Total ativo diferido	83.089	(754)	(3)	82.332
Compensação CPC 32	(83.089)		757	(82.332)
		(754)	(3)	757
Passivo fiscal diferido				
Lucros diferidos (órgãos governamentais)	(216.583)	(16.153)		(232.736)
Contrato ativo financeiro	(10.877)	8.575		(2.302)
Capitalização de juros e custo de transação	(12)	(28)		(40)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei 12.973	(2.310)	1.596		(714)
Total fiscal passivo diferido	(229.782)	(6.010)		(235.792)
Compensação CPC 32	83.089		(757)	82.332
	(146.693)	(6.010)	(757)	(153.460)

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia e de sua controlada, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	17.355	60.595	26.647	93.872
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.901)	(20.602)	(9.060)	(31.916)
Efeito das adições (exclusões) permanentes	5.911	20.622	(110)	(972)
Equivalência patrimonial	6.538	21.644		
Incentivos fiscais			55	40
Juros sobre o capital próprio	(439)		3	
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido		(1.022)		(1.022)
Prejuízo fiscal (anos anteriores) constituído IR/CS diferido	(188)		(188)	
Outros			20	10
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	10	20	(9.170)	(32.888)
Composição do IR e da CS: Imposto de renda e contribuição social correntes			(2.406)	(2.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	20	(6.764)	(30.651)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	10	20	(9.170)	(32.888)
Alíquota efetiva	0,06%	0,03%	34,41%	35,03%

14 Provisões para contingências

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências tributárias	Total
Em 1º de janeiro de 2023		162		162
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	1.276		11	1.287
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estomados	(600)			(600)
(-) Pagamentos	(76)			(76)
Em 31 de dezembro de 2023	600	162	11	773

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia e sua controlada são réis e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Companhia e sua controlada estão envolvidas em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. **Processos de natureza cível** – Referem-se a processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza tributária e previdenciárias no montante de R\$ 6.705 (2022 – R\$ 37), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** – Referem-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 16 (2022 – R\$ 27), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 2.142 (2022 – R\$ 2.001), representado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para a data base de 31 de dezembro de 2023 e continua monitorando a evolução do assunto. **Processos de natureza ambiental** – Referem-se a processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 34.829 (2022 – R\$ 20.931), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

	2023	2022
Natureza		
Reclamações cíveis	6.705	
Trabalhistas	16	
Tributárias	2.142	
Ambientais	34.829	
Total	43.692	

	2023	2022
15 Benefícios a empregados		
Passivo atuarial (Nota 15.1)	16	20
Incentivos de longo prazo (Nota 15.2)	374	
	390	20

	15.1 Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego	2023	2022
(i) Premissas atuariais			
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	5,55% a.a.	6,40% a.a.	
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.	
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.	
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.	
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%	
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)	
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944	IAPB-57	
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos	

	Consolidado	Consolidado
	2023	2022
(ii) Movimentação		
Saldo no início do exercício	20	29
(+) Adição de principal	3	6
(+) Adição de juros		

BRK AMBIENTAL – RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 09.356.040/0001-45

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A.
Rio das Ostras – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Infraestrutura da concessão:** Em 31 de dezembro de 2023, a controlada BRK Ambiental Rio das Ostras S.A. mantém registrado saldo de direitos a faturar, divulgado na nota explicativa 6 com o montante de R\$25.059 mil, que se refere substancialmente aos ativos financeiros da concessão decorrente das receitas de construção dos contratos de concessão pública e serão recebidos das concedentes conforme cronograma de faturamento estabelecido em contrato de concessão. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos alocados como parte da infraestrutura da concessão. Adicionalmente, a mensuração dos ativos financeiros da concessão considera atualizações calculadas com base na taxa de desconto específica de cada contrato. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de classificação dos gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. **Como nossa auditoria tratou o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo e riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à classificação dos gastos com infraestrutura entre custos de construção e despesas de manutenção e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à classificação dos gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e classificados como custos de construção durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custos de construção ou despesas de manutenção; • Recálculo da margem de construção e da atualização dos ativos financeiros da concessão, reconhecidas no exercício de 2023, e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos classificados como custo da infraestrutura da concessão e para a definição das premissas

utilizadas na determinação e avaliação dos ativos financeiros da concessão, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Building a better
working worldERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/OBruno Marchetti Moretti
Contador – CRC SP-32138/O

GRAN SERVICES S.A.

CNPJ/ME nº 11.010.481/0001-32 - NIRE: 33.300.324.101

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 20 de Março de 2024

Data, Horário e Local: Às 10:00 horas, do dia 20 de março de 2024 na sede social da Gran Services S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Hildebrando Alves Barbosa, s/nº, km 06, Sítio São José e Itaparica, Parque Aeroporto, CEP: 27963-506. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa:** Miguel de Almeida Gradin, Presidente; e Clarice Silveira Dias Garcia, Secretária. **Ordem do Dia:** Apreciação sobre (i) Apresentação do relatório da administração e das Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia; (ii) Aprovação da publicação das Demonstrações Financeiras na forma do §3º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S/A"); (iii) Instruir o Diretor Presidente da Companhia a tomar as providências para convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, nos termos do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia e dos arts. 124 e 132 da Lei das S/A; (iv) Avaliação de performance da Companhia referente ao exercício de 2023 e aprovação de remuneração variável dos executivos; e (v) Reeleger os membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Análises e debates das matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) Após analisar e debater o relatório da administração e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, os Conselheiros, por entenderem que as Demonstrações Financeiras refletem a situação financeira da Companhia, deliberaram encaminhar-las ao acionista da Companhia recomendando suas aprovações pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. (ii) Aprovar as publicações das Demonstrações Financeiras na forma do § 3º do art. 133 da Lei das S/A, observada a deliberação que consta do item (i) acima. (iii) Orientar o Diretor Presidente a tomar as providências para convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia. (iv) Tendo em vista a performance extraordinária da Companhia referente ao exercício de 2023, conforme discutida e aprovada em reunião, aprovar remuneração variável dos executivos. (v) Reeleger como membros da Diretoria o (i) Sr. **Rodrigo Bandão Tourinho Dantas**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 515433110 expedida pelo SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob nº 775.936.935-20, na qualidade de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Mariana Boleiro Sitta**, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 30403119 expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob nº 339.346.288-18, na qualidade de Diretora sem designação específica; (iii) Sra. **Clarice Silveira Dias Garcia**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 20.024.786-4 - DIC/RJ, inscrita no CPF/ME sob nº 056.235.057-33, na qualidade de Diretora sem designação específica; e (iv) Sr. **Diego de Souza Mendonça**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 114362-27 expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 074.083.416-92, na qualidade de Diretor sem designação específica, todos com endereço à Estrada Hildebrando Alves Barbosa s/nº, km 6, Sítio São José e Itaparica, Parque Aeroporto, na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, CEP 27963-506. O mandato dos Diretores será unificado, até 20 de março de 2026. Os diretores tomam posse em seus cargos na presente data, mediante a assinatura dos Termos de Posse que constam nesta ata com Anexo I. **Encerramento da Reunião:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Macaé, 20 de março de 2024. **Miguel de Almeida Gradin** - Presidente; **Clarice Silveira Dias Garcia** - Secretária. **Conselheiros:** Miguel de Almeida Gradin, Mario Augusto Silva, Philippe Lamoure. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: Gran Services S.A. NIRE: 333.0032410-1. Protocolo: 2024/00316188-2. Data do protocolo: 09/04/2024. Certifico o arquivamento em 10/04/2024 sob o número 00006175219. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME Nº 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 27 dias do mês de março de 2024, às 9:00 horas, na sede da Austral Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.431-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração ("Conselho"), nos termos do § 2º do art. 16 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Bruno Augusto Sacchi Zarella**; e Secretária: **Daniella Lugarinho Fischer Matos**. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a apreciação das informações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e sua submissão à apreciação da assembleia geral ordinária; (ii) a eleição da Sra. Elizabeth Vieira Valente Bartolo como membro do Comitê de Auditoria da Companhia e a ratificação das providências tomadas pela Companhia para requerimento à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP da aprovação prévia para eleição dos Srs. Jorge Augusto Hirs Saab e Laenio Pereira dos Santos como membros do Comitê de Auditoria da Companhia e (iii) a aprovação do Relatório Anual de Auditoria Interna da Companhia referente ao exercício de 2023. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a prestação de contas da Diretoria, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e, diante disso, autorizar (i) a Diretoria da Companhia a divulgar tais informações e documentos nos termos da legislação aplicável e (ii) a submissão dos referidos documentos à apreciação da assembleia geral ordinária da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **5.2.** Aprovar a eleição da Sra. **Elizabeth Vieira Valente Bartolo**, abaixo qualificada, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos contados a partir do dia 1º de abril de 2024, e ratificar as providências tomadas pela Companhia para requerimento à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP da aprovação prévia para eleição dos Srs. **Jorge Augusto Hirs Saab** e **Laenio Pereira dos Santos**, abaixo qualificados, como membros do Comitê de Auditoria da Companhia. Nesse sentido, os conselheiros concordaram que, se a eleição dos Srs. Jorge Augusto Hirs Saab e Laenio Pereira dos Santos for aprovada pela SUSEP, na forma da Resolução nº 422/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, igualmente os elegerão para os referidos cargos, com mandato unificado ao da Sra. Elizabeth Vieira Valente Bartolo. **6. Elizabeth Vieira Valente Bartolo**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade 05.341.364-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 781.260.617-15, residente e domiciliado na Avenida Lucio Costa, nº 3360, bloco 05, apto. 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22360-010. **7. Jorge Augusto Hirs Saab**, brasileiro, solteiro, bacharel em administração de empresas, portador da carteira de identidade 28.543.042-7, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.669.798-33, residente e domiciliado na Alameda dos Anapurus, nº 1345, apto. 111, Indianópolis, São Paulo/SP, CEP 04087-004. **8. Laenio Pereira dos Santos**, brasileiro, separado judicialmente, contador, portador da carteira de identidade nº 062599/O-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 458.465.027-68, residente e domiciliado na Rua Santo Eduardo, QD 4/Lote 11, Santo Antônio, Niterói, Rio de Janeiro/RJ, CEP 24355-240. **5.3.** Aprovar o Relatório Anual de Auditoria Interna da Companhia referente ao exercício de 2023, o qual, por sua vez, foi avaliado anteriormente pelo Comitê de Auditoria da Companhia, nos termos da legislação aplicável. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Bruno Augusto Sacchi Zarella; Secretária: Daniella Lugarinho Fischer Matos; e **Membros do Conselho Presentes:** Bruno Augusto Sacchi Zarella; Gabriel Felzenszwalb; Laura Flavia Gé; Margô Isabel Black; Michel Cukierman, Rodolfo Riechert e Vinicius José de Almeida Albernaz, Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. **Mesa:** Bruno Augusto Sacchi Zarella - Presidente. **Daniella Lugarinho Fischer Matos** - Secretária. **Conselheiros presentes:** Bruno Augusto Sacchi Zarella; Gabriel Felzenszwalb; Laura Flavia Gé; Margô Isabel Black; Michel Cukierman; Rodolfo Riechert; Vinicius José de Almeida Albernaz. **Certidão Jucerja:** Certifico o Arquivamento em 02/04/2024 sob o número 00006160335. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

AUSTRAL RESEGUARDADORA S.A.

CNPJ/ME Nº 11.536.561/0001-26 / NIRE 33.3.0029245-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.431-002. **2. Publicações Legais:** Dispensadas as publicações legais de convocação, em razão da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, na forma do §4º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como nos termos do § 3º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. Dispensadas as publicações legais dos anúncios nos prazos de antecedência previstos para disponibilização de documentos, nos termos do artigo 133, §4º da Lei das Sociedades por Ações, tendo sido devidamente publicadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do §3º do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, no jornal Diário Comercial, nas páginas 09 a 14, nas edições impressa e digital do dia 28 de fevereiro de 2024. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades para convocação, tendo em vista a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos termos do § 3º do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: **Bruno de Abreu Freire**; e Secretária: **Daniella Lugarinho Fischer Matos**. **5. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a lavratura da ata na forma de sumário; (ii) as contas da administração, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **6. Deliberações:** A acionista presente deliberou o quanto segue: (I) Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. (II) Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (III) Aprovar e ratificar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 29.426.974,95 (vinte e nove milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), o qual será destinado da seguinte forma: (i) R\$ 1.471.348,75 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, foi destinado para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) o montante bruto de R\$ 14.861.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e um mil reais) foi devidamente registrado a título de crédito de juros sobre capital próprio devido à acionista da Companhia, cujo respectivo montante líquido de R\$ 12.631.850,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e um mil e oitocentos e cinquenta reais) foi integralmente pago em 15 de março de 2024, conforme a deliberação constante da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2023, tendo sido o referido valor líquido imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2023, conforme previsto no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) R\$ 13.094.626,20 (treze milhões, noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos) foram destinados para a constituição de reserva de lucros. (IV) Aprovar a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 no valor total de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). **7. Representante dos Auditores Independentes:** Fica expressamente dispensada, pela acionista, a presença do representante dos auditores independentes da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 134, §2º da Lei das Sociedades por Ações. **8. Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no artigo 134, §1º da Lei das S.A. **9. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **10. Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **11. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Sr. Bruno de Abreu Freire - Presidente e Sra. Daniella Lugarinho Fischer Matos - Secretária. **Acionista Presente:** Austral Participações S.A., representada na forma de seu Estatuto Social. **Administradores Presentes:** Bruno de Abreu Freire e Rodolfo Arashiro Rodrigues. Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2024. **Mesa:** Bruno de Abreu Freire - Presidente. **Daniella Lugarinho Fischer Matos** - Secretária. **Acionista Presente:** Austral Participações S.A. Por: Bruno de Abreu Freire - Diretor; Por: Rodolfo Arashiro Rodrigues - Diretor. **Certidão Jucerja:** Certifico o Arquivamento em 04/04/2024 sob o número 00006164411. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ/ME 18.201.378/0001-19

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração do VLT Carioca S.A. ("Companhia") convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, para sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada de forma exclusivamente digital, disponibilizando-se os dados de acesso ao ambiente virtual àqueles que comprovarem sua qualidade de acionistas (e, em caso de procuradores, a respectiva procuração), por solicitação a ser enviada ao e-mail societario.vltcarioca@grupoccr.com.br, sendo permitido o envio de manifestação de voto ao referido e-mail, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) As contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) A fixação da remuneração anual global para os administradores da Companhia para o exercício de 2024. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) A eleição de membros do Conselho de Administração e a designação do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, em razão de renúncias de alguns membros apresentadas à Companhia; e (ii) Os critérios gerais de remuneração da Companhia relativos ao exercício de 2024. Os documentos pertinentes à deliberação se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia, podendo ser enviados por e-mail. As procurações outorgadas aos representantes dos acionistas que participarão do ato, cujos mandatos não estejam arquivados na sede da Companhia, acompanhadas dos demais documentos de representação dos acionistas, deverão ser encaminhadas ao e-mail societario.vltcarioca@grupoccr.com.br, com no mínimo 30 minutos de antecedência da abertura dos trabalhos. **Igor de Castro Camillo** Presidente interino do Conselho de Administração

BANCO ARBI S/A

CNPJ/MF nº 54.403.563/0001-50 - NIRE 3330003066-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convidados os Srs. Acionistas do Banco Arbi S/A ("Sociedade") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que se realizará às 10h do dia 22/04/2024, na sede social da Sociedade, situada na Av. Niemeyer, 02, Térreo, parte, Leblon, RJ, CEP: 22.450-220, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores e apreciar o Relatório do Auditor Independente; (ii) As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (iii) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 2023; e, (iv) A proposta da remuneração global dos Diretores para o exercício social de 2024. **Participação dos Acionistas na Assembleia:** Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas ou seus representantes legais, para serem admitidos na Assembleia Geral, deverão apresentar os seguintes documentos: (i) Acionistas pessoa física: cópia do documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração com a firma reconhecida do outorgante. Na hipótese de representação por procuração, os Acionistas deverão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, sendo o procurador Acionista, administrador da Companhia ou advogado. Toda a documentação deverá ser entregue no momento da realização da Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Leo Eduardo da Costa Hime** - Diretor.

SYNERGY S.A.

CNPJ/MF Nº 30.278.527/0001-43

CONVOCAÇÃO

Conforme previsto no Art. 11º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, convocamos os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Synergy S.A., a realizar-se em sua sede, na Rua Barão de Pirai nº. 172, sala 04, Centro, Cidade de Pirai, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Pirai, RJ, 11 de abril 2024. Fernando Lana de Noronha – Diretor Presidente.

COMPANHIA COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 33.396.391/0001-64

Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede social, à Rua Primeiro de Março nº 23, 19º andar, às 10:30 horas, em primeira convocação, e 11:00 horas, em segunda convocação, no dia 26/04/2024, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Apreciação do Relatório, Balanço e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberação do resultado do exercício; c) Outros assuntos: Ficam os senhores acionistas informados que estarão à disposição dos mesmos, na sede social da sociedade, o Relatório da Administração e a cópia das Demonstrações Financeiras. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. Abel Mendes Pinheiro Junior - Diretor.

PAINEIRAS CORCOVADO S.A.

CNPJ: 15.479.676/0001-87

Relatório da Administração: Srs Acionistas em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.803	7.919
Contas a receber de clientes	5	5.769	5.102
Estoques	6	840	410
Adiantamento a terceiros		39	92
Tributos a recuperar		329	164
Despesas antecipadas e outros		6	270
Total do ativo circulante		21.786	13.957
Partes relacionadas	14	3.645	1.025
Títulos da dívida do Estado		98	77
Depósitos judiciais		104	78
Outros ativos		529	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	1.214	1.252
Imobilizado	8	5.004	-
Intangível	8	30.354	31.762
Total do ativo não circulante		40.948	34.194
Total do ativo		62.734	48.151

Passivo			
	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos	13	888	-
Fornecedores	9	4.068	3.984
Obrigações sociais a recolher	10	673	534
Tributos a recolher	11	344	262
Adiantamentos de clientes		225	466
Repasso a realizar	15	4.397	3.655
		10.595	8.901
Não circulante			
Empréstimos	13	48.891	-
Provisão para contingências	12	38	150
Partes relacionadas	14	17	-
		48.946	150
Total do passivo		59.541	9.051
Capital social		1.302	31.302
Reservas	16	1.891	7.798
Total do patrimônio líquido		3.193	39.100
Total do passivo e patrimônio líquido		62.734	48.151

Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)			
Capital social		1.302	31.302
Legal		63	-
Investimento		1.729	-
Lucros acumulados		-	12.641
Total do patrimônio líquido		3.193	39.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Informações gerais. Contexto operacional. A Paineiras-Corcovado S.A. ("Companhia"), constituída em 18 de abril de 2012, iniciou suas operações em outubro de 2012. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prestação de serviços de controle de acesso rodoviário e transporte de visitantes no trecho Paineiras - Corcovado, incluindo serviços de cobrança de ingressos, estacionamento de veículos, alimentação, lojas de conveniência, centro de visitação e eventos, em nome do concedente Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para exploração de áreas pré-estabelecidas no Parque Nacional da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro. Em 25 de setembro de 2023 houve a transformação da Companhia de Limitada ("Ltda") para Sociedade Anônima ("S.A"). A concessão está firmada conforme contrato 001/2012, sua vigência será de 20 anos podendo ser prorrogada na forma definida no contrato por mais 5 anos, conforme interesse público, desde que atendidos os critérios necessários. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. 2. Resumo das políticas contábeis materiais. As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OTCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. 2.3. Classificação corrente versus não corrente. A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 2.4. Mensuração do valor justo. A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, avaliando a categorização no fim de cada período de divulgação. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente. Ativos financeiros. Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes não contêm um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
Receita bruta		59.269	40.094
Impostos, contribuições e devoluções sobre vendas		(3.169)	(2.193)
Receita líquida	17	56.100	37.901
Custo das vendas	18	(39.517)	(29.564)
Lucro bruto		16.583	8.337
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(5.178)	(2.362)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.026	449
Lucro antes das recargas e despesas financeiras e dos tributos sobre o lucro		12.431	6.424
Despesas financeiras	19	(1.736)	(464)
Recargas financeiras	19	704	258
Resultado financeiro, líquido		(1.032)	(206)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		11.399	6.218
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(38)	(212)
Lucro líquido do exercício		11.361	6.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	11.361	6.006
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	11.361	6.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucro			
	Capital social	Legal	Investimento	Lucros acumulados
Em 31 de dezembro de 2021	10.649	63	1.729	-
Aumento de capital (Nota 16)	20.453	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.006
Constituição da reserva para investimentos	-	-	6.015	(6.015)
Cancelamento de constituição de reserva legal	-	(9)	-	9
Em 31 de dezembro de 2022	31.302	54	7.744	-
Redução de capital (Nota 16)	(30.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.361
Constituição de reserva legal	-	206	-	(206)
Constituição da reserva para investimento	-	-	11.155	(11.155)
Distribuição de dividendos obrigatório (Nota 16)	-	-	(2.439)	(2.439)
Distribuição de dividendos adicionais (Nota 16)	-	-	(14.829)	(14.829)
Em 31 de dezembro de 2023	1.302	260	1.631	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
	2023	2022	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	11.399	6.218	
Ajustes			
Amortização	3.569	3.440	
Juros sobre empréstimos	1.218	-	
Atualização dos precatórios	(21)	-	
Alienações de ativos intangíveis	3	-	
Contingências e demais provisões	(112)	32	
	17.600	9.690	

Variações nos ativos e passivos:

	2023	2022
Contas a receber de clientes	(667)	(1.873)
Estoques	(430)	(59)
Tributos a recuperar	(165)	31
Depósitos judiciais	(555)	(71)
Adiantamento a terceiros	53	185
Despesa antecipada e outros	264	(101)
Fornecedores	83	1.553
Obrigações sociais a recolher	139	28
Tributos a recolher	82	(63)
Adiantamento de clientes	(241)	(199)
Repasso a realizar	742	470
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.965	9.591

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adição/baixa de ativos intangíveis (2.161) (583)

Adição de ativos imobilizados (5.004) -

Títulos da dívida do estado - (77)

Partes relacionadas (2.603) -

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (9.768) (660)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos 48.562 153

Dividendos pagos (17.268) (3.023)

Redução de capital (30.000) -

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento 1.294 (2.870)

Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa 6.884 6.061

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 7.919 1.858

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 14.803 7.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social 11.399 6.218

Ajustes

Amortização 3.569 3.440

Juros sobre empréstimos 1.218 -

Atualização dos precatórios (21) -

Alienações de ativos intangíveis 3 -

Contingências e demais provisões (112) 32

Variações nos ativos e passivos:

Contas a receber de clientes (667) (1.873)

Estoques (430) (59)

Tributos a recuperar (165) 31

Depósitos judiciais (555) (71)

Adiantamento a terceiros 53 185

Despesa antecipada e outros 264 (101)

Fornecedores 83 1.553

Obrigações sociais a recolher 139 28

Tributos a recolher 82 (63)

Adiantamento de clientes (241) (199)

Repasso a realizar 742 470

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 16.965 9.591

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Adição/baixa de ativos intangíveis (2.161) (583)

Adição de ativos imobilizados (5.004) -

Títulos da dívida do estado - (77)

Partes relacionadas (2.603) -

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (9.768) (660)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos 48.562 153

Dividendos pagos (17.268) (3.023)

Redução de capital (30.000) -

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento 1.294 (2.870)

Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa 6.884 6.061

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 7.919 1.858

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 14.803 7.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

damente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por redução ao valor recuperável na data do balanço. 2.11. Provisões. As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. Provisões, quando houver, serão constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.12. Tributação. Durante o exercício de 2022, a Companhia instituiu sua relação ao PERSE, lei 14.148/2021 (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) que tem como finalidade viabilizar a operacionalização da redução das alíquotas a zero, prevista no artigo 4º, estipulando de maneira precisa a forma como o incentivo se dará. Ademais, para evitar os custos e a necessidade de ressarcimentos em função do cúmulo de créditos em decorrente do benefício concedido. A medida provisória dispensa a retenção na fonte dos tributos envolvidos no programa e afasta a possibilidade de manutenção dos créditos do PIS e da COFINS vinculados às receitas que estejam com as alíquotas dessas contribuições reduzidas a zero por cento. Importante destacar que a Companhia monitora a realização dos respectivos créditos fiscais e vem adotando medidas que propiciaram o consumo dos saldos e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL como: (i) reorganizações societárias; (ii) melhorias operacionais; (iii) renegociações de dívidas, com redução de taxas de juros, entre outros. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas a seguir:

Nome do tributo	Alíquotas	Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na linha de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. 2.13. Distribuição de dividendos. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Empresa. 2.14. Capital social. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.15. Reconhecimento de receita. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir. a) Venda de produto. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Empresa vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito. A Empresa não realiza transações por meio de cheque, e adicionalmente também não possui uma estrutura que possibilite a utilização do PIX como forma de pagamento, visto que, a modalidade ainda está em fase de implementação do entendimento de como viabilizar o procedimento. b) Venda de serviços. A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação, dado o contexto das concessões parte das vendas dos ingressos não são consideradas como receita do projeto e sim como repasses a realizar ao ente concedente, operacionalização e valores variam conforme contrato de concessão. c) Receita financeira. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. 2.16. Receitas e despesas financeiras. Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas por

PAINEIRAS CORCOVADO S.A.

CNPJ: 15.479.676/0001-87

3. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Estimativas e premissas. As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor a ser registrado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Descrevemos abaixo a principal estimativa da Empresa: a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento da Empresa e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa	308	425
Banco – conta movimento	98	275
Aplicações financeiras - Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	14.397	7.219
	14.803	7.919

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva entre 65% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **5. Contas a receber de clientes**

	2023	2022
Operadoras de cartão de crédito	4.752	4.481
Operadoras de turismo	127	58
Outros clientes pessoas jurídicas e sites parceiros de e-commerce	890	563
	5.769	5.102
Aging:	2023	2022
A vencer até 30 dias	4.445	3.745
A vencer até 60 dias	818	924
A vencer até 90 dias	240	204
A vencer em mais de 90 dias	266	229
Total de a vencer	5.769	5.102

O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões de crédito é de 30 dias em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Empresa possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o saldo exposto ao risco advindo da possibilidade de não recebimento dos valores decorrentes de operações de venda de produtos e serviços. Com base nos requerimentos do CPC 48, a Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito dos montantes vencidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, ajustada a fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Após a avaliação histórica para estimar a perda futura, a administração da Empresa concluiu não ser necessário a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas. Por esse motivo, a administração da Empresa entende que as contas a receber estão registradas pelos valores que representam a melhor expectativa de sua liquidação. A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral dos valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Importante mencionar que a carteira de clientes, exceto cartões de crédito, é basicamente composta de operadoras de turismo e demais parceiros, por site ou outros meios, que possuem suas relações comerciais regulamentadas através dos contratos firmados entre as partes. As operadoras e sites parceiros inadimplentes podem ter seu crédito suspenso, para congelamento da dívida e posterior negociação, sendo as novas compras liberadas mediante pagamento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi identificada pela administração necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

6. Estoques

	2023	2022
Souvenires	840	410
	840	410

Os saldos de souvenires referem-se a produtos destinados à exploração comercial em pontos de visitação, valor apresentado encontra-se líquido de provisão de perda, sendo o valor da provisão em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 13 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022). A Empresa não possui estoques dados em garantia. **7. Imposto de renda e contribuição social diferido.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	3.533	3.533
Provisões diversas (Contingências)	98	150
Base do crédito fiscal diferido ativo	3.571	3.683
Imposto de renda diferido ativo	893	921
Contribuição social diferida ativa	321	391
Total IR e CS diferido ativo	1.214	1.252

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2023	2022
2025	14	-
2026	-	-
2027 e 2028	1.214	1.252
	1.214	1.252

A Empresa não identificou indicativos de perda por realização de créditos tributários durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. Intangível e Imobilizado. 8.1. Intangível:

	Intangível		
	Software	Concessão	Total Intangível
Em 31 de dezembro de 2021	310	48.497	48.807
Transferência	(28)	-	(28)
Baixas	-	(26)	(26)
Adições	32	563	595
Em 31 de dezembro de 2022	314	49.062	49.376
Baixas	-	(3)	(3)
Adições (*)	-	2.164	2.164
Em 31 de dezembro de 2023	314	51.223	51.537
	Software	Concessão	Total Intangível
Em 31 de dezembro de 2021	(219)	(13.969)	(14.188)
Baixas	14	-	14
Amortização	(11)	(3.429)	(3.440)
Em 31 de dezembro de 2022	(230)	(17.384)	(17.614)
Amortização	(11)	(3.553)	(3.564)
Em 31 de dezembro de 2023	(241)	(20.942)	(21.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	84	31.678	31.762
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73	30.281	30.354

(*) A Empresa realiza de forma esporádica a modernização no parque, conforme previsto no contrato da concessão. No exercício de 2023 houve adição de R\$2.164, sendo o mais relevante R\$1.450 referente a obra civil (adição de R\$ 563 em 2022). Os valores registrados em concessão referem-se a direitos de exploração de infraestrutura e faz parte da concessão, cujos serviços operados pela empresa são regulados pela concedente (setor público). **8.2. Imobilizado:**

	Imobilizado	Total do
	em andamento	imobilizado
Em 31 de dezembro de 2022	-	-
Adições (*)	5.004	5.004
Em 31 de dezembro de 2023	5.004	5.004

As adições ocorridas durante o exercício de 2023 no montante de R\$ 5.004, referem-se aos gastos para o desenvolvimento de novos projetos os quais envolvem a estruturação de projetos padronizados/temáticos a serem implementados em novos parques. **9. Fornecedores.** O saldo de fornecedores em aberto no valor de R\$ 4.068 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.984 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações a pagar para atividades recorrentes e operacionais da empresa, incluindo prestação de serviços, compra de mercadorias para revenda e aquisição de bens para o ativo intangível, os quais encontram-se adimplentes e geralmente são pagos no prazo mínimo de 30 dias.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Aos Administradores e Colistas Paineiras-Corcovado S.A. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da Paineiras-Corcovado Ltda ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as informações notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na

10. Obrigações sociais a recolher

	2023	2022
Salários e bonificações a pagar	261	234
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a pagar	101	76
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) a pagar	29	6
Provisão para férias e 13º salário	279	217
Outras obrigações trabalhistas	3	1
	673	534

11. Tributos a recolher

	2023	2022
PIS e COFINS a recolher	52	20
IRRF a recolher	28	31
ICMS a recolher	156	134
ISSQN a recolher	58	77
Circulante	294	262
	294	262

12. Provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa, entende ser necessário atualizar a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos cíveis e trabalhistas, classificados como prováveis, conforme quadro: *Classificação provável*

	2021	Constituição	2022	Baixas	2023
Trabalhista	118	32	150	(112)	38
	118	32	150	(112)	38

Classificação possível. Apresentamos abaixo os valores correspondentes à classificação possível em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Cível	-	1
Trabalhista (*)	322	108
	322	109

(*) Adição de R\$188 em 2023 referente a um processo trabalhista referente a reclamantes alegando desvio de função e exigindo equiparação salarial e danos aos mesmos.

13. Empréstimos

Modalidade	31/12/2022	Adições / Aquisições (+) / Baixas (-)	Pagamento principal (-)	Pagamento de juros (-)	Juros apropriados (+)	31/12/2023
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	50.000	-	-	2.755	52.755
Custo de captação	-	(1.438)	-	-	70	(1.368)
- Cédula de crédito	-	48.562	-	-	2.825	51.387
Circulante	-	-	-	-	2.475	2.475
Não circulante	-	-	-	-	48.912	48.912

a) **Informações sobre os empréstimos.** Em outubro de 2023 a Empresa captou R\$ 50.000 de uma cédula de crédito bancário (CCB) com o Banco do Brasil S.A., para aumento do fluxo de caixa e fomento de novos projetos, possui vencimento máximo em novembro de 2028, com juros pré-fixados de 3,35% ao ano e pós-fixadas de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo parcelas com vencimento semestral, sendo a quitação do principal a partir de maio de 2025 devido a carência, em relação ao principal, de um ano após a assinatura do contrato. b) **Cláusulas restritivas.** Cálculo da dívida líquida pelo Ebitda, cujo índice financeiro é obtido pela divisão da dívida líquida pelo Ebitda da emissora cujo índice esperado é até 3 vezes a contar do momento de captação até o vencimento da dívida. Em dezembro de 2023, a administração da Empresa avaliou que foram atendidos os índices financeiros mencionados acima. O EBITDA utilizado para cálculo dos covenants financeiros segue as definições previstas nos contratos de empréstimo. O "EBITDA" corresponde a um dos principais indicadores da Empresa, pelo fato de ser uma métrica importante de performance e covenants (empréstimos) para os usuários das demonstrações contábeis. Para fins de atendimento aos termos do § 2º do artigo 2º da Instrução CVM nº 527/12, demonstramos abaixo a conciliação dos valores do cálculo do LAJIDA (EBITDA) para o exercício de 31 de dezembro de 2023.

c) Cálculo de covenants

	2023	2022
(a) Cálculo do EBITDA		
(-) Lucro líquido do exercício	11.661	
(+) Imposto de renda e contribuição Social	38	
(+) Resultado financeiro líquido	1.032	
(+) Depreciação e amortização	3.569	
(-) EBITDA	16.300	

(b) ÍNDICE FINANCEIRO

(-) Caixa e equivalentes de caixa	14.803
(+) Empréstimos e financiamentos	49.780
(-) Dívida líquida	34.977
(-) EBITDA Recorrente	16.000
Índice obtido da divisão da dívida líquida e Ebitda	2,19
Índice deve ser igual ou inferior a	3,00

d) **Garantias.** Penhora da totalidade das ações da Companhia e da empresa Ecomorona S.A. pelo seu acionista controlador (Cataratas do Iguaçu S.A) para o banco.

e) Cronograma de amortização da dívida de longo prazo

2025	12.218
2026	12.217
2027	12.215
2028	12.242
	48.892

14. Partes relacionadas. As operações com partes relacionadas da Empresa referem-se basicamente a mútuos não remunerados para fins de capital de giro. Com o intuito de melhorar a sinergia entre os parques pertencentes ao grupo Cataratas, a Empresa tem realizado vendas de ingressos nos sites do grupo, gerando desta forma, um contas a pagar e receber com partes relacionadas. A liquidação dos valores ocorre sempre no mês subsequente à venda. A remuneração da administração é realizada de forma centralizada pela sua controladora. A Empresa mantém operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele obtido se tais transações fossem realizadas com partes não relacionadas. Os mútuos descritos abaixo têm prazo anual e não possuem remuneração em razão das envolvidas serem partes relacionadas cujo acionista controlador é a Cataratas do Iguaçu S.A. Em 31 de dezembro, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

	2023	2022
Ativo	3.703	1.169
Contas a Receber de clientes – Venda de Ingressos do:	58	144
AquaRio - Aquário Marinho do Rio de Janeiro	53	103
RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro	5	37
Alto Paineiras-Corcovado	-	-
Partes relacionadas – Mútuos a receber	3.645	1.025
Cataratas do Iguaçu S.A.	539	1.025
AquaRio - Aquário Marinho do Rio de Janeiro	2.600	-
Eco-Iguaçu S.A.	498	-
RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro	8	-
Passivo	462	1.003
Fornecedores – Venda de Ingressos de Paineiras por:	445	1.003
AquaRio - Aquário Marinho do Rio de Janeiro	339	932
Cataratas do Iguaçu S.A.	106	64
RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro	17	7
Partes relacionadas – Mútuos a pagar	10	-
RioZoo - Zoológico do Rio de Janeiro	10	-
Alto Paineiras-Corcovado	7	-

15. Obrigação com o Poder Concedente. a) **Outorga.** Em conformidade com o Contrato de Concessão, a concessionária deve pagar à concedente, ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, uma outorga mensal. Outorga consiste na cessão de algo em prol do direito de exploração.

	2023	2022
Receita bruta	59.269	40.094
Receitas isentas	(6.793)	(4.752)
Base Outorga	52.476	35.342
Total de outorga recolhida	2.681	1.806
Visitação (Informação não auditada)	1.286.011	985.175
b) Repasso. O contrato de Concessão também prevê o repasse das vendas de Bilheteria que variam de 3% a 51% de acordo com a categoria de visitante.	2023	2022
ICMBio	4.376	3.655
Mitra Episcopal	21	-
Total das partes relacionadas	4.397	3.655

16. Patrimônio líquido. a) **Capital social.** Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 1.302 (R\$31.302 em 2022) e está dividido em 1.301.879 (31.301.879 em 2022) ações ordinárias, no valor unitário de R\$ 1 (um real) cada, em ambos os anos. Em 2023 a Empresa realizou a redução de capital no montante de 30.000.000 (trinta milhões) quotas com valor unitário de R\$ 1,00 de acordo com a Terceira Assembleia Geral Extraordinária de 01 de novembro de 2023. Esta redução representou uma devolução do capital aos sócios tendo um impacto de 15.599.991 (quinze milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e um) quotas pela sócia Cataratas do Iguaçu S.A. e 14.400.009 (quatorze milhões, quatrocentos e nove) quotas da Eco-Iguaçu S.A. Em 2022, a Empresa realizou a subscrição de 20.452.500 quotas com valor unitário de R\$1,00, conforme Vigésima Terceira Alteração do Contrato Social. Sendo subscritas 10.635.300 (dez milhões, seiscentos

e trinta e cinco mil e trezentas) quotas pela sócia Cataratas S.A. e 9.817.200 (nove milhões, oitocentos e dezessete mil e duzentas) quotas da Eco-Iguaçu, mediante a conversão de mútuos a pagar com as respectivas empresas em aberto do exercício de 2021, para maiores detalhes vide nota explicativa 14. b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2023 com o atual capital social, atingimos o limite sobre o mesmo, constituindo assim, reserva legal de R\$ 206 (redução de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022). b) **Distribuição de dividendos.** Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Empresa, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Companhia efetuou a distribuição de dividendos em 2023 no montante de R\$ 17.268, sendo R\$ 2.439 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 14.829 referente a dividendos adicionais levantados com base em balanços intermediários aprovados pela diretoria. **17. Receita líquida**

tos e trinta e cinco mil e trezentas) quotas pela sócia Cataratas S.A. e 9.817.200 (nove milhões, oitocentos e dezessete mil e duzentas) quotas da Eco-Iguaçu, mediante a conversão de mútuos a pagar com as respectivas empresas em aberto do exercício de 2021, para maiores detalhes vide nota explicativa 14. b) **Reserva legal.** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2023 com o atual capital social, atingimos o limite sobre o mesmo, constituindo assim, reserva legal de R\$ 206 (redução de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022). b) **Distribuição de dividendos.** Conforme previsto em estatuto social, após a constituição da reserva legal, o lucro remanescente, ajustado pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será distribuído na seguinte ordem: (a) 25% será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e, (b) até 75% poderá ser retido com base em orçamento de capital e/ou destinados à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Empresa, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que o saldo das reservas de lucros, com as exceções legais, não excederá o valor do capital social. A Companhia efetuou a distribuição de dividendos em 2023 no montante de R\$ 17.268, sendo R\$ 2.439 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 14.829 referente a dividendos adicionais levantados com base em balanços intermediários aprovados pela diretoria. **17. Receita líquida**

	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Bilheteria	6.793	4.742
Revenda de mercadorias	17.196	11.073
Serviços de transporte interno	30.326	22.238
Serviços adicionais	487	418
Serviços terceirizados	4.457	1.621
Patrocínio	10	2
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(3.169)	(2.193)
Receita líquida	56.100	37.901

18. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Gastos com pessoal	(5.514)	(4.275)

RIOZOO ZOOLOGICO DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ Nº 26.136.828/0001-65

Relatório da Administração: Srs. Acionistas em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à sua aprovação as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	2023	2022	
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	286	1.773	Receita bruta	41.602	46.063	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Aplicação financeira	4 (b)	5.600	5.600	Impostos sobre a receita e devoluções	(2.290)	(2.665)	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.503)	(10.387)
Contas a receber de clientes	5	1.612	2.516	Receita operacional líquida	18	39.312	Ajustes		
Estoque	6	553	822	Custo das vendas	19	(38.634)	Depreciação e amortização	4.753	5.158
Adiantamento a terceiros	7	331	314	Lucro bruto		678	Juros de empréstimos e financiamentos	4.026	6.087
Tributos a recuperar		167	142	Recargas (despesas) operacionais			Contingências e demais provisões	81	35
Despesas antecipadas		1.576	1.544	Despesas gerais e administrativas	19	(7.192)	(8.010)	(643)	893
Total do ativo circulante		10.125	12.711	Outras despesas operacionais, líquidas		585	Varições nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes			776	Prejuízo antes do resultado financeiro, IR e CSLL		(5.929)	Contas a receber de clientes	1.680	2.690
Partes relacionadas	16	32	-	Despesas financeiras	20	(4.296)	Estoque	269	(177)
Depósitos judiciais	14 (b)	1.732	1.423	Receitas financeiras	20	722	Tributos a recuperar	(25)	18
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	11.649	11.622	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.503)	Depósitos judiciais	(309)	707
Intangível	9	106.018	108.698	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	27	Adiantamento a terceiros	(17)	3.705
Total do ativo não circulante		119.431	122.519	Prejuízo do exercício		(9.476)	Despesa antecipadas e outros	(32)	(356)
Total do ativo		129.556	135.230	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			Fornecedores	(5.820)	6.195
Passivo				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022			Obrigações sociais a recolher	(304)	108
Circulante				(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Tributos a recolher	(121)	(954)
Empréstimos e financiamentos	11	10.928	10.582	2023	2022		Adiantamentos de clientes	(507)	(1.265)
Fornecedores	10	4.619	10.439	(9.476)	(7.277)		Repassa a realizar	(37)	(130)
Obrigações sociais a recolher	12	1.594	1.898	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			Passivos contratuais	-	(1.700)
Tributos a recolher	13	224	341	(Em milhares de reais)			Outras contas a pagar	4	(150)
Adiantamentos de clientes		849	1.356	Capital social			Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(3.833)	(4.546)
Repassa a realizar		99	136	Prejuízos acumulados			Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(9.695)	5.038
Outras contas a pagar		5	-	Total do patrimônio líquido			Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
		18.318	24.752	30.504	16.992	13.512	Investimentos em ativos intangíveis	(2.073)	(5.370)
Não circulante				Em 31 de dezembro de 2021			Aplicação financeira em conta garantia	-	(5.600)
Empréstimos e financiamentos	11	25.868	35.858	Aumento de capital (Nota 15)	12.533	-	Recebimentos com partes relacionadas	8.674	6.787
Tributos a recolher	13	-	4	Prejuízo do exercício	-	(7.277)	Pagamento com partes relacionadas	(1.056)	(614)
Provisão para contingências	14 (a)	116	35	Em 31 de dezembro de 2022	43.037	(24.269)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	5.545	(4.797)
Partes relacionadas	16	8.674	55.813	Aumento de capital (Nota 15)	67.288	-	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
		34.658	91.710	Prejuízo do exercício	-	(9.476)	Captação de empréstimos e financiamentos	-	128
Total do passivo		52.976	116.462	Em 31 de dezembro de 2023	110.325	33.745	Amortização dos empréstimos e financiamentos	(9.837)	(9.638)
Capital social	15 (a)	110.325	43.037				Aumento de capital	12.500	9.837
Prejuízo acumulado		(33.745)	(24.269)				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2.663	327
Total do patrimônio líquido		76.580	18.768				Gerção (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.487)	568
Total do passivo e patrimônio líquido		129.556	135.230				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.773	1.205
							Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	286	1.773

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais: Contexto operacional: O RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. cuja alçada atual é BioParque do Rio de Janeiro, constituído em 9 de setembro de 2016, iniciou originalmente suas operações em 16 de dezembro de 2016 sobre a nova gestão, começando a adequação do perfil compreendido pela companhia como sendo o propício ao projeto, em dezembro de 2019 paralisou as atividades para concluir as obras, e sua efetiva reinauguração ocorreu em 26 de março de 2021. Atualmente, suas atividades consistem na operação, manutenção e administração do antigo RioZoo. Seu uso econômico das áreas foi concedido pelo município do Rio de Janeiro, para gestão e exploração integradas do Jardim Zoológico Municipal do Rio de Janeiro, situado na Quinta da Boa Vista, São Cristóvão. A concessão está firmada no termo descrito abaixo: Termo Nº 076/2016 - Concede os direitos descritos para a área compreendida como Jardim Zoológico Municipal e estacionamento de veículos do Jardim Zoológico Municipal, conforme edital de concorrência pública CEL/Próprios Nº CN-03/2016. O prazo da concessão do contrato é de 35 anos, sendo o término em setembro de 2051. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$8.193 (R\$12.041 em 31 de dezembro de 2022). Isso se deve principalmente aos Empréstimos e financiamentos, os quais espera-se que sejam substancialmente liquidados pela Companhia. Não obstante, o acionista (Cataratas do Iguazu S.A.) vem aportando os recursos necessários e suficientes para que a Companhia possa cumprir as suas obrigações já contratadas e as futuras, até que possa gerar caixa nas suas atividades operacionais para manutenção das suas atividades. A Companhia continua trabalhando na melhoria de sua eficiência operacional e no aumento da rentabilidade, além de enfrentar desafios relacionados à sua estrutura de capital, com o objetivo de reduzir o avanço e fortalecer seu balanço patrimonial. Os indicadores operacionais do Bioparque relacionados à satisfação, atendimento às diretrizes de proteção aos animais e taxa de ocupação demonstram seu foco em eficiência e produtividade. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. Os impactos financeiros sobre as demonstrações contábeis da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão detalhados nas notas explicativas a seguir.

2. Resumo das políticas contábeis materiais: As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.4. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) No mercado principal para o ativo ou passivo; (ii) Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização no fim de cada período de divulgação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado, dependendo de sua classificação. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, equivalente ao IFRS 9. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado; (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, nem a classificação de "hedge". Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descaimento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem, ou (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e houve a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou não houve a transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas ocorreu a transferência do controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, releve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferir o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados, pela Companhia, em duas categorias: Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação deixa de reconhecer no passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, cujo valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.8. Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura e para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com prazo de concessão. **2.9. Intangível:** Os itens do intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação/amortização e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamentos para projetos em construção de longo prazo, caso os critérios para reconhecimento sejam atendidos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do intangível o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os intangíveis relacionados as concessões são amortizados pelo prazo de cada contrato de licitação no período de 30 anos ou conforme vida útil do bem. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado. As melhorias e investimentos não reversíveis e não destinados a prestação de serviço de concessão, são registrados como ativos intangíveis, inclusive os custos de empréstimos captados pela

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas Lucro real
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS/COFINS são apresentados na data de impostos e contribuições sobre vendas e serviços na demonstração do resultado. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado com base no lucro tributável pela alíquota de 25% e a contribuição social pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia. **2.14. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.15. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: a) **Venda de produto:** As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto para o cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre. As vendas são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão, de crédito ou débito. A companhia não realiza transações por meio de cheque, e adicionalmente também não possui uma estrutura que possibilite a utilização do PIX como forma de pagamento, visto que, a modalidade ainda está em fase de implementação do entendimento de como viabilizar o procedimento. b) **Venda de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida na medida em que os serviços de apoio à visitação são executados na exploração das áreas do centro de visitantes, terminal de passageiros, trilhas, entre outros serviços de apoio à visitação, dado o contexto das concessões parte das vendas dos ingressos não são consideradas como receita do projeto e sim como repasses a realizar ao ente concedente, operacionalização e valores variam conforme contrato de concessão. c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.16. Custo de empréstimos:** Os saldos dos empréstimos são inicialmente reconhecidos pelos valores contratuais, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, os valores passam a ser amortizados conforme cronograma de pagamentos, em linha com as cláusulas previstas em seus respectivos contratos. **2.17. Receitas e despesas financeiras:** Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda financeira. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O IASB (International Accounting Standards) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência, com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações a serem introduzidas no CPC		Exercícios iniciados em ou
26 - Apresentação	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo após 1º de janeiro	contábeis como circulante ou não circulante.
		de 2024.

RIOZOO ZOOLOGICO DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ Nº 26.136.828/0001-65

Financial statement table for Riozoo Zoológico do Rio de Janeiro S/A, including sections for Prontuário, Passivo, Ativo, and various financial metrics. The table is organized into columns for 2023 and 2022, with sub-columns for specific months and categories.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4F4B-A8E4-EE3C-8C93.

RIOZOO ZOOLOGICO DO RIO DE JANEIRO S/A	
CNPJ Nº 26.136.828/0001-65	
<p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Diretores e Acionistas da RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da RioZoo Zoológico do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções</p>	
<p>podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S. Ltda. - CRC-SP015199/F. Felipe Sant'Anna Vergete - Contador CRC-RJ106842/O. 	

PORTA DOS FUNDOS PRODUTORA E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL S.A.																																																																																																																
CNPJ: 17.227.558/0001-07																																																																																																																
<p>Balanco Patrimonial em 31/12/2023 e 2022 - Em milhares de reais (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>3.374</td> <td>2.236</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>5.932</td> <td>2.094</td> </tr> <tr> <td>Projetos em andamento</td> <td>1.804</td> <td>4.885</td> </tr> <tr> <td>Tributos a recuperar</td> <td>3.304</td> <td>3.384</td> </tr> <tr> <td>Tributos diferidos</td> <td>339</td> <td>73</td> </tr> <tr> <td>Outros ativos</td> <td>415</td> <td>438</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15.168</td> <td>13.109</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direito de uso</td> <td>1.499</td> <td>1.926</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>1.755</td> <td>2.334</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>18</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.272</td> <td>4.288</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>18.440</td> <td>17.397</td> </tr> <tr> <td>Passivo e patrimônio líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>5</td> <td>147</td> </tr> <tr> <td>Partes Relacionadas</td> <td>4.500</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Obrigações tributárias</td> <td>254</td> <td>155</td> </tr> <tr> <td>Obrigações sociais e trabalhistas</td> <td>1.283</td> <td>563</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos de clientes</td> <td>2.574</td> <td>1.784</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento a pagar</td> <td>650</td> <td>247</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>-</td> <td>2.586</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>544</td> <td>80</td> </tr> <tr> <td></td> <td>9.811</td> <td>5.563</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arrendamento a pagar</td> <td>1.264</td> <td>2.071</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>2.586</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.850</td> <td>2.071</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>849</td> <td>849</td> </tr> <tr> <td>Reserva de capital</td> <td>3.930</td> <td>12.106</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo acumulado</td> <td>-</td> <td>(3.192)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>4.779</td> <td>9.763</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>18.440</td> <td>17.397</td> </tr> </tbody> </table>			2023	2022	Ativo			Circulante			Caixa e equivalentes de caixa	3.374	2.236	Contas a receber de clientes	5.932	2.094	Projetos em andamento	1.804	4.885	Tributos a recuperar	3.304	3.384	Tributos diferidos	339	73	Outros ativos	415	438		15.168	13.109	Não circulante			Direito de uso	1.499	1.926	Imobilizado	1.755	2.334	Intangível	18	28		3.272	4.288	Total	18.440	17.397	Passivo e patrimônio líquido			Circulante			Fornecedores	5	147	Partes Relacionadas	4.500	-	Obrigações tributárias	254	155	Obrigações sociais e trabalhistas	1.283	563	Adiantamentos de clientes	2.574	1.784	Arrendamento a pagar	650	247	Dividendos a pagar	-	2.586	Outras contas a pagar	544	80		9.811	5.563	Não circulante			Arrendamento a pagar	1.264	2.071	Dividendos a pagar	2.586	-		3.850	2.071	Patrimônio líquido			Capital social	849	849	Reserva de capital	3.930	12.106	Prejuízo acumulado	-	(3.192)		4.779	9.763	Total	18.440	17.397
	2023	2022																																																																																																														
Ativo																																																																																																																
Circulante																																																																																																																
Caixa e equivalentes de caixa	3.374	2.236																																																																																																														
Contas a receber de clientes	5.932	2.094																																																																																																														
Projetos em andamento	1.804	4.885																																																																																																														
Tributos a recuperar	3.304	3.384																																																																																																														
Tributos diferidos	339	73																																																																																																														
Outros ativos	415	438																																																																																																														
	15.168	13.109																																																																																																														
Não circulante																																																																																																																
Direito de uso	1.499	1.926																																																																																																														
Imobilizado	1.755	2.334																																																																																																														
Intangível	18	28																																																																																																														
	3.272	4.288																																																																																																														
Total	18.440	17.397																																																																																																														
Passivo e patrimônio líquido																																																																																																																
Circulante																																																																																																																
Fornecedores	5	147																																																																																																														
Partes Relacionadas	4.500	-																																																																																																														
Obrigações tributárias	254	155																																																																																																														
Obrigações sociais e trabalhistas	1.283	563																																																																																																														
Adiantamentos de clientes	2.574	1.784																																																																																																														
Arrendamento a pagar	650	247																																																																																																														
Dividendos a pagar	-	2.586																																																																																																														
Outras contas a pagar	544	80																																																																																																														
	9.811	5.563																																																																																																														
Não circulante																																																																																																																
Arrendamento a pagar	1.264	2.071																																																																																																														
Dividendos a pagar	2.586	-																																																																																																														
	3.850	2.071																																																																																																														
Patrimônio líquido																																																																																																																
Capital social	849	849																																																																																																														
Reserva de capital	3.930	12.106																																																																																																														
Prejuízo acumulado	-	(3.192)																																																																																																														
	4.779	9.763																																																																																																														
Total	18.440	17.397																																																																																																														
<p>DIRETORIA: Fabício Gabriel Rosa Proti - Representante Legal - CPF 127.012.438-23 Contador: Osvaldo de Souza Neto - CRC 1SP264313/O-4 Auditor: Fernando Camazano Martinez - CRC 1SP328247/O-3</p>																																																																																																																
<p>Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 Em milhares de reais (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>56.520</td> <td>61.436</td> </tr> <tr> <td>Custo das vendas</td> <td>(48.579)</td> <td>(56.552)</td> </tr> <tr> <td>Lucro bruto</td> <td>7.940</td> <td>4.884</td> </tr> <tr> <td>Receitas (despesas) operacionais</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>(11.834)</td> <td>(11.922)</td> </tr> <tr> <td>Despesas comerciais</td> <td>(777)</td> <td>(1.357)</td> </tr> <tr> <td>Despesas tributárias</td> <td>(33)</td> <td>(85)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (despesas) operacionais</td> <td>(15)</td> <td>(1)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(12.659)</td> <td>(13.364)</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo antes do resultado financeiro</td> <td>(4.719)</td> <td>(8.480)</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(265)</td> <td>(110)</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</td> <td>(4.984)</td> <td>(8.590)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>(4.984)</td> <td>(8.590)</td> </tr> </tbody> </table>			2023	2022	Receita operacional líquida	56.520	61.436	Custo das vendas	(48.579)	(56.552)	Lucro bruto	7.940	4.884	Receitas (despesas) operacionais			Despesas gerais e administrativas	(11.834)	(11.922)	Despesas comerciais	(777)	(1.357)	Despesas tributárias	(33)	(85)	Outras receitas (despesas) operacionais	(15)	(1)		(12.659)	(13.364)	Prejuízo antes do resultado financeiro	(4.719)	(8.480)	Resultado financeiro	(265)	(110)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.984)	(8.590)	Imposto de renda e contribuição social	-	-	Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)																																																																		
	2023	2022																																																																																																														
Receita operacional líquida	56.520	61.436																																																																																																														
Custo das vendas	(48.579)	(56.552)																																																																																																														
Lucro bruto	7.940	4.884																																																																																																														
Receitas (despesas) operacionais																																																																																																																
Despesas gerais e administrativas	(11.834)	(11.922)																																																																																																														
Despesas comerciais	(777)	(1.357)																																																																																																														
Despesas tributárias	(33)	(85)																																																																																																														
Outras receitas (despesas) operacionais	(15)	(1)																																																																																																														
	(12.659)	(13.364)																																																																																																														
Prejuízo antes do resultado financeiro	(4.719)	(8.480)																																																																																																														
Resultado financeiro	(265)	(110)																																																																																																														
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.984)	(8.590)																																																																																																														
Imposto de renda e contribuição social	-	-																																																																																																														
Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)																																																																																																														
<p>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 - Em milhares de reais (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">Reservas</th> <th rowspan="2">Lucros acumulados</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital Social</th> <th>Capital Legal</th> <th>De retenção de lucros</th> <th>De reservas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2021</td> <td>849</td> <td>12.106</td> <td>170</td> <td>9.886</td> <td>-</td> <td>23.011</td> </tr> <tr> <td>Dividendos pagos do exercício anterior</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.658)</td> <td>-</td> <td>(4.658)</td> <td>(4.658)</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(8.590)</td> <td>(8.590)</td> <td>(8.590)</td> </tr> <tr> <td>Absorção de prejuízo com reservas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>170</td> <td>(5.228)</td> <td>5.398</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2022</td> <td>849</td> <td>12.106</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(3.192)</td> <td>9.763</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.984)</td> <td>(4.984)</td> </tr> <tr> <td>Absorção de prejuízo com reservas</td> <td>-</td> <td>(8.176)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>8.176</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31 de dezembro de 2023</td> <td>849</td> <td>3.930</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4.779</td> </tr> </tbody> </table>			Reservas				Lucros acumulados	Total	Capital Social	Capital Legal	De retenção de lucros	De reservas	Saldos em 31 de dezembro de 2021	849	12.106	170	9.886	-	23.011	Dividendos pagos do exercício anterior	-	-	(4.658)	-	(4.658)	(4.658)	Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.590)	(8.590)	(8.590)	Absorção de prejuízo com reservas	-	-	170	(5.228)	5.398	-	Saldos em 31 de dezembro de 2022	849	12.106	-	-	(3.192)	9.763	Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.984)	(4.984)	Absorção de prejuízo com reservas	-	(8.176)	-	-	8.176	-	Saldos em 31 de dezembro de 2023	849	3.930	-	-	-	4.779																																												
	Reservas				Lucros acumulados	Total																																																																																																										
	Capital Social	Capital Legal	De retenção de lucros	De reservas																																																																																																												
Saldos em 31 de dezembro de 2021	849	12.106	170	9.886	-	23.011																																																																																																										
Dividendos pagos do exercício anterior	-	-	(4.658)	-	(4.658)	(4.658)																																																																																																										
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.590)	(8.590)	(8.590)																																																																																																										
Absorção de prejuízo com reservas	-	-	170	(5.228)	5.398	-																																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	849	12.106	-	-	(3.192)	9.763																																																																																																										
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.984)	(4.984)																																																																																																										
Absorção de prejuízo com reservas	-	(8.176)	-	-	8.176	-																																																																																																										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	849	3.930	-	-	-	4.779																																																																																																										
<p>O Relatório dos Auditores Independentes e as notas explicativas encontram-se arquivados na sede da Companhia.</p>																																																																																																																
<p>Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 - Em milhares de reais (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>(4.984)</td> <td>(8.590)</td> </tr> <tr> <td>Outros resultados abrangentes</td> <td>5</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Resultado abrangente do exercício</td> <td>(4.984)</td> <td>(8.590)</td> </tr> </tbody> </table>			2023	2022	Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)	Outros resultados abrangentes	5	-	Resultado abrangente do exercício	(4.984)	(8.590)																																																																																																			
	2023	2022																																																																																																														
Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)																																																																																																														
Outros resultados abrangentes	5	-																																																																																																														
Resultado abrangente do exercício	(4.984)	(8.590)																																																																																																														
<p>Demonstração do Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 Em milhares de reais (R\$)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fluxos de caixa das atividades operacionais</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>(4.984)</td> <td>(8.590)</td> </tr> <tr> <td>Ajustes para reconciliar o Prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>616</td> <td>672</td> </tr> <tr> <td>Amortização do direito de uso</td> <td>537</td> <td>535</td> </tr> <tr> <td>Provisão de crédito de liquidação duvidosa</td> <td>150</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Valor residual do ativo imobilizado baixado</td> <td>10</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(3.671)</td> <td>(7.383)</td> </tr> <tr> <td>Variações em ativos e passivos operacionais</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(Aumento) redução em contas a receber de clientes</td> <td>(3.987)</td> <td>13.769</td> </tr> <tr> <td>(Aumento) redução dos projetos em andamento</td> <td>2.752</td> <td>(637)</td> </tr> <tr> <td>(Aumento) redução nos tributos a recuperar</td> <td>(186)</td> <td>197</td> </tr> <tr> <td>(Aumento) redução nos outros ativos</td> <td>358</td> <td>(276)</td> </tr> <tr> <td>(Redução) aumento em fornecedores</td> <td>(142)</td> <td>(1.489)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) nas obrigações tributárias</td> <td>99</td> <td>(4.155)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) nas obrigações sociais e trabalhistas</td> <td>721</td> <td>(220)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) nos adiantamentos de clientes</td> <td>790</td> <td>(7.382)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) em aluguéis a pagar</td> <td>(404)</td> <td>(207)</td> </tr> <tr> <td>Aquisição (redução) de direito de uso</td> <td>(110)</td> <td>(1.463)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) em outras contas a pagar</td> <td>450</td> <td>(1.463)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>341</td> <td>(1.863)</td> </tr> <tr> <td>Caixa consumido pelas atividades operacionais</td> <td>(3.330)</td> <td>(9.167)</td> </tr> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades de investimento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisição de imobilizado e intangível</td> <td>(37)</td> <td>(2.107)</td> </tr> <tr> <td>Venda de imobilizado</td> <td>5</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(32)</td> <td>(2.107)</td> </tr> <tr> <td>Caixa consumido nas atividades de investimento</td> <td>(32)</td> <td>(2.107)</td> </tr> <tr> <td>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas</td> <td>4.500</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos distribuídos</td> <td>-</td> <td>(1.994)</td> </tr> <tr> <td>Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento</td> <td>4.500</td> <td>(1.994)</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</td> <td>1.138</td> <td>(13.346)</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</td> <td>2.236</td> <td>15.582</td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</td> <td>3.374</td> <td>2.236</td> </tr> <tr> <td>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</td> <td>1.138</td> <td>(13.346)</td> </tr> </tbody> </table>			2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais			Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)	Ajustes para reconciliar o Prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais			Depreciação e amortização	616	672	Amortização do direito de uso	537	535	Provisão de crédito de liquidação duvidosa	150	-	Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	-		(3.671)	(7.383)	Variações em ativos e passivos operacionais			(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(3.987)	13.769	(Aumento) redução dos projetos em andamento	2.752	(637)	(Aumento) redução nos tributos a recuperar	(186)	197	(Aumento) redução nos outros ativos	358	(276)	(Redução) aumento em fornecedores	(142)	(1.489)	Aumento (redução) nas obrigações tributárias	99	(4.155)	Aumento (redução) nas obrigações sociais e trabalhistas	721	(220)	Aumento (redução) nos adiantamentos de clientes	790	(7.382)	Aumento (redução) em aluguéis a pagar	(404)	(207)	Aquisição (redução) de direito de uso	(110)	(1.463)	Aumento (redução) em outras contas a pagar	450	(1.463)		341	(1.863)	Caixa consumido pelas atividades operacionais	(3.330)	(9.167)	Fluxo de caixa das atividades de investimento			Aquisição de imobilizado e intangível	(37)	(2.107)	Venda de imobilizado	5	-		(32)	(2.107)	Caixa consumido nas atividades de investimento	(32)	(2.107)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Partes relacionadas	4.500	-	Dividendos distribuídos	-	(1.994)	Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.500	(1.994)	Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	1.138	(13.346)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.236	15.582	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.374	2.236	Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	1.138	(13.346)			
	2023	2022																																																																																																														
Fluxos de caixa das atividades operacionais																																																																																																																
Prejuízo do exercício	(4.984)	(8.590)																																																																																																														
Ajustes para reconciliar o Prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais																																																																																																																
Depreciação e amortização	616	672																																																																																																														
Amortização do direito de uso	537	535																																																																																																														
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	150	-																																																																																																														
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	-																																																																																																														
	(3.671)	(7.383)																																																																																																														
Variações em ativos e passivos operacionais																																																																																																																
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	(3.987)	13.769																																																																																																														
(Aumento) redução dos projetos em andamento	2.752	(637)																																																																																																														
(Aumento) redução nos tributos a recuperar	(186)	197																																																																																																														
(Aumento) redução nos outros ativos	358	(276)																																																																																																														
(Redução) aumento em fornecedores	(142)	(1.489)																																																																																																														
Aumento (redução) nas obrigações tributárias	99	(4.155)																																																																																																														
Aumento (redução) nas obrigações sociais e trabalhistas	721	(220)																																																																																																														
Aumento (redução) nos adiantamentos de clientes	790	(7.382)																																																																																																														
Aumento (redução) em aluguéis a pagar	(404)	(207)																																																																																																														
Aquisição (redução) de direito de uso	(110)	(1.463)																																																																																																														
Aumento (redução) em outras contas a pagar	450	(1.463)																																																																																																														
	341	(1.863)																																																																																																														
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(3.330)	(9.167)																																																																																																														
Fluxo de caixa das atividades de investimento																																																																																																																
Aquisição de imobilizado e intangível	(37)	(2.107)																																																																																																														
Venda de imobilizado	5	-																																																																																																														
	(32)	(2.107)																																																																																																														
Caixa consumido nas atividades de investimento	(32)	(2.107)																																																																																																														
Fluxo de caixa das atividades de financiamento																																																																																																																
Partes relacionadas	4.500	-																																																																																																														
Dividendos distribuídos	-	(1.994)																																																																																																														
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	4.500	(1.994)																																																																																																														
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	1.138	(13.346)																																																																																																														
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.236	15.582																																																																																																														
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.374	2.236																																																																																																														
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	1.138	(13.346)																																																																																																														

ESPORTE CLUBE BARREIRA																									
CNPJ: 36.479.483/0001-04																									
<p>Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Exercício Atual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ATIVO</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativo Circulante</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Disponível</td> <td>30.592,83 D</td> </tr> <tr> <td></td> <td>30.592,83 D</td> </tr> <tr> <td>Ativo não Circulante</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>25.218,06 D</td> </tr> <tr> <td>Valores e Bens</td> <td>2.821,08 D</td> </tr> <tr> <td></td> <td>28.039,14 D</td> </tr> <tr> <td>Total Geral do Ativo</td> <td>58.631,97 D</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição	Exercício Atual	ATIVO		Ativo Circulante		Disponível	30.592,83 D		30.592,83 D	Ativo não Circulante		Imobilizado	25.218,06 D	Valores e Bens	2.821,08 D		28.039,14 D	Total Geral do Ativo	58.631,97 D				
Descrição	Exercício Atual																								
ATIVO																									
Ativo Circulante																									
Disponível	30.592,83 D																								
	30.592,83 D																								
Ativo não Circulante																									
Imobilizado	25.218,06 D																								
Valores e Bens	2.821,08 D																								
	28.039,14 D																								
Total Geral do Ativo	58.631,97 D																								
<p>Saquarema, 31 de Dezembro de 2023 Luis Felipe Pereira de Sousa Teixeira - Presidente do Conselho de Administração - CPF: 081.161.427-12 Ronaldo de Souza Estrella - Técnico em Contabilidade - CRC - RJ03855/O-4 - CPF: 114.949.307-06</p>																									
<p>Demonstração do Resultado encerrado em 31 de dezembro de 2023</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Exercício Atual</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita Operacional</td> <td>3.112.860,66 C</td> </tr> <tr> <td>Receitas</td> <td>3.112.860,66 C</td> </tr> <tr> <td>Receita Operacional Líquida</td> <td>3.112.860,66 C</td> </tr> <tr> <td>Lucro Operacional Bruto</td> <td>3.112.860,66 C</td> </tr> <tr> <td>Despesas Administrativas</td> <td>1.091.511,92 D</td> </tr> <tr> <td>Despesas com Pessoal</td> <td>408.854,82 D</td> </tr> <tr> <td>Despesas Sociais</td> <td>3.884,65 D</td> </tr> <tr> <td>Despesas com Taxas</td> <td>54.690,23 D</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.558.941,62 D</td> </tr> <tr> <td>Lucro Operacional Líquido</td> <td>1.553.919,04 C</td> </tr> <tr> <td>Lucro Líquido do Período</td> <td>1.553.919,04 C</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição	Exercício Atual	Receita Operacional	3.112.860,66 C	Receitas	3.112.860,66 C	Receita Operacional Líquida	3.112.860,66 C	Lucro Operacional Bruto	3.112.860,66 C	Despesas Administrativas	1.091.511,92 D	Despesas com Pessoal	408.854,82 D	Despesas Sociais	3.884,65 D	Despesas com Taxas	54.690,23 D		1.558.941,62 D	Lucro Operacional Líquido	1.553.919,04 C	Lucro Líquido do Período	1.553.919,04 C
Descrição	Exercício Atual																								
Receita Operacional	3.112.860,66 C																								
Receitas	3.112.860,66 C																								
Receita Operacional Líquida	3.112.860,66 C																								
Lucro Operacional Bruto	3.112.860,66 C																								
Despesas Administrativas	1.091.511,92 D																								
Despesas com Pessoal	408.854,82 D																								
Despesas Sociais	3.884,65 D																								
Despesas com Taxas	54.690,23 D																								
	1.558.941,62 D																								
Lucro Operacional Líquido	1.553.919,04 C																								
Lucro Líquido do Período	1.553.919,04 C																								

BLUE MARINE TELECOM - ZMAX GROUP																																																																			
CNPJ: 29.764.518/0001-83																																																																			
<p>Balanco Patrimonial (em Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ATIVO</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>5.787.262,23</td> <td>1.283.399,78</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>28.412.024,63</td> <td>22.408.092,05</td> </tr> <tr> <td>Impostos e contribuições a recuperar</td> <td>31.421.901,83</td> <td>6.497.217,40</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos a fornecedores</td> <td>180.954.601,16</td> <td>83.743.478,17</td> </tr> <tr> <td>Estoque</td> <td>93.883.615,19</td> <td>6.285.839,16</td> </tr> <tr> <td>Despesas antecipadas</td> <td>849.205,91</td> <td>1.804.758,12</td> </tr> <tr> <td>Outros valores a receber</td> <td>52.017.531,85</td> <td>365.738,95</td> </tr> <tr> <td>Ativos para venda</td> <td>59.982,39</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total do ativo circulante</td> <td>393.386.125,19</td> <td>122.388.523,63</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas</td> <td>2.152.714,18</td> <td>9.742.530,08</td> </tr> <tr> <td>Investimento</td> <td>-</td> <td>9.269.321,50</td> </tr> <tr> <td>Imobilizado</td> <td>12.987.312,25</td> <td>24.723.154,34</td> </tr> <tr> <td>Bens Admissão Temp./Comodato</td> <td>136.315.286,31</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>45.840,05</td> <td>59.480,70</td> </tr> <tr> <td>Total do ativo não circulante</td> <td>151.501.152,79</td> <td>43.794.486,62</td> </tr> <tr> <td>Total do ativo</td> <td>544.887.277,98</td> <td>166.183.010,25</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/2023	31/12/2022	ATIVO			Circulante			Caixa e equivalentes de caixa	5.787.262,23	1.283.399,78	Contas a receber	28.412.024,63	22.408.092,05	Impostos e contribuições a recuperar	31.421.901,83	6.497.217,40	Adiantamentos a fornecedores	180.954.601,16	83.743.478,17	Estoque	93.883.615,19	6.285.839,16	Despesas antecipadas	849.205,91	1.804.758,12	Outros valores a receber	52.017.531,85	365.738,95	Ativos para venda	59.982,39	-	Total do ativo circulante	393.386.125,19	122.388.523,63	Não circulante			Partes relacionadas	2.152.714,18	9.742.530,08	Investimento	-	9.269.321,50	Imobilizado	12.987.312,25	24.723.154,34	Bens Admissão Temp./Comodato	136.315.286,31	-	Intangível	45.840,05	59.480,70	Total do ativo não circulante	151.501.152,79	43.794.486,62	Total do ativo	544.887.277,98	166.183.010,25						
	31/12/2023	31/12/2022																																																																	
ATIVO																																																																			
Circulante																																																																			
Caixa e equivalentes de caixa	5.787.262,23	1.283.399,78																																																																	
Contas a receber	28.412.024,63	22.408.092,05																																																																	
Impostos e contribuições a recuperar	31.421.901,83	6.497.217,40																																																																	
Adiantamentos a fornecedores	180.954.601,16	83.743.478,17																																																																	
Estoque	93.883.615,19	6.285.839,16																																																																	
Despesas antecipadas	849.205,91	1.804.758,12																																																																	
Outros valores a receber	52.017.531,85	365.738,95																																																																	
Ativos para venda	59.982,39	-																																																																	
Total do ativo circulante	393.386.125,19	122.388.523,63																																																																	
Não circulante																																																																			
Partes relacionadas	2.152.714,18	9.742.530,08																																																																	
Investimento	-	9.269.321,50																																																																	
Imobilizado	12.987.312,25	24.723.154,34																																																																	
Bens Admissão Temp./Comodato	136.315.286,31	-																																																																	
Intangível	45.840,05	59.480,70																																																																	
Total do ativo não circulante	151.501.152,79	43.794.486,62																																																																	
Total do ativo	544.887.277,98	166.183.010,25																																																																	
<p>Passivo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>161.637.243,69</td> <td>12.957.394,58</td> </tr> <tr> <td>Obrigações trabalhistas e previdenciárias</td> <td>592.745,48</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Obrigações tributárias</td> <td>12.798.690,93</td> <td>6.086.683,93</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de clientes</td> <td>1.294.599,00</td> <td>984.458,83</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>123.452.070,17</td> <td>52.226.232,60</td> </tr> <tr> <td>Receita a apropriar</td> <td>40.274.711,28</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>2.275.263</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo circulante</td> <td>342.325.323,91</td> <td>72.254.769,94</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas</td> <td>52.860.416,42</td> <td>52.133.294,82</td> </tr> <tr> <td>Obrigações tributárias LP</td> <td>1.906.181,84</td> <td>1.947.128,50</td> </tr> <tr> <td>Bens Admissão Temporária/Comod.</td> <td>136.315.286,31</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo não circulante</td> <td>191.081.884,57</td> <td>54.080.423,32</td> </tr> <tr> <td>Patrimônio líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>11.026.352,00</td> <td>10.296.295,00</td> </tr> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>453.717,50</td> <td>498.961,32</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucro</td> <td>-</td> <td>4.299.844,23</td> </tr> <tr> <td>Lucros/(Prejuízos) acumulados</td> <td>-</td> <td>24.752.916,44</td> </tr> <tr> <td>Total do patrimônio líquido</td> <td>11.480.069,50</td> <td>39.847.816,99</td> </tr> <tr> <td>Total do passivo</td> <td>544.887.277,98</td> <td>166.183.010,25</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/2023	31/12/2022	Circulante			Fornecedores	161.637.243,69	12.957.394,58	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	592.745,48	-	Obrigações tributárias	12.798.690,93	6.086.683,93	Adiantamento de clientes	1.294.599,00	984.458,83	Outras contas a pagar	123.452.070,17	52.226.232,60	Receita a apropriar	40.274.711,28	-	Dividendos a pagar	2.275.263	-	Total do passivo circulante	342.325.323,91	72.254.769,94	Não circulante			Partes relacionadas	52.860.416,42	52.133.294,82	Obrigações tributárias LP	1.906.181,84	1.947.128,50	Bens Admissão Temporária/Comod.	136.315.286,31	-	Total do passivo não circulante	191.081.884,57	54.080.423,32	Patrimônio líquido			Capital social	11.026.352,00	10.296.295,00	Reserva legal	453.717,50	498.961,32	Reserva de lucro	-	4.299.844,23	Lucros/(Prejuízos) acumulados	-	24.752.916,44	Total do patrimônio líquido	11.480.069,50	39.847.816,99	Total do passivo	544.887.277,98	166.183.010,25
	31/12/2023	31/12/2022																																																																	
Circulante																																																																			
Fornecedores	161.637.243,69	12.957.394,58																																																																	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	592.745,48	-																																																																	
Obrigações tributárias	12.798.690,93	6.086.683,93																																																																	
Adiantamento de clientes	1.294.599,00	984.458,83																																																																	
Outras contas a pagar	123.452.070,17	52.226.232,60																																																																	
Receita a apropriar	40.274.711,28	-																																																																	
Dividendos a pagar	2.275.263	-																																																																	
Total do passivo circulante	342.325.323,91	72.254.769,94																																																																	
Não circulante																																																																			
Partes relacionadas	52.860.416,42	52.133.294,82																																																																	
Obrigações tributárias LP	1.906.181,84	1.947.128,50																																																																	
Bens Admissão Temporária/Comod.	136.315.286,31	-																																																																	
Total do passivo não circulante	191.081.884,57	54.080.423,32																																																																	
Patrimônio líquido																																																																			
Capital social	11.026.352,00	10.296.295,00																																																																	
Reserva legal	453.717,50	498.961,32																																																																	
Reserva de lucro	-	4.299.844,23																																																																	
Lucros/(Prejuízos) acumulados	-	24.752.916,44																																																																	
Total do patrimônio líquido	11.480.069,50	39.847.816,99																																																																	
Total do passivo	544.887.277,98	166.183.010,25																																																																	
<p>Demonstração do Resultado (em Reais)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita líquida</td> <td>289.124.773</td> <td>89.617.537</td> </tr> <tr> <td>Receita bruta</td> <td>335.991.760</td> <td>102.165.251</td> </tr> <tr> <td>(-) Impostos</td> <td>(45.494.906)</td> <td>(12.547.714)</td> </tr> <tr> <td>(-) Cancelamentos</td> <td>(1.372.082)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Custo dos Serviços Prestados</td> <td>(267.974.290)</td> <td>(69.629.347)</td> </tr> <tr> <td>Lucro bruto</td> <td>21.150.483</td> <td>19.988.190</td> </tr> <tr> <td>Despesas e receitas operacionais</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas com pessoal</td> <td>(2.096.582)</td> <td>(1.744.353)</td> </tr> <tr> <td>Despesas com serviços de terceiros</td> <td>(631.679)</td> <td>(1.020.502)</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>(1.766.994)</td> <td>(4.905.261)</td> </tr> <tr> <td>Despesas tributárias</td> <td>(2.181.361)</td> <td>(1.227.324)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(344.740)</td> <td>(335.686)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas / (despesas) operacionais</td> <td>(6.634.932)</td> <td>5.132.045</td> </tr> <tr> <td>Lucro antes do resultado financeiro</td> <td>7.494.193</td> <td>15.887.108</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(9.714.386)</td> <td>(4.994.072)</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>1.457.484</td> <td>1.398.932</td> </tr> <tr> <td>Varição cambial líquida</td> <td>263.220</td> <td>342.958</td> </tr> <tr> <td>Lucro antes do IRPJ/CSLL</td> <td>(999.489)</td> <td>12.634.925</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>(2.783.517)</td> <td>(2.655.699)</td> </tr> <tr> <td>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</td> <td>(3.283.005,49)</td> <td>9.979.226,45</td> </tr> </tbody> </table>			31/12/2023	31/12/2022	Receita líquida	289.124.773	89.617.537	Receita bruta	335.991.760	102.165.251	(-) Impostos	(45.494.906)	(12.547.714)	(-) Cancelamentos	(1.372.082)	-	Custo dos Serviços Prestados	(267.974.290)	(69.629.347)	Lucro bruto	21.150.483	19.988.190	Despesas e receitas operacionais			Despesas com pessoal	(2.096.582)	(1.744.353)	Despesas com serviços de terceiros	(631.679)	(1.020.502)	Despesas gerais e administrativas	(1.766.994)	(4.905.261)	Despesas tributárias	(2.181.361)	(1.227.324)	Depreciação e amortização	(344.740)	(335.686)	Outras receitas / (despesas) operacionais	(6.634.932)	5.132.045	Lucro antes do resultado financeiro	7.494.193	15.887.108	Despesas financeiras	(9.714.386)	(4.994.072)	Receitas financeiras	1.457.484	1.398.932	Varição cambial líquida	263.220	342.958	Lucro antes do IRPJ/CSLL	(999.489)	12.634.925	Imposto de renda e contribuição social	(2.783.517)	(2.655.699)	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(3.283.005,49)	9.979.226,45			
	31/12/2023	31/12/2022																																																																	
Receita líquida	289.124.773	89.617.537																																																																	
Receita bruta	335.991.760	102.165.251																																																																	
(-) Impostos	(45.494.906)	(12.547.714)																																																																	
(-) Cancelamentos	(1.372.082)	-																																																																	
Custo dos Serviços Prestados	(267.974.290)	(69.629.347)																																																																	
Lucro bruto	21.150.483	19.988.190																																																																	
Despesas e receitas operacionais																																																																			
Despesas com pessoal	(2.096.582)	(1.744.353)																																																																	
Despesas com serviços de terceiros	(631.679)	(1.020.502)																																																																	
Despesas gerais e administrativas	(1.766.994)	(4.905.261)																																																																	
Despesas tributárias	(2.181.361)	(1.227.324)																																																																	
Depreciação e amortização	(344.740)	(335.686)																																																																	
Outras receitas / (despesas) operacionais	(6.634.932)	5.132.045																																																																	
Lucro antes do resultado financeiro	7.494.193	15.887.108																																																																	
Despesas financeiras	(9.714.386)	(4.994.072)																																																																	
Receitas financeiras	1.457.484	1.398.932																																																																	
Varição cambial líquida	263.220	342.958																																																																	
Lucro antes do IRPJ/CSLL	(999.489)	12.634.925																																																																	
Imposto de renda e contribuição social	(2.783.517)	(2.655.699)																																																																	
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(3.283.005,49)	9.979.226,45																																																																	
<p>Rodrigo do Carmo Magarotto - Diretor Executivo - CPF 298.653.998-06. Alessandra Magalhães da Silva - CRC-RJ 114724/O-7 - CPF: 082.767.807-09</p>																																																																			

SF 726 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.
CNPJ/MF nº 53.140.797/0001-99 - NIRE 33.3.0035186-8
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 15 (quinze) dias do mês de março de 2024, às 10 (dez) horas, na sede social da **SF 726 Participações Societárias S.A. ("Companhia")**, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 4, sala 208, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22.775-056. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), por estarem presentes à assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Foi indicado para presidir a assembleia o Sr. José Guilherme Cruz Souza, a que convidou a mim, Larissa Lima, para secretária-ia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a retificação da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2023, arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00005945638, em 20 de dezembro de 2023, de forma a alterar o estatuto social da Companhia e consolidá-lo; (ii) aumento do capital social da Companhia; (iii) a eleição de novo membro adicional ao Conselho de Administração da Companhia; e (iv) a consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar a retificação da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2023, arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00005945638, em 20 de dezembro de 2023, de forma a implementar as seguintes alterações no Estatuto Social: (i) alteração da denominação social da Companhia de SF 726 Participações Societárias S.A. para Subholding II S.A., alterando a redação do Artigo Primeiro do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração da sede da Companhia de Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 4, sala 208, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22.775-056, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para Praia de Botafogo 440, sala enseada, 18º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, alterando a redação do Artigo Segundo do Estatuto Social da Companhia; (iii) alteração do objeto social da Companhia, de modo a constar as atividades de (a) geração de energia elétrica; (b) construção, instalação, implantação, operação, administração, exploração e manutenção de centrais geradoras de energia solar; (c) comercialização de energia elétrica; (d) atividades de coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica; e (e) participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, alterando a redação do Artigo Terceiro do Estatuto Social da Companhia; (iv) inclusão de cláusulas específicas estabelecendo o rol de competências da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e consequentemente incluindo o Parágrafo Terceiro do Artigo Sexto no Estatuto Social da Companhia; e (v) alterações na redação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir os requisitos do artigo 8º, inciso I, do Anexo Normativo IV da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 175, de 23 de dezembro de 2022 ("**Resolução CVM 175**"), o qual dispõe sobre os requisitos de governança corporativa aplicáveis a sociedades por ações de capital fechado que tenham, dentre seus acionistas, entidade considerada fundo de investimento em participações nos termos das normas aplicáveis da CVM. **5.2.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R\$ 78.600.000,00 (setenta e oito milhões e seiscentos mil reais), com a emissão de 78.600.000,00 (setenta e oito milhões e seiscentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 78.600.400,00 (setenta e oito milhões e seiscentos mil e quatrocentos reais) dividido por 78.600.400 (setenta e oito milhões e seiscentos mil e quatrocentos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas em decorrência do aumento de capital social aprovado nos termos do presente item são totalmente subscritas pela acionista VICC GD II S.A. e serão integralizadas a prazo, em moeda corrente nacional, tudo conforme boletim de subscrição, cuja cópia constitui o Anexo I da ata a que se refere a presente assembleia; **5.3.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em mais R\$ 8.733.333,33 (oito milhões e setecentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), sendo desprezados para fins do capital social da Companhia os R\$ 0,33 (trinta e três centavos), com a emissão de 8.733.333 (oito milhões e setecentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais), dividido por 8.733.333 (oito milhões e setecentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais), dividido por 87.333.733,00 (oitenta e sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos e trinta e três reais), dividido por 87.333.733,00 (oitenta e sete milhões e trezentos e trinta e três mil e setecentos e trinta e três reais), representado por 87.333.733,00 (oitenta e sete milhões, trezentos e trinta e três mil e setecentos e trinta e três reais) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. **5.4.** Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais. **5.5.** No caso de Aumentos de Capital, os acionistas terão o direito de exercer seu respectivo direito de preferência previsto no artigo 171 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"), proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **5.6.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor, e desde que respeitado o direito de os Acionistas da Companhia venderem suas respectivas Ações nas mesmas condições, proporcionalmente a sua participação societária na Companhia. **5.7.** Nos termos do artigo 8º, inciso I, do Anexo Normativo IV da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 175, de 23 de dezembro de 2022 ("**Resolução CVM 175**") é vedada a emissão de Partes Beneficiárias em favor de Acionistas ou de quaisquer terceiros. **Capítulo III: Da Assembleia Geral:** **Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** As Assembleias Gerais serão presididas pelo presidente do conselho de administração ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pelo presidente do conselho de administração ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pelo acionista controlador da Companhia, sendo secretariadas por qualquer indivíduo (que não precisa ser um acionista) indicada pelo presidente da Assembleia Geral. **§2º** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvas às exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, respeitadas as limitações do Acordo de Acionistas, não computando os votos em branco. **§3º** Observado o disposto em eventual(is) acordo(s) celebrados entre os Acionistas, os acionistas da Companhia, enquanto detiverem ações representativas de pelo menos 10% (dez por cento) da Companhia, terão direito de veto sobre a aprovação das seguintes matérias: (i) prestação de garantias a obrigações de Terceiros, que não Subsidiárias, ou sociedades irmãs tendo os mesmos Acionistas e atuando no mesmo setor; (ii) alteração do objeto social da Companhia, exceto por inclusão e/ou alteração de: (i) atividades acessórias; ou (ii) quaisquer atividades relacionadas à produção e/ou comercialização de energia elétrica; (iii) criação de novas classes de Ações com direito de voto e/ou alteração dos direitos dos detentores de ações ordinárias de classe(s) já existente(s); (iv) celebração de contratos comerciais e financeiros entre a Companhia e/ou suas Subsidiárias, de um lado, e partes relacionadas à Acionista Controladora, com exceção de contratos com valor igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e/ou consistentes com as práticas de mercado; e (v) deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação de consórcios, e/ou subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades, cujo objeto social não se relacionem a projetos e/ou atividades relacionadas a energias renováveis. **§4º** Será considerada presente à Assembleia Geral o acionista que: (i) nomear um procurador para representá-la na ocasião, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente da mesa antes da sua instalação; (ii) enviar seu voto por escrito ao presidente da mesa antes da sua instalação, via correio eletrônico (e-mail), com confirmação de recebimento, carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (iii) participar da Assembleia Geral por meio de vídeo conferência, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), com confirmação de recebimento ou carta entregue em mãos ao presidente da mesa antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente reconhecidos e ouvidos, caso em que a Assembleia Geral será considerada devidamente realizada, para todos os fins, no local onde estiver o presidente da mesa. **§5º** As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Acionistas detentores de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos Acionistas titulares do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com a presença de qualquer Acionista, respeitados os quóruns qualificados de aprovação previstos em Lei e no presente estatuto. **§6º** Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia; (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal; (iv) reformar o Estatuto Social; (v) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; e (vi) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, e com base nas demonstrações financeiras anuais. **Capítulo IV: Da Administração: Seção I - Regras Gerais:** **Artigo 7º** A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **§1º** Os administradores ficam dispensados de prestar caução e sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, podendo ser revista a qualquer tempo, cabendo ao Conselho de Administração a alocação e distribuição individual dos valores entre os membros da Administração quando a Assembleia Geral fixar a remuneração de forma global, salvo se decidido de forma diversa pelos acionistas representando a maioria absoluta dos votos. **§2º** A investidura dos Conselheiros e Diretores nos respectivos cargos far-se-á por assinatura de termo lavrado no livro próprio em até 30 (trinta) dias contados da data de sua eleição. Os Conselheiros e os Diretores terão um mandato de 2 (dois) anos (nos termos do artigo 8º, inciso II, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175), sendo admitido sucessivas reeleições. Findo o mandato, os Conselheiros e/ou Diretores permanecerão no exercício dos seus cargos até a investidura dos novos Conselheiros e/ou Diretores eleitos. **§3º** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos da administração ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhas ao objeto social. **§4º** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo de Conselheiro ou Diretor que, sem causa justificada, a juízo da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, respectivamente, deixar de exercer suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. **Seção II - Conselho De Administração:** **Artigo 8º** O Conselho de Administração será composto por 4 (quatro) membros, eleitos e substituídos pela Assembleia Geral. Um dos membros será o Presidente do Conselho de Administração, o qual será nomeado pelos Acionistas detentores da maioria absoluta do capital social votante da Companhia em Assembleia Geral. **§1º** O Presidente presidirá todas as reuniões do Conselho de Administração e nomeará o secretário. **§1º** No caso de vacância de cargo no Conselho de Administração, compete à Assembleia Geral eleger o substituído, que cumprirá o prazo de gestão do substituído. Em caso de impedimento temporário ou ausência, o membro do conselho de administração da Companhia temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do conselho de administração da Companhia, para que esse voto em seu nome nas reuniões do conselho de administração da Companhia. **Artigo 9º** O Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente de forma trimestral, e extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 10º** As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros, ou, em segunda convocação, com qualquer número de membros, desde que o Presidente do Conselho de Administração esteja presente. Independentemente das formalidades aqui previstas, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§1º** Será considerado presente às reuniões do conselho de administração o membro do conselho de administração que: (a) nomear qualquer outro membro do conselho de administração como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente do conselho de administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação; ou (b) participar das reuniões do conselho de administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail) ou carta entregue em mãos ao presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente reconhecidos e ouvidos, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da reunião. **§2º** As reuniões do conselho de administração serão convocadas com no mínimo 3 (três) dias de antecedência da data de cada reunião, em primeira convocação, e com no mínimo 1 (um) dia de antecedência, em segunda convocação, podendo em qualquer caso ser convocada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas em caso de urgência justificada. As reuniões do conselho de administração poderão ser instaladas (i) em primeira convocação com a presença de todos os membros do conselho de administração; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número de membros do conselho de administração. **Artigo 11º** Cada conselheiro terá direito a um voto nas reuniões do Conselho de Administração. Nas reuniões do Conselho de Administração, todas as deliberações serão tomadas sempre pelo voto da maioria dos membros presentes (prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto de qualidade do

presidente do Conselho de Administração). **Artigo 12º** O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo presente estatuto social: (i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria; (iii) eleger e destituir os Diretores; (iv) atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social, inclusive designando o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo-Financeiro, se necessário, bem como a definição do número de cargos a serem preenchidos, observado o disposto neste Estatuto; (v) aprovar a criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (vi) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (vii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (viii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (ix) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (x) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável; (xi) a empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração; (xii) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; (xiii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; (xiv) deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação de consórcios ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades, sendo certo que caso tais associações não se relacionem a projetos e/ou atividades relacionadas a energias renováveis, será necessária a aprovação de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia; (xv) aprovar (i) a criação de ónus reais sobre bens da Companhia para garantir obrigações próprias e/ou de suas controladas e (ii) a outorga de quaisquer outras garantias a terceiros, inclusive fiança e aval, no âmbito de operações envolvendo suas controladas; (xvi) deliberar sobre a alienação, venda, ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia; (xvii) apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores; (xviii) aprovar a emissão de títulos e valores mobiliários, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira; (xix) aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato, transação ou operação que, independentemente do valor, contenha: (i) qualquer restrição à distribuição de quaisquer tipos previstos pela Companhia (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio), sendo que tal restrição não poderá prejudicar o pagamento pela Companhia do dividendo obrigatório (em tal caso, a celebração, pela Companhia, de tal contrato, transação ou operação dependerá da aprovação de acionistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia); e/ou (ii) qualquer restrição à celebração de contratos de mútuo pela Companhia; e/ou (iii) qualquer restrição à celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e suas Partes Relacionadas, bem como à realização, pela Companhia, de pagamentos que sejam deves decorrentes; (xix) aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato ou operação financeira que estabeleça níveis máximos de endividamento ou restrições semelhantes, de cujo descumprimento possa resultar a aplicação de penalidades, a assunção de obrigações adicionais pela Companhia, e/ou o vencimento antecipado de obrigações da Companhia; (xx) aprovar, anualmente, no último mês de cada exercício social e para vigência no exercício seguinte, a política de gestão de caixa da Companhia, que estabelecerá as diretrizes para as aplicações financeiras, definindo os responsáveis e limites de alçadas para a sua administração, sem prejuízo de revisões, a qualquer tempo, sempre que o Conselho de Administração julgar necessário; e (xxi) aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia. **Seção III – Diretoria:** **Artigo 13º** A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) diretores, sendo um diretor presidente (CEO) e os demais diretores sem designação específica. Parágrafo Único. No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituído pelo Conselho de Administração. **Artigo 14º** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração previstas no presente estatuto social e em lei. **§1º** Nas matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração (nos termos do presente estatuto social e/ou em lei), a Diretoria poderá agir apenas mediante autorização expressa do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral e nos limites autorizados pelo(s) respectivo(s) órgão(s) societário(s). **Artigo 15º** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no Artigo Nono competem a: (i) 2 (dois) diretores, agindo em conjunto; ou (ii) 1 (um) diretor e 1 (um) procurador em conjunto, desde que o procurador esteja investido de poderes específicos e expressos para tal finalidade. As procurações públicas ou privadas serão sempre outorgadas por 2 (dois) diretores conjuntamente, deverão especificar de forma completa e precisa os poderes outorgados e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo máximo de validade de 1 (um) ano. **Parágrafo Único.** Dependendo de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 16º** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V: Conselho Fiscal:** **Artigo 17º** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI: Disposições Gerais:** **Artigo 18º** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **Artigo 19º** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que à Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Administração, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável, sendo vedada a distribuição desproporcional sem a anuência da unanimidade dos acionistas. **Artigo 20º** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 21º** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 22º** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 23º** Nos termos do artigo 8º, inciso III, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, a Companhia deverá disponibilizar aos Acionistas, independentemente de sua participação societária, cópia dos seguintes instrumentos eventualmente celebrados: (i) contratos celebrados com Partes Relacionadas; (ii) acordos de Acionistas; e (iii) programas de opções de aquisição de Ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 24º** A Companhia, seus Conselheiros, auditores e Diretores observarão e cumprirão as disposições do acordo de acionistas arquivado em sua sede e (i) os membros do Conselho de Administração ou dos órgãos administrativos da Companhia, em especial o Presidente do Conselho de Administração, abster-se-ão de computar os votos contrários às disposições dos referidos acordos, e também permitirão que, em caso de ausência ou abstenção às disposições dos referidos acordos por um acionista vinculado por um acordo de acionistas ou seu representante no Conselho de Administração, o acionista lesado por tal conduta, ou seu representante no Conselho de Administração, conforme o caso, poderá votar com as ações daquele acionista ou em substituição ao Conselheiro ausente ou que se absteve, conforme o caso, e (ii) a Companhia está expressamente proibida de aceitar ou efetuar qualquer transferência de ações, oneração ou cessão de direitos de preferência para subscrição de ações ou outros valores mobiliários que não cumpram as disposições deste Estatuto Social ou do acordo de acionistas. **Artigo 25º** Nos termos do artigo 8º, inciso IV, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, a Companhia, seus Acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, Acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e no presente estatuto social da Companhia. **Artigo 26º** Nos termos do artigo 8º, inciso VI, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, a Companhia, no âmbito da auditoria anual de suas demonstrações financeiras, deverá contratar exclusivamente auditores independentes registrados na CVM. **JUCERJA** nº 00006177489 em 10/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ESTATUTO SOCIAL REFORMADO E CONSOLIDADO DA SUBHOLDING II S.A.

Presidente do Conselho de Administração). **Artigo 12º** O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo presente estatuto social: (i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria; (iii) eleger e destituir os Diretores; (iv) atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social, inclusive designando o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo-Financeiro, se necessário, bem como a definição do número de cargos a serem preenchidos, observado o disposto neste Estatuto; (v) aprovar a criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (vi) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (vii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (viii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (ix) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia; (x) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável; (xi) a empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração; (xii) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários; (xiii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; (xiv) deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação de consórcios ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades, sendo certo que caso tais associações não se relacionem a projetos e/ou atividades relacionadas a energias renováveis, será necessária a aprovação de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia; (xv) aprovar (i) a criação de ónus reais sobre bens da Companhia para garantir obrigações próprias e/ou de suas controladas e (ii) a outorga de quaisquer outras garantias a terceiros, inclusive fiança e aval, no âmbito de operações envolvendo suas controladas; (xvi) deliberar sobre a alienação, venda, ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia; (xvii) apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores; (xviii) aprovar a emissão de títulos e valores mobiliários, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira; (xix) aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato, transação ou operação que, independentemente do valor, contenha: (i) qualquer restrição à distribuição de quaisquer tipos previstos pela Companhia (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio), sendo que tal restrição não poderá prejudicar o pagamento pela Companhia do dividendo obrigatório (em tal caso, a celebração, pela Companhia, de tal contrato, transação ou operação dependerá da aprovação de acionistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia); e/ou (ii) qualquer restrição à celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e suas Partes Relacionadas, bem como à realização, pela Companhia, de pagamentos que sejam deves decorrentes; (xix) aprovar a celebração, pela Companhia, de contrato ou operação financeira que estabeleça níveis máximos de endividamento ou restrições semelhantes, de cujo descumprimento possa resultar a aplicação de penalidades, a assunção de obrigações adicionais pela Companhia, e/ou o vencimento antecipado de obrigações da Companhia; (xx) aprovar, anualmente, no último mês de cada exercício social e para vigência no exercício seguinte, a política de gestão de caixa da Companhia, que estabelecerá as diretrizes para as aplicações financeiras, definindo os responsáveis e limites de alçadas para a sua administração, sem prejuízo de revisões, a qualquer tempo, sempre que o Conselho de Administração julgar necessário; e (xxi) aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia. **Seção III – Diretoria:** **Artigo 13º** A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) diretores, sendo um diretor presidente (CEO) e os demais diretores sem designação específica. Parágrafo Único. No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituído pelo Conselho de Administração. **Artigo 14º** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheque; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração previstas no presente estatuto social e em lei. **§1º** Nas matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração (nos termos do presente estatuto social e/ou em lei), a Diretoria poderá agir apenas mediante autorização expressa do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral e nos limites autorizados pelo(s) respectivo(s) órgão(s) societário(s). **Artigo 15º** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no Artigo Nono competem a: (i) 2 (dois) diretores, agindo em conjunto; ou (ii) 1 (um) diretor e 1 (um) procurador em conjunto, desde que o procurador esteja investido de poderes específicos e expressos para tal finalidade. As procurações públicas ou privadas serão sempre outorgadas por 2 (dois) diretores conjuntamente, deverão especificar de forma completa e precisa os poderes outorgados e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo máximo de validade de 1 (um) ano. **Parágrafo Único.** Dependendo de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 16º** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V: Conselho Fiscal:** **Artigo 17º** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI: Disposições Gerais:** **Artigo 18º** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável. **Artigo 19º** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que à Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Administração, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável, sendo vedada a distribuição desproporcional sem a anuência da unanimidade dos acionistas. **Artigo 20º** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 21º** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 22º** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando pelo menos 90% (noventa por cento) do capital social votante da Companhia, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 23º** Nos termos do artigo 8º, inciso III, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, a Companhia deverá disponibilizar aos Acionistas, independentemente de sua participação societária, cópia dos seguintes instrumentos eventualmente celebrados: (i) contratos celebrados com Partes Relacionadas; (ii) acordos de Acionistas; e (iii) programas de opções de aquisição de Ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 24º** A Companhia, seus Conselheiros, auditores e Diretores observarão e cumprirão as disposições do acordo de acionistas arquivado em sua sede e (i) os membros do Conselho de Administração ou dos órgãos administrativos da Companhia, em especial o Presidente do Conselho de Administração, abster-se-ão de computar os votos contrários às disposições dos referidos acordos, e também permitirão que, em caso de ausência ou abstenção às disposições dos referidos acordos por um acionista vinculado por um acordo de acionistas ou seu representante no Conselho de Administração, o acionista lesado por tal conduta, ou seu representante no Conselho de Administração, conforme o caso, poderá votar com as ações daquele acionista ou em substituição ao Conselheiro ausente ou que se absteve, conforme o caso, e (ii) a Companhia está expressamente proibida de aceitar ou efetuar qualquer transferência de ações, oneração ou cessão de direitos de preferência para subscrição de ações ou outros valores mobiliários que não cumpram as disposições deste Estatuto Social ou do acordo de acionistas. **Artigo 25º** Nos termos do artigo 8º, inciso IV, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, a Companhia, seus Acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Comércio Brasil-Canadá, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, Acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e no presente estatuto social da Companhia. **Artigo 26º** Nos termos do artigo 8º, inciso VI, do Anexo Normativo IV da Resolução CVM 175, a Companhia, no âmbito da auditoria anual de suas demonstrações financeiras, deverá contratar exclusivamente auditores independentes registrados na CVM. **JUCERJA** nº 00006177489 em 10/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

Relatório da Administração
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício social findo

em 31/12/2023. A Administração representada por sua Diretoria encontra-se a disposição dos Srs. acionistas para fornecer quais quer esclarecimentos sobre o resultado obtido.

Demonstração dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Passivo e patrimônio líquido	
	2023	2022	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	31.518	18.942	
Contas a receber (Nota 8)	277.523	253.435	
Estoques (Nota 9)	225.710	223.593	
Tributos a recuperar (Nota 10)	50.888	63.189	
Outros ativos	17.565	21.163	
	<u>603.204</u>	<u>580.322</u>	
Não circulante			
Realizável ao longo prazo			
Contas a receber (Nota 8)	11.091	11.170	
Tributos a recuperar (Nota 10)	42.712	65.170	
Depósitos Judiciais (Nota 19)	29.038	25.770	
	<u>82.841</u>	<u>102.110</u>	
Investimentos (Nota 12)	1.020	1.020	
Imobilizado (Nota 13)	467.303	448.020	
Intangível (Nota 14)	22	202	
	<u>468.345</u>	<u>449.242</u>	
Total do ativo	1.154.390	1.131.674	
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores (Nota 16)	31.687	32.727	
Passivo de arrendamento (Nota 17.2)	4.101	4.044	
Fornecedores exterior - coligadas (Nota 16)	102.983	77.497	
Empréstimos e mútuos (Nota 18)	178.602	170.181	
Salários e encargos sociais	42.723	41.603	
Tributos a pagar (Nota 19.1)	22.025	30.761	
Imposto de renda e contrib. social a recolher (Nota 15.3)	1.079	4.128	
Outros passivos	42.081	22.620	
	<u>425.281</u>	<u>383.561</u>	
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Passivo de arrendamento (Nota 17.2)	2.400	2.922	
Empréstimos e mútuos (Nota 18)	-	72.540	
Provisões para contingências (Nota 19.3)	9.959	7.557	
Imposto de renda diferido (Nota 15.1)	9.606	13.628	
	<u>21.965</u>	<u>96.647</u>	
Total passivo	447.246	480.208	
Patrimônio líquido (Nota 20)			
Capital social (Nota 20.1)	546.461	511.584	
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.394)	(4.818)	
Reservas de lucros	164.077	144.700	
	<u>707.144</u>	<u>651.466</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.154.390	1.131.674	
Demonstração do resultado - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2023	2022	
Receita de vendas (Nota 21)	1.131.624	1.017.115	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(695.893)	(663.169)	
Lucro bruto	435.731	353.946	
Despesas com vendas (Nota 22)	(274.961)	(244.307)	
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(60.393)	(48.316)	
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23)	9.814	15.905	
Lucro operacional	110.191	77.228	
Receitas financeiras (Nota 24)	22.056	60.075	
Despesas financeiras (Nota 24)	(74.711)	(117.166)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(52.655)	(57.091)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.536	20.137	
Impostos Correntes	(1.149)	5.044	
Impostos Diferidos	4.022	4.550	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15.3)	2.873	9.594	
Lucro líquido do exercício	60.409	29.731	
Ações em circulação no final do exercício (Nota 20.1)	270.524	253.258	
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$)	223,31	117,40	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros					
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais acumulados	Lucros
Em 31 de dezembro de 2021	511.584	(2.752)	11.982	35.955	67.032	623.801
Resultados abrangentes - hedges de fluxo de caixa (Nota 20.5)	-	(2.066)	-	-	-	(2.066)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.731
Reserva de retenção de lucro (Nota 20.4)	-	-	1.486	-	(1.486)	-
Reserva de subvenção de investimento - ICMS (Nota 20.4)	-	-	-	-	28.245	(28.245)
Em 31 de dezembro de 2022	511.584	(4.818)	13.468	35.955	95.277	651.466
Resultados abrangentes - hedges de fluxo de caixa (Nota 20.5)	-	1.424	-	-	-	1.424
Aumento de capital com créditos de JCP (Nota 20.1)	34.877	-	-	-	-	34.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	60.409
Juros sobre capital próprio - JCP (Nota 20.2)	-	-	-	-	(41.032)	(41.032)
Ajuste entre reservas	-	(639)	-	639	-	-
Reserva de retenção de lucro (Nota 20.4)	-	-	969	-	-	(969)
Reserva de subvenção de investimento - ICMS (Nota 20.4)	-	-	-	-	18.408	(18.408)
Em 31 de dezembro de 2023	546.461	(3.394)	13.798	35.955	113.685	707.144

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1 Informações gerais. 1.1 Contexto operacional. Os Laboratórios B.Braun S.A. (a "Companhia") são uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Gonçalo, Rio de Janeiro, que tem por finalidade e objetivo a exploração industrial e comercial de produtos farmacêuticos, hospitalares, suplementos nutritivos - dietas enterais, saneantes e domissanitários, artefatos plásticos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica, consultoria administrativa de bens, podendo para tanto, locar máquinas e equipamentos médico-hospitalares, conceder franquias, ministrar treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, podendo ainda, realizar quaisquer outras atividades acessórias, congêneres ou correlatas que forem de seu interesse, inclusive importação e exportação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de abril de 2024. **1.2 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **1.3 Meio ambiente, sustentabilidade e gestão de riscos climáticos.** Os Laboratórios B. Braun reconhecem a importância da implementação de iniciativas de sustentabilidade e avaliam constantemente os riscos relacionados ao meio ambiente que possam vir a impactar a sociedade, e em particular, em suas operações e negócios. Dessa forma, a Companhia assume o compromisso em atender aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades e serviços. Toda legislação aplicável é identificada, analisada e atendida, assim como normas técnicas e procedimentos internos da Companhia, visando manter a conformidade legal em suas operações. Com um sistema de levantamento, controle e acompanhamento de requisitos legais, a Administração gerencia e analisa o levantamento dos aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades realizadas pelos Laboratórios B. Braun. Esse levantamento é revisado sempre que identificado uma nova condicional. A Administração avalia todas as informações e afirma não ter impacto nas demonstrações financeiras. **1.4 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia.** Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Os Laboratórios B. Braun têm acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entendem que, considerando que não possuem quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado da crise em andamento. **1.5 Reforma Tributária sobre o consumo.** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado no IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2 Resumo das principais políticas contábeis. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **• Alteração ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgarão

novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "CPC 32 - Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para os Laboratórios B. Braun. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2 Ativos financeiros. (a) Classificação.** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Contratos de Derivativos (Hedge) cujo objeto de proteção referem-se a compra de mercadorias futuras que afetarão a formação do Custo de Mercadoria Vendida. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá se a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(b) Reconhecimento e desreconhecimento.** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(c) Mensuração.** No reconhecimento inicial, a companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, a determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida.** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/perdas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentadas em outros ganhos/perdas (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo. **(d) Impairment.** As contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 "Instrumentos Financeiros" e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.3 Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.4 Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar

fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.5 Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados com base nas diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (vide Nota 15.1). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.7 Investimentos.** Os investimentos em sociedades da Companhia são registrados e avaliados ao custo de aquisição, uma vez que o valor justo se aproxima ao seu custo original. **2.8 Conversão em moeda estrangeira. (a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos.** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9 Ativos intangíveis. (i) Pesquisa e desenvolvimento.** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **(ii) Programas de computador (softwares).** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 14. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14. **(iii) Outros ativos intangíveis.** Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14. Os ativos intangíveis não são reavaliados. **2.10 Imobilizado.** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-50
Máquinas	10-15
Equipamentos para comodato	7-8
Veículos	3-6
Móveis, utensílios e equipamentos	3-15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (vide Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas" na demonstração do resultado. Conforme previsto no CPC 27 "Ativo Imobilizado", a Companhia efetuou uma análise com objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. **2.11 Impairment de ativos não financeiros.** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment para ativos não financeiros. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.13 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.14 Empréstimos.** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pró rata temporis"). **2.15 Reconhecimento de receita.** A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. As receitas pela venda de mercadorias são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfetida que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda,

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no período contábil durante o qual os serviços são prestados. **2.16 Arrendamentos.** A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Ao determinar o prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido), principalmente nos arrendamentos de imóveis. A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de hardware e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque a Companhia pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios. **2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP).** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Cabe mencionar que em 2023 houve a distribuição de juros sobre capital próprio (vide Nota 20.2).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis. (a) Perda (impairment) de ativos financeiros.** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 4.1 (a). **(b) Vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis.** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangíveis, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se as mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (vide Notas 13 e 14). **(c) Provisão para contingências.** A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o

valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias (vide Nota 19). **(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos (vide Notas 5 e 20.5). **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro.** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Grupo. O Grupo estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito.** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Para os instrumentos financeiros derivativos, a administração estabeleceu limite máximo de 10% do valor justo dos contratos em aberto para cada contraparte individual. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **Impairment de ativos financeiros.** Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes por vendas de produtos e decorrentes de provisão de serviços; • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48 "Instrumentos Financeiro", não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos. **Contas a receber de clientes.** A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 "Instrumentos Financeiro", para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Foram tomadas as bases de contas a receber efetivamente baixados em relação ao resultado de vendas do ano, para um período retroativo há três anos e aplicado, em uma base de inferência estatística a distribuição percentual em cada faixa de atraso da probabilidade de créditos que venham a incorrer em perda efetiva à média histórica apurada, excetuando os saldos de contas a receber em ajustamento com alta probabilidade de perda (provisão específica). As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

• *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). Os valores justos dos vários instrumentos financeiros usados para fins de *hedge* são informados na Nota 4.1 e estão divulgados nesta Nota. As movimentações nos valores de *hedge* classificadas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 20.5. **(a) Hedge de valor justo.** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Receita (Despesa) Financeira, respectivamente". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **(b) Hedge de fluxo de caixa.** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receita (Despesa) Financeira, respectivamente". A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas relacionadas com a parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, em outras receitas (despesas). Quando os contratos a termo são usados como *hedge* das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de *hedge*. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no componente à termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de *hedge*. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de *hedge*. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afeta o resultado, conforme segue. Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas). Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. **(c) Ineficácia do hedge.** A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. No caso de *hedges* de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de *hedge* quando os termos essenciais do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de *hedge*, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Nos *hedges* de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2023	2022
Contas a receber clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1*	10.723	4.933
Grupo 2*	277.891	259.672
Total do contas a receber clientes	288.614	264.605
Títulos e valores mobiliários em caixa e equivalentes de caixa		
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's) BB- (2023) / AAA- (2022)	2.852	1.123
Total dos títulos e valores mobiliários	2.852	1.123
Bancos		
AAA (2023) / AAA (2022)	25.573	17.768
BB- (2023) / BB (2022)	3.093	51
Total de bancos	28.666	17.819

* Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
* Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses).

	2023	2022
7 Caixa e Equivalentes de Caixa		
Bancos (contas correntes)		
Banco Itaú S.A.	22.840	16.409
Banco Santander S.A.	2.446	-
BNP Paribas S.A. (SP)	1.185	1.068
Banco de Brasília - BRB	986	26
Banco Bradesco S.A.	647	51
BNP Paribas (Frankfurt)	562	265
Total	28.666	17.819

Aplicações financeiras (1)

Banco do Brasil	2.852	831
Banco Bradesco S.A.	-	187
Banco Santander S.A.	-	105
Total	2.852	1.123

Total de caixa e equivalentes de caixa
(1) Referem-se a títulos e valores mobiliários (Certificados de depósitos bancários) e tiveram uma remuneração média de 15 % do CDI (certificados de depósitos interbancários) em 2023 e 2022.

	2023	2022
8 Contas a receber		
Clientes no país (Nota 4)	290.587	263.752
Clientes no exterior - partes relacionadas (Nota 11)	6.782	10.759
Provisão para perdas com clientes (Nota 4)	(8.755)	(9.906)
Total	288.614	264.605

	2023	2022
8.1 AGING do contas a receber		
Vencidas	232.825	191.430
Vencido até 30 dias	13.200	32.029
Vencido 31 até 60 dias	7.394	9.391
Vencido 61 até 90 dias	5.324	6.503
Vencido 91 até 180 dias	9.849	5.483
Vencido há mais de 180 dias	28.778	29.674
Total de contas a receber vencidas	64.545	83.080
Total de contas a receber	297.370	274.512
(8.755)	(9.906)	
Total	288.614	264.605

	2023	2022
9 Estoques		
Mercadorias para revenda	116.746	110.839
Produtos acabados	47.690	52.640
Matérias-primas e embalagens	35.146	42.951
Importações em andamento	28.946	30.089
Produtos em processo	6.967	7.075
Provisão para perdas nos estoques	(9.785)	(20.011)
Total	225.710	223.593

10 Tributos a recuperar. Das operações normais da Companhia resultam créditos de impostos pagos ou retidos que são recuperáveis dentro do próprio exercício, bem como nos exercícios subsequentes. Os saldos no final de cada exercício podem ser classificados como a seguir:

	2023	2022
ICMS (b)	47.621	63.765
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS (b)	15.419	40.654
IPI e imposto de importação	14.428	12.247
Retenções de IRPJ e CSLL	11.528	4.025
Antecipações de IRPJ/CSLL (retenção empresa pública e aplicação financeira)	2.024	2.007
Antecipações de PIS/COFINS (retenção empresa pública)	1.931	928
ICMS - CIAP (não circulante)	607	3.467
Retenções efetuadas por terceiros	42	1.266
Total	93.600	128.359
Circulante	50.888	63.189
Não circulante	42.712	65.170

(a) O saldo acumulado de ICMS é majoritariamente, oriundo do pagamento do imposto na importação de matérias-primas e produtos de revenda, no Estado do Rio de Janeiro, nos últimos anos. A realização deste crédito será efetuada através do aumento das projeções de vendas de exercícios futuros, bem como planejamento de redução e acúmulo de crédito, via importação por outras Unidades Federativas, nos quais a transferência de crédito para o Rio de Janeiro é em aliquotas menores à importação por este Estado. No ano de 2023, a Companhia consumiu um total de R\$ 10.772 de créditos apurados nos exercícios anteriores. Para o ano de 2024, a projeção é de consumir R\$ 11.000.

(b) Em 2021, a Companhia revisou a apropriação de créditos, entre os anos de 2018 e 2022, com base nos art. 3º, inciso XI, das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 c/c Lei nº 11.488/2007, Art. 6º, sendo opcional ao contribuinte a se creditar do PIS/COFINS sobre compras de materiais e serviços. Em 2023, após compensações com tributos da mesma natureza a pagar, o saldo desse crédito ficou em R\$ 14.686 sendo atualizado com a SELIC. Tais créditos possuem expectativa de realização nos próximos exercícios com tributos a pagar da mesma natureza.

Efeito da perda esperada sobre o Contas a Receber		31 de dezembro 2023					
	A vencer	Vencidos em 30 dias	Vencidos entre 31-60 dias	Vencidos 61-90 dias	Vencidos 91-180 dias	Vencidos > 180 dias	Total
Contas a receber total	229.170	11.711	6.878	5.276	8.879	28.674	290.589
(-) Provisão para perdas (específica) - ajustados (a)	-	-	-	-	-	6.124	6.124
(=) Contas a receber exposta a estimativa de perda - base média histórica sobre vendas líquidas pelas regras anteriores.	229.170	11.711	6.878	5.276	8.879	22.550	284.464
% de Estimativa de perda calculada (média histórica de perdas últimos três exercícios fiscais sobre vendas líquidas).	0,0141%	0,0615%	0,0939%	0,1153%	0,1342%	0,1758%	0,595%
Aplicação da estimativa sobre Contas a Receber Líquida de provisão específica (b)	-	-	-	-	-	-	1.692
(-) Ajuste a Valor Presente - AVP (c)	939	-	-	-	-	-	939
Provisão de perda Total (a)+(b)+(c)	-	-	-	-	-	-	8.755

31 de dezembro 2022		31 de dezembro 2022					
	A vencer	Vencidos em 30 dias	Vencidos entre 31-60 dias	Vencidos 61-90 dias	Vencidos 91-180 dias	Vencidos > 180 dias	Total
Contas a receber total	186.955	29.298	7.944	5.649	4.799	28.625	263.270
(-) Provisão para perdas (específica) - ajustados (a)	-	-	-	-	-	8.987	8.987
(=) Contas a receber exposta a estimativa de perda - base média histórica sobre vendas líquidas.	186.955	29.298	7.944	5.649	4.799	19.638	254.282
% de Estimativa de perda calculada (média histórica de perdas últimos três exercícios fiscais sobre vendas líquidas).	0,0085%	0,0404%	0,0573%	0,0699%	0,0797%	0,1057%	0,362%
Aplicação da estimativa sobre Contas a Receber Líquida de provisão específica (b)	-	-	-	-	-	-	919
Provisão de perda total (a)+(b)	-	-	-	-	-	-	9.906

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

Contas a receber de clientes		Saldo em 1º de janeiro de 2022	
(+) Adições / Reversões	(876)	(11.072)	
(-) Baixa Contas a Receber	2.042	(9.906)	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(4.623)	(8.755)	
(+) Adições / Reversões	5.773	(7.573)	
(-) Baixa Contas a Receber	(8.755)	(8.755)	

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os índices de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias, respaldado no parecer dos escritórios terceirizados para cobrança administrativa e ajustamento. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **Política contábil anterior para impairment de contas a receber de clientes.** As contas a receber individuais incobráveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. A Companhia considerou que havia evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • probabilidade de o devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e • inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 e 180 dias de atraso). Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa. **(b) Risco de liquidez.** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Menos de um ano	Maior que um ano
Em 31 de dezembro de 2023		
Empréstimos e mútuos	178.602	-
Fornecedores e outras obrigações	138.771	2.400
Instrumento Derivativo de hedge	23.955	-
Em 31 de dezembro de 2022		
Empréstimos e mútuos	168.948	73.773
Fornecedores e outras obrigações	114.268	2.922
Instrumento Derivativo de hedge	12.729	-

(c) Risco de câmbio. O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é de contratar proteção para exposição cambial derivada em duas estratégias: • *Fair value Hedge* - cobre 100% da exposição em moeda estrangeira superior a 40 mil Euros, quer seja pela exposição líquida de contas a receber e contas a pagar (vencimento médios em 60 dias), quer seja por empréstimos em moeda estrangeira, em Euros (contratos com vencimento entre 181 a 360 dias). • *Cash Flow Hedge* - Trimestralmente, a Companhia apura o volume de pagamento e recebimentos, relativos a suas operações de importação e exportação de mercadorias, para avaliação de média de exposição por moeda. Dada a média apurada, a Companhia avalia em conjunto com perspectivas macroeconômicas e políticas do Brasil, bem como os custos médios de *hedge* e submete a aprovação de volume de *Cash Flow Hedge* (vencimentos entre 61 e 360 dias). Para cobertura entre 40% à 60% da média apurada de exposição cambial, para cobertura de operações de mercadorias futuras que afetam o custo geral de vendas. Em 31/12/2023 e de 2022, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, bem como de operações de proteção através de compra futura de moeda estrangeira (*NDF*). A exposição líquida da Companhia é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
Ativo				
Contas a receber em EUR	1.260	6.744	1.933	10.768
Bank account: BNP Frankfurt em EUR	105	562	48	265
Contas a receber em US\$	101	487	34	175
Total	7.793	-	11.208	-
Passivo				
Fornecedores em GBP	3	16	(82)	(514)
Fornecedores em US\$	(720)	(3.486)	(210)	(1.098)
Fornecedores em EUR	(19.248)	(103.009)	(14.145)	(78.780)
Empréstimos em EUR	(33.374)	(178.602)	(43.581)	(242.721)
Total	(83.344)	(285.802)	(102.318)	(323.113)
Contrato de proteção (NDF) em EUR (Nota 5)	43.478	232.678	55.322	308.108
Contrato de proteção (NDF) em US\$ (Nota 5)	301	1.455	-	-
Total	43.779	234.133	55.322	308.108
Exposição líquida (1)	(79.571)	(51.669)	(41.110)	(115.005)

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Desde 2019, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais de ICMS oriundos de suas operações em Pernambuco, não computadas na determinação do lucro real, conforme art. 443, Seção IV do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99).

20.4 Lucros acumulados

Em 01 de janeiro de 2022

Lucro do exercício	29.731
Reserva Legal	(1.487)
Transferência para reserva de subvenção de investimento (ICMS)	(28.245)
Em 31 de dezembro de 2022	-

Em 01 de janeiro de 2023

Lucro líquido do exercício	60.409
Reserva Legal	(968)
Transferência para reserva de subvenção de investimento (ICMS)	(18.408)
Distribuição de Juros sobre capital próprio	(41.032)
Em 31 de dezembro de 2023	-

20.5 Custo de reserva de hedge

Saldo de abertura em 01 de janeiro

Reclassificação do OCI para resultado (1)	14.424	26.557
Mudanças MTM de Cash flow hedge reconhecidos no PL (OCI)	(13.000)	(28.623)
Saldo de encerramento em 31 de dezembro	(3.394)	(4.818)

Tributos Diferidos

484	702
-----	-----

(1) Para a data base de 31 de dezembro de 2023 foi observada a manutenção da relação econômica entre o instrumento e objeto de *hedge*. No exercício foram reclassificados R\$ 14.424 (despesa) da reserva de *hedge* para o resultado, enquanto no exercício de 2022 foram reclassificados R\$ 26.557 (despesa).

21 Receita de vendas líquida

2023	2022	
Mercado interno	1.372.187	1.250.955
Mercado externo	27.289	23.179
Deduções da receita bruta	(267.852)	(257.019)
1.131.624	1.017.115	

Reconciliação dos efeitos de vendas realizadas e não entregues ao fim do exercício:

Receita de venda bruta	1.408.424	1.282.795
(-) Provisão de receitas de vendas faturadas não entregues	(8.947)	(8.662)
(-) Devoluções e descontos	(29.016)	(39.376)
(-) Impostos sobre vendas	(238.837)	(217.643)
1.131.624	1.017.115	

22 Despesas com vendas, administrativas e honorários dos administradores.

2023	2022	
Vendas e Administrativas	166.850	156.436
Pessoal	67.029	51.356
Frete de Vendas	37.582	34.234
Outros	20.146	17.530
Honorários e Serviços	16.864	14.513
Despesas Intercompany	13.324	12.153
Depreciação	12.512	9.722
Utilidades	9.174	5.391
Despesas de Passagens e Acomodações	6.818	5.146
Manutenções	5.615	2.641
Depreciação / Aluguéis (CPC 06-R2) (1)	4.838	3.606
Serviços c/Armazenagem em CD's	3.732	3.930
Trabalho Temporário	3.145	2.787
Honorários dos Administradores	2.893	2.948
Custos de Publicidade / Eventos	2.842	2.883
Taxas de Registro e Certificações de Produtos	1.957	2.451
Segurança Patrimonial	1.034	1.311
Conservação e Limpeza	542	177
Combustível Equipe de Vendas	(61.368)	(58.388)
Despesa de Internet e Comunicação		
Comissão de Vendas		
(-) Apropriação da parcela de despesa ao Custo de Produção		
335.354	292.623	

(1) Trata-se de despesa de depreciação com Ativos de Direito de Uso e despesas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Laboratórios B.Braun S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras dos Laboratórios B.Braun S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira dos Laboratórios B.Braun S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

de com aluguéis que não se enquadram nos critérios estabelecidos ao CPC 06-R2.

23 Outras receitas (despesas) líquidas

2023	2022	
Pis e Cofins recuperados	14.878	13.430
Outras receitas Adicionais	4.945	6.785
ICMS Incentivo Fiscal	3.843	3.339
Provisões Operacionais	2.833	6.736
Reversão de provisões processos tributários	589	1.386
Imposto a pagar sobre serviços	365	(1.840)
Resultado na baixa de imobilizado	326	212
Provisão de auditoria	(16)	11
Demais receitas e (despesas) líquidas	(707)	188
Multas	(3.677)	(1.972)
Baixa do contas a receber, líquida de PDD	(4.623)	(382)
Outras Despesas	(8.942)	(11.988)
9.814	15.905	

24 Resultado financeiro

2023	2022	
Despesas com serviços bancários	(826)	(309)
Variáveis Cambiais e Monetárias Ativas	(3.661)	(11.717)
Juros bancários	(4.461)	(4.992)
Despesa de juros partes relacionadas	(9.189)	(3.083)
Perdas com operação de Hedge	(56.574)	(97.065)
Despesas Financeiras	(74.711)	(117.166)
Variáveis Cambiais e Monetárias Passivas	18.064	51.101
Juros recebidos - cobrança	3.602	4.575
Rendimento de aplicação financeira	469	226
Outras receitas financeiras	22	46
Ganhos com operação de Hedge	(101)	4.127
Receitas Financeiras	22.056	60.075
Resultado financeiro	(52.655)	(57.091)

25 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

2023	2022	
(a) Reconciliação da dívida líquida		
Empréstimo de curto prazo	178.602	170.181
Empréstimo de longo prazo		72.540
Total das Dívidas	178.602	242.721
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.518	18.942
Dívida Líquida	147.084	223.779

Divida Líquida 31 de dezembro de 2022

2023	2022	
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		
Obtenção empréstimo	-	-
Variação cambial realizada	1.206	-
Pagamento de juros	(4.489)	-
Pagamento de Empréstimos	(59.034)	-
Outros	-	(12.576)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	9.189	9.189
Outros Juros provisionados	(10.991)	-
realizada	(10.991)	-
Dívida líquida 31 de dezembro de 2023	178.602 (31.518)	147.084

26 Seguros. A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações.

As coberturas, em 31 de dezembro de 2023, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos Importâncias seguradas

Riscos operacionais	3.221.293
Responsabilidade civil	53.163
Responsabilidade de executivos	53.467
Transporte internacional	16.219
Transporte nacionais	10.882

27 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB,

da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

• **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation offinancial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros Evidenciados":** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*Supplier Finance Arrangements - SFA*s) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFA's. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFA's. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFA's. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

28 Eventos Subsequentes. Até a presente data não foram identificados eventos subsequentes significativos que impactem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes Ltda.

CRC 2SP00160/F-5

Guilherme Neves Valle

Contador CRC 1MG070614/O-5

MILÊNIO HOLDING S.A.

CNPJ: 51.660.005/0001-81 - NIRE: 33.3.0035013-6

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Milênio Holding S.A. ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/1976, para se reunirem, no dia 23 de abril de 2024, às 09:00 horas, na localidade da Companhia, mas, por motivo de força maior, especificamente no endereço situado na Rua Visconde de Pirajá, nº 351, 1302, Ipanema, CEP: 22.410-003, na cidade e Estado de Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram disponibilizadas por meio de publicação realizada no dia 11/04/2024; e (ii) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. (b) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a cessação de 1 (uma) quota do capital social da Milênio Capital Gestão de Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 16.804.280/0001-20 ("Milênio Capital"), de sua titularidade, totalmente integralizada, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, ao Mathews Moda Fortes Barbieri, inscrito no CPF/MF sob o nº 432.292.288-04, atual colaborador da Milênio Capital ("Mathews"). Os acionistas poderão ser representados por mandatários nomeados na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976. Solicita-se aos acionistas que desejarem participar da assembleia geral por meio de videoconferência, que notifiquem o Presidente do Conselho de Administração da Companhia a esse respeito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral, a fim de que este possa tomar as providências cabíveis. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. **Fabrizio Solitto Marchetti** - Presidente do Conselho de Administração.

GYPSOLITE DO BRASIL S/A

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GESSO

CNPJ/ME 33.965.146/0001-20 - NIRE nº 33.3.0016203.8

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Gypsolite do Brasil S/A Indústria e Comércio de Gesso, convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2024, às 08:00 horas, em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videoconferências "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

01. Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2.** Eleição dos membros da diretoria para mandato no período de 30 de abril de 2024 a 29 de abril de 2027. Duque de Caxias, 16 de abril de 2024. Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº. 01.629.083/0001-45

CONVOCAÇÃO

Conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Cia., combinado com o disposto no Art. 123 da Lei 6.404/76, convocamos os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., a realizar-se em sua sede, na Avenida das Américas, 700, Bloco 1, sala 306, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, às 14:00 horas do dia 30/04/2024, em 1ª convocação, visando deliberar sobre as matérias elencadas no art. 132 da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, RJ, 12 de abril 2024. **Benony Schmitz Filho** - Presidente do Conselho de Administração.

STIELETRÔNICA S.A.

CNPJ Nº 33.096.926/0001-81 - NIRE Nº 33.300.020.586

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2024. I - Data, hora e local: No décimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h, na sede da sociedade, localizada na Rua Lineu de Paula Machado, nº 1005 - Apt. 503, Lagoa, Rio de Janeiro/RJ.

II - Convocação: A convocação da assembleia atendeu todas as formalidades previstas no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, bem como aos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo o edital de convocação sido publicado nas edições impressas do jornal "Monitor Mercantil" dos dias 03, 04 e 05 de abril de 2024 e divulgado na página eletrônica situada na rede mundial de computadores (internet) do mesmo jornal. **III - Instalação e Presenças:** A Assembleia foi instalada em primeira convocação, diante da presença da totalidade dos acionistas da Companhia com direito de voto, conforme assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas" da Companhia.

IV - Mesa diretora: Para presidir a assembleia, foi escolhida, por unanimidade, a Sra. Heike de Alcantara, que convidou a mim, Sergio Barbosa Zenicola, para secretária-ia. **V - Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a redução do capital social da Companhia nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76 tendo em vista as perdas suportadas nos últimos anos que geraram um prejuízo acumulado no último exercício (2023) no valor de R\$ 10.735.167,35 (dez milhões setecentos e trinta e cinco mil cento e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), (ii) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia, uma vez aprovada a redução; e (iii) discussão de outros assuntos de interesse geral. **VI - Resoluções aprovadas:** Instalada a Assembleia, após examinarem e discutirem o assunto constante da Ordem do Dia, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: **VI.1 - Aprovar a proposta de redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), conforme autorizado pelo artigo 173, § 1º da Lei 6.404/76, visando a absorção de parte dos prejuízos acumulados, conforme se infere das informações financeiras levantadas ao final do exercício de 2023, de modo que o capital social que atualmente é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) passe a ser de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Foi ainda aprovada a redução do número total de ações de 7.000.000 (sete milhões) para 500.000 (quinhentos mil), ficando extintas 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) ações como forma de compensar parte do prejuízo acumulado, mantendo-se o valor nominal da ação da Companhia de R\$ 1,00 (um real) e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia. **VI.2 - Em vista à redução de capital social ora adotada, foi aprovada, a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º- O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), representados por 500.000 (quinhentas mil) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, todas ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, podendo a sociedade emitir títulos múltiplos de ações." VI.3 - Autorizar à diretoria que proceda à publicação desta ata na forma prevista no artigo 174 da Lei nº 6.404, de 1976, e, transcorrido o prazo legal sem oposição de credores, proceda à sua apresentação, para registro, perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. **VII - Encerramento:** E nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada após a lavratura, no livro próprio, da presente ata que, aprovada por unanimidade, segue assinada por todos. Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024. **Presidente - Heike de Alcantara; Secretário - Sergio Barbosa Zenicola.** **Heike de Alcantara - CPF 290.763.667-72;** Quantidade de Ações - 318.500; Participação no Capital Social - 63,70%. **Zhejiang Qicheng Electrical Equipment Co.Ltd. - CNPJ nº 29.962.979/0001-60 -** Representada por Heike de Alcantara; Quantidade de Ações - 143.500; Participação no Capital Social - 28,70%. **Alberto Ricci Dodi - CPF 037.519.918-75;** Quantidade de Ações 38.000; Participação no Capital Social - 7,60%. **Sergio Barbosa Zenicola - CPF 360.721.847-15 -** Diretor.****

AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME 14.105.758/0001-07 / NIRE 33.3.0029883-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 Ficam os senhores acionistas da AUSTRAL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Barthelemy Mitre, nº 336, sala 401, Leblon, CEP 22.431-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 14.105.758/0001-07, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.3.0029883-5 ("Companhia"), convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a aprovação das contas da administração, incluindo o relatório da administração, consubstanciado nas Demonstrações Financeiras, e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e (v) a ratificação da alteração do jornal de grande circulação utilizado para publicações legais da Companhia, nos termos do art. 289, §3º da Lei das S.A.. Nos termos do art. 126



comerc
energia

Castilho Solar Participações S.A.
CNPJ nº 31.738.278/0001-94



Relatório da Administração

Castilho Solar Participações S.A.: A administração da Castilho Solar Participações S.A. ("Companhia") submete à sua apreciação os Comentários de Desempenho e a Demonstração Financeira Individual e Consolidada, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **A Companhia:** A Companhia é uma sociedade de capital fechado, que possui a Comerc Participações S.A. como controladora direta. As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: • Geração de Energia: Estruturação, implementação, desenvolvimento, construção e operação de projetos de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica; • Comercialização de Energia. **Informações Operacionais:** A Companhia é controladora de 3 Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") em operação comercial ("Complexo"), localizadas na cidade de Castilho (SP), que somam capacidade instalada total de 205 MWp. As usinas entraram em operação comercial ao final de Dezembro de 2022 e firmaram contratos de venda de energia no mercado livre pelo prazo de 15 a 19 anos. No ano de 2023, as usinas atingiram geração de 409,8 GWh, sendo que nos primeiros meses do ano as usinas ainda encontravam-se em ramp up.



Informações Financeiras:

	R\$ MM	2023	2022	Δ	Δ%
Energia Gerada (GWh)		409,8	-	n.a.	n.a.
Receita Operacional Líquida		117,3	0,5	118,3	>1000%
Lucro Bruto¹		86,4	(0,4)	86,8	n.a.
Despesas ¹		(1,8)	(1,3)	(0,5)	-38,3%
EBITDA		86,1	(1,7)	87,8	n.a.
Depreciação		(40,1)	(0,8)	(39,3)	<-1000%
Resultado Financeiro		(1,7)	(7,5)	5,8	77,8%
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		(5,9)	-	n.a.	n.a.
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício		38,4	(10,0)	48,3	n.a.

¹ Exclui Depreciação conforme NE 13 da Demonstração Financeira da Companhia.

A Receita Operacional Líquida em 2023 foi de R\$ 117,3 MM. Em 2022, não houve receita por ainda estar em fase pré-operacional. O EBITDA foi de R\$ 86,1 MM em 2023, versus um resultado praticamente nulo em 2022. O Lucro Líquido foi de R\$ 38,4 MM em 2023 em comparação com um prejuízo de R\$ 10,0 MM em 2022, devido as usinas ainda não estarem operacionais no período.

Reconciliação do EBITDA

	R\$ MM	2023	2022	Δ	Δ%
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício		38,4	(10,0)	48,3	n.a.
(+) IR/CSLL		(5,9)	-	n.a.	n.a.
(+) Resultado Financeiro		(1,7)	(7,5)	5,8	77,8%
(+) Depreciação/Amortização		(40,1)	(0,8)	(39,3)	<-1000%
EBITDA		86,1	(1,7)	87,8	n.a.

Caixa e Endividamento

	R\$ MM	2023	2022	Δ	Δ%
Resultado Líquido do Exercício		38,4	(10,0)	48,3	(10,0)
Ajustes de resultado às disponibilidades geradas		42,7	8,1	34,6	8,1
Capital de giro		(6,7)	1,8	(8,5)	1,8
Fluxo de Caixa Operacional		74,4	-	74,4	-
Aquisição de Imobilizado e Intangível		26,6	(800,4)	(827,0)	(800,4)
Atividades de Investimento		26,6	(800,4)	(827,0)	(800,4)
Arrendamentos por Direito de Uso		(2,8)	(2,6)	(0,2)	(2,6)
Outros		28,4	794,9	766,5	794,9
Atividades de Financiamento		25,6	792,3	817,9	792,3

VARIACÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES

Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes

Saldo Final de Caixa e Equivalentes

Em 2023, as atividades operacionais da Companhia tiveram uma geração de caixa de R\$ 74,4 MM. No ano, as atividades de investimento somaram R\$ 26,6 MM vs R\$ 800,4 no ano de 2022.

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.668	157	56.303	197	8	48	17.751	2.400
Contas a receber	2	2.415	399	9.306	399	7	746	801	746
Dividendos a receber	9	5.095	-	-	-	9	1.012	1.975	1.012
Partes relacionadas	9	881	97	881	97	15	343	1.589	1.589
Outros ativos		6	9	2.226	8		-	-	78
Total do ativo circulante		25.065	662	68.716	701		7.001	20.457	7.001
Ativo não circulante									
Investimentos	5	728.058	28	-	-	9	144	124	144
Direito de uso	7	25.110	24.432	25.110	24.432	7	353	560	1.092
Imobilizado	6	189.550	892.239	879.516	892.255	6	9.566	20.430	15.025
Total do ativo não circulante		942.818	916.699	904.626	916.687		9.966	20.430	15.025
Total do ativo		967.883	917.361	973.342	917.388		16.967	40.887	22.026
Passivo circulante									
Fornecedores	8	48	17.751	2.400	17.753	8	48	17.751	2.400
Obrigações sociais e trabalhistas		746	801	746	801		746	801	746
Outros tributos a pagar		921	1.012	1.975	1.012		921	1.012	1.975
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	343	1.589	1.589	1.589	15	343	1.589	1.589
Adiantamento de clientes		-	-	-	-		-	-	-
Dividendos a pagar	9	7.001	-	7.001	-	9	7.001	-	7.001
Partes relacionadas	7	-	182	-	207	7	-	182	-
Passivo de arrendamento	9	144	124	144	124	9	144	124	144
Outros passivos		353	560	1.092	560		353	560	1.092
Total do passivo circulante		9.566	20.430	15.025	20.457		9.566	20.430	15.025
Passivo não circulante									
Passivo de arrendamento	7	26.946	25.608	26.946	25.608	7	26.946	25.608	26.946
Obrigações sociais e trabalhistas		303	-	303	-		303	-	303
Total do passivo não circulante		27.249	25.608	27.249	25.608		27.249	25.608	25.608
Patrimônio líquido									
Capital social	10	908.535	880.161	908.535	880.161	10	908.535	880.161	880.161
Reservas de lucros		22.533	(8.838)	22.533	(8.838)		22.533	(8.838)	22.533
Total do patrimônio líquido		931.068	871.323	931.068	871.323		931.068	871.323	871.323
Total do passivo e patrimônio líquido		967.883	917.361	973.342	917.388		967.883	917.361	973.342

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados		Patrimônio líquido da controladora		Patrimônio líquido consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021		275.000	(189.757)	56	1.069	-	-	86.368	-	86.368	-
Subscrição de capital social		617.121	(617.121)	-	-	-	-	-	794.918	794.918	-
Integração de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de reserva de lucro		-	-	-	(1.069)	1.069	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(9.963)	(9.963)	-	-	-	(9.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		892.121	(11.960)	56	(8.894)	-	(8.894)	871.323	-	871.323	-
Subscrição de capital social	10.1	42.595	(26.181)	-	-	-	-	16.414	16.414	16.414	-
Integração de capital	10.1	-	11.960	-	-	-	-	11.960	11.960	11.960	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.372	38.372	-	38.372	38.372	-
Constituição reservas	10.2	-	-	-	1.474	(21.003)	(22.477)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.2	-	-	-	-	(7.001)	(7.001)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		934.716	(26.181)	1.530	21.003	-	(931.068)	931.068	-	931.068	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Castilho Solar Participações S.A. ("Companhia"), "Controladora" ou "Grupo" quando em conjunto com suas controladas, anteriormente denominada Solato Energia Gestão de Projetos de Castilho I Ltda., é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Castilho, na Rodovia Marechal Rondon, s/nº, Km 670, Zona Rural, Estado de São Paulo, CEP 16.920-000. A Companhia tem como objeto social: (i) geração de energia por fonte solar fotovoltaica e (ii) participação societária em sociedades também geradoras de energia fotovoltaica por fonte solar, as quais receberão outorgas da própria Companhia. A Companhia e suas controladas atuam na comercialização de energia elétrica, prestação de serviços e locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes e em negócios de geração centralizada (usinas de geração de energia solar e eólica). Em 28 e 30 de dezembro de 2022, a ANEEL emitiu os despachos autorizando o início da operação comercial das unidades geradoras da usina solar de Castilho.

Companhia Investida

	% participação em 31/12/2023	% participação em 31/12/2022	Tipo de participação	Capacidade instalada em MW
Geradora Solar Castilho I S.A.	100%	100%	Operacional	105
Geradora Solar Castilho II S.A.	100%	100%	Operacional	50
Geradora Solar Castilho III S.A.	100%	100%	Operacional	50

A construção dos parques solares foi realizada pela Companhia até o momento no qual os ativos relacionados à construção das usinas foram transferidos para as controladas Geradora Solar Castilho I S.A. e Geradora Solar Castilho III S.A., por meio de aporte de capital (vide nota explicativa nº 1.1). A controlada Geradora Solar Castilho II S.A., teve autorização da ANEEL para início da operação, porém, a outorga permanece na controladora. **1.1. Principais eventos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:** Em 30 de abril de 2023, ocorreu a venda, da então controladora Mercury Renew Participações S.A., de 4,28% das ações da Castilho Participações S.A. para outros dois acionistas (minoritários), Eucatex S.A. Indústria e Comércio (3,09%) e Grandfood Indústria e Comércio Ltda. (1,19%). Em 24 de maio de 2023, foi realizada a transferência dos ativos relativos às usinas fotovoltaicas no valor de R\$ 710,169, detidas pela Companhia, para as controladas Geradora Solar Castilho I S.A. (R\$ 515,756) e Geradora Solar Castilho III S.A. (R\$ 194,413). Essa transferência foi realizada mediante aumento de capital em contrapartida transferência dos ativos de energia. Nessa mesma data, foi realizada também a transferência das respectivas outorgas de autorização para implantação das usinas fotovoltaicas perante a ANEEL da Companhia para as SPEs (Sociedade de propósito específico ou controladas), Geradora Solar Castilho I S.A. e Geradora Solar Castilho III S.A. Em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Comerc Participações S.A., a reorganização societária envolvendo a incorporação da Mercury Renew Participações S.A. pela Comerc Participações S.A. A partir dessa data a Companhia passa ser controlada diretamente pela Comerc Participações S.A.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as principais políticas contábeis: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Os membros do Conselho de Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovaram em 05 de abril de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. A principal estimativa utilizada na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é relacionada a estimativa de provisão para recuperabilidade de ativos não circulantes. **2.5. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.5.1. Instrumentos Financeiros:** **Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras pos-

suem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. De acordo com o modelo de negócios da Companhia e de suas controladas, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo controlar o fluxo de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. **Passivos financeiros: Fornecedores:** Refere-se à compra de materiais e prestação de serviços para construção dos projetos de geração de energia fotovoltaica, contabilizado pelo regime de competência. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo NDFs para proteção de seu ativo imobilizado. As NDFs foram totalmente liquidadas até 31 de dezembro de 2022 e seus efeitos estão refletidos no ativo imobilizado em construção. Para o exercício de 2023 não foram realizadas operações de NDFs. Contratos a termo de moedas (NDFs): uso de derivativos com o objetivo de proteção das exposições ao risco cambial, principalmente relacionado à aquisição de ativo imobilizado em moeda estrangeira. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida a conta de ativo imobilizado visto que são contratos para proteção. **2.5.2. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados de cada investida. Quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as controladas são eliminados em proporção à participação. **2.5.3. Arrendamentos:** A Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Grupo reconhece os passivos de arrendamento para elevar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data do início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer novo mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos inerentes incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Balancos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 10,16% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 34 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento. **2.5.4. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros líquidos e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2022 junto com a entrada de operação da usina. São utilizadas as taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. • Máquinas e equipamentos - 4,31%; • Edificações - 3,51%; • Outros ativos imobilizados - 6,25%. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, quando do encerramento de cada exercício

- * continuação

para os contratos de arrendamento, provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

2.6. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos na data de câmbio no data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.7. Princípios de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Companhia entende que controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantam a atual • Capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidados, a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia o resultado do exercício das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, apresentadas abaixo:

Tipo	31/12/2023		31/12/2022	
	% de participação	Tipo de relacionamento	% de participação	Tipo de relacionamento
Geradora Solar Castilho I S.A.	100%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Castilho II S.A.	100%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Castilho III S.A.	100%	Controlada direta	100%	Controlada direta

As datas das demonstrações financeiras são coincidentes para todas as empresas que compõem as demonstrações consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes.

2.8. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes: Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo as principais: Alterações no IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 12 (CPC 32). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Definição de estimativas contábeis; • Divulgação de políticas contábeis; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; • Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois. **Definição de estimativas contábeis:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e refinação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. **Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

3. Caixa e equivalentes de caixas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	6.160	102	16.681	141
Aplicações financeiras	10.508	55	39.622	56
	16.668	157	56.303	197

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas está composto por saques de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A taxa média de remuneração do caixa da Companhia e consolidado foi de 88% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% da variação do DI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

4. Contas a receber:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber clientes - venda de energia e locação	2.415	399	6.877	399
	2.415	399	6.877	399

Os saldos apresentados incluindo partes relacionadas, encontram-se a vencer na referida data-base. Não há histórico de inadimplência. O prazo médio de recebimento é de 15 dias úteis contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, dependendo do contrato com cada cliente.

5. Investimentos: Composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Empresa	Controladora		Aporte em bens	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
	31/12/2023	31/12/2022			
Geradora Solar Castilho I S.A.	25	15.994	1.359	515.756	529.335
Geradora Solar Castilho II S.A.(a)	2	(74)	70	-	(2)
Geradora Solar Castilho III S.A.	1	5.458	149	194.413	(1.296)
Total investimento - Controladora	28	21.378	1.578	710.169	(5.095)

(a) A controlada Geradora Solar Castilho II S.A., teve autorização da ANEEL, para início da operação, porém, a outorga permanece na controladora. Composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Empresa	Controladora		Aporte em bens	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2020			
Geradora Solar Castilho I S.A.	8	(3)	20	20	25
Geradora Solar Castilho II S.A.	2	(3)	3	2	-
Geradora Solar Castilho III S.A.	-	(1)	2	1	1
Total investimento - Controladora	10	(7)	25	28	26

6. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado:

Descrição	Taxa anual %	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	4,31%	192.649	-	192.649	892.239	
Edificações	3,51%	5.685	-	5.685	-	
(-) Depreciação			(8.684)	(8.684)	-	
		198.334	(8.684)	189.650	892.239	
Consolidado						
31/12/2023						
31/12/2022						

7. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

Descrição	Taxa anual %	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	6,25%	65	-	65	-	
Máquinas e equipamentos	4,31%	886.797	-	886.797	892.255	
Edificações	3,51%	31.943	-	31.943	-	
(-) Depreciação			(39.289)	(39.289)	-	
		918.805	(39.289)	879.516	892.255	

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	Controladora		Transf. de Bens por Aporte Capital	31/12/2023
	31/12/2022	31/12/2022		
Imobilizado em serviço	-	39	(39)	-
Máquinas e equipamentos	892.239	26.425	(726.015)	192.649
Edificações	-	5.685	-	5.685
(-) Depreciação	-	(18.884)	-	10.200
Imobilizado em andamento	-	(5.685)	-	5.685
Imobilizado em andamento	892.239	7.580	-	(710.169)

8. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

Descrição	Taxa anual %	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	6,25%	65	-	65	-	
Máquinas e equipamentos	4,31%	886.797	-	886.797	892.255	
Edificações	3,51%	31.943	-	31.943	-	
(-) Depreciação			(39.289)	(39.289)	-	
		918.805	(39.289)	879.516	892.255	

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Controladora		Transf. de Bens por Aporte Capital	31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2021		
Imobilizado em serviço	-	39	(39)	-
Máquinas e equipamentos	892.239	26.425	(726.015)	192.649
Edificações	-	5.685	-	5.685
(-) Depreciação	-	(18.884)	-	10.200
Imobilizado em andamento	-	(5.685)	-	5.685
Imobilizado em andamento	892.239	7.580	-	(710.169)

9. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

Descrição	Taxa anual %	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	6,25%	65	-	65	-	
Máquinas e equipamentos	4,31%	886.797	-	886.797	892.255	
Edificações	3,51%	31.943	-	31.943	-	
(-) Depreciação			(39.289)	(39.289)	-	
		918.805	(39.289)	879.516	892.255	

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Controladora		Transf. de Bens por Aporte Capital	31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2021		
Imobilizado em serviço	-	39	(39)	-
Máquinas e equipamentos	892.239	26.425	(726.015)	192.649
Edificações	-	5.685	-	5.685
(-) Depreciação	-	(18.884)	-	10.200
Imobilizado em andamento	-	(5.685)	-	5.685
Imobilizado em andamento	892.239	7.580	-	(710.169)

10. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

Descrição	Taxa anual %	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço						
Móveis e utensílios	6,25%	65	-	65	-	
Máquinas e equipamentos	4,31%	886.797	-	886.797	892.255	
Edificações	3,51%	31.943	-	31.943	-	
(-) Depreciação			(39.289)	(39.289)	-	
		918.805	(39.289)	879.516	892.255	

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Controladora		Transf. de Bens por Aporte Capital	31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2021		
Imobilizado em serviço	-	39	(39)	-
Máquinas e equipamentos	892.239	26.425	(726.015)	192.649
Edificações	-	5.685	-	5.685
(-) Depreciação	-	(18.884)	-	10.200
Imobilizado em andamento	-	(5.685)	-	5.685
Imobilizado em andamento	892.239	7.580	-	(710.169)

11. Receita operacional líquida: As receitas da Companhia apresentaram os saldos conforme abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta com venda de energia	66.316	496	115.944	496
(-) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	(4.775)	(46)	(11.458)	(46)
	61.541	450	104.476	450
Receita de prestação de serviço e locação	-	-	13.434	-
(-) Dedução da prestação de serviço - impostos incidentes	-	-	(580)	-
	61.541	450	117.330	450

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia e suas controladas passaram a exercer atividades de venda de energia elétrica, prestação de serviços e locação de equipamentos com a proposta de gerar melhor eficiência no consumo de energia elétrica de seus clientes e em negócios de geração centralizada (usinas de geração de energia solar e eólica).

12. Custo de venda de energia e serviços prestados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia	(8.519)	-	(16.078)	-
Custo serviço prestado	(3.357)	(316)	(3.752)	(316)
CUSD - Custo de utilização do sistema de distribuição	(3.621)	(560)	(6.183)	(560)
Custo depreciação e amortização	(19.694)	-	(40.099)	-
Custo com pessoal	(1.999)	-	(1.999)	-
Custo com seguro (a)	(1.626)	-	(1.626)	-
Outros custos	(815)	-	(1.273)	-
	(39.631)	(876)	(71.010)	(876)

(a) Com o início das operações, os gastos com seguros passam a ser classificados como custo e não mais como despesa administrativa.

13. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(972)	(733)	(972)	(733)
Serviços de terceiros	(287)	(302)	(657)	(307)
Depreciação (a)	-	(781)	-	(781)
Despesas com seguros	-	(40)	-	(40)
Impostos e taxas	-	(148)	-	(148)
Outras despesas administrativas	(142)	(66)	(161)	(66)
	(1.401)	(2.070)	(1.790)	(2.075)

(a) Com o início das operações, os gastos com depreciação passam a ser classificados como custo e não mais como despesa administrativa.

14. Resultado financeiro:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	854	3	1.377	3
Juros e atualizações monetárias	28	-	28	-
PIFS e COFINIS sobre receita financeira	-	(1)	-	(1)
Despesas financeiras	(127)	(3)	(130)	(3)
Outras receitas financeiras	1	10	1	10
Subtotal receitas financeiras	883	23	1.406	23
Despesas financeiras	(2.639)	(2.498)	(2.639)	(2.498)
Juros sobre passivo de arrendamento	(246)	(150)	(288)	(151)
Atualizações monetárias diversas	(127)	(3)	(130)	(3)
IOF	(2)	(1)	(2)	(1)
Perdas instrumentos financeiros derivativos	(4.831)	(5)	(4.831)	(5)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	(2)	(1)
	(3.014)	(7.483)	(3.062)	(7.485)
Resultado financeiro, líquido	(2.131)	(7.460)	(1.656)	(7.462)

15. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro da companhia e suas controladas são calculadas com base nas regras de tributação do lucro presumido e adotam as alíquotas de presunção para venda de energia elétrica 8% e 12%, para prestação de serviço e locação 32%. As eventuais receitas financeiras não sofrem presunção e são alocadas em sua totalidade na base de cálculo. Por serem adotado o regime de tributação do lucro presumido de pagamento trimestral, o saldo em 31 de dezembro de 2023 reflete o último trimestre do referido exercício, tendo sido liquidado em janeiro de 2024 (saldo de IRPJ a recolher é R\$1.101 e CSLL a recolher é R\$ 488).

Regime Lucro Presumido
Receita operacional de serviços e locação % Para base de cálculo 32%
Receita operacional de venda de energia % Para base de cálculo 12%

Receita financeira
Outras receitas operacionais (a)
Base de cálculo tributação
Alíquotas - IRPJ e CSLL
Adicional - IRPJ - 10%
Total - Demonstração do resultado

A Companhia comprometeu-se a alienar fiduciariamente as máquinas e equipamentos da usina em favor do credor fiduciário das debêntures emitidas pela Comerc Participações S.A. O Grupo não identificou nenhum evento que requeresse testes de recuperabilidade dos saldos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7. Direito de uso e passivo de arrendamento: Os valores relativos ao direito de uso registrados no ativo são principalmente das obrigações assumidas em contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 34 anos tendo sua vigência entre 2021 e 2055. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseada em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. A taxa incremental de empréstimos - IFRS é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia. A taxa incremental de captação é aplicável aos terrenos arrendados (10,16% a.a.). Composição do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Taxa média anual	Prazo	Controladora e Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022

SOMOV S.A. CNPJ/MF nº 04.925.387/0001-48

SOMOV S.A. CNPJ/MF nº 04.925.387/0001-48

Relatório de Administração Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, acompanhado das Notas Explicativas. Sumaré/SP, 15/04/2024. A Diretoria.

Balances patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais). Table with columns for Ativo, Passivo, Circulante, Não circulante, and sub-rows for various assets and liabilities.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table showing income statement items such as Receita operacional líquida, Custos das vendas e de serviços prestados, Despesas com vendas, and Imposto de renda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity components including Reserva de lucro, Lucros/Lucros acumulados, and Dividendos.

1. Informações gerais. A Somov S.A. ("Somov", "Companhia" ou em conjunto com sua controlada "Grupo") situada em Pinheiros - São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2002 e tem como objeto social o comércio, a indústria, a importação, a exportação e a representação comercial...

2.1. Base de preparação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

2.2. Declaração de confiabilidade. As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de competência da Companhia...

2.3. Base de consolidação. As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Somov e de sua controlada em 31 de dezembro de 2023, conforme apresentada a seguir:

Table with columns: Nome, País, Principal atividade, 2023. Lists subsidiaries like Somov Rental Ltda. and their main activities.

3.1. Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa - PCLD. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Administração sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber...

4. Caixa e equivalentes de caixa. Controladora Consolidado. Table showing cash and equivalents for 2023 and 2022.

5. Instrumentos financeiros. 5.1. Ativos financeiros. 5.1.1. Disponibilidades. 5.1.2. Aplicações financeiras compromissadas. 5.1.3. Contas a receber operacionais e partes relacionadas.

5.2. Passivos financeiros. 5.2.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.2.2. Depósitos judiciais. 5.2.3. Outras contas a receber.

5.3. Instrumentos financeiros. 5.3.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.3.2. Depósitos judiciais. 5.3.3. Outras contas a receber.

5.4. Instrumentos financeiros. 5.4.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.4.2. Depósitos judiciais. 5.4.3. Outras contas a receber.

5.5. Instrumentos financeiros. 5.5.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.5.2. Depósitos judiciais. 5.5.3. Outras contas a receber.

5.6. Instrumentos financeiros. 5.6.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.6.2. Depósitos judiciais. 5.6.3. Outras contas a receber.

5.7. Instrumentos financeiros. 5.7.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.7.2. Depósitos judiciais. 5.7.3. Outras contas a receber.

5.8. Instrumentos financeiros. 5.8.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.8.2. Depósitos judiciais. 5.8.3. Outras contas a receber.

5.9. Instrumentos financeiros. 5.9.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.9.2. Depósitos judiciais. 5.9.3. Outras contas a receber.

5.10. Instrumentos financeiros. 5.10.1. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 5.10.2. Depósitos judiciais. 5.10.3. Outras contas a receber.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table showing income statement items for Somov S.A. including Receita operacional líquida, Custos das vendas e de serviços prestados, and Imposto de renda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table showing changes in equity components for Somov S.A. including Reserva de lucro and Lucros/Lucros acumulados.

8. Adiantamentos a fornecedores. O saldo de adiantamentos a fornecedores está assim apresentado:

Table showing details of advances to suppliers, categorized by type of advance and company.

9. Tributos a recuperar. Ativo circulante. PIS e COFINS a recuperar (i). ICMS a recuperar (ii).

Table showing tax assets to be recovered, including PIS, COFINS, and ICMS.

10. Imobilizado. Máquinas Equipamentos para o ferramentagem de oficina. Instalações, móveis e equipamentos de escritório.

Table showing fixed assets including machinery, equipment, and office installations.

11. Imobilizado. Máquinas Equipamentos para o ferramentagem de oficina. Instalações, móveis e equipamentos de escritório.

Table showing fixed assets including machinery, equipment, and office installations.

12. Intangível. Controladora e Consolidado. Direito de distribuição de marcas. Total Intangível.

Table showing intangible assets, specifically the right of distribution of brands.

13. Ativos financeiros. 13.1. Disponibilidades. 13.2. Aplicações financeiras compromissadas.

Table showing financial assets: cash and committed financial applications.

13.3. Contas a receber operacionais e partes relacionadas. 13.4. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: operational accounts receivable and judicial deposits.

13.5. Outras contas a receber. 13.6. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.7. Outras contas a receber. 13.8. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.9. Outras contas a receber. 13.10. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.11. Outras contas a receber. 13.12. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.13. Outras contas a receber. 13.14. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.15. Outras contas a receber. 13.16. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.17. Outras contas a receber. 13.18. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.

13.19. Outras contas a receber. 13.20. Depósitos judiciais.

Table showing financial assets: other accounts receivable and judicial deposits.



17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

a) Contingências

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2021	882	1.319	53	2.254	-	-	-	-
Saldo inicial devido ao início da consolidação	-	-	-	-	882	1.319	53	2.254
Constituições de provisões	207	604	25	836	207	604	25	836
Pagamento/reversões de provisões	(473)	(189)	-	(662)	(473)	(189)	-	(662)
Atualizações de provisões	12	1.820	270	2.102	12	1.820	270	2.102
Em 31 de dezembro de 2022	628	3.554	348	4.530	628	3.554	348	4.530
Constituições de provisões	185	-	-	185	185	-	-	185
Pagamento/reversões de provisões	(131)	-	(308)	(439)	(131)	-	(308)	(439)
Atualizações de provisões	-	271	2	273	-	271	2	273
Em 31 de dezembro de 2023	682	3.825	42	4.549	682	3.825	42	4.549

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Contingências trabalhistas e previdenciárias correspondem a R\$682 em 31 de dezembro de 2023 (R\$628 em 2022) e consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre horas extras decorrentes da prestação de serviços junto a clientes da Companhia em todo território nacional. Contingências tributárias correspondem a R\$3.825 (R\$3.554 em 2022) e consistem, principalmente, em ações em que se discute a incidência do ICMS, multa em operações interestaduais com mercados importadas e para a cobrança de COFINS referente ao mês de setembro de 2012, compensado com crédito de pagamento a maior em novembro de 2009. Adicionalmente, a Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Cíveis	2.128	2.377
Trabalhistas	471	1.032
Fiscais	-	-
ICMS	9.047	8.491
ISS	2.656	2.402
PIS e COFINS	859	807
IR e CSLL	261	249
Outros	1.438	1.331
	16.880	16.689

As composições e movimentações dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Controladora				Consolidado						
	Prejuízo fiscal	Provisões de contingências	Provisão perda em estoque	Ativo imobilizado - CPC 27	Devedores duvidosos de garantia	Leasing financeiro - RIT	Adoção Subcontas IN1700/17	Outros	Total		
Em 31 de dezembro de 2021	-	814	510	(3.559)	136	(12)	1.658	4.704	413	4.664	
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	-	1.338	(25)	363	(10)	188	-	(195)	1.659		
Em 31 de dezembro de 2022	-	2.152	485	(3.198)	126	176	1.658	4.704	218	6.403	
Debitado (creditado) à demonstração do resultado (i)	-	12.815	285	(14)	(77)	108	(52)	(1.658)	(4.704)	(652)	6.081
Em 31 de dezembro de 2023	-	12.815	2.437	471	(3.273)	234	124	-	(434)	12.833	

(i) Em 2023 foi publicada a Lei 14.740/2023, que dispõe sobre a autogestão regularizada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e que admite a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL de titularidade do sujeito passivo, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, apurados e declarados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, independentemente do ramo de atividade. A Companhia possui Prejuízo Fiscal no montante de R\$37.647 e Base Negativa da CSLL no montante de R\$37.817. Em 2024 os créditos referentes ao Prejuízo Fiscal no montante de R\$9.412 e da Base Negativa da CSLL no montante de R\$3.403 serão totalmente utilizados.

b) Depósitos judiciais

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2021	188	1.158	1.346	2.692	-	-	-	-
Saldo inicial devido ao início da consolidação	188	1.158	1.346	2.692	-	-	-	-
Adições	28	-	28	56	28	-	28	56
Baixas e desembolsos	(70)	-	(70)	(140)	(70)	-	(70)	(140)
Atualizações	40	47	-	87	40	47	-	87
Em 31 de dezembro de 2022	153	1.198	1.351	2.702	153	1.198	1.351	2.702
Adições	52	-	52	104	52	-	52	104
Baixas e desembolsos	-	71	77	148	-	71	77	148
Atualizações	-	211	2	213	-	211	2	213
Em 31 de dezembro de 2023	205	1.269	1.480	2.954	205	1.269	1.480	2.954

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação do imposto de renda e a contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo de tributo diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo de tributo diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	-	-	-	3.901	904	4.041	964
Ativo de tributo diferido a ser recuperado depois de 12 meses	-	-	-	-	11.637	3.823	11.637	3.823
Passivo de tributo diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo de tributo diferido a ser liquidado em até 12 meses	-	-	-	-	(316)	(320)	53	(320)
Passivo de tributo diferido a ser liquidado depois de 12 meses	-	-	-	-	(2.848)	(1.916)	(2.848)	(1.916)
Atualizações	-	-	-	-	(3.164)	(1.596)	(2.795)	(1.596)
Ativo de tributo diferido, líquido	-	-	-	-	12.374	6.323	12.883	6.403

19. Patrimônio líquido

a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social integralizado era de R\$119.481, representado por 119.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, composta da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de ações	Percentual de participação	Quantidade de ações	Percentual de participação
SotrefPar S.A.	119.470.849	99,99%	119.470.849	99,99%
Carl Alfred Orberg	10.003	0,01%	10.003	0,01%
	119.480.852	100,00%	119.480.852	100,00%

b) Reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

c) Dividendos a pagar. O estatuto social assegura aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Dessa forma, o excedente fica registrado na reserva de dividendos a pagar que é realizada conforme opção da Companhia.

d) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

e) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

f) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

g) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

h) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

i) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

j) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

k) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

l) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

m) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

n) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

o) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

p) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

q) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

r) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

s) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

t) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

u) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

v) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

w) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

x) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

y) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

z) Dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia tem registrado em reserva legal o valor de R\$786.

22. Despesas com vendas

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.924)	(21)	(2.607)	(21)	(1.924)	(21)	(2.607)	(21)
Fretes e seguros	(1.698)	(2.624)	(2.851)	(2.805)	(1.698)	(2.624)	(2.851)	(2.805)
Propagandas e promoções	(1.214)	(522)	(1.215)	(522)	(1.214)	(522)	(1.215)	(522)
Manutenções de bens	(581)	(415)	(1.461)	(523)	(581)	(415)	(1.461)	(523)
Outras despesas	(101)	(247)	(102)	(247)	(101)	(247)	(102)	(247)
	(5.428)	(3.629)	(8.336)	(4.118)	(5.428)	(3.629)	(8.336)	(4.118)

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Benefícios a empregados (Nota 24)	(17.091)	(26.557)	(34.102)	(32.063)	(17.091)	(26.557)	(34.102)	(32.063)
Serviços de terceiros	(4.121)	(5.825)	(6.905)	(5.873)	(4.121)	(5.825)	(6.905)	(5.873)
Material de consumo e ferramentais perecíveis	(3.444)	(3.802)	(4.836)	(3.804)	(3.444)	(3.802)	(4.836)	(3.804)
Manutenções de bens	(3.012)	(2.449)	(3.045)	(2.450)	(3.012)	(2.449)	(3.045)	(2.450)
Viagens, refeições e locomoção	(2.799)	(3.114)	(3.484)	(3.143)	(2.799)	(3.114)	(3.484)	(3.143)
Aluguéis e arrendamentos operacionais (Nota 13)	(1.956)	(5.069)	(3.203)	(5.516)	(1.956)	(5.069)	(3.203)	(5.516)
Horas improdutivas (oficina)	(1.863)	(2.105)	(1.863)	(2.105)	(1.863)	(2.105)	(1.863)	(2.105)
Despesas com veículos	(1.052)	(1.950)	(2.865)	(1.957)	(1.052)	(1.950)	(2.865)	(1.957)
Depreciação ativo imobilizado (Nota 11)	(895)	(1.301)	(971)	(1.313)	(895)	(1.301)	(971)	(1.313)
Depreciação ativo de direito de uso (Nota 13)	(752)	(632)	(752)	(632)	(752)	(632)	(752)	(632)
Multas e perdas	(564)	(286)	(699)	(287)	(564)	(286)	(699)	(287)
Impostos, taxas e contribuições	(488)	(366)	(498)	(367)	(488)	(366)	(498)	(367)
Telefonia, energia e água	(484)	(405)	(509)	(405)	(484)	(405)	(509)	(405)
Indenizações judiciais trabalhistas	(233)	(595)	(323)	(595)	(233)	(595)	(323)	(595)
Serviços administrativos empresa Controladora	(214)	(144)	(1.928)	(164)	(214)	(144)	(1.928)	(164)
Reversão de provisão para contingências (Nota 17)	(19)	(2.276)	(19)	(2.276)	(19)	(2.276)	(19)	(2.276)
Outras	(142.011)	(2.339)	(3.373)	(2.383)	(142.011)	(2.339)	(3.373)	(2.383)
	(142.011)	(59.244)	(69.379)	(65.353)	(142,011)	(59,244)	(69,379)	(65,353)

24. Despesas de benefícios a empregados

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Salários e comissões	(8.844)	(11.872)	(16.837)	(15.218)	(8.844)	(11.872)	(16.837)	(15.218)
Encargos sociais	(334)	(6.262)	(830)	(6.956)	(334)	(6.262)	(830)	(6.956)
Participação nos lucros	(2.030)	(6.256)	(5.373)	(6.963)	(2.030)	(6.256)	(5.373)	(6.963)
Contribuições previdenciárias	(2.209)	(1.509)	(4.279)	(2.193)	(2.209)	(1.509)	(4.279)	(2.193)
Rescisões e indenizações	(392)	(224)	(487)	(292)	(392)	(224)	(487)	(292)
Recursos recebidos	(232)	(434)	(265)	(441)	(232)	(434)	(265)	(441)
Total despesas de benefícios a empregados (Nota 23)	(17.091)	(26.557)	(34.102)	(32.063)	(17,091)	(26,557)	(34,102)	(32,063)
Número de empregados	194	181	194	181	194	181	194	181

25. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado na venda de imobilizado	(202)	1.195	2.105	2.221	(202)	1.195	2.105	2.221
Créditos não reclamados	368	197	368	197	368	197	368	197
Perda com hedge (i)	235	97	235	97	235	97	235	97
Sinistros recebidos	162	-	162	-	162	-	162	-
Crédito PIS/COFINS não cumulativos (i)	-	4.208	1.320	4.539	-	4.208	1.320	4.539
Outras despesas	(282)	(52)	(124)	(61)	(282)	(52)	(124)	(61)
Total outras receitas operacionais, líquidas	357	5.338	4.066	7.003	357	5,338	4,066	7,003

(i) Em 2023, houve redução nos créditos PIS e COFINS da Companhia devido a operação de hedge ter sido transferida para a controlada Somov Rental em 2022 (Nota 1.2).

26. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras	(19.849)	(108)	(19.981)	(122)	(19,849)	(108)	(19,981)	(122)
Juros e encargos sobre arrendamentos de direito de uso (Nota 13)	(769)	(758)	(769)	(758)	(769)	(758)	(769)	(758)
Juros devedores	(330)	(83)	(330)	(84)	(330)	(83)	(330)	(84)
Perda com hedge (i)	(112)	(232)	(112)	(232)	(112)	(232)	(112)	(232)
Varição cambial passiva	(58)	(507)	(59)	(507)	(58)	(507)	(59)	(507)
Outras despesas financeiras	(870)	(606)	(1.071)	(606)	(870)	(606)	(1.071)	(606)
	(21.989)	(4.586)	(22.322)	(4.900)	(21,989)	(4,586)	(22,322)	(4,900)

27. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Tributo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributo corrente sobre o lucro do exercício	9							

AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. E CONTROLADA

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Finais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Balancos Patrimoniais				Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado					
	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022	
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.664.343	1.661.921	1.677.387	1.725.632	12	40.225	-	40.225	-	23	3.707.782	3.489.965	
Títulos e valores mobiliários	4	446.558	-	446.558	-	13	84.768	51.936	108.336	88.118	24	(1.567.011)	(1.516.274)	
Contas a receber de clientes	5	570.960	421.881	625.375	454.639	21	822.816	816.571	827.342	820.513	25	2.150.771	1.973.691	
Partes relacionadas	18	20.950	28.948	23.169	26.567	15	38.285	38.973	43.643	46.226	26	(32.937)	(11.429)	
Impostos a recuperar	6	6.032	22	27.322	21.560	18	111.563	730.806	111.703	748.028	28	28.695	-	
Outros créditos	7	29.300	1.225.508	-	-	16	64.255	75.654	50.501	78.699	11	1.822.702	1.666.551	
Total do ativo circulante		2.738.143	2.114.025	2.832.886	2.234.907	17	115.214	328.617	115.214	328.617	Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	1.822.702	1.666.551	
Não Circulante											Resultado Financeiro	(1.241.175)	(1.228.550)	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11	687.322	637.988	687.322	637.988	14	65.489	27.636	65.489	39.122	Lucros Operacionais antes do Resultado Social	581.527	437.001	
Contas a receber de clientes	5	133.986	190.363	133.986	190.363	Total do passivo circulante	1.324.615	2.070.193	1.362.691	2.149.561	Resultado Financeiro	25	250.949	125.349
Impostos a recuperar	6	-	-	7.308	12.760	Não Circulante	12	600.000	-	600.000	Despesas financeiras	25	1.520.619	(1.373.854)
Outros créditos	7	83.878	22.144	83.878	22.144	Partes relacionadas	18	5.377.469	5.330.060	5.769.242	Variação cambial, líquida	25	28.495	19.955
Partes relacionadas	18	59.047	53.792	59.047	55.173	Partes relacionadas	18	59.047	53.792	59.047	Lucros Operacionais antes do Resultado Social	581.527	437.001	
Investimentos	10	660.540	-	660.540	-	Adiantamentos de clientes	17	7.054	10.189	7.054	Imposto de Renda e Contribuição Social	11	(173.500)	(141.081)
Imobilizado	8	9.410.398	9.704.648	10.401.388	10.668.643	Passivos de arrendamento	21	5.669.842	5.841.907	5.734.364	Diferidos	11	49.334	45.687
Intangível	9	4.023.022	4.353.786	4.156.495	4.496.807	Receita diferida	20	2.066	2.066	2.066	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	457.511	341.607	
Total do ativo não circulante		15.058.217	15.614.813	15.529.424	16.083.878	Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	19	122.282	134.771	123.723				
Total do Ativo		17.796.360	17.728.838	18.362.310	18.318.785	Contas a pagar e provisões	14	59.837	-	59.837				
						Obrigações para desmobilização de ativos	20	1.048.517	970.574	1.116.589				
						Provisão para risco de crédito	20	13.993.227	12.471.745	13.621.101				
						Patrimônio Líquido	22	3.185.933	3.303.632	3.185.933				
						Capital social	-	-	-	-				
						Prejuízos acumulados	-	-	-	-				
						Reserva legal	22.c	23.844	968	23.844				
						Reserva de retenção de lucros	22.c	168.741	-	168.741				
						Total do patrimônio líquido	3.378.518	3.186.901	3.378.518	3.186.901				
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido	17.796.360	17.728.838	18.362.310	18.318.785				

Saldo em 31 de Dezembro de 2021	Nota explicativa	Reservas			Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros	Prejuízos		
Redução de capital social	22.a	-	-	-	2.996.657	
Lucro do exercício	22.b	-	-	341.607	341.607	
Constituição de reserva legal	22.c	968	-	(968)	-	
Juros sobre capital próprio	22.b	-	-	(136.089)	(136.089)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		3.303.632	968	(117.699)	3.186.901	
Redução de capital social	22.a	(17.699)	-	-	17.699	
Lucro do exercício	22.b	-	-	457.511	457.511	
Constituição de reserva legal	22.c	-	22.876	-	(22.876)	
Reserva de lucros	22.b	-	-	168.741	168.741	
Juros sobre capital próprio	22.b	-	-	(265.894)	(265.894)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		3.185.933	23.844	168.741	3.378.518	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional: A American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. ("Empresa") é uma sociedade por ações com sede na Rua Olimpíadas, 205 - 8º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a propriedade e a operação de torres de comunicação por meio de cessão de espaço mediante locação a terceiros para que estes instalem, operem, gerenciem e mantenham transmissões por qualquer meio, incluindo rádio, televisão ou qualquer outro veículo de comunicação; a aquisição ou o arrendamento de imóveis rurais e urbanos para a consecução de suas atividades previstas anteriormente; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista. Em 15 de setembro de 2022, por meio de 60ª alteração do contrato social, a Empresa foi transformada em uma sociedade anônima fechada, desta forma, anteriormente denominada American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. passou a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas S.A. A alteração ocorreu em virtude das emissões de debêntures ocorrida no exercício de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 12. O objeto social da Empresa permaneceu inalterado. A Empresa tem como acionista a ATC South America Holding LLC e a ATC Brazil II LLC. Ambas são subsidiárias da American Tower Corporation, holding global do grupo American Tower, constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América. Em janeiro de 2021 a American Tower International, Inc. subsidiária da American Tower Corporation adquiriu a divisão de torres da Telxius, subsidiária do grupo espanhol Telefónica na Europa (Espanha e Alemanha) e a América Latina (Brasil, Argentina, Chile e Peru), por US\$9,37 bilhões, e a transação envolveu um total de 30,7 mil torres. Em abril de 2021, após a aprovação sem restrições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a American Tower International, Inc. concluiu a compra da Telxius Torres Latam S.L. e suas subsidiárias, as Américas Latinas. A demonstração envolveu mais de 7 mil pontos de comunicação no Brasil, Peru, Chile e Argentina. Em outubro de 2021 a Empresa adquiriu as subsidiárias brasileiras da Telxius da American Tower Latam S.L.U. (Telxius Torres Brasil Ltda.), pelo valor de R\$1.452.194. Foram adquiridas mais de 4 mil torres de telecomunicação pertencentes a Telxius Torres Brasil Ltda., e alterou sua denominação para American Tower T. Torres do Brasil Ltda. ("ATT Torres"). A ATT Torres é controladora da American Tower IB Participações Imobiliárias Ltda. ("ATIB"), anteriormente denominada Imobites Brasil Participações Imobiliárias Ltda., que tem como atividade principal a locação de imóveis próprios. Esses terrenos são localizados em sua totalidade para a ATT Torres. Em 29 de abril de 2022 a empresa incorporou sua controladora ATIB Torres Brasil Ltda. em uma sociedade legal, nessa movimentação societária, a ATIB deixou de ser controlada pela ATT Torres por meio de cisão.

2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Empresa aplicou a orientação técnica CFCP 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes em relação às decisões. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados bens do ativo imobilizado e intangível e instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 3. **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas 2022 e 2023 incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada: American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. Todas as transações que geram direitos, obrigações, receitas e despesas entre a Empresa e controladas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Empresa, o resultado da controlada é reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial, ajustada para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pela Empresa, se aplicável.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Empresa.

a) Princípios gerais e critérios de reconhecimento da receita: As receitas com prestação de serviços de locação são reconhecidas à medida que a Empresa e sua controlada desempenham a sua obrigação de repassar o controle do serviço à entidade compradora ("obrigação de performance") de acordo com a essência de cada contrato, desde que haja benefícios econômicos futuros esperados para a empresa. O reconhecimento é feito com base no valor da receita menos descontos, abatimentos, impostos e contribuições incidentes. Reconhecimento de receita: Nossa receita é derivada do arrendamento do direito de uso de nossos sites de comunicação, do terreno em que os sites estão localizados, do reembolso dos custos incorridos na operação dos sites de comunicação e suporte ao equipamento dos locatários, bem como outros serviços e direitos contratuais. A maior parte de nossa receita é derivada de acordos de arrendamento e é contabilizada como receita de arrendamento, a menos que o momento e o padrão de reconhecimento da receita do componente de não arrendamento tenham sido determinados pelo momento e o padrão de reconhecimento da receita do componente de não arrendamento diferem daquele do componente de arrendamento, não determinarmos separadamente os preços de venda individuais e o padrão de reconhecimento de receita para cada caso. Nossa receita proveniente de arrendamento, incluindo cláusulas de escalonamento fixas, presentes em contratos de arrendamentos não canceláveis, é registrado nas demonstrações financeiras pelo método linear ao longo do prazo dos respectivos arrendamentos, quando a cobrança é provável. Cláusulas de escalonamento variáveis, como por exemplo aquelas vinculadas a um índice de preços ao consumidor ou outros índices baseados na inflação, ou ainda outras situações que possam gerar montantes variáveis a serem pagos ou recebidos nos contratos com nossos clientes, são excluídas do cálculo linear. Os valores cobrados antecipadamente em relação a execução dos contratos de arrendamento são inicialmente diferidos e apresentados como adiantamento de clientes nos balanços patrimoniais e reconhecida como receita durante os termos dos contratos de arrendamento aplicáveis. As receitas com prestação de serviços de telecomunicação são reconhecidas à medida que a Empresa desempenha tais serviços ao cliente ("obrigação de performance"), de acordo com as características de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e que o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. O reconhecimento é feito com base no valor de cada contrato, menos descontos, abatimentos, impostos e contribuições incidentes. b) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação adotada pela Empresa e sua controlada é o real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são calculados e apresentados nas demonstrações financeiras com base na taxa de conversão de câmbio vigente nas datas das demonstrações financeiras. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Empresa assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos sob condições que eliminam os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos ou obrigações são emitidos na transferência pela Empresa. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, se aplicável, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas no resultado do exercício como "Resultado Financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Empresa tiver o direito de liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa mantém as seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros: • Custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários contas a receber, outros créditos, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar. A Empresa avalia mensalmente a expectativa de perda pela não realização de ativos financeiros. Esta expectativa é baseada na perda esperada a partir do histórico e perspectivas de perda por não recebimento de ativos financeiros, incluindo os acordos de recuperação de ativos. • Instrumentos

→ continuação

b) Consolidado:

Table with columns: 2023, Valor residual, Depreciação acumulada, Custo, Taxa média anual de depreciação - %

As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

Table with columns: 2022, Adições, Baixas, Transfêrências, Impairment, 2023

Table with columns: 2021, Adições, Baixas, Transfêrências, Impairment, 2022

(a) Movimentação do direito de uso em arrendamento inclui contratos de aluguel enquadrados na regra do CPC 06 (R2). Referem-se principalmente a novos arrendamentos, renovações, negociações e renovações de contratos, dentre outros. As adições do período estão assim compostas:

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

(b) Refere-se a renovações, alterações e renovações de contratos de arrendamentos. Avaliação de vida útil e depreciação: Como grande parte das atuais torres da Empresa foi adquirida de grandes clientes e está sujeita a contratos de aluguel em que os antigos proprietários se comprometem a alugá-las à Empresa por uma taxa estipulada com base no respectivo contrato, bem como existem contratos de aluguel dos imóveis onde se encontram essas torres, a taxa de depreciação destas baseia-se na estimativa da Administração, que considera o prazo médio dos contratos de aluguéis com os proprietários dos imóveis (terrenos e edificações) onde as torres estão localizadas, sendo, em média, de 5% ao ano (20 anos). Também são considerados na determinação da vida útil econômica a expectativa de manutenção contínua e os fatores tecnológicos, entre outros, uma vez que não refletem a vida útil sem manutenção e outras benfeitorias necessárias das torres para continuar a cumprir os respectivos requisitos específicos. Avaliação de vida recuperável: Os testes de recuperação do valor em uso são realizados anualmente. Para os encerramentos dos exercícios de 2023 e de 2022, a Empresa efetuou testes para identificação de fatores que pudessem levar à necessidade de revisar o valor recuperável de cada uma das torres, que são consideradas unidades geradoras de caixa individuais. Essas análises levaram em conta o atual nível de rentabilidade de cada uma das torres. Em 2023 foi constituída uma provisão para desvalorização por "impairment" no valor de R\$28.264 (R\$8.258 em 2022) para o grupo do ativo imobilizado "Torre". Adicionalmente, foi constituída uma provisão para desvalorização do Direito de Uso, no montante de R\$45.696 (R\$20.435 em 2022), a qual está diretamente relacionada com a provisão para desvalorização de ativos. Para esses casos, a Empresa entende que os impactos no cálculo de recuperabilidade. Para esses casos, a Empresa entende que os impactos no cálculo de recuperação sejam recuperados dentro de um prazo de 12 meses. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável desses ativos, por meio de fluxos de caixa descontados estão apresentadas na nota explicativa nº 9. Ativos dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existem ativos dados em garantia para empréstimos e financiamentos ou arrolados em processos judiciais.

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

Table with columns: 2022, Adições, Baixas, Transfêrências, Impairment, 2023

Table with columns: 2021, Adições, Baixas, Transfêrências, Impairment, 2022

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Table with columns: 2021, Adições, Baixa, Transfêrências, Impairment, 2022

(a) Refere-se aos benefícios estimados decorrentes do espaço não utilizado em torres adquiridas e identificadas nos processos de aquisição e classificados como intangível, os quais são anualmente revisados para determinar qual perda por redução ao valor recuperável. (b) Identificado no processo das aquisições, o relacionamento com os clientes refere-se à parcela do intangível atribuída às antenas já instaladas nas torres adquiridas no momento da aquisição das entidades e negócios e possui prazo de vida útil remanescente de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, também devido à ausência de indicadores de que a Empresa e sua controlada não gerarão os benefícios futuros esperados, conforme projeções efetuadas pela Administração, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída para esse grupo do ativo intangível. (c) Ativos, líquidos nas aquisições conforme segue:

Table with columns: Data de aquisição, 2023/2022

(d) Refere-se aos benefícios estimados do direito de uso do "contrato de cessão do direito de exploração comercial e uso" das torres e áreas sob o domínio ou posse da Telemar Norte Leste S.A. Esse valor foi gerado na aquisição da BR Towers 3 S.A. e possui prazo de vida útil de 11 anos. Avaliação do valor recuperável: Os testes de recuperação do valor em uso são realizados anualmente. Para os encerramentos dos exercícios de 2023 e de 2022, a Empresa efetuou testes para identificação de fatores que pudessem levar à necessidade de revisar o valor recuperável de cada uma das torres. Essas análises levaram em conta o atual nível de rentabilidade de cada uma das torres. Em 2023 foi constituída uma provisão para desvalorização por "impairment" no valor recuperável desses ativos foi determinado com base nos fluxos de caixa descontados para os próximos anos. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. A taxa média de crescimento utilizada para extrapolar as projeções no período de 10 anos foi de 10,50% a.a. (nominal) (9,08% em 2022). Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto, antes dos tributos, de 10,67% ao ano (11,30% em 2022), também em valores nominais sendo que esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Empresa para financiar suas operações. A taxa média de inflação anual estimada para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,36% a.a. (3,50% a.a. em 2022). As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Empresa e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração.

Table with columns: 2023, Resultado de equivalência patrimonial

Table with columns: 2022, Resultado de equivalência patrimonial

As movimentações dos investimentos é como segue:

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Saldos em 31 de dezembro de 2021 Resultado de equivalência patrimonial Incorporação ATT Torres - Líquido do Investimento ATITB Torres Cisão ATITB Torres

11. Imposto de renda e Contribuição Social: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro de 2023, a controladora possuía saldos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social no montante de R\$31.802 (R\$251.390 em 31 de dezembro de 2022). No Brasil, os prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social só podem ser utilizados para compensar 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem data de prescrição. A Empresa registra imposto de renda e Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, como segue:

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Diferenças temporárias Diferença de taxa de depreciação/amortização de ativos e sobre a provisão para desmobilização Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

(a) O imposto de renda diferido passivo está relacionado à provisão para incerteza de tributos sobre Lucro-Contorno do Prejuízo Fiscal correspondente ao impacto de caixa por consequência do possível consumo de prejuízo fiscal em caso de subcapitalização. O risco envolvido é sobre o cálculo de subcapitalização do ano-calendário de 2016, que envolve a dedutibilidade de despesas com entidade relacionada situada nos Países-Baixos, devido à incerteza sobre o entendimento da Receita Federal considerando a tributação favorecida/regra fiscal privilegiada. A movimentação do Imposto de renda diferido ativo no exercício está demonstrada a seguir:

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Saldo no início do exercício Incorporação/Aquisição ATT Torres Impacto no resultado do exercício Saldo no fim do exercício

12. Empréstimos e Financiamentos: Saldo no fim do exercício Classificação como: Circulante Não Circulante Em 15 de janeiro de 2023 a Empresa emitiu R\$800.000 (seiscentos milhões) em debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, para oferta pública. Os títulos têm prazo de 10 anos e taxa prefixada de 15,28% a.a., com início de rentabilidade em 2 de fevereiro de 2023. Os títulos estão registrados na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ANBIMA, e o escriturador da emissão e liquidante é o Banco Citibank. Os títulos foram adquiridos em sua totalidade pela ATC International Finance II B.V. empresa pertencente ao grupo American Tower Corporation. Os pagamentos de juros, realizados semestralmente, iniciaram-se em 15 de julho de 2023, e a amortização da última parcela ocorrerá em 15 de janeiro de 2033. A liquidação do principal ocorrerá em parcela única na data do vencimento, ressaltado o eventual pagamento decorrente das hipóteses de vencimento antecipado, definidas no momento da emissão dos títulos. No processo de emissão das debêntures não foram concedidas garantias para operação, e não há cláusulas contratuais restritivas de natureza financeira "covenants". Adicionalmente, a Empresa está adimplente com todas as obrigações formais e compromissos legais constantes do documento de emissão das debêntures. A movimentação dos títulos é como segue:

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

Saldo inicial Emissão Encargos financeiros incorridos Pagamento de encargos financeiros Saldo final

13. Fornecedores: Fornecedores de serviços Fornecedores de material Total

O saldo de Fornecedores a pagar é 100% no mercado doméstico, refere-se a prestadores de serviços de obras e manutenções das torres de telecomunicações e fibra óptica, fornecedores de materiais, consultoria jurídica, concessionárias de energia elétrica etc.

Table with columns: 2023, 2022, 2023, 2022

14. Contas a pagar e provisões: Contas a pagar e provisões Provisão para refêrto de torres (nota explicativa nº 7.b) Total

15. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: Bônus e comissões a pagar Provisão de férias e encargos Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS Outras

16. Obrigações Tributárias: Imposto de renda Retido na Fonte - IRRF Imposto de renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ICMS a recolher - Outros Total

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

(a) Referem-se substancialmente a valores recebidos a maior, oriundos de renegociações do índice de correção monetária dos contratos de prestação de serviços de aluguel, os quais serão amortizados à medida que a prestação do serviço de locação futura ocorrer. (b) Em 27 de dezembro de 2022, a Empresa recebeu de forma antecipada o valor de R\$255.424 do cliente Telefônica ("Vivo") referente a parte do faturamento do exercício de 2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Contas a pagar: ATC Multimídia LAP do Brasil Empreend. Imobiliários Ltda. (a) ATC South America Holding LLC (f)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Contas a pagar: American Tower Corporation (d) ATC Multimídia LAP do Brasil Empreend. Imobiliários Ltda. (e)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Saldo inicial de mútuos com partes relacionadas Encargos financeiros incorridos sobre mútuos Pagamento de encargos financeiros sobre mútuos Saldo final de mútuos com partes relacionadas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2023, 2022, 2023

(*) Os mútuos foram liquidados em janeiro de 2023, após a Administração efetuar a avaliação do fluxo de caixa para os próximos exercícios. (d) O saldo refere-se a valores a pagar relacionados a serviços prestados, reembolsos de despesas e valores correspondentes ao plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 29). (e) O saldo refere-se aos saldos a serem pagos pela compra dos terrenos da Z-ites e aluguéis pagos antecipadamente. (f) Valores correspondentes a juros sobre capital próprio não pagos do 4º trimestre de 2023 (nota explicativa nº 22.b). Adicionalmente, a Empresa e sua controlada possui contratos de arrendamentos com partes relacionadas, com a LAP do Brasil Empreend. Imobiliários Ltda., correspondente ao direito de uso de imóveis (nota explicativa nº 21). Os valores estão apresentados a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Circulante Não Circulante Total do passivo de arrendamento com partes relacionadas Renúnciação dos administradores: A remuneração dos administradores em 2023 foi de R\$7.171 (R\$5.444 em 2022).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

(a) A abertura das principais causas tributárias está assim demonstrada:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2023, 2022

(a.1) Refere-se a encargos sociais sobre remuneração e provisão para o risco com a dedutibilidade de juros em operações de mútuos ("Thin Cap"). (a.2) Referem-se à discussão de taxas cobradas para instalações de torres. Em 2021 a Lei das Antenas (Lei 13.756/04) foi considerada inconstitucional pelo STF e, portanto, as multas deixaram de ser aplicáveis. Em janeiro de 2022 uma nova lei (Lei 17.733/22) foi editada pela Prefeitura de SP e o respectivo decreto (Decreto 61.137/22), foi emitido em março de 2022, determinando o prazo até outubro de 2023, para que as empresas submissões todos os documentos e requerimentos para obtenção do licenciamento com base nos novos parâmetros. Diante do fato de que todas as multas relacionadas à lei anterior foram canceladas e que as mesmas não foram aplicadas, a Empresa reverteu em 2023 as provisões constituídas, e o caso do Município imponha novas multas e/ou penalidades, uma nova avaliação individual será efetuada, incluindo a possibilidade de recurso, e da necessidade de reconhecimento de uma provisão com base na probabilidade de perda. (b) Representada por ações indenizatórias com risco de perda classificada como provável pela Administração e seus assessores jurídicos. (c) Referem-se a reclamações trabalhistas cujo risco de perda foi classificado como provável pela Administração e seus assessores jurídicos. A movimentação das provisões para risco é como segue:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2023, 2022

Saldos em 31 de dezembro de 2021 Incorporação ATT Torres Provisões/atualizações/(reversões) Saldos em 31 de dezembro de 2022 Provisões/atualizações/(reversões) Saldos em 31 de dezembro de 2023

De acordo com a legislação vigente, as transações das empresas que operam no País estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos impostos e às contribuições federais (Imposto de renda, Contribuição Social, PIS e COFINS) e aos recolhimentos de contribuições previdenciárias (INSS e FGTS). Como decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos efetuados pela Empresa poderão ser questionados, ficando os valores eventualmente identificados sujeitos a multa, juros e atualizações monetárias. A Administração da Empresa é da opinião de que todos os impostos e contribuições têm sido pagos ou provisionados adequadamente e que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não eram conhecidas ações relevantes impetradas contra a Empresa que, com base na opinião de seus advogados externos, impliquem uma necessidade de constituição de provisão para cobrir eventuais perdas. A Administração da Empresa não considerou necessária a constituição de provisão para eventuais perdas sobre os recursos judiciais em andamento no montante de R\$42.779 (R\$39.532 em 2022) na controladora e de R\$63.619 (R\$45.664 em 2022) no consolidado cuja probabilidade de perda, na avaliação de seus assessores jurídicos, é considerada possível. A composição por categoria está demonstrada a seguir:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

20. Obrigações para Desmobilização de Ativos: Referem-se a obrigações contratuais de devolução dos terrenos aos proprietários, quando do término do contrato de locação, nas mesmas condições do início da locação, sem a torre e as respectivas construções e, para isso, foram registrados R\$1.048.517 (R\$970.574 em 2022) na controladora e R\$1.116.589 (R\$1.029.216 em 2022) no consolidado, referentes à desmobilização de ativos. O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os ativos imobilizados são adquiridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como custo. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável. A atualização monetária é efetuada com base em índice que considera uma taxa livre de risco (Modelo de Precificação de Ativos) adicionada de uma taxa de inflação, totalizando 12,44% (12,70% em 2022). A movimentação é como segue:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Saldos em 31 de dezembro de 2021 Incorporação ATT Torres Atualização da provisão para custos com desmobilização de ativos (Baixa)/Adição da provisão com ativo

Saldos em 31 de dezembro de 2022 Atualização da provisão para custos com desmobilização de ativos (Baixa)/Adição da provisão com ativo

Saldo em 31 de dezembro de 2023 Passivo de arrendamento: A Empresa possui contratos de arrendamentos relacionados ao direito de uso de imóveis, com prazos de até 20 anos, os quais são mensurados pelo valor presente na data de início do arrendamento e mensalmente atualizados monetariamente por índices de inflação acordados contratualmente e reduzidos dos pagamentos efetuados.

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

Circulante Não circulante Total do passivo de arrendamento Saldo inicial Incorporação/Aquisição ATT Torres Adições Juros

(b) Pagamentos saldos principais (c) Pagamentos juros Saldo final

(a) A alteração de expectativa de renovação do passivo de arrendamento foi constituída de forma a refletir a provisão para desvalorização do valor recuperável do direito de uso "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 8. Avaliação do valor recuperável: Os vencimentos dos valores a pagar do passivo de arrendamento estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2023, 2022, 2023, 2022

→* continuação

22. Capital Social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é R\$3.185.933 (R\$3.303.632 em 2022), composto por ações 3.303.632 cotas em 2022 no valor de R\$0,96 cada uma, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações (mil)
ATC South America Holding, LLC	3.303.631
ATC Brazil II, LLC	1
Total	3.303.632

a) Redução de capital: A redução de capital da Empresa no valor de R\$117.699 ocorreu mediante a absorção de prejuízos acumulados constantes no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022, sem redução ou cancelamento de quantidade de ações, conforme aprovação em ata da assembleia geral extraordinária realizada em 28 de setembro de 2023. b) Juros sobre capital próprio: No decorrer do exercício de 2023 foi aprovada, por meio de Atas de reuniões de sócios/acionistas, a distribuição e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$265.894, conforme demonstrado a seguir:

Data da Ata de reunião de sócios/acionistas

	2023	2022
31 de março de 2023	1° 56.052	
30 de junho de 2023	2° 30.628	
30 de setembro de 2023	3° 73.768	
31 de dezembro de 2023 - Nota explicativa nº 18. f	4° 105.446	
Total de Juros sobre Capital Próprio	265.894	

No exercício de 2023, a Empresa optou por distribuir juros sobre capital próprio - JCP em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios. c) Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Empresa destinou o montante de R\$22.876 (R\$968 em 31 de dezembro de 2022) a título de Reserva Legal.

23. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de aluguel de torres	2.710.698	2.490.359	2.710.696	2.572.592
Aluguel de terrenos	1.380.831	1.240.814	1.380.831	1.311.057
Receita de Telecom	-	-	270.760	248.548
Receita de aluguel de fibra óptica	-	-	31.420	23.401
Outras receitas (a)	64.377	72.576	64.377	72.576
Provisão para perdas esperadas associadas a risco de crédito	(63.707)	38.064	(63.707)	38.064
Tributos incidentes sobre as receitas	(384.417)	(351.848)	(429.585)	(416.158)
Total	3.707.782	3.489.965	3.964.792	3.850.080

As receitas da Empresa resultam principalmente dos contratos de aluguel de longo prazo das torres. As taxas de aluguel iniciais são ajustadas anualmente de acordo com o IPCA ou o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM. (a) Refere-se substancialmente a taxas de rescisão antecipada de acordos comerciais firmados com clientes.

24. Custos, Despesas e Outras Receitas por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depreciação e amortização	(1.425.566)	(1.432.435)	(1.518.731)	(1.592.081)
Aluguel de terrenos	(53.458)	(30.239)	(85.446)	(64.075)
Folha de pagamento e encargos	(226.243)	(201.937)	(245.577)	(221.900)
Manutenção	(57.038)	(50.409)	(104.391)	(92.463)
"Impairment" (notas explicativas nº 8, 9 e 21)	(30.994)	(13.764)	(30.994)	(13.764)
Reversão (Constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79)	2.286	(11.577)	(589)
Seguros	(29.785)	(25.614)	(32.637)	(29.155)
Alugueis administrativos	(423)	(166)	(1.636)	(1.516)
Viagens	(2.226)	(3.598)	(2.685)	(4.293)
Assessoria jurídica e contábil	(13.146)	(9.815)	(13.548)	(11.176)
Utilidades	(15.950)	(13.896)	(21.790)	(15.965)
Serviços diversos	(15.648)	(22.096)	(41.188)	(46.744)
Outras despesas	(10.282)	(11.302)	(13.193)	(25.475)
Outras receitas operacionais (a)	28.695	-	28.695	-
Total	(1.852.143)	(1.812.985)	(2.094.698)	(2.119.196)

(a) O valor de outras receitas operacionais refere-se a valores recebidos da Telefônica no decorrer de 2023, oriundo de acordos contratuais decorrentes posteriormente à combinação de negócio com a compra da **Telexius Torres Brasil Ltda.** ocorrida em 2021 (nota explicativa nº 1).

25. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Atualização do passivo de arrendamento	(574.765)	(533.204)	(579.797)	(546.960)
Atualização dos mútuos intercompany	(702.714)	(644.795)	(749.834)	(684.847)
Atualização da provisão para desmobilização de ativos	(83.985)	(73.402)	(83.985)	(80.985)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(79.007)	-	(79.007)	-
Despesas bancárias	(191)	(1.250)	(253)	(1.328)
Outras	(79.957)	(121.203)	(80.158)	(124.435)
Total de despesas financeiras	(1.520.619)	(1.373.854)	(1,573.034)	(1,438.555)

Total de despesas financeiras
Recargas financeiras:
Rendimentos de aplicações financeiras
Outras
Total de receitas financeiras
Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
234.490	110.158	239.166	120.356	
16.459	15.191	16.806	15.620	
250.949	125.349	255.972	135.976	
28.495	19.955	28.495	20.605	
(1.241.175)	(1.226.550)	(1.286.567)	(1.281.974)	

25. Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros comparados a valores que poderiam ser negociados em um mercado ativo, ou na ausência deste, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado em 31 de dezembro de 2023. 26.1. Categorias de instrumentos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	600.000	-	600.000	-
Fornecedores	84.767	51.936	108.336	88.118
Passivo de arrendamento	6.492.659	6.658.478	6.561.706	6.720.327
Partes relacionadas	5.489.032	6.064.865	5.880.945	6.473.796
Contas a pagar	125.326	27.636	125.326	39.122
Total	12.791.784	12.802.915	13.276.313	13.321.363

A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas dos balanços. 26.2. Valores justos: A Empresa divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Empresa e sua controlada e se aproximam aos valores de mercado. Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes. Para determinação do valor justo desses mútuos empréstimos, a Empresa utilizou taxas de juros baseadas na curva do CDI adicionadas de um "spread" para captação de empréstimos no mercado de acordo com a estrutura financeira da Empresa. Para 31 de dezembro de 2023 o valor justo dos mútuos não apresenta diferenças para o valor contábil, uma vez que, na data do encerramento do balanço somente existia o valor de principal em aberto. A comparação do valor contábil e do valor justos desses instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Mútuos com partes relacionadas - Passivo	5.302.613	5.302.613	6.027.503	6.037.695

Os demais ativos e passivos financeiros, incluindo o passivo de arrendamento, aproximam-se do seu valor justo, uma vez que, as taxas de juros e/ou índices de correção monetária são as negociadas usualmente no mercado. 26.3. Gerenciamento de riscos: De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, envolvendo riscos conhecidos ou não, a Administração utiliza estimativas para mensurar os riscos. Os principais fatores de risco que poderiam afetar a Empresa são: a) Risco de capital: Os objetivos da Empresa, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Empresa consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e mútuos com partes relacionadas, sendo, periodicamente, revisados pela Administração quanto à capacidade de liquidar os compromissos financeiros da Empresa. b) Risco de liquidez: A Administração é responsável pela liquidez da Empresa e, dessa forma, mantém controles para garantir reservas adequadas, linhas de crédito bancário e outras formas de obtenção de empréstimos, para honrar os valores devidos nos vencimentos. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Operação				
Empréstimos e financiamentos	600.000	-	600.000	-
Fornecedores	84.767	51.936	108.336	88.118
Partes relacionadas	5.489.032	6.064.865	5.880.945	6.473.796
Arrendamento a pagar	6.492.659	6.658.478	6.561.706	6.720.327
Contas a pagar e provisões	125.326	27.636	125.326	39.122
Total	12.791.784	12.802.915	13.276.313	13.321.363

c) Risco de taxas de juros e índices de inflação: Os resultados da Empresa e de sua controlada são afetados pelo CDI e Libor aplicáveis à "Caixa e equivalentes de caixa", "Títulos e valores mobiliários", "Empréstimos e financiamentos" e "Mútuos com partes relacionadas". Adicionalmente, a Empresa não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022. As principais taxas que poderiam afetar a Empresa e as principais

Diretoria

Emerson Hugues de Sousa CPF/ME nº 252.488.388-43 - Vice-Presidente e Diretor Geral do Brasil	Luciano Barreto Ferreira CPF/ME nº 862.400.056-49 - Vice-Presidente de Finanças	Daniel Laper Giorlini CPF/ME nº 064.184.866-84 - Diretor de Desenvolvimento de Novos Produtos
--	---	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

rubricas são: • Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários Representadas por CDBs, remunerados pelo CDI com direito à liquidação estipulada por contrato, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. • Empréstimos e financiamentos: Sujeitos a taxas de juros fixas, conforme descrito na nota explicativa nº 12, ajustados até as datas dos balanços. • Mútuos com partes relacionadas: Sujeitos a taxas de juros fixas, conforme descrito na nota explicativa nº 18, ajustados até as datas dos balanços. d) Variação cambial: Em 31 de dezembro de 2023, a exposição da Empresa quanto aos saldos a pagar com partes relacionadas denominados em dólares norte-americanos é de R\$428.819/USD88.575 (R\$366.146/USD70.182 em 2022). Não foram contratados derivativos nem instrumentos de "hedge" para cobrir a exposição a variações nas taxas cambiais. e) Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira: Com base nos instrumentos financeiros atuais, a Empresa está exposta à flutuação de moeda estrangeira sobre os saldos a pagar com partes relacionadas. A maior exposição está denominada em dólares norte-americanos mencionados anteriormente. Considerando essas exposições em dólares norte-americanos, em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

	Cenários		
	Atual	Provável	Possível
Risco da Empresa	(88.575)	(88.575)	(88.575)
Exposição em 31 de dezembro de 2023 - USD			
Desvalorização do Real x Dólar norte-americano	-	1,5%	9,5%
Taxa do dólar norte-americano estimada*	4,841	4,966	4,914
Ganho/(Perda) estimada - R\$	(11.605)	(6.432)	(40.738)

* Cenário provável utilizou a taxa média real do dólar norte-americano de fevereiro de 2024. f) Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros: A Empresa e sua controlada não identificaram risco significativo de exposição de juros, uma vez que, em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos, representado por debêntures, bem como, os empréstimos com partes relacionadas estão em reais e indexados à taxa prefixadas. g) Risco de crédito e concentração do risco de clientes: O risco de crédito resulta do não cumprimento pela parte das obrigações estipuladas nos contratos. A exposição é principalmente representada por contas a receber e caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários Em 31 de dezembro de 2023, a exposição é a divulgada na nota explicativa nº 5.

27. Cobertura de Seguros: A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, possui uma cobertura total para as torres no montante de R\$3.591.450 (R\$7.926.380 em 2022).

28. Informações Adicionais às Demonstrações dos Fluxos de Caixa: A Administração da Empresa define como "Caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Empresa e de sua controlada são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adições e baixas de provisão para desmobilização de ativos	6.336	12.233	12.689	8.865
Reconhecimento do ativo e passivo de arrendamento mercantil (a)	874.312	1.853.172	886.174	1.970.856
Juros sobre capital próprio não pagos	105.446	23.136	105.446	23.136
Realização de adiantamentos de clientes	255.424	7.722	255.424	7.722

Valores entre Provisão para reforço de torres e Créditos a receber - Nota explicativa nº 7 e 14
Reclassificação entre adiantamentos de clientes e contas a Receber - Nota explicativa nº 5 b
(a) Refere-se aos saldos reconhecidos em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), conforme explicado nas notas explicativas de nº 8 e nº 21.

29. Plano de Opção de Compra de Ações para Empregados: A Empresa concebe plano de opção de compra de ações da controladora mundial diretamente aos seus funcionários, sem ônus, de acordo com certas condições de desempenho e períodos de elegibilidade. A Empresa contabilizou os efeitos desses benefícios de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O passivo correspondente a esse plano de remuneração está contabilizado na rubrica "Partes relacionadas", cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$24.190 (R\$25.472 em 2022). A despesa referente a esse plano é registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". O valor das opções de ações foi originalmente calculado em dólares norte-americanos na data da outorga e convertido à taxa de câmbio de fechamento nas datas das demonstrações financeiras para a conversão e contabilização em reais.

30. Eventos Subseqüentes: a) Aumento de capital social em controlada: Em 24 de janeiro de 2024, por meio da 22ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, foi aprovado aumento do capital social da controlada American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda., totalizando o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 20.000.000 novas cotas, com valor nominal de R\$1,00 cada, as quais são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pela sócia American Tower do Brasil b) Transferência de controle da Oi Móvel S.A.: Em 2022 ocorreu a operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico ("SPE Ativos Móveis" ou "SPE"), que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel", "Vendedora"), para as empresas TIM S.A., Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. Em 2023 as 3 Operadoras encerraram o acordo com a Oi e avançaram no processo de incorporação das SPEs. O processo de incorporação e consolidação dos ativos pelas 3 operadoras gerou e poderá gerar "churn" para a Empresa, especialmente em sites de sobreposição. Paralelamente, as operadoras de telefonia móvel devem planejar a implantação do 5G e suas obrigações, buscando maximizar o uso de seus ativos e ativos da Oi recentemente adquiridos. Durante o ano de 2023 a Empresa finalizou algumas negociações com as Operadoras e outras estão em andamento, com previsão para serem finalizadas no decorrer de 2024. Como parte dos credores da Oi, a Empresa ainda está em negociação, e monitora tempestivamente as informações disponíveis ao mercado sobre plano de recuperação judicial e eventuais impactos futuros em sua operação. As avaliações efetuadas até o momento, com base nos impactos da primeira renegociação, não esperam reflexos significativos que resultariam na necessidade de reconhecimento de eventuais perdas em ativos e possíveis impactos no contas a receber.

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 28 de março de 2024.

Contador

Ana Paula Campos Zanetti CRC-SP nº 15P241913/O-6
--

divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e pelo desempenho da auditoria de Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Audidores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcisio Luiz dos Santos
Contador - CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.

AMERICAN TOWER DO BRASIL - COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA.

CNPJ 30.552.887/0001-91

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)			
Balancos Patrimoniais	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.047	63.711
Contas a receber de clientes	5	54.414	32.758
Impostos a recuperar	6	21.290	21.538
Outros créditos	7	3.773	4.666
Total do ativo circulante		92.524	122.673
Não Circulante			
Partes relacionadas	14	2.222	1.381
Impostos a recuperar	6	7.308	12.760
Imobilizado	9	990.991	963.999
Intangível	10	133.473	143.121
Total do ativo não circulante		1.123.994	1,212.158
Total do Ativo		1,226.518	1,243.831

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota Explicativa	Capital Social Acumulado	Prejuízo
Saldos em 31/12/2021		715.517 (148.100)	567.417
Aumento de capital 10/01/2022	19	12.486	- 12.486
Aumento de capital 20/01/2022	19	32.024	- 32.024
Aumento de capital 10/06/2022	19	74.405	- 74.405
Prejuízo do Exercício	DRE	-	(34.240) (34.240)
Saldos em 31/12/2022		834.432 (182.340)	652.092
Aumento de capital 30/08/2023	19	41.408	- 41.408
Prejuízo do exercício	DRE	-	(32.936) (32.936)
Saldos em 31/12/2023		875.840 (215.276)	660.564

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto Operacional: A American Tower do Brasil, Comunicação Multimídia Ltda. ("ATC Multimídia" ou "Sociedade"), controlada pela American Tower do Brasil ("ATC"), localizada na cidade de São Paulo - SP tem como atividades operacionais: a exploração de equipamentos e redes de telecomunicações, a manutenção de equipamentos e redes de transmissão por fibras ópticas e radiofrequências e outras atividades de telecomunicações afins; a prestação de serviços de telecomunicação e conectividade no âmbito de internet das coisas (IoT), incluindo, mas não se limitando a rádios, portais, antenas, conectores, conjuntos de experimentação pré-construção, etc.; a construção e instalação de capacidade de rede de fibra de uso em redes de transmissão por fibras ópticas e radiofrequências e em outras atividades de telecomunicações afins; a negociação, fruição, cessão e locação de direitos de passagem, servidões, usufrutos e direitos de uso em imóveis rurais e/ou urbanos, em estações terrenas e na rede pública de iluminação; a aquisição, a locação, o empréstimo a título gratuito e/ou o arrendamento de imóveis rurais e/ou urbanos, no todo ou em parte, para a consecução das atividades operacionais e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia acionista. A Sociedade possui o controle de 100% das ações de 2018, com seus atos constituintes registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, iniciando suas atividades operacionais em 1º de novembro de 2018. No exercício de 2018, o Grupo ATC decidiu participar do processo licitatório de alienação dos ativos da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de março de 2018 conforme edital de licitação nº 500-Y12121 de 18/04/2018 e alienação após a homologação e adjudicação em 17/08/2018, com o objetivo de expandir sua negócios no mercado de telecomunicações. Os ativos foram transferidos para a Sociedade em 01 de novembro de 2018. Diante do fato no processo licitatório a Sociedade adquiriu os ativos de telecomunicações da CEMIG, que foram divididos em ativos tangíveis (equipamentos de telecomunicações, infraestrutura e cabos de fibra óptica) e intangíveis (SICOP e SICAAP - softwares customizados e saleforce.com) localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará, o que permitiu ao Grupo ATC entrar no mercado brasileiro de fibras ópticas como uma importante empresa no mercado de telecomunicações.

2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados bens do ativo imobilizado e instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito na nota explicativa nº 3. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Sociedade. A Administração da Sociedade tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para cumprir suas obrigações no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Sociedade: a) Princípios gerais e critérios de reconhecimento da receita: As receitas com prestação de serviços de telecomunicação são reconhecidas à medida que a Sociedade desempenha a sua obrigação de repassar o controle do serviço à entidade compradora ("obrigação de performance"); de acordo com a essência de cada contrato, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e que o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. O reconhecimento é feito com base no valor de cada contrato, menos descontos, abatimentos, impostos e contribuições incidentes. b) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação adotada pela Sociedade é o real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade utilizando as taxas de câmbio vigentes no momento das transações. Os ativos e passivos monetários são calculados subsequentemente, com base na conversão à taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Sociedade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos ou obrigações são transferidos para a entidade. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda ou recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Sociedade detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou líquidos simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade mantém os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros: - Custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros desvalorizados e atividades de hedge; Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade não possuía em aberto nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos e/ou atividades de hedge" nem transacionados durante os exercícios. d) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e) Ativos e passivos financeiros de custo amortizado: Ativos e passivos financeiros cujo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, com prazo de vencimento superior a 90 dias (nota explicativa nº 4). f) Contas a receber de clientes e provisão para perda de crédito esperada: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para perda de crédito esperada foi calculada com base na perda esperada de crédito em relação ao risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. g) Imobilizado: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment"), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 e leva em consideração a vida útil estimada desses bens. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorridos dentro do período de custo serão realizados. As despesas de manutenção são reconhecidas no momento em que o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. h) Intangível: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente, incluindo os adquiridos por combinações de negócios, são registrados ao custo ou ao valor justo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo água: O ativo imobilizado, o ativo intangível e o água, com vida útil definida e indefinida, são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. O valor justo é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, esperados do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. Os fluxos de caixa utilizados como base de cálculo para o valor em uso são obtidos por meio dos planos de negócios. Os pressupostos utilizados para o aumento da receita total e dos fluxos de caixa terminais são considerados razoáveis e consistentes com os dados disponíveis no mercado. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do água. j) Obrigações para desmobilização de ativos: O valor justo das obrigações para desmobilização de ativos associadas à obrigação legal da Sociedade de desmobilizar ativos tangíveis de longo prazo e dos respectivos custos é reconhecido no período em que são construídos ou adquiridos e podem ser razoavelmente estimados. Se considerado aplicável, os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos de longo prazo, durante a vida útil estimada do ativo. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados. O registro contábil desses passivos em decorrência da passagem do tempo é contabilizado como custo de serviços prestados aos clientes. Também são realizados ajustes passivos de obrigação para desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo tangível de longo prazo, quando aplicável. k) Direito de uso ("Arrendamentos"): No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento ao avaliar se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma contraprestação. Como arrendatário: A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no início do período de tempo em que o ativo é usado e mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ("direito de uso") ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos para desmontar, remover ou restaurar o ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos (nota explicativa nº 9.1). O custo do direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento ("arrendamento") é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes na data de início do contrato descontados pela taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos. Foi feita a opção pela isenção prevista na norma e não ir reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (nota explicativa nº 15). Como arrendador: Quando a Sociedade e suas controladas atuam como um arrendador, ele

Balancos Patrimoniais	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante			
Fornecedores	11	23.669	47.666
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12	5.359	5.467
Obrigações tributárias	13	4.246	4.162
Partes relacionadas	14	-	17.222
Arrendamento	15	4.526	3.943
Receitas diferidas	17	238	238
Total do passivo circulante		37.938	78.778
Não Circulante			
Provisões para riscos	16	1.441	18
Partes relacionadas	14	391.916	394.900
Arrendamento	15	64.521	57.907
Receitas diferidas	17	2.066	2.304
Obrigações para desmobilização de ativos	18	68.072	58.642
Total do passivo não circulante		528.016	512.961
Patrimônio Líquido			
Capital social	19	875.840	834.432
Prejuízos acumulados	DMPL	(215.276)	(182.340)
Total do patrimônio líquido		660.564	652.092
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1,226.518	1,243.831

determina, no início do arrendamento, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou um arrendamento operacional. Para classificar cada arrendamento, se faz uma avaliação se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se esse for o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; se não, então é um arrendamento operacional. Os contratos onta a Sociedade e suas controladas são arrendamentos, foram classificados como arrendamentos operacionais e foram reconhecidos os pagamentos de arrendamento recebidos como receita de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. l) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos estão apresentados pelo custo ou valor líquido de realização, se inferior, e os passivos demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços. m) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Quando aplicáveis, as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observada sua natureza, e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade. n) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. o) Uso de estimativas: Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no resultado do exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. (i) Redução dos valores de recuperação dos ativos: Os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos, considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, por meio de estudo detalhado para cada unidade geradora de caixa, pelo cálculo dos fluxos de caixa futuros descontados e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado. (ii) Perdas com recebíveis de clientes: As contas a receber de clientes são monitoradas individualmente, sendo a perda registrada diretamente no resultado com base na perda de crédito estimativa, a partir de uma análise de risco da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. (iii) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Quando aplicável, a provisão constituída para processos judiciais que representa perdas prováveis é estimada com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos assessores jurídicos da Sociedade. (iv) Provisão para desmobilização de ativos: A provisão é realizada de acordo com base os custos estimados a incorrer na desmobilização de cabos de fibra óptica instalados em imóveis alugados de terceiros, com base na perda de registro no mercado, a partir de uma análise do montante de recursos necessários, conforme detornado o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares". O valor justo da obrigação de desmobilização dos ativos é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como custo. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável. Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente. 3.1. Adoção dos novos pronunciamentos contábeis (CPCs) e revisadas: Novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor em 2023: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, e abaixo relacionadas:

Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	5 154.148	(22.108)	132.040
Móveis e utensílios	14 295	(176)	119
Equipamentos de informática	33 1.272	(1.112)	160
Beneficiárias em imóveis de terceiros	33 446	(410)	36
Cabos	5 556.482	(94.884)	461.598
Equipamentos de Telecomunicação	10 432.398	(142.996)	289.408
Direito de uso de arrendamento (a) 10 a 20	10 82.282	(18.697)	63.585
Imobilizado em andamento	-	-	44.015
Total	1,271,338	(280,347)	990,991
2022			
Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	5 140.787	(14.619)	126.168
Móveis e utensílios	14 295	(134)	161
Equipamentos de informática	33 1.250	(853)	397
Beneficiárias em imóveis de terceiros	33 407	(396)	11
Cabos	5 498.144	(68.515)	429.629
Equipamentos de Telecomunicação	10 378.243	(101.839)	276.404
Direito de uso de arrendamento (a) 10 a 20	10 72.305	(14.374)	57.931
Imobilizado em andamento	-	-	73.295
Total	1,164,726	(200,730)	963,996

(i) Vide item 9.1 abaixo. As movimentações nos exercícios de 2023 e de 2022 foram as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Depreciação	Valor residual
Fibra	131.303	-	131.303
Outros	131.303	-	131.303
ARO	3.152	-	3.152
Direito de uso	11.276	-	11.276
(-) Baixas	(2.561)	-	(2.561)
(-) Transferência para o intangível	(2.857)	-	(2.857)
(-) Depreciação	(66.309)	-	(66.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	963.996		963.996

Prazo dos contratos de arrendamento	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
De 2019 a 2036	46.513	(12.395)	34.118
De 2019 a 2042	35.769	(6.302)	29.467
Total	82.282	(18.697)	63.585

Prazo dos contratos de arrendamento	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
De 2019 a 2036	39.509	(9.010)	30.499
De 2019 a 2041	32.796	(5.364)	27.432
Total	72.305	(14.374)	57.931

Infraestrutura e equipamentos de telecomunicações	Imóveis	Total
Saldo final em 31/12/2022	39.509	32.796
Adições	6.535	3.692
Reajustes	469	1.166
Baixas	-	(1.885)
Saldo final em 31/12/2023	46.513	35.769

Depreciação	Imóveis	Total
Saldo final em 31/12/2022	(9.010)	(5.364)
Adições	(3.385)	(2.287)
Baixas	-	1.349
Saldo final em 31/12/2023	(12.395)	(6.302)

Direito de uso líquido	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2022	34.118	29.467
Taxa anual média de depreciação	-27%	-18%
2022		

Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Carteira de clientes	5 173.198	(44.021)	129.177
Softwares - Sistema de Gestão	25 18.398	(14.102)	4.296
Total	191.596	(58.123)	133.473

Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Carteira de clientes	5 173.198	(35.361)	137.837
Softwares - Sistema de Gestão	25 15.743	(10.559)	5.184
Total	188.941	(45.920)	143.021

Demonstrações do Resultado	Nota Explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita Operacional Líquida		20	257.017
Custo dos Serviços Prestados		21	(201.131)
Lucro Bruto		55.886	40.841
(Despesas) Receitas Operacionais		21	(19.334)
Despesas com pessoal		(19.334)	(16.334)
Despesas tributárias		(147)	(485)
Gerais e administrativas		(22.265)	(11.493)
Outros resultados		316	(2.367)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		14.456	10.162
Resultado Financeiro		22	3.773
Receitas financeiras		5.023	7.294
Despesas financeiras		(52.415)	(51.696)
Resultado do Exercício		(47.392)	(44.402)
Prejuízo Operacional antes do IR e da CS		8	(32.936)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(32.936)	(34.240)

7. Outros Créditos: 2023 2022 Adiantamentos a fornecedores, locadores e funcionários Despesas antecipadas 2.020 2.927 3.773 4.666

8. Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Sociedade, entende que ainda não há geração de lucros tributáveis suficientes para compensar os créditos tributários diferidos, e desta forma, provisionou esses créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e para as diferenças temporárias. O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não registrados em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.173 (R\$61.620 em 31 de dezembro de 2022). A legislação fiscal permite que os prejuízos fiscais sejam compensados indefinidamente com lucros tributáveis futuros; entretanto, a legislação fiscal limita o uso dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social em cada ano a 30% do lucro tributável. Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social:

2023	2022	
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(32.936)	(34.240)
à alíquota combinada - 34%	11.198	11.642
Exclusões permanentes, líquidas	57	(103)
Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não constituídos	(11.255)	(11.539)
Despesa com imposto de renda e da contribuição social	-	-

* continuação

	2023	2022
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(201.131)	(180.903)
Despesas com pessoal	(19.334)	(16.334)
Despesas tributárias	(147)	(485)
Gerais e administrativas	(22.265)	(11.493)
Outras despesas operacionais, líquidas	316	(2.36)
Total	(242.561)	(211.582)
22. Resultado Financeiro:	2023	2022
Despesas financeiras:		
Juros com empréstimos	(47.120)	(47.120)
Juros com arrendamento	(5.032)	(4.499)
Baixa arrendamento	(18)	
Despesas bancárias	(62)	(58)
Outras despesas financeiras	(183)	(19)
Total de despesas financeiras	(52.415)	(51.696)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.676	6.866
Outras receitas financeiras	347	428
Total de receitas financeiras	5.023	7.294
Total	(47.392)	(44.402)
23. Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis dos ativos, passivos e instrumentos financeiros comparados a valores que poderiam ser negociados em um mercado ativo, ou na ausência deste, aproximam-se substancialmente de seus valores de mercado em 31 de dezembro de 2023. 23.1 Categorias de instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:		
Ativos financeiros	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	13.047	63.711
Contas a receber de clientes	54.414	36.995
Partes relacionadas	2.222	1.381
Outros Créditos	3.773	4.666
Total	73.456	106.753

Emerson Hugues de Sousa
CPF/ME nº 252.488.388-43 - Vice-Presidente e Diretor Geral

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de		2023	2022
Passivos financeiros			
Custo amortizado:			
Fornecedores		23.569	47.666
Partes relacionadas		391.916	411.312
Arrendamento		69.047	61.850
Receita diferida		2.204	2.542
Total	(211.582)	486.836	523.370
A Administração é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas dos balanços. O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base em taxas contratuais e juros variáveis e/ou contratados em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. 23.2 Valores Justos: A Sociedade divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado dos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábilizados. 23.3 Gerenciamento de riscos: De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, envolvendo riscos conhecidos ou não, a Administração utiliza estimativas para mensurar os riscos. Os principais fatores do risco que poderiam afetar a Sociedade são: a) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade são efetuadas para muitos clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. b) Risco de capital: Os objetivos da Sociedade, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos colistas, além de manter uma estrutura de capital adequada			

Diretor
Daniel Lopes Giorgini
CPF/ME nº 064.184.866-84 - Diretor de Desenvolvimento de Novos Produtos

Dezembro de 2023 e 2022 da American Tower do Brasil - Comunicação Multimídia Ltda. para minimizar os custos a ela associados. A estrutura de capital da Sociedade consiste em saldos de caixa e equivalentes de caixa e mútuos com partes relacionadas, sendo, periodicamente, revisados pela Administração quanto à capacidade de liquidar os compromissos financeiros da Sociedade. **c) Risco de liquidez:** A Administração é responsável pela liquidez da Sociedade e, dessa forma, mantém controles para garantir reservas adequadas, linhas de crédito bancário e outras formas de obtenção de empréstimos, para honrar os valores devidos nos vencimentos. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023	2022
Operação		
Fornecedores	23.569	47.666
Partes relacionadas	391.916	411.312
Arrendamento	69.047	61.850
Receita diferida	2.204	2.542
Obrigações trabalhistas e tributárias	9.605	9.709
Total	496.203	532.841
d) Risco de taxas de juros e índices de inflação dos empréstimos: Os resultados da Sociedade e de sua controlada são afetados pelo CDI e Libor aplicáveis a "Caixa e equivalentes de caixa" e "Mútuos com partes relacionadas". Adicionalmente, a Sociedade não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos em 2023. As principais taxas que poderiam afetar a Sociedade e as principais Representadas por CDEs, remuneradas pelo CDI com direito à liquidação estipulada por contrato, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. • Mútuos com partes relacionadas: Sujeitos a taxas de juros fixas, conforme descrito na nota explicativa nº 14, ajustadas até as datas dos balanços. 24. Cobertura de Seguros: A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023,		

Luciano Barreto Ferreira
CPF/ME nº 862.400.056-49 - Vice-Presidente de Finanças

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas informações das demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente do erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado; da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Audítores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcisio Luiz dos Santos
Contador - CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.

	2023	2022
Balancos patrimoniais		
Ativo/Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	943
Clientes	5	1.840
Impostos a recuperar	1	107
Outros créditos	-	17
Total do ativo circulante	2.890	3.517
Ativo não circulante: Investimentos	6	2.306
Imobilizado	14	2.286
Total do ativo não circulante	2.330	2.300
Total do ativo	5.220	5.817
Demons		
das Mutações do		
Patrimônio Líquido		
Saldos em 31/12/2021	2.500	(32)
Prejuízo do exercício	-	(771)
AFAC	-	3.480
Saldos em 31/12/2022	2.500	3.480
Aumento de capital social	8.8	1.020
AFAC	8.8	3.480
Prejuízo do exercício	-	(2.974)
Saldos em 31/12/2023	7.000	(3.777)

Massari Comercializadora de Energia S.A.
CNPJ nº 38.183.972/0001-31

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Balancos patrimoniais		
Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante		
Fornecedores	7	1.882
Tributos		511
Total do passivo circulante	1.960	593
Passivo não circulante		
Outros passivos	37	47
Total do passivo não circulante	37	47
Patrimônio líquido: Capital social	8.8	7.000
AFAC	8.8	-
Prejuízos acumulados	(3.777)	(803)
Total do patrimônio líquido	3.223	5.177
Total do passivo e patrimônio líquido	5.220	5.817
dados pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorreram. O valor justo dos investimentos em cotas com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado: A Massari Comercializadora de Energia S.A. ("Massari" ou "Companhia") foi constituída em 21 de agosto de 2020 com sede na Rua Cristóvão Pereira, nº 1.626 - Campo Belo - São Paulo. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica em todas as suas formas de mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações; • Comercialização varejista de energia elétrica; • Prestação de serviços correlatos às atividades de comercialização, importação e exportação de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); • Participação em outras sociedades como acionista ou quotista, bem como investidora. Em agosto de 2023, conforme alteração do contrato social, a Massari deixou de ser uma empresa Ltda. e passou a ser uma Companhia Anônima (S.A.), alterando também sua razão social de Massari Comercializadora de Energia Ltda. para Massari Comercializadora de Energia S.A. Para o exercício de 2023, foram assinados novos contratos sociais justificando a variação no faturamento da Companhia e consequentemente nas contas de custos e despesas operacionais do período. Adicionalmente, foram recebidos aportes de capital dos quais serão totalmente integralizados o capital social no exercício de 2023. 2. Base de mensuração e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas de acordo com a Resolução nº 1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 08 de março de 2024. b) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre as demonstrações contábeis e as informações sobre as estimativas incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos (reconhecimento e mensuração); políticas premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). 3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Instrumentos Financeiros: Ativo Financeiro (a) Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) Custo Amortizado (CA); (II) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("OR"); ou (III) Valor Justo por Meio do Resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é emitido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (II) os fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfiza os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhe-		

Contexto operacional: A Massari Comercializadora de Energia S.A. ("Massari" ou "Companhia") foi constituída em 21 de agosto de 2020 com sede na Rua Cristóvão Pereira, nº 1.626 - Campo Belo - São Paulo. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica em todas as suas formas de mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações; • Comercialização varejista de energia elétrica; • Prestação de serviços correlatos às atividades de comercialização, importação e exportação de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); • Participação em outras sociedades como acionista ou quotista, bem como investidora. Em agosto de 2023, conforme alteração do contrato social, a Massari deixou de ser uma empresa Ltda. e passou a ser uma Companhia Anônima (S.A.), alterando também sua razão social de Massari Comercializadora de Energia Ltda. para Massari Comercializadora de Energia S.A. Para o exercício de 2023, foram assinados novos contratos sociais justificando a variação no faturamento da Companhia e consequentemente nas contas de custos e despesas operacionais do período. Adicionalmente, foram recebidos aportes de capital dos quais serão totalmente integralizados o capital social no exercício de 2023. **2. Base de mensuração e apresentação das demonstrações contábeis:** **a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas de acordo com a Resolução nº 1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 08 de março de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre as demonstrações contábeis e as informações sobre as estimativas incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos (reconhecimento e mensuração); políticas premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Instrumentos Financeiros:** **Ativo Financeiro (a)** Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) Custo Amortizado (CA); (II) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("OR"); ou (III) Valor Justo por Meio do Resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é emitido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (II) os fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfiza os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhe-

Contexto operacional: A Massari Comercializadora de Energia S.A. ("Massari" ou "Companhia") foi constituída em 21 de agosto de 2020 com sede na Rua Cristóvão Pereira, nº 1.626 - Campo Belo - São Paulo. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica em todas as suas formas de mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações; • Comercialização varejista de energia elétrica; • Prestação de serviços correlatos às atividades de comercialização, importação e exportação de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); • Participação em outras sociedades como acionista ou quotista, bem como investidora. Em agosto de 2023, conforme alteração do contrato social, a Massari deixou de ser uma empresa Ltda. e passou a ser uma Companhia Anônima (S.A.), alterando também sua razão social de Massari Comercializadora de Energia Ltda. para Massari Comercializadora de Energia S.A. Para o exercício de 2023, foram assinados novos contratos sociais justificando a variação no faturamento da Companhia e consequentemente nas contas de custos e despesas operacionais do período. Adicionalmente, foram recebidos aportes de capital dos quais serão totalmente integralizados o capital social no exercício de 2023. **2. Base de mensuração e apresentação das demonstrações contábeis:** **a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas de acordo com a Resolução nº 1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 08 de março de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre as demonstrações contábeis e as informações sobre as estimativas incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos (reconhecimento e mensuração); políticas premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Instrumentos Financeiros:** **Ativo Financeiro (a)** Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) Custo Amortizado (CA); (II) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("OR"); ou (III) Valor Justo por Meio do Resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é emitido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (II) os fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfiza os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhe-

Contexto operacional: A Massari Comercializadora de Energia S.A. ("Massari" ou "Companhia") foi constituída em 21 de agosto de 2020 com sede na Rua Cristóvão Pereira, nº 1.626 - Campo Belo - São Paulo. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica em todas as suas formas de mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações; • Comercialização varejista de energia elétrica; • Prestação de serviços correlatos às atividades de comercialização, importação e exportação de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); • Participação em outras sociedades como acionista ou quotista, bem como investidora. Em agosto de 2023, conforme alteração do contrato social, a Massari deixou de ser uma empresa Ltda. e passou a ser uma Companhia Anônima (S.A.), alterando também sua razão social de Massari Comercializadora de Energia Ltda. para Massari Comercializadora de Energia S.A. Para o exercício de 2023, foram assinados novos contratos sociais justificando a variação no faturamento da Companhia e consequentemente nas contas de custos e despesas operacionais do período. Adicionalmente, foram recebidos aportes de capital dos quais serão totalmente integralizados o capital social no exercício de 2023. **2. Base de mensuração e apresentação das demonstrações contábeis:** **a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas de acordo com a Resolução nº 1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 08 de março de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre as demonstrações contábeis e as informações sobre as estimativas incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos (reconhecimento e mensuração); políticas premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Instrumentos Financeiros:** **Ativo Financeiro (a)** Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) Custo Amortizado (CA); (II) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("OR"); ou (III) Valor Justo por Meio do Resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é emitido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (II) os fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfiza os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhe-

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado; da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Audítores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Tarcisio Luiz dos Santos
Contador - CRC nº 1 SP 207626/O-0

Deloitte.

Contexto operacional: A Massari Comercializadora de Energia S.A. ("Massari" ou "Companhia") foi constituída em 21 de agosto de 2020 com sede na Rua Cristóvão Pereira, nº 1.626 - Campo Belo - São Paulo. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica em todas as suas formas de mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações; • Comercialização varejista de energia elétrica; • Prestação de serviços correlatos às atividades de comercialização, importação e exportação de energia elétrica, em todas as formas e modalidades, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); • Participação em outras sociedades como acionista ou quotista, bem como investidora. Em agosto de 2023, conforme alteração do contrato social, a Massari deixou de ser uma empresa Ltda. e passou a ser uma Companhia Anônima (S.A.), alterando também sua razão social de Massari Comercializadora de Energia Ltda. para Massari Comercializadora de Energia S.A. Para o exercício de 2023, foram assinados novos contratos sociais justificando a variação no faturamento da Companhia e consequentemente nas contas de custos e despesas operacionais do período. Adicionalmente, foram recebidos aportes de capital dos quais serão totalmente integralizados o capital social no exercício de 2023. **2. Base de mensuração e apresentação das demonstrações contábeis:** **a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas de acordo com a Resolução nº 1.255/2009 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprovou o pronunciamento NBC TG 1.000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 08 de março de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre as demonstrações contábeis e as informações sobre as estimativas incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 14 - Provisão para riscos (reconhecimento e mensuração); políticas premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos). **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Instrumentos Financeiros:** **Ativo Financeiro (a)** Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (I) Custo Amortizado (CA); (II) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("OR"); ou (III) Valor Justo por Meio do Resultado ("VJORA"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é emitido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (II) os fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (I) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (II) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfiza os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar

AUTOPASS

AUTOPASS S.A.

CNPJ nº 07.140.538/0001-40

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Notas		2023	2022	01.01.2022	Notas		2023	2022	01.01.2022	Notas		2023	2022	Notas		2023	2022		
		Reapresentado			Reapresentado			Reapresentado			Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022		Reapresentado		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				
Ativo					Passivo e patrimônio líquido					Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022				Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Ativo circulante					Passivo circulante					Receita líquida de vendas	24	272.749	177.449	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31.571	(21.182)			
Caixa e equivalentes de caixa	5	94.100	62.496	90.393	Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	14	44.485	58.130	58.519	Custos dos serviços prestados	25	(166.202)	(136.654)	Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Aplicações financeiras	6	-	7.005	13.399	Obrigações tributárias e trabalhistas	16	11.214	11.315	8.328	Recargas (despesas) operacionais		106.547	40.795	Depreciação e amortização	13	55.128	20.557		
Caixa restrito	17.2	7.604	6.763	12.558	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	25.725	29.366	23.929	Despesas gerais e administrativas	25	(40.925)	(43.655)	Gainho (perda) sobre baixas de ativo imobilizado	725	229			
Contas a receber	7	20.527	9.514	12.548	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18	4.014	-	-	Despesas comerciais	25	(5.487)	(18.383)	Baixa de ativos intangíveis	1.151	-			
Impostos a recuperar	9	7.132	7.353	2.510	Arrendamentos	19	6.333	5.505	5.899	Outras despesas	26	(31.969)	(5.007)	Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais	8.952	(9.393)			
Imposto de renda e contribuição social		5.327	-	-	Outras contas a pagar	20	311	4.444	495	Outras receitas		(61.371)	(63.577)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.254				
Outros créditos	8	5.063	12.261	9.145	Total do passivo circulante	120.243	139.846	138.166		Lucro (prejuízo) operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos	45.176	(22.782)	Varição de provisões, encargos financeiros e juros	13.930	15.370				
Despesas antecipadas		187	304	1.399	Passivo não circulante					Resultado financeiro			Resultados operacionais	827	906				
Total ativo circulante	139.940	105.696	141.952		Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	4.481	11.114	Despesas financeiras	27	(15.411)	(18.091)	Encargamentos antecipados de contratos de arrendamento	(379)	-			
Ativo não circulante					Capital social	22.a	59.779	55.745	53.245	Recargas financeiras	27	7.938	4.608	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	5.669	(15.256)			
Caixa restrito	17.2	6.947	14.551	21.314	Reserva legal	22.b	6.098	4.519	4.519	Resultado financeiro líquido		(7.441)	(13.488)	Outras transações (provisões de notas)	18.901	14.294			
Impostos diferidos	28	21.774	2.142	2.186	Reserva de lucros	22.d	26.080	6.202	30.619	Resultado de equivalência patrimonial	37.662	(36.438)	Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais						
Propriedade para investimento	11	2.870	2.870	2.870	Reserva de lucros não realizada	22.e	2.213	2.213	2.213	Lucro (prejuízo) antes de impostos de renda e contribuição social				Contas a receber de clientes	(31.049)	3.034			
Outros créditos	8	18	9.520	-	Outras reservas	22.f	69.804	44.313	66.230	(-) Imposto de renda e contribuição social - correntes	28	(422)	-	Impostos a recuperar	221	(4.843)			
Outros investimentos		1.250	-	-	Total do passivo e patrimônio líquido	285.262	281.568	313.994		(-) Imposto de renda e contribuição social - diferidos	28	(5.669)	15.256	Outros créditos e despesas antecipadas	(13.861)	(2.722)			
Imobilizado	12	44.299	41.513	47.469					Lucro líquido (prejuízo) do exercício	31.571	(21.182)		Fornecedores	(8.082)	(16.717)				
Intangível	13	78.164	89.976	98.203					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Obrigações tributárias e trabalhistas	321	2.987				
Total ativo não circulante	145.322	175.872	172.042						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				Bilhetagem eletrônica	21.767	(389)				
Total do ativo	285.262	281.568	313.994						2023	2022			Adiantamento de clientes	6.686	(2.008)				
														Outras contas a pagar	(100)	(85)			
														Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	113.977	(15.235)			
														Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.749)	-			
														Juros e encargos financeiros pagos	17	(13.878)	(13.689)		
														atividades operacionais	94.350	(28.924)			
														Investimentos em títulos públicos	7.005	6.394			
														Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(34.407)	(4.376)			
														Outros investimentos	(1.250)	-			
														Caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(28.652)	2.018			
														Adiantamento e Aumento de capital social	-	6.534			
														Antecipação e pagamento de dividendos	(3.567)	(2.534)			
														Pagamentos de empréstimos e financiamentos					
														obtidos junto a terceiros	17	(30.263)	(25.263)		
														Investimentos em caixa restrito	6.763	12.558			
														Pagamentos de arrendamento mercantil	18	(7.027)	(7.286)		
														Empréstimos e financiamentos obtidos junto a terceiros	17	-	15.000		
														Caixa usado nas atividades de financiamentos	(34.094)	(991)			
														Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	31.604	(27.897)			
														Ativo líquido proveniente de caixa	62.496	90.393			
														No início do exercício	5	94.100	62.496		
														No fim do exercício	5	94.100	62.496		
														Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	31.604	(27.897)			
														As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)											
Notas	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Outras Reservas	Total	2023		2022	
		Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados				Prejuízo	Prejuízo		
Saldo em 31 de dezembro de 2021 divulgado	53.245	4.519	32.715	2.213	-	68.236	68.236	-	68.236	-	68.236
Saldo em 01 de janeiro de 2022 reapresentado	53.245	4.519	(2.095)	2.213	-	56.221	56.221	-	(24.366)	-	(21.182)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.182)
Compensação de prejuízos com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.182
Aumento de capital social	21.a	2.500	-	-	-	2.500	2.500	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	21.d	-	-	(3.236)	-	(3.236)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado	55.745	4.519	6.202	2.213	-	(24.366)	44.313	-	(24.366)	-	31.571
Lucro líquido do exercício	-	-	1.579	-	-	1.579	1.579	-	-	-	(11.579)
Reserva legal	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.114)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.878)
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	21.a	4.034	-	-	-	4.034	4.034	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	59.779	6.098	26.080	2.213	-	(24.366)	69.804	-	(24.366)	-	69.804

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Autopass S.A. ("Autopass" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.327 - 10º andar, São Paulo, SP tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilhetagem, com a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-transporte, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades. O sistema de bilhetagem da Companhia atende ao Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT"), a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, além de operações municipais espalhadas pelo Estado de São Paulo, bem como tem ampla rede de vendas, entre as 3 maiores, credenciada junto a São Paulo Transportes S.A. ("SPTrans"), para comercialização e validação dos créditos do tipo Bilhete Único. Decorrente deste novo contrato celebrado com a ABASP em abril de 2020, nasce o Projeto TOP, dividido em 2 fases. A primeira fase cuidou de substituir os bilhetes edmônson pelos bilhetes unitários do tipo QR Code. A segunda fase cuidou de substituir os cartões BOM para o novo sistema múltiplo TOP, dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização no sistema de bilhetagem e acesso a serviços financeiros, para além de outros benefícios, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito. Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido ficou positivo em R\$ 19.697 (R\$ 40.914 negativo em 31 de dezembro de 2022), principalmente devido a melhor performance da operação e geração de caixa durante o exercício. A Companhia apresentou durante o ano de 2022 uma necessidade de caixa em virtude do atraso na virada da tarifa, passando de fevereiro para julho/2022. Diante disso, os seus acionistas reformaram o compromisso com a Companhia aportando R\$ 6.534, sendo R\$2.500 capitalizado em 2022, R\$ 4.034 capitalizado durante o ano de 2023 e captou no mercado uma dívida de R\$ 15.000 para fazer frente aos gastos operacionais e dar continuidade em suas atividades. Durante o exercício de 2023 a Companhia teve aumento na receita líquida no exercício devido a alteração da tarifa de remuneração do contrato vigente com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) de R\$ 0,1190 para R\$ 0,2811. A Companhia investiu durante o ano de 2023, R\$31.126 no projeto 411 (antigo 822), que será o novo sistema de bilhetagem eletrônica (SBE) da Companhia. Este sistema próprio de bilhetagem eletrônica está planejado para ser 100% implementado no primeiro semestre de 2024. Este sistema, além permitir mais controle, agilidade e segurança sobre

Ativo	31.12.2022		31.12.2022		01.01.2022		01.01.2022	
	Publicado (a)	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	
Caixa restrito	21.314	(14.551)	6.763	33.872	(21.314)	12.558	98.932	
Outros ativos circulantes	120.246	(14.551)	105.695	163.266	(21.314)	141.952	53.939	
Total ativo circulante	141.560	(29.102)	112.458	197.138	(42.628)	154.510	152.897	
Outros ativos não circulantes	53.903	-	53.903	50.339	-	50.339	21.314	
Caixa restrito	-	-	-	-	-	-	-	
Impostos diferidos	16.002	1.440	17.442	1.107	1.079	2.186	98.203	
Intangível	94.211	(4.235)	89.976	101.378	(3.175)	98.203	164.116	
Total ativo não circulante	164.116	11.796	175.872	152.824	(19.218)	172.042	284.362	
Total do ativo	305.676	(17.306)	288.330	350.062	(61.846)	326.552	637.259	
Passivo e patrimônio líquido	305.676	(17.306)	288.330	350.062	(61.846)	326.552	637.259	
Passivo circulante	139.846	-	139.846	138.166	-	138.166	138.166	
Passivo não circulante	165.830	(17.306)	148.484	211.896	(61.846)	188.386	499.093	
Patrimônio líquido	165.830	(17.306)	148.484	211.896	(61.846)	188.386	499.093	
Capital social	55.745	-	55.745	53.245	-	53.245	(17.634)	
Outras Reservas	8.996	(2.794)	6.202	39.447	(2.096)	37.351	47.107	
Reservas de lucros	47.107	(2.794)						

★ continuação

vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida às despesas com vendas na demonstração de resultado. Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a 7 (sete) dias úteis. **3.10 Provisões para demandas judiciais:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de avaliações das evidências disponíveis e hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Altos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **3.11 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou contratual de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua rede ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.12 Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros recebidos do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.13 Benefícios à empregados:** Os salários e benefícios são reconhecidos e acontados mensalmente na Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.14 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **(j) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um arrendamento e remanção, a Companhia adota a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos durante o arrendamento e remanção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo de aquisição do ativo subjacente for inferior ao custo da opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos adotando taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração em índice ou taxa, se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.15 Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social e exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para os exercícios em andamento em 2023 e 2022, não foram aprovados tributos a pagar. No entanto, durante o exercício de 2023 foram recolhidas as TLU de estimativas R\$ 3.566 de imposto de renda e R\$ 1.153 de contribuição social, que constituirão créditos tributários para o exercício de 2024. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando ocorrerem, baseado em leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, as antecipações de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequabilidade da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correlatos, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. **3.16 Tributos sobre prestações de serviços:** Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são de 0,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos acumulados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação. As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS-QN por alíquotas que variam entre 2% e 5%. **3.17 Mudanças nas principais políticas contábeis:** Para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, novas normas contábeis e alterações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), no entanto a Companhia não se enquadra para aplicação das referidas normas. A **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. **B. Reforma tributária internacional - Regras modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional do Pilar Dois, conforme regras publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **C. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 23, 31(C)(i) e 41, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma letra quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de **12. Imobilizado**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA AUTOPASS S.A.

venimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa nº 12 e 18 - Ativo de direito de uso (Arrendamentos) - Definição do período de arrendamento. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 12 - Imobilizado** - Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado, bem como do valor recuperável dos ativos. • **Nota Explicativa nº 13 - Intangível** - Determinação da vida útil para amortização dos softwares e projetos, bem como do valor recuperável dos ativos. • **Nota Explicativa nº 27 - Reconhecimento de ativos e passivos diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e a responsabilidade gerida de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
	Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e banco	38.464	33.753	38.464	33.753
Aplicações financeiras (a)	55.536	28.743	55.536	28.743
Total	94.100	62.496	94.100	62.496
(a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimentos e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remuneradas à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.				

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras títulos públicos (a)	—	7.005	—	7.005
(a) Em 31 de dezembro de 2022, foram aplicadas 100% em títulos públicos (LFT) e remuneradas pela taxa Selic.				

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras títulos públicos (a)	—	7.005	—	7.005
(a) Em 31 de dezembro de 2022, foram aplicadas 100% em títulos públicos (LFT) e remuneradas pela taxa Selic.				

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de bilheteamento eletrônico	(a)	2.156	778	213
Vendas em terminais eletrônicos (ATMs)	(b)	9.275	6.359	6.359
Vendas EMV	(c)	4.275	213	213
Rede de vendas e outros canais	(d)	4.748	2.115	2.115
Contas a receber com partes relacionadas	(e)	73	9	9
Total		20.527	9.514	9.514
Em 31 de dezembro de 2023 a companhia não possui títulos vencidos no contas a receber. (a) Serviços de bilheteamento eletrônico referem-se a contas a receber de clientes relacionados a gestão das operações de bilheteamento e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos. (b) Vendas com obrigação de repasse dos produtos TOP bilhete único e QR Code. As vendas são efetivadas por nossa rede de vendas, canais físicos e/ou digitais. EMV é um canal físico que possibilita aos clientes a utilização do transporte através da tecnologia EMV, o que, aproximadamente, representa 70% de vendas. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Considerando os saldos reportados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, visto que os títulos a receber vencidos são de clientes considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de crédito. Os recebíveis com obrigação de repasse possuem em média recebimento em D+2.				

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos à fornecedores	4.458	5.226	4.458	5.226
Provisão ativo contingente cível (a)	—	9.520	—	9.520
Antecipação de Dividendos (b)	—	2.533	—	2.533
Contas a receber Itausaúde (c)	623	1.248	623	1.248
Outros créditos	5.063	12.281	5.063	12.281
Total	10.144	20.527	10.144	20.527
(a) Não circulante				
(b) Em razão de decisão transitada em julgado contra a IIS Consulting, foi constituído um título executivo judicial em favor da Autopass para o recebimento do valor atualizado de R\$ 13.600 referente ao numerário não repassado durante a relação comercial oriunda entre as partes. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença e a expectativa de êxito quanto ao recebimento era de cerca de 70% de créditos eletrônicos. (c) Vendas com obrigação de repasse por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Considerando os saldos reportados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, visto que os títulos a receber vencidos são de clientes considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de crédito. Os recebíveis com obrigação de repasse possuem em média recebimento em D+2.				

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social - retenção	6.189	5.323	6.189	5.323
Imposto de renda e contribuição social	5.327	—	5.327	—
Imposto de renda - Aplicações financeiras	762	1.444	762	1.444
PIS e COFINS	42	213	42	213
Impostos Retidos	137	301	137	301
Outros tributos	12,459	7,353	12,459	7,353
Impostos a recuperar	7,132	7,353	7,132	7,353
Imposto de renda e contribuição social	5,327	—	5,327	—
10. Partes relacionadas: As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a receber conforme abaixo. Os saldos de partes relacionadas estão assim apresentados:				
	Nota	2023	2022	
Contas a receber Consórcio Itausaúde (a)	8	3.254	8	3.254
Antecipação de dividendos (b)	8	2.533	8	2.533
Contas a receber operadores transporte intermunicipal (c)	7	73	7	73
Serviços de bilheteamento eletrônico (d)	7	1.162	7	1.162
Mundo Holding S.A.	8	16	8	16
Autopass Bilheteamento Ltda.		209		209
		1.251		6.022

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receita de Serviços operadores transporte intermunicipal	169	1.631	169	1.631
Remuneração aos administradores: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, benefícios não monetários e dividendos fixos no montante de R\$ 4.694 e R\$ 3.542, respectivamente. 11. Propriedades para investimento: Em dezembro de 2018, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a Companhia recebeu, em permuta, unidades comerciais no valor de R\$ 2.870. As unidades foram registradas pelo valor justo comercial na data da aquisição e mantido pelo seu custo de aquisição em diante.	169	1.631	169	1.631

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	38.464	38.464	33.753	33.753
Aplicações financeiras (equivalente de caixa)	55.636	55.636	28.743	28.743
Caixa restrito	—	—	7.005	7.005
Contas a receber	14.551	14.551	21.314	21.314
Contas a receber com partes relacionadas	20.527	20.527	9.514	9.514
Contas corrente com partes relacionadas	16	16	222	222
Total	128.193	128.193	101.548	101.548

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(7.005)	(7.005)	(7.005)	(7.005)
Saldo em 31/12/2022	51.631	51.631	44.748	44.748
Adições	31.126	31.126	33.270	33.270
Baixas	(11.947)	(11.947)	(14.051)	(14.051)
Saldo em 31/12/2023	70.710	70.710	63.967	63.967

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(1.330)	(1.330)	(8.795)	(8.795)
Saldo em 31/12/2022	(7.465)	(7.465)	(12.125)	(12.125)
Adições	(1.330)	(1.330)	(8.795)	(8.795)
Baixas	(—)	(—)	(—)	(—)
Saldo em 31/12/2023	(8.795)	(8.795)	(20.920)	(20.920)

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(7.465)	(7.465)	(12.125)	(12.125)
Saldo em 31/12/2022	(15.287)	(15.287)	(22.752)	(22.752)
Adições	(1.330)	(1.330)	(8.795)	(8.795)
Baixas	(—)	(—)	(—)	(—)
Saldo em 31/12/2023	(16.617)	(16.617)	(31.547)	(31.547)

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(6.213)	(6.213)	(1.285)	(1.285)
Saldo em 31/12/2022	(11.987)	(11.987)	(33)	(33)
Adições	(6.213)	(6.213)	(1.285)	(1.285)
Baixas	(—)	(—)	(—)	(—)
Saldo em 31/12/2023	(18.200)	(18.200)	(14.598)	(14.598)

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(1.285)	(1.285)	(33)	(33)
Saldo em 31/12/2022	(3.300)	(3.300)	(11.987)	(11.987)
Adições	(1.285)	(1.285)	(33)	(33)
Baixas	(—)	(—)	(—)	(—)
Saldo em 31/12/2023	(4.585)	(4.585)	(12.020)	(12.020)

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(5.045)	(5.045)	(3.595)	(3.595)
Saldo em 31/12/2022	(18.212)	(18.212)	(27.875)	(27.875)
Adições	(5.045)	(5.045)	(3.595)	(3.595)
Baixas	(—)	(—)	(—)	(—)
Saldo em 31/12/2023	(23.257)	(23.257)	(31.470)	(31.470)

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(5.045)	(5.045)	(3.595)	(3.595)
Saldo em 31/12/2022	(18.212)	(18.212)	(27.875)	(27.875)
Adições	(5.045)	(5.045)	(3.595)	(3.595)
Baixas	(—)	(—)	(—)	(—)
Saldo em 31/12/2023	(23.257)	(23.257)	(31.470)	(31.470)

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Amortização acumulada	(

* continuação

financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, esses clientes também atuam como fornecedores e em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como a Companhia realiza de forma contínua análises de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros e a exposição máxima ao risco de crédito é conforme segue:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	94.100	62.496
Aplicações financeiras	-	7.005
Caixa restrito	14.551	21.314
Contas a receber, líquidas	20.527	9.514
Conta corrente Mondo Holding	16	222

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros:
• Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava

exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário. Análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos e debêntures - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receita Financeira - um ano				
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	55.636		5.007	2.504	3.755	6.259	7.511

Aplicações financeiras (Caixa restrito)	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receita Financeira - um ano				
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	14.551		1.310	655	962	1.637	1.964

Debêntures	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Empréstimo Financeiro - um ano				
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	48.505		4.365	2.183	3.274	5.457	6.548

• Gestão de risco de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

24. Receitas

	Notas	2023	2022
Bilhetagem eletrônica	(a)	236.809	127.965
Taxa de credenciamento	(b)	49.661	50.616
Comissão sobre a venda de crédito Bilhete Único	(c)	16.269	14.431
Taxa de emissão 2ª via cartões e taxa de entrega	(d)	3.390	5.739
Outras receitas	(e)	3.526	2.182
		309.655	200.933
(-) Deduções da receita - tributos		(36.906)	(23.464)
Receita líquida		272.749	177.469

Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receita Financeira - um ano				
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	55.636		5.007	2.504	3.755	6.259	7.511

Aplicações financeiras (Caixa restrito)	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Empréstimo Financeiro - um ano				
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	14.551		1.310	655	962	1.637	1.964

Debêntures	Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Empréstimo Financeiro - um ano				
			Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	48.505		4.365	2.183	3.274	5.457	6.548

(a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos. A principal variação desta linha decorre de 12 meses de receita com base na tarifa de 0,2811, enquanto durante os 6 primeiros meses do ano de 2022 a tarifa era de 0,1190. Existe previsão contratual com a ABASP de um baseline mínimo mensal de 58.000.000 de transações, logo em julho de 2023 ocorreu uma receita de 17.057 decorrente ao não atingimento desse baseline mínimo e em dezembro de 2023 uma receita de R\$20.349 devido ao equilíbrio do contrato, decorrentes períodos com defasagens no valor das tarifas. Ambos recebíveis foram compensados dos montantes a repassar à ABASP referente vendas a dinheiro e EMV. (b) Taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas; (c) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS; (d) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos e tarifa na entrega domiciliar do cartão; (e) Receita de acordo com o contrato com a Mastercard.

25. Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas): A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	Notas	2023	2022
Despesas de serviços especializados (a)		(109.001)	(122.169)
Despesas administrativas (b)		(2.704)	(3.838)
Despesas com pessoal		(23.614)	(16.311)
Benefícios com funcionários		(7.167)	(7.341)
Despesas com publicidade e propaganda		(5.487)	(18.383)
Consultorias e auditoria		(4.655)	(4.056)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil		(7.181)	(6.563)
Depreciação e amortização (c)	3.1	(47.947)	(13.994)
Custos com expansão e operação (d)		(4.858)	(6.037)
		(212.614)	(198.692)
Custo dos serviços prestados		(166.202)	(136.654)
Gerais e administrativas		(40.925)	(43.655)
Vendas e marketing		(5.487)	(18.383)
		(212.614)	(198.692)

(a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. (b) Refere-se a despesas com itens administrativos, despesas condominiais, serviços de consultoria administrativa e financeiras. (c) Durante o exercício de 2023 a Companhia revisou sua estratégia de negócio e decidiu substituir a tecnologia de validação de bilhetes eletrônicos atualmente utilizada para uma tecnologia própria. Com isso, a vida útil dos projetos QR Code e TOP foi estimada até agosto de 2024 reduzindo o prazo anteriormente previsto e aumentando a amortização do período. (d) Refere-se a custos com emissão e entrega de cartões, com transporte de valores e custos para manutenção e reparo nos Terminais de Atendimento. **26. Outras despesas e receitas:**

	2023	2022
Outras Despesas		
Obrigação com contrato Pefisa	(19.064)	(14.131)
Reversão recebível processo ITS	(9.520)	9.520
Provisão para perda recebível Itasaúde	(3.254)	-
Outras despesas	(131)	(396)
Total outras despesas	(31.969)	(5.007)
Outras Receitas		
Reembolso despesas ABASP (a)	15.376	-
Acordo de Cooperação - Ricard	1.000	-
Reembolso CAIT - Manutenção do Sistema BOM	-	3.244
Outras receitas	634	224
Total outras receitas	17.010	3.468

(a) A Autopass é responsável pela operacionalização da bilhetagem decorrente do contrato estabelecido com a ABASP, logo isso impacta em custos da operação. No entanto, a pedido do cliente ABASP, vários custos adicionais e ou extraordinários ao fluxo normal da operação foram incorridos, os quais foram ressarcidos pelo cliente. **27. Resultado financeiro:**

	2023	2022
Despesas financeiras		
Encargos bancários	(175)	(249)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.401)	(13.841)
Custos de captação de empréstimos e financiamentos	(1.529)	(1.529)
Despesa com juros de arrendamento	(879)	(906)
Outras despesas financeiras	(427)	(1.566)
Total das despesas financeiras	(15.411)	(18.091)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.509	4.577
Outras receitas financeiras	429	31
Total das receitas financeiras	7.938	4.608
Resultado financeiro, líquido	(7.473)	(13.483)

28. Imposto de renda e contribuição social: Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue: **a. Apuração pelo lucro real:**

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	37.662	(36.438)
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%(12.805)	-	12.389
Prejuízo Fiscal do Exercício - não reconhecido	-	2.529
Adições(Exclusões) permanentes líquidas	(866)	(625)
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05 (a)	7.406	-
Outros	174	963
	(6.091)	15.256
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(422)	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(5.669)	15.256
	(6.091)	15.256

(a) A Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05, possibilita a utilização para fins de dedução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social todos os gastos, de projetos que atendam às premissas da Lei do Bem, registrados no intangível. No entanto, quando esses projetos entram em operação e passam a ser amortizados, faz-se necessário neutralizar o efeito dessa amortização, pois já foi totalmente utilizada no primeiro momento pelo custo original. **b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo circulante:**

	2023	2022
Provisão para participação nos resultados	3.533	5.983
Provisões diversas	29.051	15.378
IFRS 16	995	826
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	(29.126)	(1.812)
4.453	20.375	
Imposto Diferido - 34%	1.514	6.928
Base Prejuízo Fiscal IRPJ	29.956	-
Base Prejuízo Fiscal CSLL	30.787	30.926
Imposto Diferido - 25%	7.489	7.732
Imposto Diferido - 9%	2.771	2.783
	10.260	10.515
Total Diferido	11.774	17.443

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia. **29. Eventos subsequentes:** Até a aprovação dessas demonstrações financeiras não houve eventos subsequentes.

DIRETORIA
Bruno Berezin - Diretor Financeiro
Genilda Barbosa Sousa - Gerente Contábil e fiscal - CRC SP-279051/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da Autopass S.A. - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Principais assuntos de auditoria:** Veja as Notas explicativas 3.2 e 24 das demonstrações financeiras. Principais assuntos de auditoria: Como auditoria endereçou esse assunto. O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração das receitas de serviços de bilhetagem que envolve taxas de conveniência pela venda de vale-transporte, taxas de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos às contra-partes, taxas de credenciamento, emissão de

cartões e serviços para o consórcio metropolitano de transportes e leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como tarifas, taxas de retenção e comissões sobre os diferentes serviços oferecidos pela Companhia para os clientes. A receita de serviços é registrada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. Devido à complexidade dos dados usados na mensuração da receita, o elevado número de transações de serviços prestados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados ao processo de registro das receitas de serviços. - Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas faturas emitidas, comprovantes de recebimento e termos de aceite dos clientes. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados ao reconhecimento da receita. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é adequada no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos: Concentração das operações:** Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Companhia celebrou um contrato com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) pelo prazo de 20 anos. As receitas provenientes do contrato com a ABASP representam, em 31 de dezembro de 2023, 91% do total das receitas da Companhia (70% em 31 de dezembro de 2022). **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avalia-

ção da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de Março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Alexandre Fernandes do Nascimento
Contador - CRC 1SP237177/O-3

MONDPASS S.A.

CNPJ nº 22.162.569/0001-96

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora			Consolidado			Ativo	Controladora			Consolidado		
	2023	2022	01.01.2022	2023	2022	01.01.2022		2023	2022	01.01.2022	2023	2022	01.01.2022
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.344	1.018	1.308	115.210	72.745	100.355						
Aplicações financeiras	7	-	-	-	7.005	13.399							
Caixa restrito	18,2	-	-	-	7.604	-	12.558						
Contas a receber	8	-	-	-	20.544	9.519	13.185						
Impostos a recuperar	10	237	216	208	7.444	7.647	2.773						
Imposto de renda e contribuição social	10	-	-	-	5.327	-	-						
Despesas antecipadas		17	17	14	204	355	1.420						
Outros créditos	9	33	4.056	19	5.318	12.922	8.964						
Total ativo circulante		1.631	5.317	1.549	161.651	110.193	152.654						
Ativo não circulante													
Caixa restrito		-	-	-	6.947	21.314	21.314						
Impostos diferidos	26	-	-	-	11.774	17.442	2.186						
Propriedade para investimento	12	-	-	-	2.870	2.870	2.870						
Outros créditos	9	-	-	-	17	9.525	21.210						
Investimentos	5	84.877	50.595	76.667	-	-	-						
Outros investimentos		-	-	-	1.250	-	-						
Imobilizado	13	-	-	-	44.456	41.671	47.547						
Intangível	14	-	-	-	82.541	94.818	103.603						
Total ativo não circulante		84.877	50.595	76.667	149.855	187.640	177.541						
Total do ativo		86.506	55.912	78.216	311.506	297.833	330.195						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Reserva de Lucros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (divulgado)				
Amortização				
Saldo em 01 de janeiro de 2022 (reapresentado)				
Prejuízo do exercício				
Compensação de prejuízos com reserva de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2022				
Lucro do exercício				
Destinação para reserva de lucros				
Reserva legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2023				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial				
Depreciação e amortização				
Perda sobre baixas do ativo intangível				
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Variação monetária, encargos financeiros e juros				
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil				
Encerramento antecipado de contratos de arrendamentos				
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos				
Outras transações				
Decreto de reconhecimento nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes				
Impostos a recuperar				
Outros créditos e despesas antecipadas				
Fornecedores				
Obrigações tributárias e trabalhistas				
Bilhetagem eletrônica				
Pagamento de demandas judiciais				
Adiantamentos de principal e de juros				
Adiantamento de clientes				
Caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais				
Impostos pagos sobre o lucro				
Juros pagos				
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais				
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Investimentos em títulos públicos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível				
Aumento de capital social em controladas				
Recebimento de dividendos				
Outros investimentos				
Caixa (usado nas) provenientes das atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Antecipação de dividendos				
Dividendos pagos				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto a terceiros				
Investimentos de caixa restrito				
Pagamentos de arrendamento mercantil				
Pagamento parcelado de aquisição de controlada				
Captação de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas				
Caixa (usado nas) provenientes das atividades de financiamentos				
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro				
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Mondopass S.A. ("Grupo" ou "Controladora") é uma sociedade de participações (holding) que detém, como seu principal ativo, 100% das ações da Autopass S.A., sociedade anônima dedicada às atividades de gestão operacional e financeira de sistema de bilhetagem eletrônica, cadastramento dos clientes, emissão dos cartões, captura e processamento eletrônico das respectivas transações, liquidação financeira/clearing, entre outros negócios. Em fevereiro de 2020, a Mondopass adquiriu 100% das cotas da empresa Via Nova Serviços Ltda., empresa limitada cuja atividade é a intermediação de aquisição de benefícios, tais como vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, entre outros. Fundada em 1996, a empresa é líder na Administração de benefícios e gestão de pessoas com atendimento em todo o território nacional. O sistema de bilhetagem da controlada Autopass S.A. ("Autopass" ou "Controlada") atende além do Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT"), a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, além de operações municipais espalhadas pelo Estado de São Paulo, bem como tem ampla rede de vendas, entre as 3 maiores, credenciada junto a São Paulo Transportes S.A. ("SPTrans"), para comercialização e validação dos créditos do tipo Bilhete Único. Decorrente deste novo contrato celebrado com a ABASP em abril de 2020, nasce o Projeto TOP, dividido em 2 fases. A primeira fase coudeu de substituir os bilhetes edimondson pelo cartão multimodal do tipo OFiOca. A segunda fase do projeto substituiu os cartões BOM para o cartão múltiplo TOP dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização no sistema de bilhetagem e acesso a serviços financeiros, para além de outros benefícios, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito. Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido ficou positivo em R\$ 19.697 (R\$ 40.914 negativo em 31 de dezembro de 2022), principalmente devido a melhor performance da operação e geração de caixa durante o exercício. A Companhia apresentou durante o ano de 2022 uma necessidade de caixa em virtude do aumento na virada da tarifa, passando de fevereiro para julho/2022. Diante disso, os seus acionistas reforçaram o compromisso com a Companhia aportando R\$ 6.534, sendo R\$2.500 capitalizado em 2022, R\$ 4.034 capitalizado durante o ano de 2023 e captou no mercado uma dívida de R\$ 15.000 para fazer frente aos gastos operacionais e dar continuidade em suas atividades. Durante o exercício de 2023 a Companhia teve aumento na receita líquida no exercício devido a alteração da tarifa de remuneração do contrato vigente com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) de R\$ 0,190 para R\$ 0,28111. A Companhia investiu durante o ano de 2023, R\$31.126 no projeto 411 (antigo 822), que será o novo sistema de bilhetagem eletrônica (SBE) da Companhia eletrônica esta plataforma de bilhetagem eletrônica está planejada para ser implementada no primeiro semestre 2024. Este sistema, além permitir mais controle, agilidade e segurança sobre a operação da Companhia, nos permitirá expandir a operação para novas localidades. Um software modular com um aplicativo white label, que se adaptará às necessidades dos clientes, podendo ativar 1 (uma) ou "n" soluções para mobilidade urbana em sua cidade (sistema de bilhetagem eletrônica, app, call center, prevenção à fraude, biometria facial e etc.) Os serviços prestados pela controlada Via Nova Serviços Ltda. ("Via Nova" ou "Controlada") incluem a gestão de benefícios de vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e demais benefícios comumente geridos pela área de recursos humanos das empresas clientes. Entre os já citados, encontram-se ainda cartão combustível, cartão múltiplo, seguro de vida e microseguros. 1.1 Relação de entidades controladas: A Companhia está divulgando na Nota Explicativa nº 1 o contexto operacional de cada empresa da qual ela detém o controle, sendo divulgadas na tabela abaixo as participações da Companhia em cada uma dessas subsidiárias:

Controladas	% Participação	
	31.12.2023	31.12.2022
Autopass S.A.	100%	100%
Via Nova Serviços Ltda.	100%	100%
Autopass Bilhetagem Ltda.	100%	100%

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselhos Federal de contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico em 31 de dezembro de 2023 e 2022, exceto pelas aplicações financeiras avaliadas a valor justo. Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentados na Nota Explicativa nº 3. 3. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.1 Alterações de valores comparativos e representação: Durante o exercício de 2023, a Companhia realizou a reavaliação da vida útil do projeto OR Code e TOP. Durante a reavaliação, identificamos um componente do ativo estava com vida útil incorreta. Com base na escritura da debênture, a Companhia precisa manter com garantia um percentual correspondente a 30% do valor da dívida em aplicação financeira. Portanto, na avaliação realizada, parte do valor do caixa restrito deve ser mantido como ativo não circulante. Em conformidade com o CPC 23, a Companhia está apresentando os impactos e reapresentando o balanço patrimonial e a demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e respectivas notas explicativas afetadas pelos lançamentos procedidos, sendo: - nota 13 - Intangível; - nota 25 - Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas); - nota 28 - Impostos de Renda e Contribuição; - nota 17 - Empréstimos, financiamentos e debêntures. As reclassificações realizadas foram conforme abaixo:

(i) Balanço Patrimonial:

Ativo	31.12.2022			01.01.2022		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Caixa Restrito	21.314	(14.551)	6.763	33.872	(21.314)	12.558
Outros ativos circulantes	110.192	-	110.192	140.096	-	140.096
Total ativo circulante	131.506	(14.551)	116.955	173.968	(21.314)	152.654
Caixa restrito	-	-	14.551	-	-	21.314
Impostos diferidos	16.002	1.440	17.442	1.107	1.079	2.186
Intangível	99.053	(4.235)	94.818	106.778	(3.175)	103.603
Outros	54.066	-	54.066	50.438	-	50.438
Total ativo não circulante	169.121	11.756	180.877	158.323	19.218	177.541
Total do ativo	300.627	(2.795)	297.832	332.291	(2.096)	330.195

(ii) Demonstração do resultado:

Tipo de serviço	31.12.2022			01.01.2022		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajuste	Reapresentado
(a) Serviços de gestão de operações						
Recita referente contratos estabelecidos com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) e do Consórcio Metropolitano de Transportes dos créditos eletrônicos pelos (CMT), no qual a Companhia recebe um % sobre o valor total faturado, com pagamento antecipado. A Companhia tem firmado contrato com a City Transportes, onde o valor da porte para gerar a gestão da bilhetagem no município do Guarujá, no entanto com pagamento fixo mensalmente após a prestação do serviço.						
(b) Serviços de venda de créditos de passageiros eletrônicas						
Recita de taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas. Os pedidos são realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte, mediante os pagamentos dos boletins pelos clientes.						
(c) Serviços de intermediação						
Recita de comissão sobre a venda de crédito "Bilhete Único", no qual a Autopass é Credenciada.						

(d) Prestação de serviços de emissão ticket para o cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda ou furto. O pagamento ocorre na forma a vista no momento entrega da emissão do cartão.

3.4 Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequentes: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), (ii) a custo amortizado ou (iii) a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), conforme a situação. A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter o fluxo de caixa a receber fluxos de caixa contantes. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em OPA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros: A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia de Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo. Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. Como os gerentes do modelo são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos. A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores. Os motivos de vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para

negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos de captação de empréstimos e juros; Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprest

★ continuação

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação por revogação, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como a baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saques em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante contante. **3.6 Ativo imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. (ii) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. (iii) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de um ativo imobilizado ao longo da vida útil estimada do bem. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados quando o Grupo identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

Ativo Imobilizado	Vidas úteis estimadas
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benefícios em ativos de terceiros	2 a 5

3.7 Ativo Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, se aplicável. Inclui os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pelo grupo como definida. **a. Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revisados sempre que houver indicação de mudanças na vida útil desse ativo. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **b. Taxas de amortização:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou sua estratégia de negócio e decidiu substituir a tecnologia de validação de bilhetes eletrônicos atualmente utilizada para uma tecnologia própria, desenvolvida internamente. Com isso, a vida útil dos projetos QR Code e TOP foi estimada até agosto de 2024. Os ativos intangíveis foram amortizados à taxa anual, como segue:

Ativo Intangível	Vidas úteis estimadas
Licenças de Software	5
Projetos desenvolvidos internamente	5 a 20

3.8 Ativo Intangível: O ativo é mensurado a custo, deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. (i) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com aquisição e desenvolvimento e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os métodos de amortização e vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. (ii) **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida ao resultado. O ativo não é amortizado. **3.9 Recuperação de Impairment:** O Grupo revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período. Para testes de redução do valor contábil de ativos não financeiros, os ativos não financeiros são avaliados de maneira independente da perda que gera entradas de caixa pelo seu valor contínuo, entradas essas que são em grande parte parte recuperáveis das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo. A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais. Para avaliar o valor em uso, o Grupo considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor líquido que teria sido aplicado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9 Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é representada por imóvel em construção mantido para futuras negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo. **3.10 Estoques:** Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. **3.11 Bilhetagem eletrônica - Vendas de créditos:** Através de rede de vendas, própria e terceirizada, as companhias eletrônicas captam de valores para utilização no transporte público. As transações são representadas no balanço patrimonial de forma líquida nas demonstrações financeiras e referem-se a saldos a pagar e a receber operacionais das empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remissão. Os valores a receber de rede de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirente, líquidos das taxas de Administração. As controladas adotam procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exigem garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos telefônicos com os clientes e cobrança por meios eletrônicos. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida às despesas com vendas na demonstração de resultado. Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a sete dias úteis. **3.12 Provisões para demandas judiciais:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor estimado das provisões é determinado com base nas melhores estimativas das partes envolvidas. A determinação do impacto de uma liquidação a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acointecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições de ativos. Quando o balanço é baseado em novos assuntos ou decisões de tribunais, os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como perdidas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdidas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transferidas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. **3.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado de maneira confiável e reconhecido no balanço quando a obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: Se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; For mantido principalmente para negociação; Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou; Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: Se espera realizá-lo no ciclo operacional normal; For mantido principalmente para negociação; Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou; Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. **3.14 Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.15 Benefícios a empregados:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e remuneração variável, como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos. **3.16 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) **Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato de arrendamento, a Companhia e suas controladas avaliam se o contrato aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a ser incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer benefícios de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros do arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **3.17 Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para o exercício de 2022, não foram apurados tais tributos a pagar. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que os lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. **3.18 Tributos sobre prestações de serviços:** Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo). Alíquotas zidas de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação. As receitas de prestação de serviços são também tributadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MONDOPASS S.A. (Em milhares de Reais)

para ISSQN por alíquotas que variam entre 2% e 5%. **3.19 Normas e interpretações ainda não efetivas:** Para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, novas normas contábeis e alterações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), no entanto a Companhia não se enquadra para aplicação das referidas normas. **a. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custo de desmontagem. **b. Reforma tributária internacional - Regras modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações tornaram uma exceção obrigatória a regra de reconhecimento de impostos diferidos para o imposto adicional do Pilar Dois, conforme regras publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **c. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 23, 31C (iii) e 41, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. (i) **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa: Notas Explicativas nºs 13 e 19 - Imobilizado (Arrendamentos) - Definição do período de arrendamento. (ii) **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 13 - Imobilizado - Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado. Nota Explicativa nº 14 - Intangível - Determinação da vida útil para amortização dos *softwares* e projetos. Nota Explicativa nº 22 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Nota Explicativa nº 29 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

5. Investimentos:

Participação em controladas (a)	Controladora		Reapresentado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	84.877	50.595		
(a) O saldo inclui o total de R\$ 246,286 referente a mais-valia na operação de combinação de negócios e ativo reconhecido na combinação de negócios (R\$ 4.718 em 2022), e no balanço consolidado foi reclassificado para a linha de intangível. a. Composição e movimentação dos investimentos:				
	Autopass S.A.	Via Nova Serviços Ltda.	Autopass S.A.	Via Nova Serviços Ltda.
	2023	2023	2022	2022
Capital social (R\$)	59.779	840	55.745	840
Quantidade de ações:	60.302.159	8.400	56.268.134	8.400
Ações ordinárias	60.278.804	8.400	56.268.134	8.400
Ações preferenciais	23.355	-	-	-
Participação				
Total do ativo das controladas	285.262	20.326	286.458	16.053
Total do passivo das controladas	215.458	9.538	237.255	14.489
Patrimônio líquido de investidas em	69.804	10.788	49.203	1.564
Lucro (Prejuízo) de controlada no exercício	31.571	15.389	(18.387)	6.973
Valor do investimento	69.804	15.073	49.203	6.282

Valor do investimento em 01 de dezembro de 2022	Controladora	Consolidado
Reapresentado	66.231	10.437
Equivalência patrimonial	(21.182)	6.973
Amortização de Mais-Valia	-	(522)
Dividendos	(3.236)	(10.606)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2022	44.313	6.282
Adição	4.034	4.034
Equivalência patrimonial	31.070	14.958
Dividendos	(10.114)	(6.166)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023	69.803	15.074

Caixa e banco	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Aplicações financeiras	(a)	1.344.018	71.499	37.751	
Total		1.344.018	115.210	72.745	
(a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos acumulados até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimentos e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remuneradas à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.					
7. Aplicações financeiras:					
Aplicações financeiras títulos públicos					
	Notas	2023	2022	2023	2022
(a) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações em títulos públicos foram aplicadas 100% em LFT e são remuneradas pela taxa Selic.					
8. Contas a receber:					
	Notas	2023	2022	2023	2022
Serviços de bilhetagem eletrônica	(a)	2.156	778		
Vendas em terminais eletrônicos (ATMs)	(b)	9.275	6.399		
Vendas EMV	(b)	4.275	213		
Rede de vendas e outros canais	(b)	4.748	2.115		
Contas a receber com partes relacionadas	(c)	73	9		
Outras contas a receber		17	5		
		20.544	9.519		

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui títulos vencidos no contas a receber. (a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos. (b) Vendas com obrigação de repasse dos produtos TOP, bilhete único e QR Code. As vendas são efetivadas por nossa rede de vendas, canais físicos e/ou digitais. EMV é um canal físico que possibilita aos clientes a utilização do transporte através da tecnologia EMV, ou seja, aproximando seu cartão bancário, débito e/ou crédito, na catraca da CPTM, Metro ou Ônibus da região metropolitana. (c) Transações referentes a saldos a receber de Operadoras Municipais de transporte, conforme contratos firmados entre as partes, pela gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remissão. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencem a acionistas do Grupo MondoPass. Considerando os saldos registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, pois não há títulos com vencimento acima de 30 dias e não há histórico de perdas. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de créditos. Os recebíveis com obrigação de repasse possuem em média recebimento em D+2.

Outros créditos:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	-	-	4.478	5.226
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.034	-	-
Provisão ativo contingente cível (a)	-	-	9.520	-
Antecipação de Dividendos (b)	-	-	2.533	-
Contas a receber Itaúsaud (c)	-	-	3.254	-
Outros créditos	33	32	857	1.914
	33	4.066	5.335	22.447
	33	4.066	5.318	12.922
	-	-	17	9.525

Circulante
Não circulante
(b) Em razão de decisão transitada em julgado contra a Its Consulting, foi constituído um título executivo judicial em favor da Autopass para o recebimento do valor atualizado de R\$ 13.600 referente ao numerário não repassado durante a relação comercial ocorrida entre as partes. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença e a expectativa de êxito quanto ao recebimento era de cerca de 70% do valor total executado, correspondente a R\$ 9.520. Em 31 de dezembro de 2023, apesar do crédito contra a Its Consulting ter sido reconhecido, a probabilidade de recebê-lo era remota porque não foram encontrados bens passíveis de serem penhorados para satisfação deste crédito, logo a provisão de R\$ 9.520 foi integralmente revertida. (c) Antecipação de dividendos do exercício de 2022 no valor de R\$ 2.533 foi compensada da reserva de lucros, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 01 de agosto de 2023. (d) Adicionalmente, durante o ano de 2023, foi constituído provisão para perda do recebível com o Consórcio Itaúsaud no valor integral de R\$ 3.254, considerando que o tema está em disputa judicial por vários anos e por decorrer do processo durante o exercício de 2023 a administração em conjunto com os seus advogados entenderam que o recebimento deste montante é remoto.

Impostos a recuperar:	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social	6.235	5.369		
Antecipação imposto de renda e contribuição social	5.327	-		
Imposto de renda - Aplicações financeiras	1.003	1.666		
PIS e COFINS	-	-	72	-
Impostos Retidos	-	-	42	213
Outros tributos	194	327		
	12.767	7.447	72	213
	7.080	8.261	11.094	8.886
	7.080	8.261	11.094	8.886

Resultado:
Receita de Serviços operadoras transporte intermunicipal

	2023	2022	2023	2022		
(a) Transações referem-se a saldos a receber de Operadoras Municipais de transporte, conforme contratos firmados entre as partes pela gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remissão. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencem a acionistas do Grupo MondoPass. Remuneração aos administradores: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, benefícios não monetários e dividendos fixos no montante de R\$ 4.694 e R\$ 3.542, respectivamente. 12. Propriedade para investimento: Em dezembro de 2018, como pagamento pela venda de terrenos de propriedade da Companhia recebeu, em permuta, unidades comerciais no valor de R\$ 2.870. As unidades foram registradas pelo valor justo calculado na data da aquisição e mantido pelo seu custo de aquisição em diante. 13. Imobilizado: A Companhia não possui ativo imobilizado, portanto os saldos apresentados a seguir referem-se às suas controladas - saldo consolidado.	-	-	169	1.631		
	-	-	169	1.631		

Descrição	Consolidado		Líquido		Consolidado	
	Custo	Depreciação acumulada 31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada 31/12/2022	Custo	Depreciação acumulada 31/12/2022
Móveis e utensílios	961	(694)	267	943	(629)	314
Instalações	855	(731)	124	855	(644)	211
Máquinas e equipamentos	35.141	(7.600)	27.541	34.695	(4.408)	30.287
Equipamentos de informática	7.940	(6.155)	1.785	7.693	(5.424)	2.269
Benefícios em bens de terceiros	466	(460)	6	466	(450)	16
Veículos	-	-	-	64	(64)	-
Imobilizado em Andamento	162	-	162	-	-	-
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	4.334	(2.745)	1.589	4.150	(1.694)	2.456
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	17.051	(4.069)	12.982	22.931	(16.813)	6.118
	66.910	(22.454)	44.456	71.797	(30.126)	41.671

Descrição	Consolidado		Líquido		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2022	Adições Baixas 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Adições Baixas 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Adições Baixas 31/12/2022
Móveis e utensílios	943	18	961	915	28	943
Instalações	855	-	855	849	6	855
Máquinas e equipamentos	34.695	446	35.141	33.118	1.577	34.695
Equipamentos						

→ continuação

Fluxo de pagamentos por Ano

2024	25.348
2025	23.157
	48.505

(a) O fluxo de pagamentos contempla o valor da amortização do principal e os juros a incorrer até a liquidação. **18.2 Garantias:** As garantias do empréstimo são: garantia real, com garantia adicional fiduciária e cash collateral no montante de R\$ 14.552 (R\$ 21.314 em 31 de dezembro de 2022). **18.3 Covenants financeiros:** 18.4: A Companhia está sujeita a razão entre a dívida financeira líquida e EBITDA inferior a 2,0 (dois inteiros) o qual deverá ser anualmente calculado pela emissora ao término de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2023, foi feita a apuração referente a este exercício social e a Companhia apresenta índice de alavancagem negativo de -0,5, ou seja, um caixa superior ao saldo de dívidas a pagar. Isso demonstra a conformidade com o índice requerido de 2,0, além disso evidencia a saúde financeira e controle da Companhia sobre seus recursos ao aumentar sua caixa e amortizar mais de 30 milhões de reais da dívida em 2023. **18.5 Empréstimos e financiamentos:**

Instituição	Valor contratado	Data de contratação	Custo da dívida (a.a.)	Forma de pagamento liberado	Período de pagamento	
					Valor	Fin
Santander	10.000	outubro de 2022	Pré-fixada de 1,54% a.m	com carência de 12 meses	10.000	outubro de 2022

Descrição	Amortização (a)	
	2022	2023
Saldo em 31.12.2021	3.762	9.790
Adições (a)	2.210	2.210
Reajuste de Contrato	17	17
Juros apropriados no exercício (Resultado)	187	719
Baixa por pagamento	(1.016)	(6.270)
Saldo em 31.12.2022	2.933	6.466
Adições	222	13.349
Baixas	(327)	(327)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	168	711
Baixa por pagamento principal	(997)	(6.030)
Baixa por pagamento juros	(150)	(780)
Saldo em 31.12.2023	2.176	13.389

(a) As parcelas a pagar dos novos contratos estão a valor presente com a aplicação da taxa de desconto de CDI anual mais GfFO de capital próprio. A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Maturidade dos contratos	Valor nominal		Juros embutidos		Total	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Saldo do passivo de arrendamento	8.094	6.412	(1.761)	(968)	6.333	5.444
Saldo do passivo de arrendamento	4.065	2.777	(3.006)	(1.556)	1.059	3.888

20. Adiantamento de clientes:

Descrição	2022		2023	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos recebidos Mastercard (a)	25.929	20.222	607	-
Adiantamentos recebidos Outros	-	-	25.929	19.247
Total	25.929	20.222	25.929	19.247
Circulante	3.461	2.789	-	-
Não circulante	22.468	16.458	-	-

(a) A Companhia desenvolveu o projeto TOP em parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Pefisa"). A Parceria entre Autopass e Pefisa consiste na combinação de esforços para a divulgação e comercialização de produtos e serviços da Pefisa para a base de clientes da Autopass. Para isso foi emitido o cartão múltiplo chamado "TOP". Esse cartão é dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização ininterrupta no sistema de bilheteagem gerido pela Autopass e de serviços financeiros e de pagamentos amparados pela Pefisa. As partes se comprometem a oferecer a Autopass e de serviços financeiros, faz-se necessário a utilização de uma Bandeira. Logo, a Autopass (sem Pefisa) fechou o contrato com a Mastercard para atender essa obrigatoriedade da operação. A Bandeira Mastercard futura e remunera a Autopass sob o volume transacionado de compras e oferece outros incentivos em forma de consultorias por essa parceria. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu R\$ 31.600 de incentivos da Mastercard, dos quais estão reconhecidos no resultado de 2023 o montante de R\$ 2.713 (R\$ 2.182 em 2022), na linha de receitas operacionais, de acordo com a vigência do contrato de 10 anos.

21. Outras contas a pagar:

Contas a Pagar	2022		2023	
	2023	2022	2023	2022
Contas a Pagar Contrato Parceria Pefisa (a)	-	-	33.195	14.131
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.139	2.139	2.139	2.139
Outras Contas a Pagar	-	-	314	408
Total	2.139	2.139	35.648	16.678
Circulante	2.139	2.139	2.453	2.547
Não circulante	-	-	33.195	14.131

(a) Decorrente do contrato de parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Pefisa") para desenvolvimento do projeto TOP, onde a Pefisa efetuou todos os investimentos para ofertar os produtos financeiros à carteira de clientes do transporte público. Conforme previsto em contrato, a Autopass não tem obrigatoriedade de fazer desembolsos financeiros, no entanto, é responsável por compensar os resultados negativos da parceria com os lucros futuros, aos quais tem direito a 51%. Em 31 de dezembro de 2023, a parceria apresentou prejuízo acumulado de R\$ 50.038 (R\$ 22.671 em 31 de dezembro de 2022), logo, a Companhia registrou a obrigação para compensação com lucros futuros de R\$ 33.195 (R\$ 14.131 em 2022), sendo R\$ 25.019 (R\$ 11.335 em 2022) correspondente a 50% do resultado negativo e R\$ 8.176 (R\$ 2.684 em 2022) de juros pelo financiamento da operação pela Pefisa. **22. Provisão para demandas judiciais:** A Companhia, através da controlada Autopass, é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2023, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 755 (R\$ 3.077 em 2022). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

Descrição	2022		2023	
	2023	2022	2023	2022
Fiscal	1.362	7	(670)	-
Trabalhista	4	149	(153)	-
Cível (a)	1.711	225	(126)	(1.754)
3.077	381	(949)	(1.754)	755

(a) Em 31 de dezembro de 2021, do montante registrado como parte dos processos cíveis, R\$ 1.353 corresponde ao litígio entre Autopass e Bianco BMG S.A. oriundo da frustração de uma parceria comercial entre elas para a comercialização de cartões inteligentes de transporte com função bancária integrada. Em 31 de dezembro de 2022, esse processo foi atualizado em R\$ 275, perfazendo um saldo de R\$ 1.628 do montante de processos cíveis nessa data. Em março de 2023 esse processo foi integralmente liquidado no provento de R\$ 1.737. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem contra si processos judiciais classificados por ser advogados com perda possível no montante total de R\$ 156, sendo 18 processos trabalhistas (R\$ 33) e 52 processos cíveis (R\$ 123). **23. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em dezembro de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital de seu acionista Mondo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia de R\$ 29.600, com a emissão de 39.800.995,108 ações ordinárias e nominativas. Portanto em 31 de dezembro de 2023 o capital social é R\$ 37.037 composto de 49.800.995,129 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, sendo 47.310.945,373 detidas pelo Mondo Fundo e 2.490.049,756 detidas pela Harpia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **b. Reserva legal:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica de "reserva legal" o valor de R\$ 3.089 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2022). **c. Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições, sem a obrigatoriedade de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, de reservas exigidas por lei. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022,

não foi registrado dividendos a pagar. O saldo a pagar de R\$ 7.080, corresponde aos dividendos declarados em 2019. **d. Reserva de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica "Reservas de lucros" R\$ 34.896 (R\$ 4.711 em 2022). **e. Reserva de lucros não realizados:** A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito em caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 12). O valor declarado em 2023 e 2022 é R\$ 2.213. **24. Instrumentos financeiros: Valor Justo:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Ativo financeiro	Consolidado				Classificação por categoria
	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	41.499	41.499	37.751	37.751	Nível II Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras (equivalente de caixa)	73.711	73.711	34.994	34.994	Nível II meio de resultado (i)
Aplicações financeiras	-	-	7.005	7.005	Nível I meio de resultado (i)
Caixa restrito	14.551	14.551	21.314	21.314	Nível II Custo amortizado (i)
Contas a receber	20.544	20.544	9.519	9.519	Nível II Custo amortizado (i)
Passivos financeiros					
Fornecedores	24.855	24.855	32.989	32.989	Nível II Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	52.152	52.153	64.313	64.313	Nível II
Passivo de Arrendamento	15.565	15.565	9.399	9.399	Nível II Custo amortizado (i)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55.290	62.202	84.589	94.884	Nível II Custo amortizado (i)
Outras contas a pagar	35.648	35.648	16.678	16.678	Nível II

(i) Para esses instrumentos financeiros, a Companhia acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas correntes com partes relacionadas, assim como fornecedores, bilheteagem eletrônica, outras contas a pagar e passivo de arrendamento não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2023. **Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Premissas para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Auração do valor justo:** Nível 2 - Assim, saldos de aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas foram registrados com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo. Para os níveis 1 e 3, o Grupo não possuía nenhuma operação a ser classificada. **d. Fatores de risco que podem afetar os negócios:** A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de liquidez (i); Risco de mercado (ii); Risco de crédito (iii) e (iv) Risco de liquidez: O Grupo gerencia o risco de liquidez efetuando uma Administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. O Grupo monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da empresa em 31 de dezembro de 2023, conforme fluxo financeiro contratual.

Em 31 de dezembro de 2022	Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	Total
Bilhetagem eletrônica	52.153	-	-	-	52.153
Fornecedores	24.855	-	-	-	24.855
Empréstimos e financiamentos	27.254	28.229	2.737	-	58.220
Outras contas a pagar	2.453	-	33.195	-	35.648
Passivo de arrendamento	8.094	10.477	-	-	18.571

(ii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - afetarem o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** O Grupo obtém empréstimo, financiamento e debêntures junto a instituições financeiras e está exposto a taxas de juros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa são indexados pela CDI neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros. (iii) Risco de crédito: O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, os quais também atuam como fornecedores, e, em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como o Grupo realiza de forma contínua análises de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros e a exposição máxima ao risco de crédito é conforme segue:

Ativo financeiro	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	115.210	72.745	7.005	-
Aplicações financeiras	14.551	21.314	-	-
Contas a receber, líquidas	20.544	9.519	-	-

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada para a extração de 31 de dezembro de 2023, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário. Análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos e debêntures - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada para a extração foi 31 de dezembro de 2023, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

Posição em 31/12/2023	Projeção Receita Financeira - um ano					
	Risco de redução		Risco de aumento			
	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)	
Indexador	9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%	

Posição em 31/12/2023	Projeção Receita Financeira - um ano					
	Risco de redução		Risco de aumento			
	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)	
Indexador	9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%	

Posição em 31/12/2023	Projeção Empréstimo Financeiro - um ano					
	Risco de redução		Risco de aumento			
	Provável	(-50%)	(-25%)	(+25%)	(+50%)	
Indexador	9,00%	4,50%	6,75%	11,25%	13,50%	

Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa) CDI 73.711 6.634 3.317 4.975 8.292 9.951

Aplicações financeiras (Caixa Restrito) CDI 14.551 1.310 655 962 1.637 1.964

Debêntures CDI 48.505 4.065 2.183 3.274 5.457 6.548

Gestão de risco de capital - Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital do Grupo consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

DIRETORIA

Rodney Saracino de Freitas - Diretor Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e Administradores da **Mondopass S.A. - São Paulo - SP** Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mondopass S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mondopass S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria	
Principal assunto de auditoria O reconhecimento da receita da Companhia envolve a mensuração das receitas de serviços de bilheteagem que envolve taxas de conveniência pela venda de vale-transporte, taxas de administração e gerenciamento de créditos eletrônicos às contra-partes, taxas de credenciamento, emissão de cartões e serviços para o consórcio metropolitano de transportes e leva em conta dados obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como tarifas, taxas de retenção e comissões sobre os diferentes serviços oferecidos pela Companhia para os clientes. A receita de serviços é registrada para cada transação ou grupo similar de transações e eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. Devido à complexidade dos dados usados na mensuração da receita, o elevado número de transações de serviços prestados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Como auditoria endereçou esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados ao processo de registro das receitas de serviços; - Confronto, em base amostral, dos relatórios de faturamento com as respectivas faturas emitidas, comprovantes de recebimento e termos de aceite dos clientes; - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, em especial as relativas aos requerimentos de divulgação específicos relacionados ao reconhecimento da receita. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos: Concentração das operações: Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, a Companhia e sua controlada celebraram um contrato com a Associação de Apoio e Estudo da Bilheteagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) pelo prazo de 20 anos. As receitas provenientes do contrato com a ABASP representam, em 31 de dezembro de 2023, 83% do total das receitas da Companhia (64% em 31 de dezembro de 2022). **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos

Notas	Consolidado	
	2023	2022
Bilheteagem eletrônica	(a)	236.809
Taxa de credenciamento	(b)	49.661
Comissão sobre a venda de crédito Bilhete Único	(c)	16.269
Taxa de emissão 2ª via cartões e taxa de entrega	(d)	3.390
Gestão de benefícios	(e)	27.333
Outras receitas	(f)	3.990
		337.452
(-) Deduções da receita - tributos		(38.768)
Receita líquida		298.684

(a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos. A principal variação desta linha decorre de 12 meses de receita com base na tarifa de 0,2811, enquanto durante os 6 primeiros meses do ano de 2022 a tarifa era de 0,1190. Existe previsão contratual com a ABASP de um baseline mínimo mensal de 58.000.000 de transações, logo em julho de 2023 ocorreu uma receita de 17M decorrente ao não atingimento desse baseline mínimo e em dezembro de 2023 uma receita de RS20M devido ao reequilíbrio do contrato, decorrentes períodos com atrasos no valor das tarifas; (b) Taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas; (c) Receita oriunda do credenciamento junto à SPRTRANS; (d) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos e tarifa na entrega domiciliar do cartão; (e) Prestação de serviço de gestão de benefícios para empresas clientes através da controlada Via Nova; (f) Receita de acordo com o contrato com a Mastercard. **26. Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas):** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas custos e despesas, reconhecidas na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

Descrição	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Controladora	(37)	(35)	(5.686)	(5.119)
Consolidado	(37)	(35)	(5.686)	(5.119)
Despesas de serviços especializados (a)	-	-	(109.001)	(122.169)
Despesas administrativas (b)	(37)	(35)	(5.686)	(5.119)
Despesas com pessoal	-	-	(28.445)	(20.333)
Benefícios com funcionários	-	-	(7.539)	(8.309)
Despesas com publicidade e propaganda	(19)	(2.659)	(5.572)	(21.091)
Consultorias e auditoria	(463)	(376)	(5.450)	(4.844)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil	-	-		

Best Center Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 14.576.758/0001-87

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)					Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)				
Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo Circulante					Passivo e Patrimônio Líquido Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	469	2.139	3.521	Empréstimos e financiamentos	9	12.870	12.214	31.393
Aplicação financeira	4	53.895	17.361	77.761	Adiantamento de clientes		113	59	1.896
Contas a receber	5	1.745	2.085	24.871	Saldos e encargos sociais		2.265	1.561	2.346
Impostos a recuperar		1.631	1.121	2.138	Provisão para imposto de renda e contribuição social			1.254	7.043
Despesas antecipadas e outros créditos		2.276	2.383	5.357	Impostos, taxas e contribuições		236	421	625
Total do ativo circulante		60.016	25.089	112.868	Outras contas a pagar		487	207	1.947
					Contas a pagar por compra de imóveis		4.680	6.073	4.700
Não Circulante					Provisão para contingências				
Contas a receber	5	1.597	1.027	6.561	Total do passivo circulante		20.651	20.535	44.101
Depósito judicial				51					
Depósito em caixa	7	18.677	24.231	4.994	44.101				
Valores a receber de partes relacionadas, líquidos	6	407.494	412.397	4.994	44.101				
Investimentos em controladas									
Propriedades de investimento	8	145.153	169.428	689.301	804.119				
Imobilizado		8.866	8.316	8.998	8.503				
Intangível		9.142	9.588	9.142	9.588				
Total do ativo não circulante		590.929	625.038	719.490	834.250				
Total do ativo		650.945	650.127	832.358	885.861				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)				
Nota explicativa	Capital social	Reservas	Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	610.014	1.944	(92.619)	519.339
Aumento de capital	10.1	42.931		42.931
Redução de capital		(10.000)		(10.000)
Reconhecimento do plano de opção de ações		(270)		(270)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			(360)	(360)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	642.945	1.674	(92.979)	551.639
Aumento de capital	21.830			21.830
Redução de capital	10.1	(10.000)		(10.000)
Reconhecimento do plano de opção de ações		290		290
Lucro (prejuízo) líquido do exercício			(187)	(187)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	654.775	1.964	(93.166)	563.573

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. **Contexto Operacional:** A Best Center Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma Companhia constituída no Brasil, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, 153, 12º andar (parte), Vila Nova Conceição - São Paulo - SP - Brasil. A Companhia possui atualmente um portfólio de imóveis localizado principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social: (i) a administração de empreendimentos imobiliários próprios ou de terceiros, inclusive "shopping centers"; (ii) a compra e venda de imóveis prontos ou a construir, comerciais, terrenos ou frações ideais; (iii) a locação de bens imóveis; (iv) a exploração de estacionamento rotativo; (v) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; (vi) participação em fundos de investimento imobiliário; (vii) a participação no capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista ("holding").

2. **Resumo das Principais Práticas Contábeis:**

2.1 **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 **Bases de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contrapartidas pagas pelos ativos.

2.3 **Propriedades para investimento:** Propriedades destinadas a auferir renda e/ou valorização de capital, são registradas ao valor de custo histórico deduzido das depreciações acumuladas e perda por desvalorização dos ativos ("impairment"). Não existem planos estruturados de alienação dos imóveis mantidos em propriedade para investimento, uma vez que são substancialmente utilizados para renda, e as vendas desses imóveis somente ocorrem se a Administração entender ser mais vantajoso aliená-los do que mantê-los na atividade de locação.

O pronúncia técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento, equivalente ao IAS 40, permite que a Companhia registre suas propriedades de investimento a valor justo ou a valor de custo histórico deduzido das depreciações acumuladas, devendo, nesse último caso, divulgar o valor de tais propriedades em nota explicativa. A Companhia optou por manter suas propriedades para investimento registradas por valor de custo histórico deduzido das depreciações acumuladas e perda por "impairment", por entender que esta seja a informação de melhor qualidade existente para empresas que atuam no setor de investimentos imobiliários com objetivo de renda de locação. A depreciação desses ativos tem início quando eles estão prontos para o uso e é calculada com base na sua vida útil estimada, pelo método linear, exceto terrenos e construções em andamento, que não são depreciados.

2.4 **Imobilizado:** Edificações utilizadas no funcionamento de serviços, ou para fins administrativos, estão demonstradas no balanço patrimonial a valores de custo histórico menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por "impairment". Os outros ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e perda por "impairment" acumuladas. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, as taxas de depreciação utilizadas para cada categoria de ativo são como segue:

	Taxa de depreciação %	31.12.2023	31.12.2022
Móveis e utensílios	10,0	10,0	10,0
Computadores e periféricos	5,0	5,0	5,0
Máquinas e equipamentos	10,0	10,0	10,0

Os ganhos ou as perdas oriundas da venda ou baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado como "Outras receitas despesas operacionais".

2.5 **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no custo, certificados de depósitos bancários e debêntures. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.6 **Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela locação e venda de imóveis no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo for equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda ao ciclo normal de operações), as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

2.7 **Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

2.8 **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas. Classificação de ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Classificação de passivos financeiros: Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

2.9 **Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.10 **Reconhecimento de receita:** A receita é calculada pelo valor justo da compensação recebida ou a receber por arrendamento operacional e venda de imóveis. A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos bens ao cliente.

2.11 **Receita de venda de imóveis:** Nas vendas dos imóveis, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as seguintes premissas são atendidas: (a) o seu valor pode ser estimado, ou seja, o recebimento do preço de venda é conhecido ou o valor que não será recebido pode ser razoavelmente estimado; e (b) o processo de reconhecimento de receita de venda encontra-se substancialmente concluído, ou seja, a Companhia está desobrigada de cumprir com parte significativa de atividades que venham a gerar gastos futuros relacionados com a venda do imóvel.

2.12 **Receita de locação/arrendamentos operacionais:** As receitas com arrendamentos são reconhecidas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 05 (2010) RPS 16. Os arrendamentos são classificados em arrendamentos substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo, sendo, portanto, classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

3. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, a conta "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, bancos e aplicações financeiras como segue:

Controladas	Patrimônio Líquido		Participação %	Lucro ou (prejuízo) exercício	Saldo em 31.12.2022	Aumento de Capital	Redução de capital	Outros	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos - JSCP	Saldo em 31.12.2023	
	Ativo	Passivo (negativo)										
Best Center Grande São Paulo Emp. e Part. Ltda.	62.792	1.373	61.419	99,99	2.589	61.962	124		2.589	(3.256)	61.419	
Best Center São Paulo Emp. e Part. Ltda.	10.708	116	10.592	99,99	490	10.533	490		490	(1.433)	10.591	
Best Center Grande Campinas Emp. e Part. Ltda.	141.248	1.589	139.659	99,99	7.537	135.774	329		7.537	(4.000)	139.660	
Best Center Administradora Ltda.	2.809	2.150	659	99,99	147	823		(200)		147	(110)	660
Best Center Inter Rio Emp. e Part. Ltda.	15.137	543	14.593	99,99	760	14.367	51		760	(584)	14.594	
Best Center Grande Rio Emp. e Part. Ltda.	12.195	1.046	11.149	99,99	1.452	10.676			1.452	(979)	11.150	
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Part. Ltda.	47.539	2.168	45.371	99,99	963	41.631	2.775		2	963	45.371	
Campark Emp. Imobiliários Ltda.	6.087	262	5.826	99,99	995	5.842			1	995	(1.013)	5.827
Best Center Oeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	27	771	744	99,99	22	722		(2)		22	722	
Best Center Centro Oeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	12.028	27	11.999	99,99	252	10.876	109			252	11.227	
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	43.984	736	43.248	99,99	1.181	40.022	2.045			1.181	43.248	
Best Center Centro Paulista Emp. e Part. Ltda.	22.951	2.337	20.613	99,99	494	27.044		(6.925)		494	20.613	
Best Center Castelo Piracicaba Emp. e Part. Ltda.	4.716	18	4.697	99,99	161	5.237	54		1	162	(141)	5.131
A.C.B.S.P.E. Emp. e Part. Ltda.	5.926	232	5.694	99,99	28	5.694				28	(29)	5.694
Best Center Noroeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	10.784	487	10.297	99,99	369	10.110	117			369	(300)	10.297
Best Center SLB Emp. e Part. Ltda.	269.757	243.058	32.348	100,00	24.330	317.970		(308.000)	(1)	18.680	(1.951)	26.699
Total	698.580	5.636	(315.125)		3	36.099	(12.799)			36.099	(12.799)	412.397

Controladas	Patrimônio Líquido		Participação %	Lucro ou (prejuízo) exercício	Saldo em 31.12.2022	Aumento de Capital	Redução de capital	Outros	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos - JSCP	Saldo em 31.12.2023	
	Ativo	Passivo (negativo)										
Best Center Grande São Paulo Emp. e Part. Ltda.	62.824	796	62.028	99,99	3.198	61.419			3.198	(2.589)	62.028	
Best Center São Paulo Emp. e Part. Ltda.	10.984	66	10.919	99,99	817	10.591			817	(490)	10.918	
Best Center Grande Campinas Emp. e Part. Ltda.	147.463	3.998	143.465	99,99	6.679	139.660	2.146		6.679	(5.019)	143.466	
Best Center Administradora Ltda.	3.360	2.561	799	99,99	139	660			139		799	
Best Center Inter Rio Emp. e Part. Ltda.	14.775	215	14.560	99,99	280	14.594			280	(314)	14.560	
Best Center Grande Rio Emp. e Part. Ltda.	11.364	213	11.151	99,99	1	11.150			1		11.151	
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Part. Ltda.	51.277	4.324	46.952	99,99	1.001	45.371	580		1.001		46.952	
Campark Emp. Imobiliários Ltda.	6.204	252	5.952	99,99	799	5.825	2		799	(675)	5.951	
Best Center Oeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	29	1	28	99,99	(2)	27			(2)		28	
Best Center Centro Oeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	9.018	30	8.988	99,99	(1.109)	11.237	60	(1.200)		(1.109)	8.988	
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	43.704	619	43.085	99,99	769	43.248			769	(933)	43.084	
Best Center Centro Paulista Emp. e Part. Ltda.	19.326	4.167	15.159	99,99	(954)	20.613	2	(4.500)		(954)	15.159	
Best Center Castelo Piracicaba Emp. e Part. Ltda.	4.721	37	4.685	99,99	148	5.313	2		147	(161)	5.300	
A.C.B.S.P.E. Emp. e Part. Ltda.	3.453	7	3.446	99,99	(193)	5.694	195		(3.446)	(193)	(2.250)	5.300
Best Center Noroeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	10.880	238	10.643	99,99	341	10.297	5			341		10.642
Best Center SLB Emp. e Part. Ltda.	217.500	189.034	30.336	99,99	23.707	26.698	19.726	(2.300)	1	21.837	(37.495)	28.468
Total	18.677		24.231		412.397	22.719	(8.000)	(3.445)		33.750	(49.926)	407.495

3. **Transações e Saldos com Partes Relacionadas:** As transações referem-se a financiamentos, contratos de varejo e outras despesas entre partes relacionadas, como demonstrado a seguir:

Controladora	Ativo não circulante		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	31.12.2023	31.12.2022					
Controladora/empresa relacionada	(6)	(458)					
São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.	316	57					
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	3.019	375					
Best Center Grande Campinas Emp. e Participações Ltda.	107	107					
Best Center Administradora Ltda.	147	93					
Best Center Inter Rio Emp. e Participações Ltda.	4.041	1.895					
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Participações Ltda.	1						
Best Center Oeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	3	690					
Best Center Centro Oeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	158	190					
Campark Empreendimentos e Participações Ltda.	4.102	2.048					
Best Center Paulista Emp. e Participações Ltda.	22	2					
Best Center Castelo Piracicaba Emp. e Participações Ltda.	43	29					
A.C.B.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	1.250	11.249					
Best Center Noroeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	5.000	5.000					
Clique e Retire Tecnologia e Logística S.A.	18.677	24.231					
Total							

No ativo não circulante da controladora de R\$ 18.677 (R\$ 24.231 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a dividendos, adiantamento para futuro aumento de capital social e juros sobre o capital próprio a receber de controladas como demonstrado a seguir:

Controladora	Ativo não circulante		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	31.12.2023	31.12.2022					
Controladora/empresa relacionada	(6)	(458)					
São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.	316	57					
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	3.019	375					
Best Center Grande Campinas Emp. e Participações Ltda.	107	107					
Best Center Administradora Ltda.	147	93					
Best Center Inter Rio Emp. e Participações Ltda.	4.041	1.895					
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Participações Ltda.	1						
Best Center Oeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	3	690					
Best Center Centro Oeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	158	190					
Campark Empreendimentos e Participações Ltda.	4.102	2.048					
Best Center Paulista Emp. e Participações Ltda.	22	2					
Best Center Castelo Piracicaba Emp. e Participações Ltda.	43	29					
A.C.B.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	1.250	11.249					
Best Center Noroeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	5.000	5.000					
Clique e Retire Tecnologia e Logística S.A.	18.677	24.231					
Total							

8. **Propriedades de Investimento:**

Controladora	Ativo não circulante		Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	31.12.2023	31.12.2022					
Controladora/empresa relacionada	(6)	(458)					
São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.	316	57					
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Participações Ltda.	3.019	375					
Best Center Grande Campinas Emp. e Participações Ltda.	107	107					
Best Center Administradora Ltda.	147	93					
Best Center Inter Rio Emp. e Participações Ltda.	4.041	1.895					
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Participações Ltda.	1						
Best Center Oeste Paulista Emp. e Participações Ltda.</							

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 da Best Center Empreendimentos e Participações S.A. (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

transacionados recentemente), informações de players do mercado e perpetuidade de cada imóvel. As taxas utilizadas no Fluxo de Caixa Descontado variam de acordo com o imóvel e sua localização.

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de Desconto %	6,5 a 10,0	5,0 a 8,0
Cap Rate %	7,8 a 8,0	6,0 a 9,0
Taxa de Vacância %	0 a 10,0	0 a 10,0

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

9. Empréstimos e Financiamentos

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis					
Debêntures	R\$	20.568	17.113	20.568	121.765
Financiamento imobiliário obras	R\$	6.031	14.398	68.956	14.398
Financiamento imobiliário -					
Aquisição de Imóveis	R\$	41.861	43.793	155.071	163.471
Total		68.460	75.304	244.595	299.634
Circulante		12.870	12.213	31.393	22.653
Não circulante		55.590	63.091	213.202	276.981

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados à aquisição de imóveis, investimentos e para realização de obras nos empreendimentos da Companhia. Os vencimentos ocorrerão entre 2024 e 2037. A maioria dos empréstimos e financiamentos são garantidos por imóveis e, em alguns casos, pelos recebíveis dos contratos de locação destes imóveis. Contratos que possuem cláusula de manutenção da relação entre o saldo das dívidas e o valor dos imóveis em garantia na razão máxima de 80%, medida anualmente com base no valor de avaliação dos imóveis. Em 31 de dezembro de 2023, esta relação estava abaixo de 80% para todos os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas subsidiárias. A seguir, a movimentação do saldo dos empréstimos consolidados:

Descrição	Saldo em 31.12.2021	Captação	Juros e atualização monetária		Pagamento de juros e de principal		Saldo em 31.12.2022
			31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	
Empréstimos	376.270	27.500	21.198	(314.923)	(34.730)		75.304

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Captação	Juros e atualização monetária		Pagamento de juros e de principal		Saldo em 31.12.2023
			31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	
Empréstimos	75.304	-	8.745	(7.482)	(8.107)		68.460

Descrição	Saldo em 31.12.2021	Captação	Juros e atualização monetária		Pagamento de juros e de principal		Saldo em 31.12.2022
			31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	
Empréstimos	376.270	313.486	28.122	(375.676)	(42.567)		299.635

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Captação	Juros e atualização monetária		Pagamento de juros e de principal		Saldo em 31.12.2023
			31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	
Empréstimos	299.635	-	30.592	(62.153)	(23.478)		244.596

10. Patrimônio Líquido: 10.1 Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 654.775 (R\$ 642.945 em 31.12.2022) totalmente integralizado. **11. Receitas de Locação e Venda de Imóveis:** Os contratos de "leasing" operacional relacionados às propriedades de investimento pertencentes à

Companhia e suas controladas têm prazo de duração que variam de dois a quinze anos, podendo ser estendidos por igual período. Todos os contratos contêm cláusulas de revisão das condições de mercado no caso de a Companhia optar por uma renovação. O arrendatário não tem a opção de adquirir a propriedade depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento operacional não canceláveis, uma vez que os contratos de arrendamento são com base na Lei do Inquilinato e podem ser cancelados pelo arrendatário ou pela Companhia e suas controladas, a qualquer momento, desde que certas obrigações contratuais sejam cumpridas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita bruta de locação	14.708	14.466	67.475	76.603
Impostos	(1.365)	(1.344)	(4.483)	(5.351)
Outras deduções da receita	-	-	-	-
Total	13.343	13.122	62.992	71.252
Receita de vendas de imóveis e investimento	3.800	-	134.930	98.060
Impostos	-	-	(80)	(6)
Total	3.800	-	134.850	98.054

12. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas com pessoal	(8.031)	(5.857)	(8.271)	(6.094)
Serviços de terceiros	(382)	(449)	(1.104)	(1.088)
Despesas com depreciação e amortização	(4.977)	(4.513)	(14.577)	(15.133)
Perda por desvalorização de imóvel	-	-	(1.787)	-
Custo dos imóveis vendidos	(26.264)	(18.756)	(114.711)	(82.363)
Despesas comerciais - IPTU, condomínio, entre outras relacionadas às áreas vagas	(1.856)	(1.263)	(7.950)	(7.502)
Despesas com ocupação	(106)	(35)	(106)	(35)
Despesas tributárias	(3)	(3)	(25)	(1)
Outras	(461)	(583)	(1.642)	(761)
Total	(42.080)	(31.469)	(150.173)	(112.977)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Classificados como:				
Custo das locações	(4.977)	(4.513)	(14.577)	(15.133)
Perda por desvalorização de imóvel	-	-	(1.787)	-
Custo dos imóveis vendidos	(26.264)	(18.756)	(114.711)	(82.363)
Despesas gerais e administrativas	(9.004)	(6.938)	(11.192)	(8.008)
Despesas comerciais	(1.856)	(1.263)	(7.950)	(7.502)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	1	44	29
Total	(42.080)	(31.469)	(150.173)	(112.977)

13. Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita de juros sobre aplicações financeiras	2.931	1.532	5.641	1.693
Contas a receber de clientes	75	71	883	3.558
Outras	129	8	130	17
Total	3.135	1.611	6.654	5.269

A Diretoria

14. Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(8.758)	(24.282)	(31.161)	(44.896)
Outras despesas financeiras	(5.246)	(1.090)	(8.185)	(6.311)
Total	(14.004)	(25.372)	(39.346)	(51.207)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social: 15.1 Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o (Prejuízo) Lucro Líquido (CSLL) - correntes e diferidas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas correntes:				
CSLL	-	-	(4.107)	(2.933)
IRPJ	-	-	(11.079)	(7.830)
Total	-	-	(15.186)	(10.763)
Despesas diferidas:				
CSLL	-	-	8	5
IRPJ	-	-	-	9
Total	-	-	8	14

15.2 Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL - correntes e diferidas: As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	(186)	(360)	14.977	10.387
Expectativa da despesa de IRPJ e CSLL às alíquotas nominais - 34%	63	122	(5.092)	(3.532)
Equivalência patrimonial	11.475	12.274	-	-
Efeito sobre juros sobre o capital próprio	-	-	636	1.921
Efeito das empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	2.085	3.305
Prejuízos compensados/revertidos	-	-	-	31
Outros	(951)	110	(2.205)	33
Prejuízos não utilizados	(10.587)	(12.506)	(10.588)	(12.507)
Total	-	-	(15.164)	(10.749)

Créditos tributários diferidos - não registrados: Os créditos tributários diferidos não registrados pela controladora em 31 de dezembro de 2023 representam o montante de R\$73.176 (R\$62.588 em 31 de dezembro de 2022), composto por R\$53.806 (R\$46.021 em 31 de dezembro de 2022) de IRPJ e R\$19.370 (R\$16.567 em 31 de dezembro de 2022) de CSLL, representados por prejuízo fiscal e diferenças temporárias. O montante será registrado contabilmente a partir do momento em que a Companhia atender a todas as premissas para o registro do referido crédito tributário. **16. Seguros:** Considerando a natureza das atividades da Companhia e de suas controladas, são mantidas coberturas de seguros para os principais ativos operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais no segmento Best Center era composta por R\$10.000 para responsabilidade civil e R\$71.130 para lucros cessantes, com vigência até 29 de julho de 2024. **17. Eventos Subsequentes:** Em 15 de fevereiro de 2024, a subsidiária Best Center SLB Empreendimentos e Participações S.A. celebrou a Escritura Pública de Venda e Compra da qual alienou o Imóvel localizado na cidade de São Paulo/SP, pelo valor de venda R\$17.300. Em 14 de março de 2024, a subsidiária Best Center SLB Empreendimentos e Participações S.A. celebrou a Escritura Pública de Venda e Compra da qual alienou o Imóvel localizado na cidade de São Mateus do Sul/PR, pelo valor de venda R\$3.550.

Controladora: Renata Rodrigues Duarte Campos - CRC RJ-113626/O-1

Comerc Participações S.A.

CNPJ nº 25.369.840/0001-57 - NIRE 35.300.573.625
Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Abril de 2024

1. **Data, Horário e Local:** aos 11 dias de abril de 2024, às 17 horas, na sede social da **Comerc Participações S.A. ("Companhia" ou "Emissora")**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.509, Torre Norte, 21º Andar, Conjunto 211, Sala 05, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-907.

2. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Cristopher Alexander Vlavianos; Secretária: Sra. Daniane Rezende Carvalho. **4. Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** a captação de recursos, pela Companhia, mediante a realização da 6ª (sexta) emissão, em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, no valor total de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). **(II)** Data de Emissão (conforme definido abaixo) **(Emissão) e Debêntures**, respectivamente, as quais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.826, de 7 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CVM 160**"), e do "**Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários**", em vigor desde 1º de fevereiro de 2024 ("**Código ANBIMA**"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), mediante a celebração do "**Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão, em Série Única, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, da Comerc Participações S.A.**" ("**Escritura de Emissão**"), entre a Companhia, a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("**Debituristas e Agente Fiduciário**", respectivamente), a **Mori 3 Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 48.112.655/0001-88 ("**Mori 3**" ou "**Fiadora**"); **(II)** a constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Quotas Mori 3 (conforme definido abaixo), em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), em benefício dos Debituristas, a serem representados pelo Agente Fiduciário, mediante a celebração do "**Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças**", a ser celebrado entre, o Agente Fiduciário, a Emissora e a Mori 3 ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas**"); **(III)** a outorga, pela Fiadora, na França, em garantia das Obrigações Garantidas e em benefício dos Debituristas a serem representados pelo Agente Fiduciário para garantir a Emissão, as Debêntures e a Oferta, mediante a celebração pela Fiadora da Escritura de Emissão; **(IV)** a constituição, pela Fiadora, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3, em garantia das Obrigações Garantidas e em benefício dos Debituristas a serem representados pelo Agente Fiduciário para garantir a Emissão, as Debêntures e a Oferta, mediante a celebração do "**Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças**", a ser celebrado entre, a Fiadora e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos**"), e a celebração, pela Fiadora, na qualidade de interveniente anuente, da Alienação Fiduciária de Quotas Mori 3; **(V)** a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores constituídos, conforme o caso, para praticar(em) todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta; e **(VI)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores constituídos, conforme o caso, relacionados exclusivamente às deliberações acima.

5. **Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(I)** aprovar a captação de recursos, pela Companhia, mediante a realização da Emissão, para distribuição pública, a ser registrada perante a CVM sob o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos do artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**"), por meio da celebração da Escritura de Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas na Escritura de Emissão: **(a) Destinação dos Recursos:** os Recursos Líquidos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados integralmente e exclusivamente da seguinte forma: **(I)** efetuar o resgate antecipado da 1ª Emissão de Notas Comerciais das Anes 2 (conforme definido na Escritura de Emissão); **(II)** complementar os recursos necessários para efetuar o resgate antecipado das debêntures referentes à 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Garantia Real, com garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora ("**Debêntures Castilho**"); e **(III)** implementação de projetos de geração distribuída, com base na Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, equivalente a, no mínimo, 88 (oitenta e oito) MW pico, de forma proporcional à participação societária da Mori 3, que sejam desenvolvidos por Mori 3 ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladas por ela, nesta data ou futuramente ("**Projetos Ciclo 3 - SPES Ciclo 3**", respectivamente). O saldo residual dos Recursos Líquidos deverá ser utilizado para reforço de caixa e desenvolvimento das atividades da Emissora. **(b) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"); **(c) Número da Emissão:** a presente Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora; **(d) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(e) Faixa de Lâneas de Crédito:** a Emissão será realizada em duas faixas de crédito, sendo a primeira faixa de crédito de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente de Liquidação e Escriturador**") cujas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Agente de Liquidação ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Debêntures; **(f) Direito de Preferência:** não haverá direito de preferência das atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures; **(g) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data da Escritura de Emissão; **(h) Instrução de Voto à Distância de Emissão":** **(I)** a distribuição, negociação e custódia eletrônica: as Debêntures serão depositadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") para **(I)** distribuição no mercado primário pelo MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(II)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(i) Custódia Eletrônica:** as Debêntures serão depositadas eletronicamente na B3; **(j) Assinatura:** as Debêntures serão emitidas em forma de documento eletrônico e escritural, sem emissão de cautelais ou certificados. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures extrato em nome do Debiturista expedido pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(k) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora; **(l) Encargos:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do art. 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, e terão garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido no item (x) abaixo; **(m) Prazo e Data de Vencimento:** observados os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"); **(n) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais) ("**Valor Nominal Unitário**"); **(o) Quantidade de Debêntures Emitidas:** serão emitidas 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) Debêntures, na Data de Emissão; **(p) Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização:** respeitado o atendimento das disposições do Contrato de Distribuição, as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição da Oferta, conforme informado no Anúncio de Início, e a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com o procedimento da B3, observado o Plano de Distribuição. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures ("**Primeira Data de Integralização**"). Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração acumulada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização. O ex-subscritor das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas na mesma data, observado o disposto a esse respeito no Contrato de Distribuição. Em relação às liquidações realizadas em datas diferentes, eventual ágio ou deságio poderão ser aplicados de forma diferenciada, observado também o disposto no Contrato de Distribuição ("**Atualização Monetária das Debêntures**"); **(q) Valor Nominal Unitário das Debêntures** não será atualizado monetariamente; **(r) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "ou *extra supra*", calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), expressa na forma percentual sobre a base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) correspondente a 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"), sendo a Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula descrita na critéria de Remuneração da *Banunização*; **(s) Pagamento da Remuneração:** a remuneração será paga semestralmente, sempre em determinado dia de cada ano a ser estabelecido na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão e, o último pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"), ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, das hipóteses de Resgate Antecipado Total, Oferta de Resgate Antecipado e Amortização Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão, e o último pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"), ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, das hipóteses de Resgate Antecipado Total, Oferta de Resgate Antecipado e Amortização Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures ("**Data de Amortização das Debêntures**"); **(t) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados em nome do respectivo beneficiário, em nome da B3, com exceção das Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme seu procedimento, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou conforme o caso pela instituição financeira contratada para este fim; **(u) Prorrogação dos Prazos:** consideram-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento ou de qualquer outra obrigação prevista na Escritura de Emissão, coincidir com o dia de uma das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "**Dias Útil(ies)**" o(s) relação a qualquer obrigação liquidada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, quando não haja uma data que não seja sábado ou domingo, ou quando não houver um dia de pagamento, qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia em qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; **(v) Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntalidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas por cobrança ("**Encargos Moratórios**"); **(w) Recuperação dos Direitos aos Acrescidos:** o não cumprimento do Debiturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia nos canais de publicação a serem indicados na Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento; **(x) Reputação Programada:** não haverá reputação programada das Debêntures; **(y) Garantia Fidejussória:** a Fiadora, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debituristas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, com a Fiadora, a garantir a Emissão e a Oferta, mediante a celebração do "**Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças**", a ser celebrado entre a Emissora, a Fiadora e os Coordenadores e demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta, mas como o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário e os assessores legais, Agência de Classificação de Risco, dentro dos termos, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(z) Discussão, negociação e definição dos termos e condições:** observadas as condições das deliberações desta reunião, Emissão, da Oferta, das Garantias e/ou das Debêntures (especialmente a qualificação, os prazos de cura, os limites e/ou os valores mínimos (thresholds), as especificações e as exceções aplicáveis às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, bem como os prêmios de resgate das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e seus eventuais aditamentos, e, ainda, de todos os demais documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto às quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e a Oferta; **(II)** ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme o caso, para a formalização das deliberações acima tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto, e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada: **Mesa:** Presidente - Sr. Cristopher Alexander Vlavianos; e Secretária - Sra. Daniane Rezende Carvalho. **Conselheiros:** Cristopher Alexander Vlavianos, Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro, Carolina Maria Rocha Freitas, Ernesto Peeres Paulo Junior, Bernardo Kos Winick (p.p., Clarissa Della Nina Sadock Accorsi), Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, Andre Clark Juliano e Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino. Conferir com original lavrado em livro nº39, São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa:** Cristopher Alexander Vlavianos - Presidente; Daniane Rezende Carvalho - Secretária.

nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 e da Escritura de Emissão, conforme o caso, e quaisquer bens, valores mobiliários ou títulos nos quais as ações e/ou quotas sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), assim como todas as outras quantias pagas a ou serem pagas em decorrência de, ou relacionados a, quaisquer das ações e/ou quotas, os quais deverão transferir pela respectiva conta vinculada, a ser estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 ("**Proventos das Ações SPES Ciclo 3**"); **(II)** a totalidade dos recursos, valores depositados e/ou quaisquer outros direitos creditórios depositados, a qualquer tempo, na conta vinculada a ser estabelecida no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 e a própria conta vinculada, inclusive, mas sem limitação, todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos como resultado dos valores depositados, a qualquer tempo, na respectiva conta, bem como quaisquer direitos e créditos decorrentes de investimentos realizados com os valores depositados na conta vinculada, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária Mori 3. **(III) Alienação Fiduciária de Quotas Mori 3:** em garantia do pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contarão com alienação fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debituristas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre a propriedade fiduciária, o domínio reservado e a posse indireta de "**Alienação Fiduciária de Quotas Mori 3**", e em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Mori 3 ("**Garantias Reais Mori 3**") (i) todas as quotas de emissão da Mori 3 detidas pela Emissora, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Mori 3 ("**Quotas Mori 3**"), **(II)** todas as quotas derivadas das Quotas Mori 3 por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, capitalização de lucros ou reservas, inclusive mediante a permuta, em razão do cancelamento destas, ou de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Mori 3, venda ou qualquer outra forma de alienação das Quotas Mori 3 e quaisquer bens ou títulos nos quais as Quotas Mori 3 sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários), direto ou por opção de subscrição de novas quotas representativas de seu capital social, conforme aplicável, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em quotas; e **(III)** todos os direitos, presentes e futuros, oriundos das Quotas Mori 3, incluindo, sem limitação, todos os direitos de voto e direito ao recebimento de lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, distribuições, bônus e quaisquer outros que possam ser creditados, pagos, distribuídos, declarados ou de outra forma entregues, a qualquer título, à Emissora relativamente às Quotas Mori 3, bem como quaisquer ativos ou direitos nos quais as Quotas Mori 3 sejam ou venham a ser convertidas a qualquer momento. **(III) Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energia:** adicionalmente, a Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, obriga-se a fazer com que, após a transferência da titularidade da totalidade das quotas e/ou ações, de forma direta ou indireta, da CL RJ 018 Empreendimentos e Participações S.A. ("**CL RJ**") e das SPES Energia (conforme definido abaixo) para a Mori 3 ("**Reorganização Societária SPES Energia**"), a Mori 3 e a CL RJ alienem, respectivamente, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debituristas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade fiduciária, o domínio reservado e a posse indireta das (a) ações da CL RJ, e (b) das ações da Mori Salinas Geração S.A. ("**Mori Salinas**"), das quotas da Mori Patrocinio Ltda. ("**Mori Patrocinio**") e das quotas da Mori Pedrinópolis Ltda. ("**Mori Pedrinópolis**"), em conjunto com Mori Salinas, Mori Patrocinio e Mori Pedrinópolis "**SPES Energia**" ("**Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energia**"), a qual deverá ser formalizada dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da Primeira Data de Integralização, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energia, a ser celebrado entre a Mori 3 e a CL RJ, o Agente Fiduciário e, como intervenientes anuentes, as SPES Energia e a Emissora, que deverá ser, conforme prazos e termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energia, registrado ou averbado no Cartório de RTD competente, sem prejuízo dos demais procedimentos previstos no referido instrumento. **(IV) Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energia:** a Emissora obriga-se a fazer com que após (a) a Reorganização Societária SPES Energia, **(b)** a obtenção, pelas SPES Energia, da totalidade dos CAPs (conforme definido na Escritura de Emissão) de todos os projetos Energia, a CL RJ e a SPES Energia cedam fiduciariamente, em favor dos Debituristas, os direitos creditórios destas relacionados a eventuais contratos de locação/sublocação da planta e/ou dos equipamentos das SPES Energia, bem como os respectivos seguros relacionados aos Projetos Energia ("**Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos Energia**"), e em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e Quotas Energia, as "**Garantias Reais Energia**"), e em conjunto com as Garantias Reais Mori 3 e a França, as "**Garantias**"), a qual deverá ser formalizada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido da Remuneração acumulada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização. O ex-subscritor das Debêntures, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas na mesma data, observado o disposto a esse respeito no Contrato de Distribuição. Em relação às liquidações realizadas em datas diferentes, eventual ágio ou deságio poderão ser aplicados de forma diferenciada, observado também o disposto no Contrato de Distribuição ("**Atualização Monetária das Debêntures**"); **(v) Valor Nominal Unitário das Debêntures** não será atualizado monetariamente; **(r) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "ou *extra supra*", calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br), expressa na forma percentual sobre a base 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis ("**Taxa DI**"), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) correspondente a 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("**Remuneração**"), sendo a Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula descrita na critéria de Remuneração da *Banunização*; **(s) Pagamento da Remuneração:** a remuneração será paga semestralmente, sempre em determinado dia de cada ano a ser estabelecido na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão e, o último pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"), ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, das hipóteses de Resgate Antecipado Total, Oferta de Resgate Antecipado e Amortização Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento realizado em data a ser estabelecida na Escritura de Emissão, e o último pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"), ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, das hipóteses de Resgate Antecipado Total, Oferta de Resgate Antecipado e Amortização Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures ("**Data de Amortização das Debêntures**"); **(t) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados em nome do respectivo beneficiário, em nome da B3, com exceção das Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme seu procedimento, ou, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou conforme o caso pela instituição financeira contratada para este fim; **(u) Prorrogação dos Prazos:** consideram-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento ou de qualquer outra obrigação prevista na Escritura de Emissão, coincidir com o dia de uma das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por "**Dias Útil(ies)**" o(s) relação a qualquer obrigação liquidada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, quando não haja uma data que não seja sábado ou domingo, ou quando não houver um dia de pagamento, qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia em qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, estado de São Paulo; **(v) Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntalidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas por cobrança ("**Encargos Moratórios**"); **(w) Recuperação dos Direitos aos Acrescidos:** o não cumprimento do Debiturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia nos canais de publicação a serem indicados na Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento; **(x) Reputação Programada:** não haverá reputação programada das Debêntures; **(y) Garantia Fidejussória:** a Fiadora, por meio da Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debituristas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, com a Fiadora, a garantir a Emissão e a Oferta, mediante a celebração do "**Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Outras Avenças**", a ser celebrado entre a Emissora, a Fiadora e os Coordenadores e demais prestadores de serviços relativos à Emissão e/ou à Oferta, mas como o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3, o Agente Fiduciário e os assessores legais, Agência de Classificação de Risco, dentro dos termos, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; e **(z) Discussão, negociação e definição dos termos e condições:** observadas as condições das deliberações desta reunião, Emissão, da Oferta, das Garantias e/ou das Debêntures (especialmente a qualificação, os prazos de cura, os limites e/ou os valores mínimos (thresholds), as especificações e as exceções aplicáveis às hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, bem como os prêmios de resgate das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e seus eventuais aditamentos, e, ainda, de todos os demais documentos pertinentes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto às quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da Emissão e a Oferta; **(II)** ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme o caso, para a formalização das deliberações acima tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, sem qualquer oposição, ressalva, restrição ou protesto, e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada: **Mesa:** Presidente - Sr. Cristopher Alexander Vlavianos; e Secretária - Sra. Daniane Rezende Carvalho. **Conselheiros:** Cristopher Alexander Vlavianos, Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro, Carolina Maria Rocha Freitas, Ernesto Peeres Paulo Junior, Bernardo Kos Winick (p.p., Clarissa Della Nina Sadock Accorsi), Clarissa Della Nina Sadock Accorsi, Andre Clark Juliano e Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino. Conferir com original lavrado em livro nº39, São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa:** Cristopher Alexander Vlavianos - Presidente; Daniane Rezende Carvalho - Secretária.

CLI Sul S.A.

CNPJ/MF nº 43.514.079/0001-81 - NIRE 35.300.573.6845
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Abril de 2024

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debituristas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da CLI Sul S.A.

A CLI Sul S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), localizada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Torre B - 5º Andar, Salas 5117, 5119 e 5133, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-911, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 43.514.079/0001-81 ("Emissora"), na qualidade de emissora das debêntures objeto de sua 1ª (primeira) emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), vem, por meio do presente edital de convocação ("**Edital de Convocação**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e da Cláusula VIII do "**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da CLI Sul S.A.**" ("**Escritura de Emissão**"), convocar os titulares das Debêntures ("**Debituristas**") e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário representando a comunidade dos Debituristas ("**Agente Fiduciário**"), para se reunirem em assembleia geral de debênturistas a ser realizada, em primeira convocação, no dia 2 de maio de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams", cujo link de acesso será encaminhado aos Debituristas que validamente se habilitarem, nos termos deste Edital de Convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**AGD**") e "**Ordem do Dia**", respectivamente: **(I)** a concessão de anuidade prévia (*waiver*), nos termos da Instrução da 8.4.3 da Escritura de Emissão, para a não conclusão da Incorporação da Target pela Emissora dentro do prazo originalmente estipulado de 18 (dezoito) meses contados da Primeira Data de Integralização (ou seja, até 14 de maio de 2024), nos termos do subitem "7" da Cláusula 5.1.2, da Escritura de Emissão e do subitem "5.5" da Cláusula 6.1, da Escritura de Emissão, para que a referida conclusão da Incorporação da Target pela Emissora seja obtida até 14 de agosto de 2024, sem que haja a declaração de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, tendo em vista que ainda está pendente a assinatura do termo aditivo ao "**Contrato de Arrendamento PRES nº 05/96**" pela União ("**Contrato de Arrendamento**"), para transferência do Contrato de Arrendamento da Target para a Emissora, que é uma condição prévia à conclusão da Incorporação; e **(II)** autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da deliberação referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Termos em maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Edital de Convocação terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Por fim, fica desde já certo que na hipótese de vir a ser concluída a celebração do competente termo aditivo ao Contrato de Arrendamento, e consequentemente a Emissora concluir a Incorporação anteriormente à data em que se realizará a AGD, a presente Ordem do Dia perderá seu objeto, de maneira que a AGD será cancelada e a Emissora deverá informar os Debituristas do cancelamento e reconvocação da AGD por meio de publicação a ser acessada neste mesmo jornal.

Procedimentos Aplicáveis à Realização da AGD de Forma Exclusivamente Digital: I. Acesso e utilização do sistema eletrônico: A AGD será realizada por meio de plataforma digital "Microsoft Teams", de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora e/ou Agente Fiduciário. O conteúdo da AGD será gravado pela Emissora, para se habilitar e participar da AGD, os Debituristas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, por meio dos e-mails it@cli-br.com, it@cli-br.com e it@cli-br.com, respectivamente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; **(i)** a confirmação de sua participação na AGD, acompanhada de seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**"), ou no CNPJ/MF, conforme o caso; **(ii)** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que indique seus representantes legais que participarão da AGD, informando seu número de inscrição no CPF/MF, telefone e e-mail para contato; e **(iii)** as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, nos termos detalhados abaixo. O Agente Fiduciário e/ou a Emissora enviará o link de acesso, apenas aos Debituristas que tiverem confirmado a participação na AGD e que enviarem, previamente e diretamente à Emissora e ao Agente Fiduciário, os documentos de representação detalhados abaixo, sendo admitido o envio até o horário da AGD, conforme determina o artigo 72º, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Caso determinado Debiturista esteja com problemas de acesso à plataforma, deverá entrar em contato com a Emissora pelo telefone (11) 2844-8352, com no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da AGD para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debiturista seja liberado mediante o envio de convite individual. Caso o Debiturista tenha dúvidas gerais relacionadas à AGD, deve entrar em contato com a Emissora pelo telefone 11 2844-8352. No dia de realização da AGD, os Debituristas deverão se conectar com 30 (trinta) minutos de antecedência mínimos do documento de identidade e dos documentos previamente encaminhados por e-mail. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debituristas. **II. Instrução de Voto à Distância:** O Debiturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por vídeoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto à distância, em até 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia por meio dos e-mails it@cli-br.com, it@cli-br.com e it@cli-br.com, respectivamente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O modelo da instrução de voto à distância e as orientações para seu preenchimento e envio serão encaminhados pelo Agente Fiduciário aos Debituristas. A manifestação de voto deverá: **(I)** estar devidamente preenchida e assinada pelo Debiturista ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; **(II)** ser enviada com a antecedência acima mencionada; e **(III)** no caso de Debiturista pessoa jurídica, deverá ser acompanhada de instrumentos de procuração e/ou Contrato de Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. **III. Depósito Prévio de Documentos:** Até 2 (dois) dias antes da realização da AGD, os Debituristas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário, por meio dos e-mails it@cli-br.com, it@cli-br.com e it@cli-br.com, respectivamente: **(I)** documento de identidade (Carteira de Identidade - Registro Geral "RG", Registro Nacional de Estrangeiros "RNE", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiros funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular); e/ou **(II)** os atos societários pertinentes que comprove a sua representação legal (contrato e/ou estatuto social e/ou regulamento), acompanhados dos respectivos atos de eleição de seus administradores, todos devidamente formalizados e registrados perante os órgãos competentes; e **(III)** na hipótese de representação do Debiturista, instrumento de procuração contemplando poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as exigências legais aplicáveis, devendo a procuração conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale destacar que: **(I)** pessoas físicas somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja Debiturista, administrador da Emissora ou advogado, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e **(II)** as pessoas jurídicas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sem a necessidade de tal pessoa ser Debiturista, administrador dos órgãos da Emissora ou advogado. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos Debituristas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora do respectivo fundo, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. **IV. Quóruns:**

Nacional

AGRO PECUÁRIA PANTANAL S/A

C.N.P.J./MF nº 52.743.184/0001-83

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Srs. Acionistas da **AGRO PECUÁRIA PANTANAL S/A**, para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no Escritório Administrativo, situado à **Avenida Marechal Castelo Branco nº 447 - Morro do Ouro - na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo, no dia 23 de abril de 2024**, instalando-se em primeira convocação às 9:00 horas de acordo com o quorum legal mínimo, ou em segunda convocação às **9:30 horas** com qualquer número de acionistas, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte "Ordem do Dia": **Ordinariamente**, a) Exame, discussão e votação do relatório da administração, das demonstrações financeiras, e demais documentos referentes ao exercício findo em 31/12/2023; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Eleição da Diretoria para o triênio 2.024/2027; d) Fixação da remuneração dos membros da Diretoria; **Extraordinariamente**, a) Deliberação para estudo de cisão relativa à matrícula nº 2.387 da Fazenda Água Parada; b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Mogi Guaçu, 12 de abril de 2024. **Caio Albino de Souza** - Diretor Presidente e **Sônia Regina Chiarelli Colço** - Diretora Superintendente.

Dafferner S/A Máquinas Gráficas

CNPJ: 61.074.332/0001-05 - NIRE: 35901112126

Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Senhores(as) acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de Abril de 2024, com início às quinze horas, na sede social da empresa, sito à Rua Iturama, nº 189, em São Paulo, Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: a) exame, discussão e votação do relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2023; c) Fixação dos honorários da diretoria.

Walter Carvalho Dafferner - Diretor Presidente

Banco Fibra S.A.

CNPJ/ME 58.616.418/0001-08 - NIRE 35.300.118.782

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 03 de Abril de 2024

1. Local e Hora: Na sede do Banco Fibra S.A. ("Companhia" ou "Banco"), nesta Capital, às 17:00 (dezessete horas). **2. Presença:** Presentes, por videoconferência, nos termos do artigo 19, item "d" do Estatuto Social do Banco, os membros do Conselho de Administração do Banco, os Srs. Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz; **3. Mesa:** Elisabeth Steinbruch Schwarz (Presidente) e Flávia Zahr (Secretária); **4. Ordem do Dia:** (i) tomar conhecimento de renúncia do Sr. **José Lourenço Cassandre Junior** ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos presentes:** (i) Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **José Lourenço Cassandre Junior**, brasileiro, em união estável, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.072.526-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.863.058-97, conforme carta de renúncia datada desta data, arquivada na sede social, restando, portanto, seu nome excluído do quadro de administradores da Companhia; Os Conselheiros consignaram seus cumprimentos e agradecimentos ao Sr. **José Lourenço Cassandre Junior** pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício de suas funções. (ii) Por fim, os conselheiros autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, bem como pelo Presidente e Secretária da mesa. São Paulo, 03 de Abril de 2024. Assinaturas: Sr. Elisabeth Steinbruch Schwarz (Presidente da Mesa), Sra. Flávia Zahr (Secretária da Mesa) e os Srs. Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz (Conselheiros). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 03 de Abril de 2024. **Flávia Zahr** - Secretária. **JUCESP nº 143.045/24-6 em 10/04/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

JLMGP Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.990.158/0001-70 NIRE nº 35.300.197.844

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Data, Hora e Local: Aos 21 de Junho de 2023, às 08:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 892, 12º andar, conjunto 128, Sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-003. **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, restando dispensadas as formalidades de convocação das reuniões convocadas no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidência a reunião o Sr. José Luiz de Godoy Pereira, brasileiro, em união estável, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.072.526-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.863.058-97, conforme carta de renúncia datada desta data, arquivada na sede social, restando, portanto, seu nome excluído do quadro de administradores da Companhia; Os Conselheiros consignaram seus cumprimentos e agradecimentos ao Sr. **José Lourenço Cassandre Junior** pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício de suas funções. (ii) Por fim, os conselheiros autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, bem como pelo Presidente e Secretária da mesa. São Paulo, 03 de Abril de 2024. Assinaturas: Sr. Elisabeth Steinbruch Schwarz (Presidente da Mesa), Sra. Flávia Zahr (Secretária da Mesa) e os Srs. Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz (Conselheiros). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 03 de Abril de 2024. **Flávia Zahr** - Secretária. **JUCESP nº 143.045/24-6 em 10/04/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

1. Data, Hora e Local: Aos 21 de Junho de 2023, às 08:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 892, 12º andar, conjunto 128, Sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-003. **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, restando dispensadas as formalidades de convocação das reuniões convocadas no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidência a reunião o Sr. José Luiz de Godoy Pereira, brasileiro, em união estável, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.072.526-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.863.058-97, conforme carta de renúncia datada desta data, arquivada na sede social, restando, portanto, seu nome excluído do quadro de administradores da Companhia; Os Conselheiros consignaram seus cumprimentos e agradecimentos ao Sr. **José Lourenço Cassandre Junior** pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício de suas funções. (ii) Por fim, os conselheiros autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, bem como pelo Presidente e Secretária da mesa. São Paulo, 03 de Abril de 2024. Assinaturas: Sr. Elisabeth Steinbruch Schwarz (Presidente da Mesa), Sra. Flávia Zahr (Secretária da Mesa) e os Srs. Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz (Conselheiros). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 03 de Abril de 2024. **Flávia Zahr** - Secretária. **JUCESP nº 143.045/24-6 em 10/04/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

1. Data, Hora e Local: Aos 21 de Junho de 2023, às 08:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 892, 12º andar, conjunto 128, Sala A, Vila Olímpia, CEP 04547-003. **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, restando dispensadas as formalidades de convocação das reuniões convocadas no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidência a reunião o Sr. José Luiz de Godoy Pereira, brasileiro, em união estável, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.072.526-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.863.058-97, conforme carta de renúncia datada desta data, arquivada na sede social, restando, portanto, seu nome excluído do quadro de administradores da Companhia; Os Conselheiros consignaram seus cumprimentos e agradecimentos ao Sr. **José Lourenço Cassandre Junior** pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício de suas funções. (ii) Por fim, os conselheiros autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, bem como pelo Presidente e Secretária da mesa. São Paulo, 03 de Abril de 2024. Assinaturas: Sr. Elisabeth Steinbruch Schwarz (Presidente da Mesa), Sra. Flávia Zahr (Secretária da Mesa) e os Srs. Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz (Conselheiros). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 03 de Abril de 2024. **Flávia Zahr** - Secretária. **JUCESP nº 143.045/24-6 em 10/04/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ADIQ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ 20.520.298/0001-78

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **Adiq Instituição de Pagamento S.A.** para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, conjuntamente, às 10h (dez horas) do dia 24/04/2024, na sede social, situada na Alameda Vicente Pinzon, 51, 12º andar, Vila Olímpia, em São Paulo, Estado de São Paulo. O acionista também poderá requerer, com até 24 horas de antecedência do início das Assembleias, o link de acesso para participar remotamente via sistema eletrônico "Zoom", através do e-mail governancaociosocietaria@bancoobs2.com.br. As Assembleias terão a finalidade de deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomada das contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, com exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras levantadas naquela data; (ii) a destinação do resultado apurado no citado exercício social; (iii) aprovação dos dividendos pagos em 2023, ad referendum desta Assembleia; (iv) revisão do limite de remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024; (v) reorganização ou extinção do Conselho de Administração; (vi) aumento do capital social, mediante incorporação de reservas disponíveis; (vii) reforma estatutária.

Bele Horizonte, 16 de abril de 2024.

Marcos Grodzitzky – Presidente do Conselho de Administração

Combio Energia S.A.

CNPJ nº 10.376.555/0001-96

Erata - Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

No âmbito das publicações do dia 28 de março de 2024, nas páginas B156 e 207 das versões impressa e digital do Jornal Diário Comercial, respectivamente, a **Combio Energia S.A.** retifica que onde se lê "Conselho de Administração: Adilson Serrano Filho; Roberto Lombardi de Barros; e Fábio Tobler Brant de Carvalho", deve-se ler "Conselho de Administração: Adilson Serrano Filho; Roberto Lombardi de Barros; Fábio Tobler Brant de Carvalho; Marcos Tobler Brant de Carvalho; Gustavo Gava Verdelli Costa; e Edson Gustavo Georgette Pelli".

Infibra S/A

CNPJ 04.277.941/0001-28 - NIRE 35.300.391.331

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 10h, na sede social da Companhia, na Rodovia Anhanguera, Km 186, Leme/SP, CEP 13610-970, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: (i) análise, deliberação e aprovação das Demonstrações Financeiras e contas da Administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; e (ii) destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. Leme, 16 de abril de 2024. **Diretoria**.

Agrícola Permatex S/A

CNPJ 15.617.070/0001-60/NIRE 35.300.421.931

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 12h, na sede social da Companhia, na Avenida Jambeiro da Costa, 2.100, sala 06, na Cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP 13610-236, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: (i) análise, deliberação e aprovação das Demonstrações Financeiras e contas da Administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (ii) destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e (iii) reforma do Estatuto Social da Companhia. Leme, 16 de abril de 2024. **Diretoria**.

Icasa Empreendimentos Indústria e Comércio S.A.

CNPJ 23.851.963/0001-02 / NIRE 35.300.486.374

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de abril de 2024, às 11h, na sede social da Companhia, na Avenida Jambeiro da Costa, 2.100, sala 05, na Cidade de Leme, Estado de São Paulo, CEP 13610-236, para apreciar a seguinte Ordem do Dia: (i) análise, deliberação e aprovação das Demonstrações Financeiras e contas da Administração, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (ii) destinação dos resultados apurados, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; (iii) alteração do objeto social da Companhia, com a inclusão das atividades de cultivo e comercialização de cana de açúcar; e (iv) se é aprovada a matéria incluída no item "iii", alteração da Cláusula Segunda do Estatuto Social. Leme, 16 de abril de 2024. **Diretoria**.

NU FINANCEIRA S.A.

Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 30.680.829/0001-43 - NIRE 35.300.511.709

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO 2023

1. Data, Hora e Local: 29 de dezembro de 2023, às 11 horas, na sede social da Companhia, na Rua Capote Valente, nº 120, 12º ao 15º andares, Pinheiros, CEP 05409-000, São Paulo - SP. **2. Presença e Convocação:** Convocação dispensada em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura aposta no Livro de Presença da Assembleia da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.s"). **3. Mesa:** Presidência da Mesa: Cristina Helena Zingaretti Junqueira. Secretária: Gabriela Pugliesi Gardino. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) a criação da Reserva de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei das S.A.; (b) tendo em vista a votação da deliberação do item (a), a alteração do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia; e (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** A acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovou (a) a criação da Reserva de Investimentos da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei das S.A., com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia e prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações, inclusive na forma de Juros Sobre Capital Próprio. A parcela anual dos lucros líquidos destinados à Reserva de Investimento será determinada pela acionista em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração composta por até 100% (cem por cento) do saldo remanescente do lucro líquido para essa reserva, após a constituição da reserva legal e declaração do dividendo mínimo obrigatório. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A.; (b) tendo em vista a deliberação ora aprovada no item (a) acima, a alteração do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação após a homologação do Banco Central do Brasil: **"Artigo 25** Exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo 1º** Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos verificáveis terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo facultado à Companhia deixar de constituir a reserva legal no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital previstas no artigo 182, §1º da Lei 6.404, exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, estipulado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; (c) o saldo poderá, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta da Diretoria aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado, total ou parcialmente, à Reserva de Investimentos de que trata o parágrafo 2º abaixo ou ser retido, total ou parcialmente, nos termos de orçamento de capital, na forma do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Os lucros não destinados na forma da lei e deste Estatuto Social deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades Anônimas. **Parágrafo 3º** A Reserva de Investimentos tem o objetivo de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia e prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações, inclusive na forma de Juros Sobre Capital Próprio. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, nos termos do parágrafo 1º deste artigo, alínea (c), que faculta a alocação de até 100% (cem por cento) do saldo remanescente do lucro líquido para essa reserva. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas. **Parágrafo 4º** A Companhia poderá levantar balanços trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ter a destinação eleita pelos acionistas. **Parágrafo 4º-A** Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 2º, parágrafo 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo 5º** As demonstrações financeiras da Companhia serão auditadas anualmente por auditores independentes registrados no CVM. (c) Em virtude das deliberações tomadas acima, e sujeito à homologação do Banco Central do Brasil, provar a nova redação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar, após a homologação do Banco Central do Brasil, de acordo com a redação constante do Anexo I à presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Cristina Helena Zingaretti Junqueira - Presidente da Mesa, Gabriela Pugliesi Gardino - Secretária. **Acionista presente: Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento** (por Cristina Helena Zingaretti Junqueira e Guilherme Martins de Godoy Pereira). São Paulo, 29 de dezembro de 2023. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. **Gabriela Pugliesi Gardino** - Secretária. **JUCESP nº 140.643/24-2 em 05/04/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

STD – SISTEMAS TÉCNICOS DIGITAIS S/A

CNPJ: 00.713.610/0001-32

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 41ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA E 5ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o que determina a Lei e o Estatuto da Empresa, no que se refere a convocação de Assembleia Geral Ordinária, ficam convocados os senhores acionistas da STD – Sistemas Técnicos Digitais S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no Laguna Plaza Hotel na Praga Central, Projeção 7 - Núcleo Bandeirante, no dia 23 de abril de 2024 às 16:30 hs, em primeira chamada e às 17:00 horas em segunda chamada a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III - Assuntos Gerais, e para Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a ser realizada logo em seguida à AGO, com espaço de 15 minutos entre a primeira e a segunda chamadas, no mesmo local antes informado, para deliberação sobre: I) mudança da sede da empresa II) assuntos gerais.

Brasília, 11 de Abril de 2024.

Adailton Barbosa da Cunha
Diretor Presidente.

NGP Participações S.A.

CNPJ/MF nº 55.365.290/0001-69 - NIRE nº 35.300.486.838

Assembleia Geral Ordinária

1. Data, Hora e Local: Aos 23 de Junho de 2023, às 08:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 892, 12º andar, conjunto 121, Vila Olímpia, CEP 04547-003. **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, restando dispensadas as formalidades de convocação do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidência a reunião o Sr. José Luiz de Godoy Pereira que convidou a Sra. Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires para secretária-lo. **4. Publicações:** As Demonstrações Contábeis consolidadas do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022 foram publicadas no Diário Comercial impresso (página B05) e digital (página 04), no dia 22 de Junho de 2023. **5. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício social de 2022 e a distribuição de dividendos. **6. Deliberações:** **6.1.** Aprovada, por unanimidade de votos, a lavratura de ata da Assembleia em forma sumária; **6.2.** Aprovada, por unanimidade de votos, as contas dos Administradores, Demonstrações Contábeis e relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022. **6.3.** Tendo em vista o resultado apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, com lucro líquido de R\$ 277.839.954,92 (duzentos e setenta e sete milhões, oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos), os acionistas deliberam, por unanimidade de votos: a) não destinação de recursos para a constituição de reserva legal, nos termos do §1º, do artigo 193, da Lei 6.404/76; b) aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no valor total de R\$ 107.231.996,16 (cento e sete milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos); c) destinação de R\$ 170.607.958,76 (cento e setenta milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos), à conta de Reserva de Lucros. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a respectiva ata assinada pelos acionistas presentes. Confere com o original, lavrado em livro próprio. **8. Assinaturas: Mesa:** José Luiz de Godoy Pereira - Presidente; Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires - Secretária. **Acionistas: Maria Sylvia Martins de Godoy Pereira; Guilherme Martins de Godoy Pereira; Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires; José Luiz de Godoy Pereira.** **JUCESP nº 129.958/24-4 em 27/03/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Guarupart Participações Ltda.

CNPJ nº 07.709.106/0001-08 - NIRE nº 35.220.236.088

Ata de Reunião de Quotistas Realizada em 15 de Maio de 2023

1. Data Hora e Local: aos 15 de Maio de 2023, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 892, 12º andar, conjunto 123, Vila Olímpia, São Paulo, CEP: 04547-003. **2. Presença:** Presente a totalidade dos quotistas, restando dispensadas as formalidades de convocação, conforme dispõe o artigo 1.072, § 2º do Código Civil Brasileiro. **3. Mesa:** Presidência a reunião o Sr. José Luiz de Godoy Pereira, que convidou o Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira para secretário-lo. **4. Publicações:** As Demonstrações Contábeis consolidadas do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022 foram publicadas no Diário Comercial impresso (página B04) e digital (páginas 09 a 12), nos dias 13, 14 e 15 de Maio de 2023. **5. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício social de 2022 e a distribuição de dividendos. **6. Deliberações:** **6.1.** Aprovada, por unanimidade de votos, a lavratura de ata da Assembleia em forma sumária; **6.2.** Aprovada, por unanimidade de votos, as contas dos Administradores, Demonstrações Contábeis e relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022. **6.3.** Tendo em vista o resultado apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, com lucro líquido de R\$ 463.637.406,44 (quatrocentos e sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e quatro centavos), os acionistas deliberam, por unanimidade de votos: a) não destinação de recursos para a constituição de reserva legal, nos termos do §1º, do artigo 193, da Lei 6.404/76; b) a distribuição de dividendos aos quotistas, no valor total de R\$ 234.891.103,93 (duzentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil, cento e três reais e noventa e três centavos), que serão pagos em 16 de Maio de 2023; c) destinação de R\$ 228.746.302,51 (duzentos e vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, trezentos e dois reais e cinquenta e um centavos) à conta de Reserva de Lucros. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a respectiva ata, que vai por todos os presentes devidamente assinada. Confere com o original, lavrado em livro próprio. **8. Assinaturas: Mesa:** José Luiz de Godoy Pereira; Paulo Roberto de Godoy Pereira. **Acionistas: Cime Administração e Participações S.A.** - José Luiz de Godoy Pereira; Roberto de Godoy Pereira. **ERG Projetos e Construções Ltda.** - José Luiz de Godoy Pereira; Guilherme Martins de Godoy Pereira. Visto do Advogado: Marcelo Escudero - OAB/SP 200.865. **JUCESP nº 128.355/24-4 em 27/03/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIME - Administração e Participações S/A

CNPJ/MF nº 51.771.889/0001-41 NIRE nº 35.300.183.908

Assembleia Geral Ordinária

1. Data, Hora e Local: Aos 16 de Junho de 2023, às 08:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 892, 12º andar, conjunto 124, Vila Olímpia, CEP 04547-003. **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos acionistas, restando dispensadas as formalidades de convocação do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidência a reunião o Sr. José Luiz de Godoy Pereira que convidou o Sr. Paulo Roberto de Godoy Pereira para secretário-lo. **4. Publicações:** As Demonstrações Contábeis consolidadas do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022 foram publicadas no Diário Comercial impresso (página B02) e digital (páginas 02 a 05), no dia 15 de Junho de 2023. **5. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício social de 2022 e a distribuição de dividendos. **6. Deliberações:** **6.1.** Aprovada, por unanimidade de votos, a lavratura de ata da Assembleia em forma sumária; **6.2.** Aprovada, por unanimidade de votos, as contas dos Administradores, Demonstrações Contábeis e relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022. **6.3.** Tendo em vista o resultado apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, com lucro líquido de R\$ 464.535.438,62 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos), os acionistas deliberam, por unanimidade de votos: a) não destinação de recursos para a constituição de reserva legal, nos termos do §1º, do artigo 193, da Lei 6.404/76; b) aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no valor R\$ 20,59 (vinte reais e cinquenta e nove centavos) por ação, correspondente ao valor total de R\$ 108.008.919,19 (cento e oitenta milhões, oito mil, novecentos e dezoito reais e dezoito centavos), que serão pagos no dia 26 de Junho de 2023. **c)** destinação de R\$ 284.526.519,43 (duzentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e três centavos), à conta de Reserva de Lucros. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a respectiva ata assinada pelos acionistas presentes. Confere com o original, lavrado em livro próprio. **8. Assinaturas:** José Luiz de Godoy Pereira - Presidente, Paulo Roberto de Godoy Pereira - Secretário. **Acionistas: Cambesa Investimentos e Administração S/A** - José Luiz de Godoy Pereira (Diretor) e Guilherme Martins de Godoy Pereira (Diretor), Iraé Investimentos Ltda. - Paulo Roberto de Godoy Pereira (Sócio Administrador e Usufrutuário), Guilherme Martins de Godoy Pereira, Ana Helena Godoy Pereira de Almeida Pires, Marcelo Tostu de Oliveira Carvalho, José Luiz de Godoy Pereira. **JUCESP nº 130.303/24-0 em 28/03/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4FAB-A8E4-EE3C-8C93> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4FAB-A8E4-EE3C-8C93



Hash do Documento

0EA6D410CBFD8A69C3B0E4798EB7D06A6451E0668FA1A44D703FA2677FC2F7E5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 15/04/2024 23:16
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

